

Alexandre Meyer Luz

CONHECIMENTO E JUSTIFICAÇÃO

PROBLEMAS DE EPISTEMOLOGIA CONTEMPORÂNEA



DISSERTATIO
FILOSOFIA

CONHECIMENTO E JUSTIFICAÇÃO

PROBLEMAS DE EPISTEMOLOGIA CONTEMPORÂNEA

Comitê Editorial

Prof. Dr. João Hobuss (Editor-Chefe)

Prof. Dr. Carlos Ferraz

Prof. Dr. Manoel Vasconcelos

Prof. Dr. Sérgio Strefling

Projeto gráfico Editorial

Nativu Design

Direção de Arte

Valder Valeirão

Comitê Científico

Prof. Dr. Denis Coitinho (UNISINOS)

Prof. Dr. Nythamar de Oliveira (PUCRS)

Prof. Dr. Christian Hamm (UFSM)

Prof. Dr. Ramón Del Castillo (Uned/Espanha)

Prof. Dr. Agemir Bavaresco (PUCRS)

Prof. Dr. Christian Iber (PUCRS)

Prof. Dr. Marcel Niquet (Goethe University/Alemanha)

Prof. Dr. Konrad Utz (UFC)

Prof^a. Dr^a. Sofia Stein (UNISINOS)

Prof. Dr. Victor Krebs (Pontifical Catholic University/Peru)

Alexandre Meyer Luz

CONHECIMENTO E JUSTIFICAÇÃO

PROBLEMAS DE EPISTEMOLOGIA CONTEMPORÂNEA

DISSERTATIO
FILOSOFIA

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

L979c Luz, Alexandre Meyer

Conhecimento e justificação: problemas de epistemologia contemporânea / Alexandre Meyer Luz - 1. ed.. - Pelotas: NEPFil online, 2013

278 p. (Série Dissertatio -Filosofia ; 2)

ISBN: 978-85-67332-05-5

1. Epistemologia 2. Justificação 3. Fundacionismo 4. Coerentismo
5. Internalismo 6. Externalismo I. Título II Série .

CD D 100

Ficha catalográfica e laborada por Simone G. Maisonave – CRB 10/ 1733

Sumário

INTRODUÇÃO.....	9
-----------------	---

PARTE I

A DEFINIÇÃO DE CONHECIMENTO.....	13
1 - O QUE SIGNIFICA 'CONHECER'? UMA INTRODUÇÃO AO PROBLEMA DE GETTIER.....	15
2 - CRENÇA, VERDADE E JUSTIFICAÇÃO.....	41

PARTE II

JUSTIFICAÇÃO EPISTÊMICA: INTERNALISMO.....	61
3 - OS FUNDAMENTOS DO CONHECIMENTO.....	63
4 - COERÊNCIA E CONHECIMENTO.....	105
5 - CONHECIMENTO E CERTEZA.....	131

PARTE III

JUSTIFICAÇÃO E VIRTUDE INTELLECTUAL.....	175
CAPÍTULO 6 - CONFIABILISMO E VIRTUDE INTELLECTUAL...	181
CAPÍTULO 7 - SOBRE CONHECER E TER UM BOM CARÁTER INTELLECTUAL.....	239

REFERÊNCIAS	275
-------------------	-----

Introdução

...Ó Sócrates, somente há uma diferença: é que aquele que possui o saber sempre poderá alcançar a sua meta e o que possui a opinião reta, umas vezes poderá alcançá-la, outras, não. (Platão, Ménon, 97c)

As questões relacionadas ao conhecimento estão entre as que são tradicionalmente classificadas como centrais para a investigação filosófica. Desde os primórdios, os filósofos têm se questionado, por exemplo, sobre os limites, a possibilidade e as fontes do conhecimento. O interesse pelo conhecimento não é, porém e certamente, exclusividade dos filósofos. Ele pode ser identificado, por exemplo, nas nossas práticas cognitivas cotidianas. De um modo ou de outro nós, freqüentemente, nos preocupamos, por exemplo, com a separação entre o que é mera *opinião* e o que é, efetivamente, conhecido, com a relação entre nossas crenças e o mundo, etc.

A necessidade da distinção entre conceitos como os de ‘conhecimento’ e de ‘opinião’ revela a necessidade de um trabalho analítico tipicamente filosófico. Este trabalho de análise filosófica não é, de modo algum, novo. Já Platão, no *Ménon*, propôs a distinção entre opinião verdadeira e conhecimento; opinião verdadeira é algo valioso, algo que, "quanto à correção da ação, não é, de maneira nenhuma, pior que o saber" (97b). Há algo, porém, que a mera opinião verdadeira não é capaz de realizar: a regularidade em atingir uma meta desejada, a verdade.

Seguindo este programa analítico, vamos apresentar neste volume uma investigação sobre o conceito de conhecimento. Mais precisamente, uma investigação sobre a *definição* do conceito de conhecimento. Já Platão – novamente ele, no próprio *Ménon*, parece fornecer-nos uma definição desta noção (cf. *Ménon*, 97-98). Ele propõe que, à opinião verdadeira, seja adicionado algo que caracterize a nossa relação reflexiva com esta opinião verdadeira. Tal concepção de conhecimento (a de que conhecimento consiste em crença verdadeira "amarrada" pelo raciocínio, ou em termos contemporâneos, em crença verdadeira *justificada*) foi, *grosso modo*, aceita ou suposta pela maioria dos epistemólogos posteriores, que concentravam seus esforços em outras questões, como, por exemplo, nas discussões sobre o escopo, origem e tipos de conhecimento.

O ponto de partida de nossa investigação será, porém, bem posterior à reflexão platônica. Ele será encontrado no pequeno ensaio publicado por Edmund Gettier em 1963, "Is Justified True Belief Knowledge?". Neste já célebre ensaio, Gettier sustentava, através do uso de contra-exemplos, a insuficiência da definição platônica de conhecimento.

Dedicaremos os dois primeiros capítulos a uma apresentação dos argumentos gettierianos, ao problema gerado a partir do artigo de 1963 (o chamado "Problema de Gettier") e à apresentação de alguns conceitos envolvidos na discussão. Estes capítulos são introdutórios, destinados a um leitor que toma pela primeira vez contato com a discussão.

Os capítulos terceiro, quarto e quinto têm por objetivo discutir três tentativas de resposta à questão sobre a definição do conhecimento, de solução do problema de Gettier. Além disso, nos capítulos terceiro e quarto são também discutidas duas respostas à pergunta sobre a *estrutura* do conhecimento.

A teoria sob escrutínio no capítulo terceiro consiste em uma versão contemporânea de fundacionismo, desenvolvida por Paul Moser, e se contrapõe à teoria coerentista da justificação desenvolvida por Keith Lehrer, objeto do quarto capítulo.

No capítulo quinto o objeto é a teoria proposta por Peter Klein que, após uma análise sofisticada, aproximará a discussão sobre a definição do conhecimento ao debate com o ceticismo.

Estas três primeiras teorias, por fim, compartilham o fato de serem todas teorias *internalistas* da justificação. No capítulo sexto, por sua vez, apresentaremos uma das principais teorias a apelar para uma visão *externalista* da justificação epistêmica: o confiabilismo, na versão de Alvin Goldman. Acompanharemos a evolução da teoria, até sua transformação em uma teoria das virtudes intelectuais, noção inicialmente sugerida por Ernest Sosa. Apresentaremos alguns argumentos contra a teoria, e mostraremos que um destes argumentos permanece, a nosso ver, sem resposta.

Por fim, no capítulo sétimo, será nosso objeto uma teoria ambiciosa, que pretende superar os impasses no debate entre internalistas e externalistas. Trata-se da teoria sugerida por Linda Zagzebski, uma teoria inspirada na teoria aristotélica das virtudes intelectuais.

Muitas pessoas colaboraram com diferentes versões deste volume. Não as mencionarei para não correr o risco de ser traído pela memória. Todavia, preciso registrar meus agradecimentos ao orientador da tese e da dissertação que estão na base deste volume, o professor Cláudio Gonçalves de Almeida, tanto pelas inúmeras contribuições quanto pela dedicação e paciência incondicionais.

PARTE I

A DEFINIÇÃO DE CONHECIMENTO

1 - O QUE SIGNIFICA ‘CONHECER’?

UMA INTRODUÇÃO AO PROBLEMA DE GETTIER

É recomendável, no mais das vezes, seguir os conselhos dos mais sábios. Começaremos este ensaio, então, seguindo um mandamento cartesiano: o de separarmos os problemas do modo mais detalhado possível.

Trataremos aqui de questões relativas ao conhecimento; desde o início da especulação filosófica este conceito tem ocupado um lugar de destaque dentre os problemas que ocupam os Filósofos, dadas suas pretensões de estabelecer as condições para o conhecimento humano, seus limites, sua possibilidade, etc.

Dado esse quadro amplo, devemos especificar o escopo deste ensaio: nele discutiremos, majoritariamente, uma das questões relacionadas ao conhecimento, a saber, a definição do próprio termo “conhecimento”. Para tal, utilizaremos as ferramentas da análise conceptual contemporânea, reconstruindo algumas tentativas recentes de resposta à questão “o que significa “conhecer””?

Este primeiro capítulo tem objetivos bastante específicos, fundamentais para um desenvolvimento adequado das seções posteriores: primeiro, o de determinar com precisão o problema do qual nos ocuparemos nos demais capítulos (o problema da análise de ‘conhecimento’); segundo, o de defender a relevância de tal problema. Por último, ele pretende apresentar alguns conceitos que serão, por sua vez, utilizados nos capítulos subseqüentes.

1.1 Três sentidos de “conhecer”

Ao analisarmos nossos usos lingüísticos do termo “conhecimento”, identificamos, rapidamente, aquele uso que aparece em expressões do tipo “Pelé *sabe*¹ jogar futebol”. O que significa o verbo *saber* na expressão anterior? A resposta é clara. “Saber” refere-se a uma dada habilidade. Um equivalente da proposição anterior é a proposição “Pelé tem a habilidade de jogar futebol”. Não perderíamos qualquer conteúdo semântico se utilizássemos tal frase, a despeito da primeira.

O “conhecimento” a que nos referimos (e que Pelé reconhecidamente possuía) é uma habilidade; como habilidade, ela não é algo que possamos repassar² a outros indivíduos. Ela é algo que será desenvolvida através do treinamento e da repetição. A este tipo de “conhecimento” denominaremos *conhecimento como habilidade*.

Um segundo tipo de uso do termo “conhecimento” pode ser identificado quando utilizamos expressões como “o cão *sabe* quem é seu dono” e “o bebê *conhece* Maria”. Parece não ser razoável interpretar o uso de “conhecimento” aqui como um uso que se refere à posse de habilidade. Podemos, antes, distinguir aqui um novo tipo de uso: “conhecer”, em tais casos, pode ser interpretado como se referindo a certo evento pré-reflexivo, que se manifesta através de uma ação simples, a ação de distinguir um objeto dentre outros. A este uso do termo “conhecimento” denominaremos *conhecimento por familiaridade*.

¹ Vamos tomar os verbos “saber” e “conhecer” como sinônimos.

² Podemos, certamente, ensinar alguém a jogar futebol. Não importa quão bons professores sejamos, não depende apenas de nós que alguém aprenda a jogar futebol como Pelé jogava. Habilidades podem ser desenvolvidas, mas dependem, certamente, de elementos intrínsecos ao indivíduo.

Há, porém, um terceiro e último uso do termo “conhecimento”. Trata-se daquele uso que aparece em frases como “Eu *sei* que Pelé sabia jogar bem” ou “Pedro *sabe* que Maria conhece Antônio” ou “Antônio *sabe* que está chovendo”. O que estas frases têm de diferente em relação a frases como “Pelé sabe jogar futebol” e “o cão conhece seu dono”? Temos, agora, uma frase que fala sobre *certo estado sobre estas frases*. O Objeto da frase “Antônio sabe que Pelé sabia jogar futebol” não é a habilidade que Pelé possuía, mas certa, digamos, pretensão que Antônio supostamente pode manifestar em relação à informação de que Pelé sabia jogar futebol; Antônio não está em dúvida, nem tem uma mera opinião; ele *sabe* que as coisas são assim. Do mesmo modo, quando dizemos que “Pedro sabe que Maria conhece Antônio” estamos declarando que Pedro estaria disposto a (ou pelo menos em condições de) sustentar que “Maria conhece Antônio” não é apenas verdadeira, mas possui, adicionalmente, outras características que a colocam numa posição digna do título de “conhecimento”. A este tipo de uso do termo “conhecimento” denominaremos *conhecimento proposicional*.

O conhecimento proposicional possui algumas características que fazem dele algo de particularmente valioso para nós, humanos. Enquanto o conhecimento como habilidade pode ser desenvolvido pela repetição e o conhecimento por familiaridade pela convivência, eles não podem, por exemplo, ser transmitidos à distância, através de livros ou produtos culturais semelhantes. O conhecimento proposicional, devido exatamente ao seu caráter proposicional, garante-nos a estabilidade para aquele tipo de análise detalhada que chamamos de “ciência”, “filosofia” etc.

Vamos nos deter, por razões que ficarão paulatinamente mais claras, no uso proposicional do termo “conhecimento”. Ao identificarmos o uso de um conceito em uma língua não estamos, ainda, explicando integralmente seu significado. Assim, nossa questão agora passará a ser “quando podemos utilizar, em seu uso proposicional, o conceito de “conhecimento”?”. Uma outra forma de formular a questão é a seguinte: “o que significa, em seu sentido proposicional, “conhecer”?”

1.2 A Definição Tradicional De Conhecimento Proposicional

Edmund Gettier, em seu já célebre ensaio “Is Justified True Belief Knowledge?”³, propunha, sem comentários adicionais, que Platão parecia defender, no *Ménon* (98) e no *Teeteto* (201)⁴, a seguinte definição de ‘conhecimento’ proposicional:

- (DT) *S* sabe que *p* se e somente se
- (i) *S* crê que *p*,
 - (ii) *p* é verdadeira,
 - (iii) *S* está justificado em crer que *p*.

De modo provisório, podemos assim apresentar algumas das noções que aparecem nesta definição:

1. A expressão ‘*S* sabe que *p*’ é tomada em seu sentido proposicional.
2. ‘*S*’ é um *sujeito epistêmico* qualquer (ou seja, um sujeito capaz de ter estados mentais aos quais atribuímos o *status* de “epistêmicos”, tais como crer, descrever, suspender o juízo, conhecer, etc);

³ GETTIER, Edmund. “Is Justified True Belief Knowledge?” *Analysis* 23, n. 6, 1963, pp 121-123. O ensaio ganhou diversas reimpressões, como em MOSER, Paul. *Empirical Knowledge - Readings in Contemporary Epistemology*. 2ed., Lanhan: Rowman & Littlefield, 1996.

⁴ Vale a pena lembrar da bela passagem do *Ménon* na qual Sócrates, procurando distinguir opinião verdadeira de ciência, diz a *Ménon* que opinião verdadeira é comparável às estatuas de Dédalus, as quais, se não amarradas, escapam, e que é necessário, por isso, ‘amarrá-las’ através do uso da razão (97e-98a). É importante notarmos, porém, que mesmo se Gettier estivesse errado em sua interpretação de Platão, o problema do qual trata este ensaio não seria afetado. Sobre a interpretação gettieriana de Platão confira SHOPE, Robert K., *The Analysis of Knowing*. Princeton: Princeton University Press, 1983, p. 12-19. Citando Richard Aaron, Shope apresenta-nos, ainda, uma passagem da *Crítica da Razão Pura* na qual Kant parece referendar uma definição do tipo de (DT) (A822, B850, onde Kant distingue entre opinar, crer e saber).

3. ' p ' é uma proposição⁵ qualquer;
4. ' S crê que p ' nos indica que p está na mente de S e que S está disposto a aceitar que p é verdadeira (mesmo sem possuir boas razões para tal)
5. ' p é verdadeira' afirma simplesmente que p descreve algo que ocorre de algum modo independente de S ⁶;
6. ' S está justificado em crer que p ' nos informa que S tem - falando de modo provisório - 'boas razões'⁷ para crer em p , ou que S tem 'o direito de crer em p '⁸.

Essa definição, por razões evidentes, é habitualmente denominada *definição tripartite*, é também conhecida como *definição tradicional*, *definição socrática* ou *definição platônica* de conhecimento. Durante um período consideravelmente longo, tal definição foi capaz de satisfazer as intuições acerca do que se pretendia expressar pelo uso do conceito de conhecimento. Neste sentido, a exigência por verdade nos lembra que não podemos saber o falso (saber uma proposição falsa é certamente

⁵ Tomaremos, ao longo deste ensaio, 'proposição' como sinônimo de 'enunciado'.

⁶ É importante salientar que não dependemos aqui de uma prévia e exaustiva definição do termo 'verdade', enquanto o que (DT) requer é apenas que a crença seja de fato verdadeira. Devemos notar, também, que o problema de Gettier se estabelece antes do problema cético, ou seja, mesmo que *não* tenhamos, de fato, conhecimento proposicional (sintético, ou 'empírico', como preferem alguns) algum (se o cético cartesiano estiver correto e o gênio maligno de fato controlar nossas percepções, por exemplo), continuamos tendo a tarefa de definir 'conhecimento', enquanto aplicamos esse conceito a inúmeras crenças de nosso sistema de crenças e deixamos de aplicá-lo a tantas outras. Confira, sobre isto, p. ex., LEHRER, K., *Theory of Knowledge*. Boulder: Westview Press, 1990, p. 25.

⁷ Aquele raciocínio que, como nos falava Platão, 'amarra' a mera crença verdadeira. Mas o objetivo dos autores que aqui seguiremos é exatamente a reformulação (ou complementação) do conceito de justificação; por isso, as expressões utilizadas acima não devem ser entendidas como definições do conceito. Como dissemos, definições mais cuidadosas serão apresentadas adiante, nos capítulos seguintes.

⁸ Esta, na verdade, é apenas uma das interpretações do conceito de justificação. Podemos entender tal conceito no sentido já apontado (' S está justificado em crer que p '), quando S crê em p , mas podemos também interpretá-lo como ' p está justificada para S , quando S não crê em p , mas poderia fazê-lo. Roderick Firth chama o primeiro sentido de *doxástico* e o segundo de *proposicional* (FIRTH, R. "Are Epistemic Concepts Reducible to Ethical Concepts?", In. GOLDMAN & KIM (Eds.), *Value and Morals*. Dordrecht: D. Reidel Publishing Co., 1978, p. 215-229.)

diferente de saber que uma proposição é falsa); mais do que mera crença, desejamos a crença naquilo que é verdadeiro. Mas já Platão percebia que, muitas vezes, devemos distinguir a mera crença verdadeira de algo mais, digamos, sólido. Afinal, uma crença verdadeira pode ser formada de um modo espúrio; ela pode, por exemplo, ser formada como resultado de um sonho, ou de um palpite feliz⁹. Mas, mesmo sendo verdadeira, uma crença formada através de um sonho ou de um palpite feliz não é algo que podemos denominar ‘conhecimento’ (quando escolhemos a esmo as respostas de uma prova e, apesar disto, acertamos as questões, não dizemos que *sabíamos* o resultado das questões; dizemos apenas que tivemos sorte). Para o conhecimento, então, precisamos de uma crença verdadeira acompanhada - falando provisoriamente - daquilo que distingue um palpite feliz do conhecimento. Eis aí, pois, o lugar do conceito de *justificação epistêmica*. Falando de modo provisório, uma pessoa está justificada em crer em uma dada crença quando ela não crê por na proposição em questão por algum caminho espúrio. A tentativa de oferecer uma explicação precisa da noção de justificação epistêmica é algo que ocupa boa parte das investigações epistemológicas contemporâneas. Dedicaremos, também, boa parte deste ensaio a esta investigação.

A definição tripartite, (DT), estabelecida do modo visto acima, parece bem capaz de expressar a intuição que desejamos preservar ao utilizar o título laudatório de ‘conhecimento’ para uma proposição ou conjunto de proposições: o de atingirmos a verdade com mérito, e não por simples acaso. William James expressava nosso objetivo epistêmico através da seguinte máxima: “nosso dever é o de conhecer a verdade e evitar o erro”¹⁰. Temos, assim, um duplo compromisso: se nos comprometêssemos apenas com a verdade, poderíamos, para atingi-la, crer em todas as proposições que surgem em nossa mente¹¹; se nossa

⁹ Nós trabalharemos com uma certa intuição prévia do que significa o conhecimento. Esta intuição prévia quer satisfazer, pelo menos parcialmente, aquilo que as pessoas parecem considerar quando usam o termo de um modo que seria considerado apropriado por sua comunidade. Considere, por exemplo, o caso de alguém que acerta na loteria. Ele atingiu a verdade, diríamos, mas ele não *sabia* que tais e tais números seriam sorteados (ao menos numa loteria honesta). Ele teve sorte, apenas.

¹⁰ JAMES, W. *Pragmatismo e Outros Ensaio*s. p. 242-3.

¹¹ Dado apenas o objetivo de crer em verdades estaríamos, por exemplo, autorizados a crer em contradições (já que teríamos garantida a verdade de um dos elementos da conjunção). Confira CHISHOLM, Roderick. *Theory of Knowledge*, 3ed., New Jersey:Prentice-Hall, 1989.

preocupação fosse apenas a de evitar a falsidade, poderíamos simplesmente descrever de todas as proposições. Nenhuma destas alternativas é algo desejável.

1.3 Crença Verdadeira Justificada é Conhecimento?

O seguinte princípio parece ser, pelo menos inicialmente, bastante plausível:

(PFJ) Princípio do Fechamento para a Justificação:

Se S está justificado em crer que p e S percebe que p implica validamente q, então S está justificado em crer que q.

A plausibilidade de (PFJ) parece estar fortemente ligada à idéia de que as regras da lógica são bons transmissores de alguma qualidade. É amplamente aceito que deduções logicamente válidas são boas transmissoras da verdade. Pelas mesmas razões parece ser razoável considerá-las como boas transmissoras da justificação.¹²

Suponha agora que eu possuo forte evidência (evidência que seria considerada *prima facie* adequada por qualquer ser humano comum, na mesma situação) para crer que meu colega de trabalho será indicado para a vaga de gerente; eu ouvi sorrateiramente o presidente da empresa mencionando isto, eu vi relatórios sigilosos que afirmavam isto, etc. Suponha, ainda, que eu vejo meu colega contando um punhado de moedas em seu bolso e afirmando que ele tem dez moedas no bolso. Eu tenho crença justificada de que “meu amigo será indicado para a gerência e ele tem dez moedas no bolso”. Daí eu deduzo validamente que “alguém do escritório será indicado para a gerência e tem dez moedas no bolso”; por (PFJ) eu também estou justificado em crer nisto.

¹² O Princípio do Fechamento para a Justificação está no centro de inúmeras discussões contemporâneas. Confira, por exemplo, DRETSKE, Fred. “Epistemic Operators”. *Journal of Philosophy*, 67, 1007-23, 1970 e DRETSKE, Fred. “Is Knowledge Closed Under Known Entailment? The Case Against Closure”. In. STEUP & SOSA. *Contemporary Debates in Epistemology*. Oxford: Blackwell, 2005.

Agora, suponha que minutos antes do anúncio do novo gerente o presidente da empresa muda de opinião. Ele resolve escolher a mim, como novo gerente, por alguma razão oculta, e fará o anúncio surpreendente em alguns instantes, chocando a todos, inclusive a mim, que creio que o indicado será meu amigo. A frase “meu amigo será indicado para a gerência e ele tem dez moedas no bolso” é falsa, portanto. Nenhum problema, diria o defensor da definição tripartite; você supunha que sabia que seu amigo seria indicado, mas de fato você não sabia isto, você estava enganado.

Todavia, suponha por fim que eu tenho, por absoluta coincidência, dez moedas em meu bolso. Neste caso, a frase “alguém do escritório será indicado para a gerência e tem dez moedas no bolso” é verdadeira (afinal, eu serei indicado e eu tenho dez moedas no bolso). Mesmo considerando que meu amigo não será indicado, eu continuo, até o anúncio, justificado em crer que ele o será (parece ser trivial aceitar que posso ter crença justificada porém falsa). Por (PFJ), tenho também crença justificada de que “alguém do escritório será indicado para a gerência e tem dez moedas no bolso”.

Perceba algo curioso: tenho crença verdadeira justificada de que “alguém do escritório será indicado para a gerência e tem dez moedas no bolso”, mas eu atingi a verdade de modo espúrio, por sorte (afinal, o “alguém” que estou a supor é meu colega, não eu mesmo; sem a casualidade de eu ter dez moedas no bolso a frase não seria verdadeira). E, como vimos, parece razoável supor que atingir a verdade de modo espúrio *não* me intitula ao conhecimento.

Este exemplo foi sugerido por Edmund Gettier, em 1963. No volume 23 de *Analysis*, Gettier publicou o seu artigo seminal, “Is Justified True Belief Knowledge?”, no qual apresentava dois cenários¹³ nos quais as condições do *definiens* de (DT) eram satisfeitas sem que, no entanto, o *definiendum* fosse satisfeito, ou seja, dois cenários em que um indivíduo possui crença verdadeira e justificada, mas não possui conhecimento, dadas nossas intuições sobre o conceito de conhecimento. Em outras

¹³ Utilizaremos, com frequência, expressões como ‘caso’ ou ‘exemplo’ de Gettier (ou de tipo-Gettier).

palavras, Gettier ofereceu aquilo que os filósofos denominam de *contra-exemplos* a uma definição.¹⁴

Acompanharemos, adiante, o singular conjunto de situações que compõem os casos de Gettier. Antes de analisarmos os dois casos propostos em 63, porém, será interessante, a título de comparação, observarmos dois supostos contra-exemplos anteriores aos gettierianos. Ao observarmos a razão do fracasso de tais supostos contra-exemplos pré-63, poderemos atribuir os devidos méritos ao ensaio gettieriano.

1.3.1 Dois Antecedentes Históricos Do Ataque À Definição Tripartite

Segundo Israel Scheffler¹⁵, já o seguinte caso, proposto por B. Russell, esconderia um ataque à definição tripartite:

“(R) O *Relógio Paradoxo*. *S* tem uma crença verdadeira, *p*, sobre o horário daquele instante, mas somente porque ele está olhando para um relógio que ele imagina estar funcionando, mas que está, de fato, parado.”¹⁶

Russell pretendia apenas mostrar, com (R), que poderia existir uma crença verdadeira que, no entanto, não é conhecimento. Scheffler, porém, sustenta que (R) pode ser considerado um ataque a (DT), se fizermos a suposição de que *S* tinha bons motivos (evidências, boas razões, etc.) para acreditar que o relógio estava funcionando.

¹⁴ Imagine, por exemplo, que alguém define felicidade como “o estado em que as pessoas andam sorrindo”. Esta definição satisfaz, aparentemente, pelo menos algumas de nossas intuições sobre o que é a felicidade e, por isso, pode ser considerada aceitável por alguém. Ela está, porém, certamente sujeita a contra-exemplos. Alguém, por exemplo, poderia lembrar que o Coringa, em suas tentativas raivosas de destruir Batman, está sempre a sorrir. Apesar de sua face sorridente, ninguém diria que o Coringa é um sujeito feliz. Neste caso, a existência de indivíduos como o supervilão é um contra-exemplo à definição de felicidade proposta.

¹⁵ SCHEFFLER, Israel. *Conditions of Knowledge*. Chicago: Scott, Foreman ed., 1965, p.112.

¹⁶ *In*. SHOPE, 1983, p.19.

Roderick Chisholm¹⁷, de modo semelhante, pretendia ter encontrado um caso que poderia ser considerado um ataque à (DT). Chisholm propôs que o seguinte caso, elaborado por A. Meinong, escondia um ataque à definição tripartite¹⁸:

“(M) *A Alucinação Auditiva*: Há um sino num jardim próximo. *S* freqüentemente escutava o sino, que badalava balançado pelo vento. Ele desenvolveu, porém, um tipo de surdez que é acompanhada por alucinações auditivas. Devido a essas alucinações, *S* adquire o que, por acaso, é uma crença verdadeira em *p*: “o sino está badalando”. ”¹⁹

A despeito de querelas históricas, é significativo percebermos o que Scheffler e Chisholm pretendem ter encontrado nos dois exemplos acima: casos hipotéticos, intuitivamente aceitáveis, que satisfariam às condições previstas por (DT), mas que não descreveríamos como situações nas quais os sujeitos epistêmicos possuem de fato conhecimento. Em outros termos, Scheffler e Chisholm pretendiam ter localizado *contra-exemplos* à definição tripartite. Um contra-exemplo bem sucedido teria uma função devastadora: mostraria que aquela definição que consideramos como satisfatória por mais de dois milênios não é, de fato, capaz de descrever aquilo que pretendemos expressar quando utilizamos o conceito de conhecimento.

Temos razões para crer, porém, que nenhum dos dois exemplos propostos é, de fato, um contra-exemplo à (DT)²⁰. Tanto no exemplo (R) quanto em (M), *S* não está adequadamente posicionado para saber que *p*. Isso é evidente em (M): o sujeito epistêmico do exemplo não possui um aparelho auditivo competente (e isso é relevante nesse caso, haveríamos de conceder) a ponto de obter justificação para crenças resultantes dos

¹⁷ CHISHOLM, Roderick. *Theory of Knowledge*. 2ª ed. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1977, p.104.

¹⁸ Na terceira edição de seu *Theory of Knowledge*, porém, Chisholm afirma que “Gettier foi o primeiro filósofo a ver que a definição tradicional é inadequada”. (cf. *Theory of Knowledge*. 3ª ed., p. 92)

¹⁹ In: SHOPE, 1983, p 20.

²⁰ Seguiremos aqui a posição de Shope, contra Scheffler e Chisholm. À margem de tal discussão, porém, o fato é que, mesmo que (R) e (M) possam ser considerados já como ataques à (DT), Gettier merece o mérito de, pelo menos, ter tornado explícito o problema.

processos envolvidos na audição; ele, simplesmente, não possui justificação para a crença “o sino está badalando”. Ele não satisfaz as condições previstas em (DT) e, daí, não *sabe* que o sino está tocando.

No caso de (R), isso é menos evidente, mas também detectável. *S* pode ali ser acusado de desleixo intelectual, deixando de executar uma tarefa tão relevante quanto simples: avaliar o funcionamento do relógio. Assim, apesar de *p* ser verdadeira e de *S* crer em *p*, não concordaríamos muito facilmente em atribuir a *S* justificação (já que podemos facilmente concordar que uma condição a ser cumprida para que *S* estivesse efetivamente justificado, nesse caso, é a de que ele consultasse as horas num relógio que funcionasse!).

Sendo assim, não cremos que existam razões para considerar *S* justificado em aceitar as crenças em questão. E, se uma das condições da definição não foi satisfeita, ela não foi, obviamente, satisfeita.

1.3.2 Os Exemplos De Gettier E Exemplos De Tipo-Gettier

Como vimos, os casos engendrados por Russell e Meinong parecem não servir como contra-exemplos à definição tripartite, enquanto existem problemas claramente detectáveis com o corpo de evidências que deveria (mas não o faz) fornecer justificação à crença *p*.

Os exemplos publicados por Gettier em 1963 tiveram sorte bastante diferente. Vamos, agora, apresentá-los e demonstrar por que obtiveram sucesso onde os casos de Russell e de Meinong falharam.

1.3.2.1 Os Exemplos de Gettier

Edmund Gettier, em “Is Justified True Belief Knowledge?”, propõe dois exemplos semelhantes, que podemos assim resumir:

“(G1) *Brown em Barcelona*: Smith tem fortes evidências para uma proposição que ele não imagina ser falsa, a saber, *f*: ‘Jones tem um Ford’. Ele toma aleatoriamente o nome de um lugar, ‘Barcelona’, e constrói a proposição *p*: ‘ou Jones tem um Ford ou Brown está em Barcelona’. Não tendo a menor idéia do atual paradeiro de Brown, Smith

aceita p tendo por base f . Acontece porém que, por coincidência, Brown está em Barcelona, e assim p é verdadeira.²¹

(G2) *Com novo emprego e dez moedas no bolso*: Smith tem forte evidência para crer - e crê - na seguinte conjunção, d: 'Jones será indicado para o emprego e tem dez moedas no bolso', da qual deduz a proposição e: 'O homem que será indicado para o emprego tem dez moedas no bolso'. Acontece que, sem que Smith o saiba, ele é que será o indicado para o emprego e, coincidentemente, tem dez moedas no seu bolso."²²

²¹Esse é o exemplo esquemático apresentado em SHOPE, 1983, p. 23. A íntegra do exemplo proposto por Gettier em 1963 é a seguinte:

"Vamos supor que Smith tem forte evidência para a seguinte proposição:

(f) Jones possui um Ford.

A evidência de Smith pode ser a de que Jones possuía, desde quando Smith conseguia lembrar-se, um carro, e sempre um Ford, e que Jones recentemente lhe ofereceu uma carona enquanto dirigia um Ford. Vamos imaginar, agora, que Smith tem um outro amigo, Brown, de cujo paradeiro ele é inteiramente ignorante. Smith seleciona aleatoriamente três nomes de localidades e constrói as três seguintes proposições:

(g) Ou Jones possui um Ford ou Brown está em Boston.

(h) Ou Jones possui um Ford ou Brown está em Barcelona.

(i) Ou Jones Possui um Ford ou Brown está em Brest-Litovsk.

Cada uma destas proposições é implicada por (f). Imagine que Smith percebe o acarretamento de cada uma destas proposições por (f), e vem a aceitar (g), (h) e (i) tendo por base (f). Smith inferiu corretamente (g), (h) e (i) de uma proposição para a qual ele tem forte evidência. Smith está, assim, completamente justificado em crer em cada uma destas três proposições. Smith, é claro, não tem a menor idéia de onde Brown está.

Mas imaginemos agora que duas condições adicionais se dão. Primeira, Jones *não* possui um Ford, mas está dirigindo um carro alugado. E, segunda, por uma grande coincidência (a qual Smith ignora totalmente), o lugar mencionado na proposição (h) é realmente o lugar onde Brown está. Se estas duas condições se dão, então Smith *não* sabe que (h) é verdadeira, mesmo dado que (i) (h) é verdadeira, (ii) Smith crê que (h) é verdadeira, e (iii) Smith está justificado em crer que (h) é verdadeira".

²² Esse é, novamente, um exemplo esquemático. Eis o exemplo original de Gettier:

"Vamos supor que Smith e Jones tenham se candidatado para um certo emprego. E vamos supor também que Smith tem forte evidência para a seguinte proposição conjuntiva:

(d) Jones é o homem que ficará com o emprego, e Jones tem dez moedas em seu bolso.

A evidência de Smith para (d) pode ser a que o presidente da companhia lhe assegurou que Jones seria o selecionado, e a que ele, Smith, havia contado as moedas no bolso de Jones a dez minutos atrás. A proposição (d) implica:

(e) O homem que ficará com o emprego tem dez moedas em seu bolso.

Temos, aqui:

1) em (G1), por definição:

$\neq Fj$: Jones tem um Ford

$p = (Fj \vee Bb)$: Jones tem um Ford ou Brown está em Barcelona.

e dá-se que:

i) Para Smith, Fj é verdadeira, e ele está justificado em aceitá-la (as “fortes evidências” garantem isto). De Fj Smith deduz, de modo válido, a disjunção $(Fj \vee Bb)$. Ao deduzir validamente esta disjunção da crença justificada Fj , Smith garante que a disjunção, ela mesma, está justificada para ele - aceitando que a dedução válida é um bom transmissor da justificação²³.

ii) É o caso, porém, de Fj ser falsa. A disjunção $(Fj \vee Bb)$ deveria ser, então, *crê* Smith, falsa (já que é falso que Jones tem um Ford e, imagina Smith, é falso que Brown está em Barcelona). Porém, por sorte (ou má sorte), Brown está em Barcelona (Bb é verdadeira), o que garante a verdade de $(Fj \vee Bb)$.

iii) Dadas i) e ii), Smith tem, então, uma crença (a crença em $(Fj \vee Bb)$) verdadeira e justificada.

iv) Imediatamente, porém, percebemos que tal crença é verdadeira e justificada para Smith (satisfazendo (DT)) devido apenas a um enorme golpe de sorte, a uma enorme coincidência, inimaginável para ele. A

Vamos supor que Smith percebe a implicação de (d) para (e) e aceita (e) baseado em (d), para a qual ele tem forte evidência. Neste caso, Smith está claramente justificado em crer que (e) é verdadeira.

Mas imaginemos ainda que, sem que Smith o saiba, ele, Smith, e não Jones, ficará com o emprego. E, também sem que Smith o saiba, que ele, Smith, tem dez moedas em seu bolso. A proposição (e) é, então, verdadeira, apesar da proposição (d), da qual Smith inferiu (e) ser falsa. Em nosso exemplo, então, todas as seguintes são verdadeiras: (i) (e) é verdadeira, (ii) Smith acredita que (e) seja verdadeira, e (iii) Smith está justificado em crer que (e) é verdadeira. Mas é igualmente claro que Smith não *sabe* que (e) é verdadeira; já que (e) é verdadeira em virtude do número de moedas no bolso de Smith, enquanto Smith não sabe quantas moedas há em seu bolso, e baseia sua crença em (e) numa contagem que fez das moedas no bolso de Jones, o qual ele *crê* falsamente ser o homem que ficará com o emprego”.

²³ Discutiremos, posteriormente, a questão da transmissibilidade da justificação.

disjunção é verdadeira, mas não devido às razões que levam Smith a acreditar em sua verdade. Sua verdade não depende, como Smith imagina, do fato de Jones possuir um Ford, mas do fato de Brown estar em Barcelona – algo que Smith, inclusive, imagina ser falso. A moral da história fica clara: a situação de Smith parece se chocar com nossas intuições sobre o que devemos esperar de um caso de conhecimento. Smith, diríamos, não tem conhecimento nesse caso. Diríamos que ele teve apenas sorte, muita sorte. E sorte e conhecimento são água e óleo.

No segundo exemplo temos que:

$d \models E_j \& M_j$: Jones será indicado para o emprego e tem dez moedas no bolso.

$\models \exists x (E_x \& M_x)$: existe um homem que será indicado para o emprego e que tem dez moedas no bolso.

O problema aqui se instalará de modo semelhante ao do primeiro caso: existe uma proposição justificada para Smith ($E_j \& M_j$), da qual ele deduz uma nova proposição ($\exists x (E_x \& M_x)$), que também está justificada para ele. Acontece, porém, que a proposição original ($E_j \& M_j$) é, de fato, falsa, mas a deduzida ($\exists x (E_x \& M_x)$) é, por um golpe de sorte, verdadeira.

Devemos notar que o sujeito epistêmico desses problemas não padece das mesmas debilidades daqueles dos exemplos (R) e (M)²⁴. Smith tem aqui "forte evidência" para crer no que crê; podemos nos dar ao luxo de imaginar um número infinitamente grande de evidências relevantes para cada caso, que justificariam as crenças de Smith de modo aceitável para qualquer outro indivíduo razoável apresentado a uma situação real semelhante. Os exemplos de Gettier não são, assim, passíveis dos mesmos ataques dirigidos aos de Russell e Meinong; o sujeito epistêmico dos

²⁴ Novamente o leitor poderia argumentar que o que separa (R) e (M) do *status* de contra-exemplo a (DT) é meramente um *plus* que tornaria os sujeitos epistêmicos dos exemplos justificados em relação às crenças, e que este *plus* poderia ser facilmente acrescentado ao exemplo (supondo, por exemplo, que o relógio de (R) *parecia* estar funcionando). Novamente, isto parece ser razão para atribuímos os méritos a Gettier. Mesmo que ele (e isso é mera especulação) tivesse se inspirado em Russell ou em Meinong para formular seus contra-exemplos, executa dois movimentos não realizados por tais autores: primeiro, tem muito claro seu alvo, (DT); segundo, mostra, com precisão, como atingi-lo.

exemplos de Gettier, diríamos num primeiro momento, está em ‘posição para saber’, ‘tem boas evidências para o que crê’ ou, em outras palavras, está justificado para crer no que crê (ao contrário dos sujeitos epistêmicos dos exemplos (R) e (M)).

O problema posto através dos exemplos de Gettier é, agora, facilmente detectável: o sujeito conhecedor, *S* (Smith), possui uma crença verdadeira e justificada, mas não satisfaz à intuição que desejamos manifestar através do conceito de conhecimento, aquela intuição básica que consiste em considerar o conhecimento como algo que envolve, de algum modo, mérito²⁵. Esta intuição nos faz separar em diferentes conjuntos uma crença obtida através de, por exemplo, um palpite feliz e uma, digamos, sustentada por uma longa e sólida cadeia de boas razões. A idéia de que conhecimento envolve mérito é algo que nos soa tão razoável que podemos admitir que, entre uma intuição deste quilate e uma definição (como (DT)), optamos pela primeira. E, no momento em que Gettier nos propõe dois cenários plausíveis nos quais um sujeito conhecedor possui crença verdadeira e justificada, mas o possui apenas devido a um golpe de sorte (a presença de Brown em Barcelona, por exemplo), passamos a considerar que (DT) é, de algum modo, inadequada, já que não excluiu do conjunto do ‘conhecimento’ uma proposição que, de acordo com nossa intuição básica, lá não merecia estar. Assim, salvo alguma inadequação dos exemplos, (DT) é demonstrada insuficiente.

Os contra-exemplos de Gettier, além de apontarem para a insuficiência de (DT), enterram de vez uma concepção de justificação que acompanhava grande parte da epistemologia anterior: a de que o conceito de conhecimento poderia estar fortemente centrado numa noção de justificação, entendida como um encadeamento de razões (ancoradas preferencialmente em alguma proposição infalível) e, principalmente, que tal cadeia de razões, devidamente ancorada, seria capaz de garantir-nos o conhecimento.

²⁵ “Mérito”, aqui, deve ser compreendido num sentido bastante amplo. Trata-se de “mérito” de um sujeito conhecedor ou do “mérito” envolvido em um processo de formação de crenças. Ficam satisfeitas, assim, intuições tanto internalistas quanto externalistas (falaremos, mais adiante, sobre internalismo e externalismo quanto a justificação). O Problema de Gettier atingirá a ambos, ao internalista e ao externalista.

É consenso, na epistemologia pós-gettieriana, que qualquer cadeia (ou conjunto) de razões a sustentar uma crença estará sujeita àquele par de eventos (a falsidade daquilo que o sujeito conhecedor toma como verdadeiro e um evento, desconhecido do sujeito conhecedor, que torna - não pelas razões que o sujeito conhecedor está a considerar - uma proposição derivada verdadeira) que compõe um caso de tipo-Gettier. A noção de justificação será compreendida, em tempos pós-gettierianos, por conta da possibilidade de ocorrência de uma situação gettierizada, de um modo *falibilista*. Mas voltaremos a este ponto mais adiante.

Os dois casos propostos por Gettier, (G1) e (G2) vão, pois, consistir em ataques mortais à antiga definição tripartite de conhecimento proposicional, acertando-a no coração: na noção-chave de justificação²⁶. Gettier nos mostrou que, mesmo que estejamos justificados, que mesmo que estejamos naquilo que consideraríamos inicialmente uma excelente posição para saber, dispondo de excelentes evidências, estaremos sujeitos a uma conjunção de fatores externos a nós e que nos afastam daquela situação que desejamos, a da verdade atingida com mérito (como vimos, os casos de Gettier forneciam, exatamente, casos em que a verdade era atingida, mas *sem* mérito). A questão, pois, está mais além da mera suposição de que dispor de justificação para uma crença talvez não seja algo frequentemente realizável, dadas nossas limitações. Gettier merece os méritos por ter apontado para algo de novo na história da epistemologia: a busca pela evidência que garanta a verdade é, de fato, em vão. Podemos estar, como vimos, justificados e, mesmo assim, atingirmos a verdade sem mérito algum (não possuindo, pois, conhecimento).²⁷

A tarefa dos epistemólogos passa a ser, então, desde 63, a de elaborar uma nova definição de conhecimento proposicional. Esta nova definição deve satisfazer nossas intuições acerca do conhecimento e deve prever o que *não* deve ocorrer, externamente ao sujeito conhecedor; em outras palavras, uma definição adequada de conhecimento deve garantir que só

²⁶ Consideramos a noção de justificação como central em (DT) porque, dado nosso objetivo epistêmico de atingir a verdade e evitar a falsidade, tanto a noção de verdade quanto a de crença mostram-se estereis: se a verdade é nosso objetivo, ela nada diz sobre o como atingi-la; mera crença, por sua vez, é cega para distinguir o verdadeiro do falso.

²⁷ Veja que os casos de Gettier não se constituem, eles mesmos, em argumentos céticos. Eles não atacam a possibilidade do conhecimento ou mesmo da posse de crença justificada. A possibilidade de estarmos em uma situação gettierizada é algo que pode, porém, ser utilizada pelo Cético, certamente.

atribuamos o conceito de conhecimento àquelas proposições que de fato *não* estão sujeitas àquela conjunção de fatores que caracteriza os exemplos de Gettier (e, como veremos a seguir, toda uma classe de contra-exemplos denominados de *tipo-Gettier*)

1.3.3 Ataques Aos Exemplos de Gettier

O momento imediatamente posterior ao artigo de Gettier é marcado por uma ‘onda conservadora’: surgem aqui e ali tentativas de detectar falhas no interior dos contra-exemplos, falhas estas que os dissolveriam, anulando o ataque à (DT). Cremos que apenas uma delas merece uma maior atenção.

1.3.3.1 A Transmissibilidade da Justificação Através da Implicação: O Princípio de Fechamento

D. M. Armstrong faz a seguinte observação contra os exemplos de Gettier:

“Esta simples consideração parece tornar redundante o engenhoso argumento do (...) artigo (...) de Gettier. Gettier formulou contra-exemplos à tese de que crença verdadeira e justificada é conhecimento através da produção de crenças verdadeiras baseadas sobre um sustentáculo acreditado de modo justificável, (...) mas nos quais este sustentáculo é, de fato, *falso*. Mas dado que a posse de tal sustentáculo não poderia constituir posse de *conhecimento*, eu consideraria óbvio que ele é muito frágil para servir como um sustentáculo adequado.”²⁸

Descartes, como é bem sabido, foi o mestre da seguinte estratégia: ‘se *S* tem certeza e um método que garante a certeza, ele terá como certas todas as proposições derivadas da certeza inicial com a utilização do método adequado’. Uma versão menos exigente – abrindo mão do

²⁸ ARMSTRONG, D. M. *Belief, Truth and Knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press, 1973. A passagem é sugerida por Richard Feldman em seu “An Alleged Defect in Gettier Counterexamples”. In. MOSER & vander Nat. *Human Knowledge: Classical and Contemporary Approaches*. 2 ed., New York: Oxford University Press, 1995, p. 274-5.

requisito de certeza como condição para o conhecimento – também se mostraria amplamente aceitável: ‘se S tem crença verdadeira e justificada e um método preservador da verdade, então poderá aceitar que todas as proposições derivadas de tal crença, através do uso do método, serão também verdadeiras e justificadas’.

Os contra-exemplos de Gettier – como um leitor mais atento já poderá ter percebido – sustentam-se em um condicional diferente dos enunciados acima: ‘se S tem crença justificada e um método preservador da verdade, então pode aceitar que todas as proposições derivadas de tal crença, através do uso do método, serão também justificadas’. Nos dois exemplos propostos, Smith acreditava em uma proposição que era, de fato, falsa (“Jones possui um Ford” e “Jones será indicado para o emprego e tem dez moedas no bolso”) e, a despeito disso, dessas proposições falsas deduzia outras, que Gettier considerava justificadas (e que eram, por acidente, verdadeiras). Esta crença na transmissibilidade da justificação através de uma dedução válida é comumente expressa através do princípio já sugerido anteriormente, um princípio *de fechamento* (*closure principle*) para a justificação:

Princípio de Fechamento - Se uma proposição p está justificada para um sujeito epistêmico S , se p implica e se S percebe que p implica q , então q está igualmente justificado para S .²⁹

Armstrong questiona exatamente tal princípio. Se bem sucedido o ataque, dissolveriam-se os contra-exemplos. Duas observações, porém, a nosso ver, mantêm a validade dos ataques à (DT).

A primeira delas constitui em uma defesa rápida da plausibilidade do princípio: por que deveríamos exigir que as premissas (p) de um argumento transmissor de justificação sejam verdadeiras? Uma boa razão seria a de que, se o sujeito epistêmico sabe ou apenas desconfia da

²⁹ Esta formulação do Princípio de Fechamento, recomendada por Peter Klein no verbete ‘Knowledge, concept of’ da Routledge Encyclopedia of Philosophy parece ser a mais interessante, mas não é a única formulação do princípio – e não é com esta formulação que Gettier o introduz na literatura. A discussão dessa variedade de formulações excede, porém, o escopo deste ensaio.

falsidade de p , então ele não estaria justificado em crer em p (já que não podemos, obviamente, estar justificados em crer em proposições que cremos falsas).

Podemos, porém, crer em proposições que não sabemos falsas e para as quais temos evidência adequada disponível; mais ainda, poderíamos afirmar – *grosso modo* – que *devemos* crer em proposições para as quais dispomos de evidências adequadas e para as quais *não* dispomos de contra-evidência. Este não pareceria, pelo menos a princípio, um conselho desprezível ou inadequado. Pelo contrário, ele parecerá, para boa parte dos indivíduos, deveras razoável.

O sujeito epistêmico dos exemplos de Gettier, Smith, poderia ser um desses indivíduos guiados por tal máxima epistêmica. Apesar de crer em proposições falsas, ele, para tais, possui justificação e, além disso, não possui nenhuma evidência capaz de sustentar a crença na falsidade de tais proposições.

O Ataque de Armstrong parece motivado por uma confusão³⁰: a confusão entre o que causa a crença e o que a justifica. Crenças podem possuir diferentes origens, mas se estão conectadas, para um sujeito epistêmico, através de uma dedução válida, podemos supor que, junto com a garantia da verdade, também a justificação se transmita.

1.3.4 - Exemplos De Tipo-Gettier

A segunda consideração sobre o ataque de Armstrong consiste em estabelecer uma estratégia para evitá-lo. Vejamos, por exemplo, o seguinte caso, proposto por Keith Lehrer:

“(TG1) *Mr. Nogot (versão não-discussiva)*: Um funcionário no escritório de S , Mr. Nogot, deu a S a evidência e , da qual S inferiu diretamente p : 'alguém no escritório possui um Ford'. Mas, sem que S o suspeitasse, é Havit que tem um Ford, e não Nogot.”³¹

³⁰ Algo que fica, a nosso ver, ainda mais patente quando consideramos que Armstrong foi defensor de um tipo extremado de teoria causal da justificação, que defendia que o que confere justificação a uma crença é o modo como a crença é causada.

³¹ *Apud*. SHOPE, 1983, p. 24.

Tal caso é claramente inspirado nos exemplos de Gettier, e possui um objetivo claro: evitar que a justificação seja transmitida por uma cadeia envolvendo proposições falsas – como vimos, o que deu margem ao ataque de Armstrong.

Vemos, em (TG1), que Lehrer apresenta uma versão ligeiramente modificada dos exemplos originais, tentando estabelecer uma ligação direta entre as evidências e a conclusão ('alguém no escritório tem um Ford'). Lehrer defende uma inferência *direta* entre evidência e conclusão, sem dedução e sem envolver proposições falsas (uma suposta 'Mr. Nogot possui um Ford', se houvesse), como em (G1) e (G2) e, pelo menos temporariamente, garantindo a seu (TG1) *status* de contra-exemplo.

“Temporariamente” porque (TG1) padece de outro mal: podemos facilmente alegar que uma premissa do argumento ('Mr. Nogot tem um Ford') *não está dada explicitamente*, sendo, porém, suposta.

O próprio Lehrer propõe, posteriormente, um novo contra-exemplo, que continua evitando o envolvimento de premissas falsas, mas que não padece do mesmo mal que (TG1) (nem do mesmo defeito dos exemplos originais de Gettier):

“(TG2) *O professor esperto*: Um aluno da classe de S , Mr. Nogot, deu ao professor de S evidência e , suficiente para justificar a seguinte crença, q , para ele: 'Mr. Nogot tem uma Ferrari'; ele não tem evidências que sustentem r : 'Mr. Havit tem uma Ferrari'. O professor não está interessado, porém, em quem possa ser na classe o proprietário da Ferrari, mas somente em se p é verdadeira, onde p é a proposição 'alguém na classe tem uma Ferrari'. As razões do professor para inferir que a evidência e apóia q são as de que (dado e) é possível que alguém na classe tenha uma Ferrari.”

Exemplos deste tipo, inspirados nos de Gettier mas submetidos à alterações, são denominados de exemplos de *tipo-Gettier*. Listas extensas de exemplos desse tipo podem ser conferidas, por exemplo, em SHOPE,

1983, e em FURMAN, 1992³². Muitos serão discutidos ao longo deste volume. Analisaremos, nesta seção, apenas alguns dos mais ilustrativos, que demonstram a extrema - e problemática (pelo menos para aqueles que pretendem definir ‘conhecimento’) - adaptabilidade de exemplos semelhantes aos de Gettier (de tipo-Gettier) a novos contextos.

(TG1) e (TG2) têm, aqui, uma função bem definida: apontar a dificuldade de escaparmos do campo minado em que Gettier nos deixou. Quando acreditamos que tínhamos uma boa razão para negarmos aos exemplos de Gettier o *status* de contra-exemplo (a presença da falsidade), novos exemplos são propostos, repondo o problema com nova força. E já podemos imaginar que será exatamente esta capacidade de assumir novas formas que conferirá relevância e dramaticidade à discussão³³. Não é difícil prever o movimento seguinte: exemplos de tipo-Gettier são hoje ameaças não apenas à (DT), mas a qualquer proposta de definição do conceito de conhecimento proposicional. É uma ameaça tão letal que não permitiu que, até o momento, qualquer nova análise conseguisse ampla aceitação.

1.3.5 Formulação Do Problema De Gettier

Após o exposto, devemos nos lembrar que quando falamos do Problema de Gettier, não falamos mais apenas do ataque histórico de Gettier à (DT), em 1963; falamos agora de um desafio a qualquer tentativa de definir o que seja conhecimento proposicional: apresentar uma definição que não sucumba a ataques via contra-exemplos de tipo-Gettier, ou seja, apresentar uma definição que dissolva o *Problema de Gettier*. Podemos, agora, propor um esquema preliminar para os contra-exemplos:

³² FURMAN, Michael T. *Living in the Gettier Fallout*. Santa Barbara: Universidade da Califórnia, 1992. Tese de doutorado. Não nos preocuparemos agora em apresentar uma lista mais exaustiva. Traremos os contra-exemplos de acordo com a necessidade de momento.

³³ Confira um artigo recente de Linda Zagzevski (“The Inescapability of Gettier Problems”. *The Philosophical Quarterly*, Vol. 44, nº 174, jan. 1994, p. 65-73), que defende a tese de que um exemplo do tipo-Gettier pode ser elaborado para *qualquer* definição de conhecimento apresentada (o que implicaria a indefinibilidade do conceito de conhecimento).

- (G) Em um contra-exemplo de tipo-Gettier, dados S e p
- (1) a condição de verdade é cumprida para com p ,
 - (2) a condição de crença é dada em relação a p ,
 - (3) a condição de justificação é satisfeita em relação a p ,
 - (4) S tem justificação para e crê em q ,
 - (5) A justificação de p para S depende de q ,
 - (6) q , ou alguma outra crença, r , é falsa;
 - (7) S não sabe que p .

1.4 Dois Compromissos Para Uma Definição de Conhecimento Proposicional

Vamos lidar, nos capítulos terceiro, quarto e quinto, com algumas propostas de definição de conhecimento proposicional; neste momento, entretanto, será útil que discutamos uma definição ingênua de conhecimento, para que possamos perceber melhor o caráter do adversário a ser derrotado.

Suponha que, após uma análise dos contra-exemplos originais, um epistemólogo propusesse a seguinte definição de conhecimento proposicional:

(D1) S sabe que p sse

- (i) S crê em p ,
- (ii) p é verdadeira;
- (iii) S está justificado em crer em p ,
- (iv) a justificação de p para S não depende de qualquer proposição falsa.

(D1) é capaz de resistir aos exemplos de Gettier; a análise de (G1) e (G2) mostrou-nos que a justificação das proposições em questão dependia de outras proposições, falsas. A nova cláusula proposta acima, (iv), nos permite afirmar que o sujeito epistêmico dos exemplos de Gettier não sabe as proposições em questão, em cada caso.

A nova definição tem, porém, pelo menos mais dois compromissos: não ser muito fraca nem muito forte. Ela não pode ser muito fraca no sentido de permitir que novos contra-exemplos se instalem, ou seja, em conferir o título de conhecimento àquilo que é um palpite feliz. E não pode ser muito forte, no sentido de não dar conta de todas as intuições relativas ao conceito de conhecimento.

Vejamos se (D1) cumpre o primeiro compromisso. Tomemos um exemplo de tipo-Gettier proposto por Bryan Skyrms³⁴, em 1967:

(TG3) *O piromaniaco*: riscando um fósforo, *S* infere que ele acenderá, diretamente a partir de seu conhecimento de que aquele é um fósforo seco de uma variedade (“fósforos “fogo-certo”) que sempre acendeu para *S* quando seco e riscado. Entretanto, sem que *S* o saiba, este palito não pode ser aceso por fricção devido a impurezas e acenderá apenas devido a uma emissão da rara radiação-Q.

A despeito de discussões sobre a indução³⁵, consideraremos *S* como justificado em crer na proposição verdadeira *f*, “o fósforo acenderá”. Cabe verificarmos, agora, se a condição (iv) de (D1) será satisfeita. Dado que as únicas proposições a fornecer justificação para *f* para *S* são verdadeiras, a condição (iv) é satisfeita. Nossas intuições são novamente traídas e o problema novamente se instala.

Vamos, porém, continuar com o teste, passando para o segundo compromisso. Testaremos (D1) frente a outro contra-exemplo³⁶:

³⁴ Apud. SHOPE, 1983, p. 25.

³⁵ A maior parte dos autores contemporâneos não considera a certeza como algo indispensável para a justificação; não é estranho, daí, aceitar que a justificação possa ser transmitida através de uma inferência indutiva.

³⁶ Montamos aqui um contra-exemplo inspirado no elaborado por P. Klein, em 1971 (apud. SHOPE, p. 45-6).

(TG4) *A louca Sra. Grabit*. *S* crê que seu vizinho, Tom Grabit, roubou um livro da livraria porque *S* viu Tom pegando o livro. *S* comenta o ocorrido com a mãe de Tom, que lhe informa que, na verdade, Tom está a milhas de distância e que quem *S* verdadeiramente viu foi o irmão gêmeo de Tom. *S*, posteriormente, recebe de um amigo confiável a informação de que a mãe de Tom enlouqueceu e que cria ilusões sobre a existência de um irmão gêmeo de Tom.

Podemos perceber que (D1), a princípio, não é derrotada pelo exemplo; a crença em questão, que chamaremos de *t* (“Tom roubou o livro”), não depende de qualquer crença falsa para sua justificação. A definição, entretanto, mostra-se muito forte para captar uma sutileza do contra-exemplo: a eliminação e posterior restauração da justificação de *S* para *t*. *S* estava justificado em crer que *p*, baseado no que viu na livraria (sem depender de nenhuma crença falsa); após receber a informação adicional da existência de um irmão gêmeo de Tom, *S* perde a justificação para *t*, que é, a seguir, restaurada quando a informação proveniente da mãe de Tom é cancelada pela contra-informação de que ela é louca.

S sabe que *t*, nesse caso, não apenas porque (D1) foi satisfeita, mas também porque um outro movimento se deu – o jogo de informação adicional e de contra-informação. (D1) não capta esse movimento, o que, apesar de não constituir um contra-exemplo em sentido estrito, é o suficiente para mostrar que esta não é uma definição capaz de explicar bem o conceito que pretende definir.

1.5 O Problema de Gettier e o Externalismo em Relação ao Conhecimento

Os contra-exemplos de tipo-Gettier se instalam, como vimos, devido a ocorrência de certos eventos que tornam insuficientes a justificação que o sujeito epistêmico dispunha para uma proposição. Isto tem implicações dramáticas, já que se consideramos que justificação é sinônimo de certeza, então teremos que enfrentar dois graves desafios: 1) “certeza” não parece ser algo requerido nas nossas postulações cotidianas de conhecimento. Dizemos que “sabemos” que a chave está na prateleira, que choveu ontem, que Deus existe, etc, e em nenhum momento nos preocupamos com se nossas crenças estão justificadas até o grau da certeza. 2) Se exigimos certeza para nossas crenças, então talvez nenhum conhecimento

sobre o mundo exterior seja possível, já que parece que não podemos atingir certeza sobre nossas crenças sobre o mundo exterior (veja, mais adiante, as observações de Peter Klein sobre o conceito de certeza).

Por outro lado, se nos contentamos com menos do que a certeza (e nos contentamos com um certo grau de razoabilidade, por exemplo), então temos que admitir que *podemos* sempre estar sujeitos a um caso de tipo-Gettier e que a justificação que dispomos e que é *prima facie* adequada não é suficiente para que eu conheça uma proposição verdadeira. Isto porque os eventos que, como vimos, caracterizam um caso de tipo-Gettier são *externos*, estão além das crenças atualmente disponíveis para o sujeito epistêmico. Justificação, entendida como um conjunto de razões disponíveis para o sujeito epistêmico capazes de sustentar a crença em uma proposição, é algo de insuficiente para sustentar uma definição de conhecimento proposicional de caráter empírico de proposições verdadeiras.

A reformulação do conceito de conhecimento empírico implicará na adição de uma cláusula que deverá impedir que estes eventos externos afetem o *status* epistêmico da crença em questão. Esta observação, de certo modo, rompe com a tradição epistemológica moderna e estabelece a tese que vamos denominar de *externalismo em relação ao conhecimento*, e que pode ser enunciada como “a impossibilidade de definirmos conhecimento proposicional empírico apelando apenas para elementos internos ao sujeito epistêmico”.

A despeito da tese externalista acima mencionada, o conceito de justificação continua desempenhando papel central nas teorias do conhecimento; as estratégias de ataque ao problema de Gettier têm, invariavelmente, ligação com pressupostos assumidos na discussão sobre o conceito de justificação. E é sobre tal conceito que nos concentraremos nos próximos capítulos.

2 – CRENÇA, VERDADE E JUSTIFICAÇÃO

No capítulo anterior, apresentamos a definição tradicional de conhecimento e os ataques de Edmund Gettier. Vamos, agora, retomar (DT) para uma melhor compreensão dos conceitos ali envolvidos, tecendo algumas considerações que serão supostas nos capítulos posteriores.

2.1 Crença

Começaremos com o conceito de crença. Do ponto de vista estritamente epistemológico, a crença é tomada habitualmente como o elemento mais primitivo da definição de conhecimento proposicional. Uma crença é, em sentido comum, uma crença em algo ou, especificando, uma atitude intencional em relação a um conteúdo proposicional. A atitude intencional de crença é diferente da atitude de, por exemplo, temer, da de ter esperança de que algo se realize, etc. Em relação a um mesmo conteúdo proposicional como, por exemplo, “meu time será campeão”, podemos ter atitudes psicologicamente diferentes:

podemos crer que ele será campeão, podemos desejar que ele seja campeão, podemos temer que ele seja campeão, etc.

Cada uma destas atitudes psicológica gera um, digamos, comprometimento diferente. E parece que, para o fim de obter conhecimento, apenas a atitude de crer é relevante: desejar algo é irrelevante para que eu saiba este algo; temer algo também o é, e assim por diante.

2.1.1 Crença e estados doxásticos

Podemos, de modo breve, caracterizar o estado doxástico de crença, condição necessária na definição tradicional de conhecimento proposicional, como aquele estado em que um agente doxástico estaria disposto a declarar uma proposição dada como verdadeira; como “ser verdadeiro” é um atributo exclusivamente de proposições, o conteúdo da crença é sempre uma proposição³⁷.

Proposições nos interessarão aqui, apenas, enquanto objetos de certas atitudes doxásticas. Elas, tradicionalmente, são três: crer (quando o agente doxástico está disposto a asserir a proposição em questão), descrever (quando o agente doxástico está disposto a asserir a contraditória da proposição em questão) e suspender o juízo (quando o sujeito epistêmico realiza a *epoché*, ou seja, quando o sujeito epistêmico não se dispõe a sustentar a verdade nem da proposição em questão nem da sua contraditória)³⁸. Obviamente, só é possível o conhecimento quando nos encontramos no primeiro dos estados³⁹.

³⁷ Crer em um conjunto de proposições, como, por exemplo, uma teoria científica, um discurso moral, etc., nada mais é do que crer em cada uma das proposições que o compõem.

³⁸ Uma questão interessante, aqui, é a de se podemos sustentar a existência de graus entre os três estados.

³⁹ Há, certamente, outros problemas envolvendo a noção de crença. Vale mencionar, por exemplo, o debate sobre o *voluntarismo doxástico*: a avaliação da possibilidade do nosso controle voluntário sobre nossas crenças. Este debate não será realizado aqui, mas pode ser acompanhado em MÜLLER, Felipe. *Deontologismo Epistêmico*. Tese de Doutorado: Porto Alegre, 2004.

2.1.2 Crença e justificação

No capítulo anterior afirmávamos que a condição de crença é indispensável numa definição plausível de conhecimento, já que não podemos *conhecer atualmente* proposições com as quais não temos, atualmente, nenhum tipo de relação (proposições que sequer estão em nossa mente, por exemplo). Alguém poderia interpretar isto como um requisito por algum grau de *consciência* do sujeito conhecedor em relação à crença em questão. Esta idéia é, porém, excessivamente restritiva. Podemos, para além disso, identificar três grupos de crenças que podem ser consideradas como possíveis candidatas ao título de conhecimento, para um sujeito conhecedor:

i. Obviamente, podemos identificar aquelas proposições atualmente dadas na consciência do sujeito epistêmico;

ii. podemos, ainda, identificar aquelas proposições que, mesmo não estando atualmente dadas à consciência do sujeito epistêmico, são por ele subscritas. Crenças como, por exemplo, “existe um computador diante de mim” ou “aqui tenho uma mão” são crenças que não estavam, há segundos atrás, presentes na minha consciência, mas eram, mesmo assim, crenças que eu subscreveria, se as tivesse considerado;

iii. Por fim, podemos ainda conceder que aquelas proposições que não são atualmente subscritas pelo sujeito epistêmico, mas que são sustentadas por crenças atualmente subscritas, podem ser consideradas como candidatas ao conhecimento; por exemplo, é pouco provável que a maioria dos sujeitos epistêmicos tenham já considerado a proposição “ $1.786.970 \times 452,3 = 808.246.531$ ”. Ela não faz parte do conjunto de crenças atualmente subscritas pelo sujeito; mas, podemos dizer, ele está intitulado a tal crença, dadas as outras crenças que ele subscreve atualmente (as que compõem sua habilidade em multiplicar, por exemplo). Diremos que esta crença, P, *está* justificada para o sujeito conhecedor.

2.2 Verdade

A relevância da noção de ‘verdade’ para a epistemologia parece evidente; como já foi enunciado, a verdade constitui o nosso objetivo epistêmico, o de atingi-la, evitando o erro. Alguém poderia rejeitar esta tese, alegando que nossos antepassados construíram teorias intrincadas e amplamente explicativas, teorias que consideramos hoje, todavia, falsas. Mais, estas pessoas poderiam argumentar que é razoável pensar que é possível que estejamos hoje, tal qual nossos antepassados, enganados em nossas crenças científicas (isto sem falar de nossas crenças filosóficas).

A confusão aqui, porém, pode ser facilmente desfeita: primeiro, exigir que a crença seja verdadeira não implica que nós tenhamos garantia de que a crença é verdadeira. Não precisamos sequer *saber* que a crença é verdadeira. Um requisito razoável para muitos (mas ainda forte demais para aqueles epistemólogos que defendem teorias da justificação externalistas) é o de que estejamos *justificados em crer* que a crença em questão é verdadeira. Assim, não precisaríamos - para saber que $E=mc^2$, ter garantias de que a fórmula é verdadeira; basta que estejamos justificados em aceitar que a fórmula parece ser verdadeira para nós, neste instante, dado o que nossa melhor ciência nos diz.

Veja que estamos a conferir mérito às crenças científicas de nossa época, o mesmo mérito que conferiríamos, no instante t , às melhores crenças científicas (ou de qualquer outra espécie) aceitas em t : elas são crenças justificadas; mais, elas são crenças meta-justificadas, ou seja, elas são crenças em relação às quais guardamos certa segurança especial: elas são crenças que, num dado instante, sobrevivem ao nosso melhor escrutínio racional (deixando questões céticas de lado). As crenças científicas de nossa época ganham o prêmio da justificação; as teorias abandonadas o ganharam no tempo em que dominaram o debate, e ainda hoje merecem nossa deferência, por conta do alto grau de justificação que atingiram⁴⁰. Mas nós não acreditamos que estas teorias abandonadas sejam verdadeiras, e seria irracional crer no contrário, já que a justificação então disponível foi derrotada.

⁴⁰ Exemplos provenientes do campo da ciência são delicados, já que crenças científicas são assumidas não apenas com conta das evidências disponíveis, mas também por outros fatores, como a capacidade de gerar programas de pesquisa, etc.

Crenças no topo da escala de justificação são crenças, tendemos a supor, verdadeiras. Apesar de nosso histórico de erros, em relação à crença da conexão entre justificação e verdade, parece-nos que não dispomos de um caminho alternativo; quer dizer, o caminho alternativo existe, mas ele leva a um irracionalismo normalmente execrado pelos filósofos.

Há duas perguntas que poderiam ser feitas, neste ponto. Primeira: porque não abandonar, pura e simplesmente, a noção de verdade, mantendo apenas a de justificação? Há uma boa razão: a noção de verdade é útil se imaginamos que as evidências que recebemos são, de algum modo, independentes da nossa vontade.⁴¹

Segunda: é preciso *definir* a noção de verdade, para que sigamos com as investigações sobre o conhecimento? Nossa resposta é, aqui, negativa. Esta tese se embasa sobre a seguinte observação: seja qual for a teoria da verdade aceita (da correspondência, coerentista, pragmatista, etc.), a máxima proposta por William James (buscar a verdade e evitar o erro) continuará irredutível à vontade individual. Para o epistemólogo basta que a verdade seja entendida como uma noção que carrega algum grau de objetividade; dado isto, cabe ao epistemólogo apresentar aquilo que devemos realizar⁴² para *tentar*⁴³ atingi-la. Apesar de sua óbvia relevância, uma definição de ‘verdade’ traz pouca – ou nenhuma – luz sobre as questões estritamente epistemológicas.

Neste ensaio, ao falarmos sobre a noção de verdade será utilizado, por praticidade, o linguajar correspondentista, ou seja, uma frase será considerada verdadeira quando diz do que é, que ele é, e do que não é, que ele não é (como sugeria Aristóteles). Isso não significa, porém, que ignoramos os desafios às teorias correspondentistas nem que este ensaio só pode ser lido por um correspondentista.

⁴¹ Isto não significa assumir, necessariamente, que existe um mundo externo e que ele existe do modo como o percebo. Basta, para nossa investigação, que assumamos uma metafísica qualquer com pelo menos duas entidades: eu e algo que provoca, de algum modo, crenças que aceitarei como evidências ou contra-evidências para o que creio.

⁴² Assumimos, aqui, que a epistemologia tem um caráter *normativo*. Não estamos assumindo, neste momento, porém, que o sujeito epistêmico deve possuir crença sobre aquilo que deve cumprir.

⁴³ “Tentar” porque não podemos garantir que, mesmo após nossos melhores esforços, de fato a atingimos.

2.3 Justificação

‘Justificação’ – e seus correlatos, como “certeza”, “garantia”, etc. – é o conceito epistemologicamente central nas mais diferentes teorias do conhecimento. Descartes, por exemplo, pretendia guiar os espíritos através do uso da razão, orientada por um modelo rigorosíssimo de justificação, apoiado fortemente no apelo à certeza⁴⁴. A certeza – o grau extremo de justificação, nas *Meditações*, por exemplo, estava distribuída por todos os elos que constituíam as cadeias de crenças do sujeito, apoiadas, em última análise, como é bem sabido, no fundamento sólido, ‘certo’, do *cogito*, que conferia este mesmo *status* às crenças dele derivadas ou nele apoiadas.

O recurso ao método cartesiano é muito útil para entendermos a relevância do conceito de justificação para a definição de ‘conhecimento’. Descartes *não* identificava ‘justificação’ e ‘verdade’. Todavia, o Método oferecia justificação num grau tão elevado que o objetivo, a verdade, era sempre atingido.

Uma das conseqüências do ensaio gettieriano, como vimos, foi o abandono desta idéia de infalibilidade. Isto não abala a idéia de que podemos atingir a verdade e não abala a idéia de que devemos estabelecer certas – vamos dizer, normas epistêmicas. Justificação pode ser medida em graus, e podemos continuar afirmando que é desejável atingir o grau mais alto possível; mas não devíamos esperar que a justificação necessária para o conhecimento seja apenas a do máximo grau, um tipo de certeza imune à toda dúvida possível (discutiremos isto com mais detalhes no capítulo quinto).

Assim como no projeto cartesiano, o conceito de justificação foi tratado, na história da epistemologia, em termos da *perspectiva do sujeito epistêmico*, estar justificado consistia em cumprir (ou ser capaz de) uma série de requisitos intelectuais em relação a uma crença em questão, num determinado instante de tempo *t*. A lista de tais requisitos era determinada aprioristicamente, a partir da perspectiva de um sujeito conhecedor idealizado, e, apesar das divergências sobre o conteúdo de tal

⁴⁴ O apelo à certeza como ingrediente da justificação epistêmica fez com que Descartes fosse considerado um “infalibilista” no tocante à justificação. “Infalibilista” é aquele que considera que justificação, uma vez adquirida, não pode mais ser perdida. Esta posição foi, hoje, totalmente abandonada.

lista, ela era sempre composta por exigências internas e fenomenicamente acessíveis ao sujeito epistêmico.

A epistemologia pós-gettieriana acompanhou o desenvolvimento de abordagens alternativas, baseadas na intuição de que aquilo que garante a conexão com a verdade é algo que não depende da perspectiva do sujeito, mas, antes, de uma dada conexão entre o mundo e a crença, dado o modo de produção da crença e independentemente da ciência do sujeito epistêmico em relação a tais processos.

O debate entre essas duas intuições domina boa parte das discussões contemporâneas sobre justificação, sendo conhecido como o debate entre *internalismo* e *externalismo* quanto à justificação. Vamos, em seguida, caracterizar rapidamente cada uma das posições.

2.3.1 O Internalismo Quanto à Justificação

A doutrina cartesiana é internalista em relação à justificação no sentido mais forte do termo: ela exige que, para que um sujeito epistêmico esteja justificado em crer em uma proposição, aquilo que fornece justificação para a crença esteja cognitivamente disponível para tal sujeito epistêmico. Deixando de lado a exegese da doutrina cartesiana, podemos propor, com Willian Alston, a seguinte apresentação da intuição internalista:

“[C]omo o nome implica, uma posição "internalista" restringirá os justificadores a coisas que estão dentro de algo, mais especificamente, dentro do sujeito. Mas, é claro, nem tudo que está “dentro” do sujeito conhecedor será admitido como um possível justificador por um internalista. Processos fisiológicos que ocorrem dentro do sujeito e dos quais esse nada sabe, não serão admitidos. Então, em que sentido algo deve estar "no sujeito" para atender aos desejos do internalista?

Temos duas respostas diferentes na literatura: primeiro, há a idéia de que, para conferir justificação, algo deve estar dentro da "perspectiva" ou "ponto de vista" do sujeito, no sentido de ser algo que o sujeito sabe, acredita ou justificadamente acredita. (...). Segundo, há a idéia de que, para conferir justificação, algo tem que estar acessível ao

sujeito de um modo especial, por exemplo, diretamente acessível ou infalivelmente acessível.”⁴⁵

Uma análise mais sutil desta apresentação nos será útil neste momento: primeiramente, poderíamos perguntar o que significa “fenomenicamente acessível”? esta expressão obscura não precisa ser totalmente esclarecida aqui. Basta que aceitemos que ela apenas configura a exigência de que o sujeito *possa*⁴⁶ reconstruir a cadeia de evidências que sustenta uma crença ou, em outras palavras, que o sujeito conhecedor possa ter acesso àquilo que justifica sua crença. Poucos epistemólogos exigirão que um indivíduo, para que saiba que *p*, tenha construído atualmente uma cadeia de justificação para *p*. “ $55 \times 77 = 4.235$ ” é uma proposição que eu estou justificado em crer, não porque dela eu me ocupava há minutos – o que não é o caso – mas simplesmente porque eu tenho competência em aritmética básica.

Em segundo lugar, podemos perguntar sobre o que fornece justificação para uma crença? Esta é a questão central nas discussões sobre teoria da justificação. A resposta cartesiana é, novamente, paradigmática: uma crença está justificada devido à sua ligação⁴⁷ com outras crenças. Obviamente, tal resposta conduz inevitavelmente a um problemático regresso ao infinito. Isto já era identificado pelos cétricos antigos, como notamos nesta passagem de Sexto Empírico:

“O Modo que tem por base o regresso *ad infinitum* é aquele no qual nós asserimos que a coisa alegada como uma prova para a questão proposta necessita de uma prova adicional, e esta também de outra, e assim *ad infinitum*, de modo tal que a conseqüência é a suspensão [do juízo], já que não temos um ponto de partida para o nosso argumento... Nós temos o Modo que tem por base

⁴⁵ ALSTON. Willian P. “Internalism and Externalism in *Epistemology*”. In. ALSTON. Willian P. *Epistemic Justification - Essays in the Theory of Knowledge*. Ithaca: Cornell University Press. 1989, p. 185.

⁴⁶ Podemos imaginar, *grosso modo*, duas intuições sobre a tese da acessibilidade: uma mais forte, que exige que o sujeito *tenha* acesso àquilo que justifica sua crença e outra, fraca, que exige apenas que este acesso seja possível.

⁴⁷ Para Descartes, como é sabido, esta ligação entre as crenças deveria se dar através da dedução válida. Os epistemólogos contemporâneos, como veremos, preferem optar por formas mais fracas de ligação entre as crenças.

hipóteses quando os Dogmáticos, tendo sido forçado a retroceder *ad infinitum*, tomam como seu ponto seu ponto de partida algo que eles não sustentam, mas que assumem simplesmente como dado, sem demonstração. O Modo do raciocínio circular é a forma usada quando a própria prova que deveria estabelecer o ponto sob investigação requer confirmação derivada do próprio ponto; neste caso, sendo incapaz de assumir um a fim de sustentar o outro, nós suspendemos julgamento sobre ambos.”⁴⁸

2.3.1.1 O Fundacionismo

O tipo mais tradicional de resposta para o problema do regresso epistêmico vem do grupo de teorias da justificação denominadas *fundacionistas* (e este termo nos parece bem adequado, lembrando-nos das fundações a sustentar todo o prédio). Essas apelam para uma intuição bastante antiga em filosofia (que tem seu início com Aristóteles, chegando a Descartes, aos empiristas⁴⁹ e, no nosso século, a Russell, Carnap, etc): a de que existiriam crenças com *status* especial que, de algum modo, não necessitariam de justificação fornecida por outras crenças, interrompendo, assim, o regresso. Podemos falar de diversos tipos de fundacionismos ao longo da história, como o cartesiano, que denominamos *radical* ou *infalibilista*, enquanto exige que estas crenças com *status* especial estejam certas e que garantam certeza àquelas nelas apoiadas, chegando até o contemporâneo, *modesto* ou *falibilista*, enquanto abre mão desta exigência de certeza. Apresentaremos, no

⁴⁸ Sexto Empírico, *Outlines of Pyrrhonism*, 166-169. Sobre discussões contemporâneas do problema do regresso e suas conseqüências veja, p. ex., AUDI, Robert. *Belief, Justification, and Knowledge*. California: Wadsworth Publishing Company, 1988, p. 83ss. ou AUDI, R. *Epistemology – A Contemporary Introduction to the Theory of Knowledge*. New York: Routledge, 1998, p. 182 ss.

⁴⁹ Descartes e os empiristas clássicos podem ser considerados fundacionistas, apesar da aparente divergência em seus projetos. Ambos apelam para crenças que, de um modo particular para cada um, se auto-sustentam: para Descartes, as crenças que sustentam as demais crenças devem ser indubitáveis; para os empiristas clássicos, o papel de sustentação das demais crenças é executado pelas crenças com conteúdo empírico.

capítulo terceiro, uma teoria da justificação que apela para essa intuição e lá a analisaremos com mais detalhes⁵⁰.

2.3.1.2 O Coerentismo

O coerentismo, uma família de teorias da justificação que remonta, em sua matriz contemporânea, a Otto Neurath (lembremo-nos da imagem do barco de Neurath), consiste em uma posição internalista que vai definir o conceito-chave de justificação apelando para a noção de *mútuo suporte* entre crenças. R. Audi assim descreve a intuição central do coerentismo: “A idéia central a guiar o coerentismo é a de que a justificação de uma crença emerge de sua coerência com as outras crenças aceitas por um sujeito epistêmico. O conjunto das crenças coesas pode ser tão largo quanto a totalidade das crenças desse sujeito epistêmico”.⁵¹ Ou seja, o regresso ao infinito é evitado enquanto não temos uma reta, mas antes um círculo, ou uma rede. Mas deixaremos uma visão mais detalhada sobre essa posição para o capítulo 4, onde apresentaremos uma teoria desta natureza.

O debate entre fundacionistas e coerentistas ocupa um lugar central no cenário atual do debate epistemológico. O presente ensaio, por uma questão de escopo, se limitará a permitir que dois dos protagonistas do debate, o fundacionista Paul Moser e o coerentista Keith Lehrer, sugiram seus argumentos. Como o leitor perceberá, porém, a investigação não terá que marcar passo, esperando por uma resolução do debate.

⁵⁰ Uma primeira consulta pode ser feita rapidamente no *The Cambridge Dictionary of Philosophy* (AUDI, Robert (Ed.). Cambridge: Cambridge University Press, 1996), no verbete ‘Foundationalism’, redigido por Paul K. Moser. Além deste, outro representante significativo dessa posição na disputa contemporânea é Roderick Chisholm (confira, por exemplo, a terceira edição de seu *Theory Of Knowledge*); além destes, vale conferir o já citado *epistemology*, de R. Audi.

⁵¹ Cf. AUDI, 1988, p. 87. Apresentaremos, no capítulo 4, o modelo coerentista de K. Lehrer. Note que “coerentismo”, aqui, se refere a “coerentismo epistemológico”, sem relação com a mesma expressão utilizada em outros casos como, por exemplo, nas “teorias da verdade coerentistas”. Além do ensaio de Lehrer, que aqui será apresentado adiante, como dissemos, outras leituras interessantes para um panorama mais detalhado são o ensaio de Laurence Bonjour, *The Structure of Empirical Knowledge* (Cambridge: Harvard University Press, 1985) e a coletânea de artigos críticos editados por John Bender, *The Current State of The Coherence Theory: Critical Essays on the Epistemic Theories of Keith Lehrer and Lawrence Bonjour with Replies* (Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1989).

Independentemente do sucesso das intuições coerentistas ou fundacionistas, muito há para ser dito sobre questões que afetarão às duas posições.

2.3.2 O Externalismo Quanto à Justificação

Os requisitos do internalismo sempre pressupuseram um sujeito epistêmico sofisticado, capaz, por exemplo, de ter crenças sobre suas crenças (as *crenças de segunda ordem*). Uma intuição alternativa, porém, estabeleceu-se inspirada em duas considerações: primeira, a proposta quineana de naturalização da epistemologia, que defendia o abandono do projeto normativo⁵² (típico das teorias internalistas) e a conseqüente mudança de foco para os processos concretos de aquisição de crença⁵³; segunda, a intuição de que, se nos concentramos no conceito de justificação devido a sua suposta conexão com o de verdade, bastaria-nos, então, que pensássemos sobre a justificação em termos de processos eficientes, confiáveis, de aquisição de verdades, antes de a pensarmos em termos de relações entre nossas crenças.

Um dos externalistas mais destacados, Alvin Goldman, afirma em seu “What is Justified Belief?”⁵⁴: “Não procuro prescrever padrões para a justificação que difiram dos nossos padrões ordinários ou que os

⁵² Apesar da inspiração quineana, muitos externalistas hesitam em abandonar uma epistemologia normativista (mesmo que suponham que o caráter normativista da epistemologia deva ser entendido de modo muito distinto de como o entendem os internalistas).

⁵³ Richard Fumerton, em *Metaepistemology and Skepticism* (Londres: Rowman & Littlefield, 1995, p. 66-7), sustenta que a distinção entre externalismo e internalismo só pode ser adequadamente estabelecida se considerarmos como divisor de águas a aceitação do projeto de naturalização da epistemologia. Esta tese, porém, não é a dominante e cremos que é inadequada: muitos autores tradicionalmente contados entre os externalistas não aceitam a tese da naturalização. A linha divisória entre internalistas e externalistas é, tradicionalmente, a questão do acesso: enquanto os internalistas exigem que o sujeito conhecedor *possa* ter acesso àquilo que justifica suas crenças, o externalistas diz que a possibilidade de acesso pode até ocorrer, mas que não é necessária.

⁵⁴ Um texto clássico da literatura externalista. Goldman propõe ali uma primeira versão de uma teoria *confiabilista* da justificação (GOLDMAN, Alvin I. “What is Justified Belief?”. In: PAPPAS, George S. *Justification and Knowledge*. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1979. Reimpresso em KORNBLITH, Hilary. *Naturalizing Epistemology*. Cambridge: The MIT Press, 1994, segunda edição, p. 105-130). A teoria goldmaniana será discutida no capítulo sexto.

melhorem. Eu procuro meramente explicar os padrões ordinários, que são, creio, muito diferentes daqueles de muitas abordagens clássicas, “Cartesianas”⁵⁵. Claramente, por abordagens “cartesianas”, Goldman está a supor as posições internalistas em relação à justificação. Ele chega a afirmar, em seguida, que “eu neguei⁵⁶ que justificação é necessária para o conhecimento, mas eu tinha em mente abordagens “cartesianas” da justificação”.

Uma versão mais radical de externalismo é aquela que considera que o conceito de justificação, compreendido em termos absolutamente independentes do sujeito epistêmico, poderá sustentar uma definição de justificação capaz de, inclusive, mostrar-se imune aos contra-exemplos de tipo-Gettier.

Podemos entender tal posição como uma que crê que “o conhecimento é fundado *inteiramente* naquilo que é externo à mente, não sendo, daí, acessível internamente ao sujeito”⁵⁶. Keith Lehrer caracteriza o externalismo como uma tentativa de definir conhecimento que tem como principal alegação aquela segundo a qual “o que devemos adicionar à crença verdadeira para obter conhecimento é uma conexão apropriada entre crença e verdade (...) A tese central do externalismo é a de que alguma relação com o mundo externo é o suficiente para converter crença verdadeira em conhecimento, mesmo que nós não façamos nenhuma idéia sobre essa relação. Não é nossa ciência do como estamos relacionados com um fato que garante conhecimento, mas simplesmente o estarmos ao fato relacionado”⁵⁷.

A parte em itálico do excerto acima nos remete a uma velha analogia, proposta por David Armstrong⁵⁸: a que sugere que uma crença que confiavelmente indica a verdade é como um termômetro que, confiavelmente, marca a temperatura. Falamos aqui, então, de “externalismo”, porque do sujeito epistêmico não se espera outra coisa senão essa conexão com os fatos; dele não se espera sequer consciência

⁵⁵ Goldman refere-se a um seu texto anterior (em que defendia não uma teoria confiabilista da justificação, mas uma teoria causal), “A Causal Theory of Knowing”. *The Journal of Philosophy*, 64:12, 1967, 355-372.

⁵⁶ AUDI, R. *Epistemology*. New York: Routledge, 1998, p. 232 (grifo nosso).

⁵⁷ LEHRER, 1990 (grifo nosso).

⁵⁸ Em ARMSTRONG, David. M. *Belief, Truth and Knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press, 1973.

dessa conexão. A noção de justificação - como a entendíamos - será aqui abandonada ou redefinida, de um modo muito peculiar: como algo em termos de ‘estar próximo da verdade’, assim como a temperatura confiavelmente indicada pelo termômetro está relacionada aos fatos meteorologicamente relevantes.

2.4 O Debate Internalismo x Externalismo

Internalismo e externalismo (em relação à justificação) se amparam em intuições poderosas sobre o conceito de conhecimento⁵⁹. Podemos caracterizar tais intuições apelando para um exemplo:

“Suponha uma criança bastante pequena, C, filha do mais eminente astrofísico vivo, autor de uma teoria amplamente aceita e - para fins de exemplo - verdadeira⁶⁰. Essa criança nos repete uma afirmação qualquer decorrente da teoria astrofísica elaborada por seu pai. Suponha ainda que essa criança nada saiba sobre a profissão de seu pai nem de sua competência como pesquisador, e que ela não seja capaz de refletir sobre seu próprio processo de construção de inferências, seja incapaz de avaliar adequadamente uma evidência, etc.”

A questão, aqui, consiste em saber se a criança, dada sua ignorância em relação a sua própria capacidade como sujeito conhecedor, possui ou não conhecimento, no que diz respeito ao enunciado em questão.

O externalista de plantão poderia, à primeira vista, conceder que a criança sabe: ela possui crença verdadeira⁶¹, crença formada por um

⁵⁹Uma boa introdução à disputa internalismo x externalismo pode ser encontrada sob o verbete ‘internalism/externalism’ do excelente dicionário editado por J. Dancy e E. Sosa, *A Companion to Epistemology* (Oxford: Blackwell Publishers Ltd, 1996).

⁶⁰Note que não nos importa aqui se é possível termos efetivamente proposições verdadeiras ou qualquer outras questão do gênero. Como já apontamos, apesar da proximidade, a questão da definição do conhecimento não depende diretamente da resolução do problema do ceticismo.

⁶¹Não é difícil supor que, para um externalista radical, justificação não será um requisito de algum tipo de ‘ação racional’ em relação à crença, mas sim um mero requisito de proximidade entre o conteúdo da crença e a verdade. Alvin Goldman (no já citado “What is Justified Belief?”), por exemplo, definia justificação do seguinte modo: “Se a crença de S

processo confiável de formação de crenças.⁶² Um internalista, por outro lado, teria sérias restrições em atribuir conhecimento à criança, enquanto podemos duvidar da capacidade da criança em identificar este apelo a autoridade, em particular, como adequado (ou seja, podemos duvidar que esta criança tenha crenças sobre a confiabilidade da crença em questão).

Temos, aqui, um choque de intuições. Os externalistas nos lembram que a justificação deve ser algo de algum modo ligado à verdade; se a atingimos através de, por exemplo, um método confiável (repetir as declarações de um astrofísico eminente), por que não considerar tal resultado conhecimento, independentemente do acesso do sujeito conhecedor ao processos que geraram a crença em questão? Os internalistas, por outro lado, sustentam que estar justificados é um título meritório que serve exatamente para caracterizar atos de crença que resultam da satisfação de certas condições que, de certa forma, expressam práticas intelectuais que seus defensores julgam adequadas. Os internalistas, em sua grande maioria, exigirão ainda que um sujeito conhecedor não apenas cumpra tais condições, mas que possua crenças *sobre* suas crenças, *crenças de segunda ordem*. O internalista considera que não basta apenas que saibamos; é razoável que possamos saber que sabemos. Acompanharemos o desenrolar desta discussão no capítulo sexto, com mais detalhes – uma discussão que está longe de ser dada como encerrada.

As tarefas de ou mostrar a invalidade de uma das intuições de base ou mostrar um caminho para unir as duas intuições em uma abordagem conciliadora, estão longe de ser bem-sucedidas. Podemos, porém, enumerar alguns dos ataques mais comuns na disputa (que serão aprofundados posteriormente).

em p em t resulta de um processo cognitivo confiável, e se não há qualquer [outro] processo confiável ou condicionalmente confiável disponível para S , o qual, se tivesse sido utilizado por ele junto com o processo atualmente utilizado, resultaria na sua descrença em relação a p em t , então a crença de S em p está justificada”.

⁶² Estamos desconsiderando, para fins de simplificação, a necessidade de uma quarta cláusula, prevista para eliminar os casos de tipo-Gettier. É importante observarmos, ainda, que nem todos os externalistas utilizam-se da noção de confiabilidade (E. Sosa a substitui pela de Virtude Epistêmica, A. Plantinga pela de Garantia, para ficarmos com dois exemplos apenas).

2.4.1 Algumas Observações Anti-Internalistas

A literatura externalista repete, a nosso ver, três críticas ao internalismo. Duas são críticas contra as intuições mais básicas do internalismo, e a terceira é uma crítica pontual, que aponta para uma consequência indesejável dos postulados internalistas:

a) *O caráter irrealístico dos padrões epistêmicos internalistas.* De modo geral, os externalistas consideram que os internalistas concebem um sujeito conhecedor ideal, capaz de levar a cabo uma constante reavaliação de suas próprias crenças, a partir de critérios estabelecidos de modo apriorístico. Os externalistas sustentam que estes critérios ou não podem ser atingidos, ou são demasiadamente restritivos, de modo a excluir a maioria de nossas experiências cotidianas.⁶³

b) *Separação entre justificação e verdade:* Vamos supor que consigamos satisfazer todos os critérios para justificação previstos pelo internalista. Mesmo assim, um problema permanecerá. Buscamos, como vimos, a justificação como um caminho para a verdade. Que garantias pode o internalista nos fornecer sobre a conexão entre a crença justificada e a verdade buscada? Os externalistas acusam, pois, o internalismo de não conseguir realizar uma definição de conhecimento que conecte, de modo satisfatório, justificação e verdade (o que, no caso do externalismo, dá-se de saída, enquanto justificação é definida através da noção de condutividade à verdade).⁶⁴

c) *O Problema do Conhecimento de Segunda Ordem:* Uma crítica mais pontual apela para a seguinte observação: se o internalista espera que o sujeito cognoscente esteja justificado em crer que está justificado (que saiba por que sabe, etc.), não podemos exigir que ele tenha justificação

⁶³ Veja KITCHER, Philip. "The Naturalists Return". *The Philosophical Review*, vol. 101, nº 1, janeiro, 1992, p. 53-114. (uma versão em português foi publicada nos *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, Série 3, v. 8, n. 2, jul. - dez. 1998, com tradução de Eduardo Salles. O. Barra).

⁶⁴ Confira em GOLDMAN, Alvin. *What is Justified Belief?* In: PAPPAS, G. S. (Ed.) *Justification and Knowledge*. Dordrecht: D. Reidel, 1979.

(ou saiba) num terceiro nível e, assim, sucessivamente, caindo num regresso ao infinito?

2.4.2 Alguns Argumentos Anti-Externalistas

De modo semelhante, podemos encontrar ponderações anti-externalistas na literatura. São apresentadas, abaixo, aquelas que nos parecem mais contundentes. As duas primeiras são, a nosso ver, ataques às intuições de fundo, enquanto a terceira constitui-se em um argumento mais pontual.

a) *O novo problema do demônio maligno*: O novo problema do demônio maligno não é, certamente, o problema cartesiano. Como o leitor perceberá, porém, é seu correlato. Imaginemos dois grupos de indivíduos, com faculdades mentais semelhantes. Um grupo é composto, digamos, por seres humanos como nós, vivendo num ambiente como o nosso (vamos conceder que este grupo viva num ambiente tal que suas crenças sobre o mundo externo sejam, em larga medida, verdadeiras). O segundo grupo é composto por indivíduos que vivem num ambiente manipulado por um demônio maligno *a la* Descartes. Suas crenças são sistematicamente falsas, apesar de eles possuírem processos de formação de crenças semelhantes aos dos humanos normais. Se os processos de formação de crença são confiáveis para o primeiro grupo, o grupo que está, digamos, na situação normal, porque deveríamos tomar como injustificadas crenças formadas *via* tais processos, só que nas condições menos favoráveis impostas pelo demônio?⁶⁵

⁶⁵ Este problema é proposto por Keith Lehrer e Stewart Cohen em “Justification, Truth and Coherence”. *Synthese*, 55 (1983): 191-207. *apud*. Sosa, Ernest. *Selected Essays in Epistemology* (Cambridge: Cambridge University press, 1991, cap. 8, p. 132. Sosa, que é um externalista, aceita que tal problema traz complicações para certas versões do externalismo, como a teoria confiabilista de A. Goldman. Para superar este (assim como o próximo) problema, Sosa propõe sua teoria da *Virtude Epistêmica*. O próprio Goldman, posteriormente, se aproximará explicitamente de uma abordagem baseada na noção de virtude epistêmica (cf. GOLDMAN, Alvin. *Liaison: Philosophy Meets the Cognitive and Social Sciences*. Cambridge: The MIT Press, 1991, p. 155 ss.)

b) *O problema da meta-incoerência*: Este problema é um correlato do anterior. Vamos supor que uma pessoa crê em *p* (que o Presidente está em Nova Iorque, por exemplo), e que *p* deriva de uma dada habilidade de clarividência desta pessoa, que esta habilidade de clarividência é, de fato, confiável (ou seja, tende a produzir mais crenças verdadeiras do que crenças falsas) e que “(a) tal pessoa tem muitas evidências ordinárias contra ela [a habilidade de clarividência], e nenhuma em seu favor; ou (b) tal pessoa tem muitas evidências contra sua posse de tal poder de clarividência; ou (c) tal pessoa tem boas razões para acreditar que tal poder não pode ser possuído (e.g., ele poderia requerer a transmissão de alguma influência a uma velocidade maior do que a da luz); ou (d) tal pessoa não possui evidências contra ou a favor da possibilidade geral do poder, assim como contra ou a favor da proposição em que ele crê como resultado de seu poder (aquela de que o Presidente está em Nova Iorque).”⁶⁶

Neste caso temos um choque de intuições: a suposição externalista de que tal sujeito epistêmico possui conhecimento (já que o processo que produziu a crença é, efetivamente, confiável) parece ser incompatível com as evidências que, interna e conscientemente, ele possui contra o processo produtor da crença.

O problema da meta-incoerência, a nosso ver, mostra com perfeição o choque entre as intuições internalistas e externalistas. Este autor considera, seguindo uma longa tradição, que o que pode nos interessar, em primeiro lugar, é a posse de crenças *sobre* a confiabilidade daquilo que justifica nossas crenças (ou seja, crenças de segunda ordem). Este parece ser o tipo de conhecimento que já foi denominado por alguns autores como o conhecimento “humano” (e é sobre as crenças de segunda ordem que se instala, por exemplo, o ceticismo filosoficamente mais interessante, o ceticismo de segunda ordem, o que ataca exatamente a nossa suposição de que certa forma de conexão entre crenças é adequada). Nós não queremos apenas saber; nós queremos poder afirmar racionalmente que sabemos.

⁶⁶ SOSA, 1991, p. 132. Este problema foi proposto originalmente por Laurence Bonjour em “Externalist Theories of Empirical Knowledge”, em *Midwest Studies in Philosophy*, Vol. 5: *Studies in Epistemology*, ed. P. French et al. (Minneapolis: University of Minnesota Press, 1980).

c) *O Problema da generalidade*: O terceiro problema ataca diretamente o conceito, caro aos externalistas, de *processo formador de crença*. Tomemos, por exemplo, uma crença verdadeira, produzida por um processo de produção de crenças tão específico que o número de crenças por ele produzido seja muito pequeno. Por exemplo, imagine uma crença verdadeira produzida por um processo tal que, dentre seus componentes, conte com a presença, na abóbada celeste, de modo visível, do cometa Halley e da lua cheia⁶⁷. Tal processo deve ser considerado (a despeito de produzir muito mais verdades do que falsidades) como um processo confiável? Se sim, devemos conceder que crenças por ele produzidas sejam conhecimento (nos termos do confiabilismo goldmaniano)? Podemos facilmente sustentar que não devemos aceitar tais casos como casos de conhecimento, já que o processo produtor da crença é excessivamente restritivo. E a mesma crítica se estenderá a processos excessivamente genéricos.⁶⁸ O problema fica completo quando consideramos que não temos indicações prévias sobre a descrição que devemos fornecer de um suposto processo formador de crenças. Um interlocutor poderia – legitimamente – requerer que o processo fosse descrito de modo extremamente minucioso (já que não sabemos, de saída, o que conta para a confiabilidade do processo), caindo no problema da excessiva especificidade do processo. E, mesmo assim, outro interlocutor poderia considerar que o recorte ainda é muito genérico. E, se não pudermos descrever adequadamente um processo confiável de formação de crenças, parece evidente que uma teoria baseada em tal noção mostrar-se-ia inviável.

2.5 Observações Finais

Pretendíamos, nestes dois primeiros capítulos, oferecer ao leitor uma abordagem inicial a alguns dos problemas que serão tratados, mais detalhadamente, nos capítulos posteriores (embora outros problemas aqui identificados excedam ao escopo deste ensaio). Nos capítulos seguintes aprofundaremos diversas das questões aqui indicadas. No capítulo

⁶⁷ Apesar deste exemplo, devemos notar que, após certa vacilação, Goldman admite que os processos formadores que devem ser considerados ocorrem no interior do sujeito epistêmico.

⁶⁸ Veja Sosa, 1991, p. 182 ss. A primeira versão do problema da generalidade é de autoria de Richard Feldman, em “Reliability and Justification”. *The Monist*, 68:2, 1985, 159-174.

terceiro, discutiremos uma teoria fundacionista da justificação, proposta por Paul Moser, e sua respectiva resposta ao problema de Gettier. No quarto capítulo, será a vez de discutirmos uma teoria coerentista da justificação, a teoria elaborada por Keith Lehrer. No quinto capítulo será analisada uma sofisticada teoria formal da justificação, proposta por Peter Klein. No capítulo sexto, o leitor encontrará uma discussão sobre o confiabilismo. Por fim, no capítulo sétimo, uma teoria que pretende pensar superar os problemas indicados ao longo deste ensaio apelando a uma teoria das virtudes intelectuais, ao modo aristotélico.

PARTE II

JUSTIFICAÇÃO EPISTÊMICA: INTERNALISMO

3 - OS FUNDAMENTOS DO CONHECIMENTO

O objeto deste capítulo é, como já anteriormente anunciado, uma teoria do conhecimento baseada em uma concepção de justificação claramente internalista e fundacionista. Trata-se da teoria elaborada por Paul Moser, em seu *Knowledge and Evidence* ⁶⁹ (KE, de agora em diante). Organizamos este capítulo valendo-nos de uma estratégia que será repetida nos dois capítulos posteriores: primeiramente, reconstruiremos a definição de conhecimento proposicional sugerida pela teoria sob análise; depois de feito isto, a definição proposta será testada, através do enfrentamento com os problemas de tipo-Gettier.

3.1 Uma Definição de Conhecimento Proposicional: PK

Moser define conhecimento proposicional através da seguinte fórmula:

⁶⁹ MOSER, Paul K. *Knowledge and Evidence*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989. (KE, doravante).

PK. Uma pessoa, *S*, tem conhecimento proposicional de que *P* se e somente se: *P* é verdadeiro; *S* tem evidência justificadora (*justifying evidence*) E para *P* que é resistente-à-verdade (*truth-resistant*) no sentido especificado por TR; e *S* acredita ou aceita (*assents to*) a *P* com base em E.⁷⁰

Nosso trabalho principal será o de jogar luz sobre tal definição, para que possamos, posteriormente, testá-la frente aos exemplos de tipo-Gettier.

3.2 Crença e Aceitação

Começaremos com as noções mais básicas, de *crença* e de *aceitação*. O objeto do estado mental de crer e o de aceitar são sempre um portador-de-verdade (*truth-bearer*) - uma proposição⁷¹ ou um enunciado. Uma proposição pode ser uma proposição que tem como objeto uma outra proposição ou pode estar relacionada a um objeto. Moser se utiliza da conhecida distinção para denominar, à primeira, crença *de dicto* e à, segunda, crença *de re*⁷². Imagine que encontro com, digamos, Cláudia Schiffer, que passeia descompromissadamente pelas ruas de meu bairro; ao pensar que ‘Cláudia Schiffer é ainda mais linda ao vivo’ formo, neste caso, uma crença *de re*, pois se refere a um objeto, à própria Cláudia Schiffer. Ao chegar em casa, movido mais pela emoção do que pelo bom senso, relato à minha esposa que ‘creio que vi Cláudia Schiffer há cinco minutos atrás’. O objeto desta nova proposição é, agora, não mais Cláudia Schiffer, mas a minha afirmação sobre meu encontro (“creio que...”); temos, agora, uma crença *de dicto*. Crenças *de re* envolvem uma pretensa relação entre a proposição e o objeto externo ao qual ela se refere, o que não acontece com as crenças *de dicto*. Esta distinção se revelará relevante quando observarmos, adiante, como Moser acomoda

⁷⁰ KE, p. 247.

⁷¹ cf. KE, p. 13 ss. Não é necessário, Moser bem lembra, que assumamos compromisso com nenhuma posição metafísica sobre o estatuto das proposições. Algum filósofo receoso de comprometer-se, neste ponto, com o realismo Fregeano ou algo do gênero poderá, simplesmente, substituir o termo ‘proposição’ pelo termo ‘enunciado’, sem prejuízo à discussão em curso. E isto vale para todo este ensaio.

⁷² Moser reconhece que “a natureza da relação com [os objetos] em crença *de re* é tópico de considerável controvérsia filosófica”. A própria distinção, lembramos, já foi duramente atacada.

na teoria o pressuposto fundacionista, principalmente através da noção de “atração direta”.

O *estado de crença*⁷³, todavia, pressupõe uma ação anterior, a de *aceitação* da crença. A aceitação genuína de uma crença por uma pessoa consiste na sua afirmação “sincera e envolvendo entendimento” da proposição. Aceitação, para Moser, não precisa se dar de modo consciente, nem envolver uma enunciação da proposição⁷⁴.

Podemos agora, então, apresentar a definição de crença:

“Uma pessoa, *S*, crê em uma proposição, *P*, num tempo, *t*
= df. (i) *S* aceitou *P* (consciente ou inconscientemente) em *t* ou antes de *t*, e (ii) como um resultado normal de sua aceitação de *P*, *S* está num estado disposicional em *t* pelo qual ele aceitará *P* em qualquer circunstância em que ele sincera e conscientemente responda à questão de se é o caso de que *P*.”⁷⁵

Quando eu creio, pois, eu estou disposto a reafirmar minha aceitação da crença. Eu poderia aceitar uma proposição, mas não crer nela; eu poderia suspender meu juízo, ou descrever nessa proposição. Mas além das crenças que eu atualmente possuo, podem existir proposições nas quais eu atualmente não creio (por exemplo, proposições que eu aceitei inconscientemente, mas que nunca se deram à minha consciência), mas que são proposições tais que, se eu fosse perguntado sobre seu valor-verdade, eu afirmaria sua verdade. Nestas proposições eu estou apenas, como vimos, *disposto a crer*. Proposições aceitas, mas que não são objetos de crença *podem* ser candidatas a conhecimento. Basta que estas proposições tenham sido aceitas e façam parte do conjunto de proposições que um sujeito conhecedor está disposto a crer.

Partindo destas observações, podemos, agora, estabelecer uma distinção adicional entre *crer* em uma proposição e *estar meramente*

⁷³ KE, p. 18. Para esclarecer, podemos pensar em aceitação como a ação passada no momento em que uma crença passou a ocupar o “lugar mental” das crenças em que acreditamos. O estado de crença é um dos três estados em que podemos estar, em relação a uma crença; os outros dois são os *descrever* e o de *suspender o juízo*.

⁷⁴ Isto parecerá aceitável se lembrarmos que, com frequência, não sabemos identificar as razões da presença de algumas de nossas crenças no conjunto das nossas crenças.

⁷⁵ KE, p. 18.

disposto a crer em uma proposição. ‘ $128 + 23 = 151$ ’, uma proposição da qual eu realmente não me ocupava dez minutos, não era uma proposição na qual acreditávamos (ela sequer fazia parte do conjunto de minhas crenças) mas, simplesmente, uma proposição para a qual eu tenho *disposição para crer*, dadas minhas crenças aritméticas. Daí que, apesar de termos à nossa disposição um número virtualmente infinito de proposições para crer, não precisamos supor que cremos atualmente nessas proposições⁷⁶.

A distinção entre crença e aceitação (acompanhada da noção de disposição parar crer) permitirá a Moser falar de dois tipos diferentes de conhecimento proposicional (e deve ser notado que na definição de conhecimento proposicional (PK) está prevista a condição de crença *ou* de aceitação): um que pressupõe certo tipo de atitude mental (a que transforma mera aceitação em crença) em relação à proposição (que ele chama de *dispositional* ou *ongoing*), e outro que não pressupõe essa atitude (*nondispositional* ou *transitory*). O conhecimento de tipo proposicional disposicional supõe o estado de crença e está à nossa disposição enquanto continuamos no estado de crença, em relação à proposição em questão. O conhecimento de tipo transitório, por sua vez, satisfaz-se com a mera aceitação. Isto permite que atribuamos conhecimento a um número maior de indivíduos, talvez àqueles indivíduos psicologicamente menos sofisticados do que nós (indivíduos que menos freqüentemente – ou nunca – realizam as atividades psicológicas que transformam mera crença em aceitação)⁷⁷. O conhecimento transitório não possui, porém, um *status* epistêmico inferior: “o mero fato de o conhecimento transitório ser transitório, devido às atitudes proposicionais independentes da disposição do sujeito epistêmico, não abala o seu status epistêmico genuíno”, sustenta Moser.⁷⁸

⁷⁶ Moser lembra que, por negligenciar esta distinção, alguns filósofos “assumiram a de modo implausível que cada pessoa crê em um número infinito de proposições”.

⁷⁷ KE, p. 23. A distinção parece ser feita para que seja destacada a função da memória na obtenção de conhecimento, o que é algo relevante para a discussão epistemológica, embora não nos pareça imediatamente relevante para nossa questão específica de definir o conceito de conhecimento proposicional.

⁷⁸ Acompanharemos, adiante, a introdução da noção de conteúdo não-conceptual; veremos que a defesa da idéia de “conhecimento transitório” deve-se à aceitação da noção de conteúdo não-conceptual.

3.3 Justificação

Feitas as observações sobre a condição de crença em (PK), nosso trabalho consistirá agora em esclarecer a noção de justificação e, mais especialmente, o modo como, através dessa noção, é construída uma definição de conhecimento proposicional.

Como já indicamos, Moser construirá uma explicação da justificação epistêmica que se baseia no modelo fundacionista. Isso significa que ele procurará identificar um conjunto de crenças com *status* epistêmico privilegiado, que deverá servir de fundamento para todas as crenças justificadas do sujeito epistêmico, barrando o regresso infinito.

A estratégia fundacionista foi utilizada por autores como Descartes e Locke. O fundacionismo de Moser, porém, se estabelecerá de um modo bastante distinto do utilizado pelos autores modernos, depois de críticas duras de autores como Quine e Sellars. Veremos, a seguir, o modo como Moser defenderá sua tese.

3.3.1 Razão Epistêmica

O primeiro conceito essencial para que compreendamos a definição de justificação de *Knowledge and Evidence* é o de *Razão Epistêmica*⁷⁹; ele é essencial porque permite que compreendamos como, para Moser, uma crença pode servir de fundamento para outras, formando uma *cadeia de crenças ou razões* - para utilizar uma imagem cara a um fundacionista. Uma razão epistêmica consiste, simplesmente, em “um indicador para uma pessoa de que uma proposição é verdadeira”⁸⁰. Para uma proposição poder parecer verdadeira para alguém, ela tem de *parecer provavelmente verdadeira*, em alguma medida. E, sustenta Moser, o que torna uma proposição provável é algum tipo de evidência⁸¹. Daí podemos derivar o conceito de *produtor-de-probabilidade evidencial* (*evidential probability-maker*).

⁷⁹ O advérbio é importante para que façamos a distinção entre estas razões e outras, as *não-epistêmicas*. As razões não epistêmicas são aquelas que visam a um outro bem, que não a verdade, como, por exemplo, a felicidade, o conforto psicológico, etc.

⁸⁰ KE, p. 47. Como já notamos no capítulo anterior, os epistemólogos contemporâneos não restringem as relações justificadoras entre crenças à dedução válida. Moser, como se vê, segue fielmente esta orientação.

⁸¹ O que já é suficiente para colocar PK no rol das teorias *evidencialistas* da justificação.

A probabilidade produzida por um produtor-de-probabilidade-evidencial é um indicador da medida em que uma proposição é apoiada pela evidência disponível para o agente⁸². Uma crença tornada provável devido à presença de um produtor-de-probabilidade evidencial é uma crença que, primeiramente, o sujeito epistêmico tomará ou poderá tomar como ‘provavelmente verdadeira’ e que, daí, poderá tomar, por sua vez, para tornar prováveis outras crenças⁸³ (nos casos em que ela for *resistente-à-verdade*, num sentido que esclareceremos mais adiante).

Nossa questão central, a partir de agora, consistirá em responder à questão sobre qual o tipo de base que sustenta esta cadeia de crenças (impedindo o regresso infinito): a resposta de Moser será tipicamente fundacionista, enquanto postula a existência de algum tipo de fundamento que bloqueará o regresso. Ele constrói seu fundacionismo, porém, de um modo bastante original, sustentando que tal fundamento é sempre *não-proposicional* (*nonpropositional*)⁸⁴. Veremos, agora, como ele sustentará tal tese.

3.3.2 A Falsidade da Tese do Caráter Proposicional dos Fundamentos

A estratégia de Moser para sustentar que a base de nossas evidências é não-proposicional é a da redução ao absurdo, mostrando a insustentabilidade das teses adversárias. Vamos, agora, reconstruir seus argumentos contra tais posições.

⁸² Probabilidade, aqui, deverá ser entendida de um modo não empírico, não subjetivo, mas sim como refletindo uma relação inferencial objetiva entre a evidência e a crença em questão. A probabilidade indica a medida em que uma proposição é apoiada pela evidência disponível para o agente. Moser não está propondo aqui um indicador estatístico, ou algo do gênero, mas sim algo como a força da evidência disponível para sustentar a proposição, julgada a partir dos critérios da comunidade epistêmica de S. A probabilidade de uma proposição não tem, igualmente, relação com o processo causal através do qual alguém chega a crer em uma proposição. O que leva alguém a crer em uma proposição e o que garante probabilidade a essa proposição podem ser coisas diferentes, ele sustenta, reafirmando o caráter internalista de sua teoria.

⁸³ É interessante notar que Moser exige apenas transmissão de probabilidade, não de *certeza*, ou seja, um produtor-de-probabilidade-evidencial não precisa ser a premissa de uma dedução válida. Isso o afasta, por exemplo, de um fundacionismo de tipo cartesiano.

⁸⁴ Podemos fazer um contraponto interessante entre esta tese e, por exemplo, o fundacionismo cartesiano.

Segundo Moser, aqueles que defendem a existência de uma base evidencial proposicional subscreveriam uma das seguintes teses:

Tese I. A probabilidade evidencial de uma proposição, P, para uma pessoa, S, vem da relação inferencial de P para com uma base de evidências que consiste em uma proposição ou um conjunto de proposições que não são elas mesmas evidencialmente prováveis para S.⁸⁵

Onde “evidencialmente provável” reflete uma relação inferencial objetiva entre uma proposição e a evidência ou o conjunto de evidências que a sustentam, sejam elas outras proposições ou, como veremos adiante, evidência *não*-proposicional.

A Tese I não é uma tese popular, por razões evidentes: como é possível que uma proposição seja tornada provável por uma outra que não o é? Nossa tarefa, porém, não termina enquanto não for derrotada uma segunda possível posição.

Tese II. A probabilidade evidencial de P para S deriva da relação inferencial entre P e uma base de evidências que consiste em uma proposição ou em conjunto de proposições que são, elas mesmas, evidencialmente prováveis em alguma medida para S.⁸⁶

Aqui se entrincheiram os adversários. Eles se caracterizarão pela defesa de uma das seguintes variações da tese II:

II.1) *Tese da Auto-Probabilidade (self-probability)*: a probabilidade evidencial de uma proposição deriva de sua relação inferencial com outra proposição ou conjunto de proposições, que são, por sua vez, evidencialmente autoprováveis, i. e., tem sua probabilidade evidencial apenas em virtude de si mesma⁸⁷.

⁸⁵ KE, p. 52.

⁸⁶ *ibid.*

⁸⁷ A *auto-evidência* proposta por Descartes, por exemplo.

A tese da auto-probabilidade “enfrenta problemas devido ao seu compromisso com proposições auto-prováveis. A noção de uma proposição evidencialmente auto-provável é conceptualmente mal-formada”⁸⁸. Mal-formada porque não temos como estabelecer um critério para que façamos a distinção entre proposições auto-prováveis e proposições que não o são, ou seja, já que procuramos um modelo para a justificação de proposições com caráter *empírico*, teríamos que aceitar a existência de proposições sintéticas *a priori*.

Tradicionalmente, as supostas proposições auto-prováveis são assim consideradas (quando o são) devido aos seus constituintes ontológicos ou semânticos. Porém, em nenhum dos dois sentidos é possível, segundo Moser, desenvolvermos uma explicação plausível da auto-probabilidade, para proposições empíricas.

Quando consideramos uma proposição como auto-provável devido aos termos que a constituem, estamos, na verdade, considerando que esta proposição é *verdadeira* devido ao uso de tais e tais termos. Porém, sustenta Moser, “não devemos confundir condições para a probabilidade evidencial com condições para a verdade”⁸⁹. Também é insustentável, segundo Moser, a tentativa de estabelecer a base evidencial proposicional por apelo ao conteúdo ontológico de uma proposição tida como auto-evidente. Uma proposição sobre algo é, obviamente, distinta deste algo. Assim, a probabilidade da proposição vai depender deste algo, a que ela se refere. A proposição não será, pois, *auto-provável*, pelo menos em sentido literal.

O fracasso da tese da auto-probabilidade nos leva à próxima alternativa, o infinitismo.

II.2) *Infinitismo das probabilidades*: a probabilidade evidencial de uma proposição deriva de sua relação inferencial com outra proposição ou conjunto de proposições, que têm sua probabilidade evidencial dada apenas em virtude de estar no topo da cadeia de um regresso inferencial infinito de proposições⁹⁰.

⁸⁸ KE, p. 55.

⁸⁹ KE, p. 56.

⁹⁰ Esta tem sido uma posição pouco considerada. Recentemente, porém, Peter Klein vem defendendo que o regresso *ad infinitum* pode fornecer justificação para nossas crenças

Vamos tomar, como exemplo, o seguinte regresso ao infinito⁹¹:

Existe pelo menos um número perfeito maior do que 100.

Existem pelo menos dois números perfeitos maiores do que 100.

“Três “

O infinitismo, como apresentado acima, sustenta que uma crença, digamos M_n , é tornada provável devido ao fato de estar no topo de um regresso ao infinito. Tomemos o regresso acima. Podemos facilmente aceitar que ele torna provável o condicional ‘*se M_{n+1} for evidencialmente provável, então M_n também o será*’. A questão relevante aqui, porém, é outra: alguém pode, apenas baseado nas proposições que compõem o regresso, aceitar o antecedente deste condicional? Parece claro que não. É necessário, ao menos, que o sujeito epistêmico disponha de uma definição de número perfeito (um número inteiro que equivale à soma dos fatores inteiros menores do que ele). Se pudermos aceitar o antecedente do condicional, e apenas neste caso, então poderemos aceitar a crença M_{n+x} tendo por base seus antecessores.

Pois bem, o regresso infinito apenas pode servir como base evidencial se dispomos de informação adicional, externa ao regresso mesmo. E de onde esta informação retira sua base evidencial? Ela não pode ser tomada como auto-provável (devido às razões anteriormente apresentadas). E não pode, igualmente, sustenta Moser, apoiar-se na tese infinitista, pelas razões já expostas.⁹² Daí, esta informação externa deverá

correntes. Veja, por exemplo, “Human Knowledge and the Infinite Regress of Arguments”. *Philosophical Perspectives*, 13, Epistemology, 1999, p 297 – 325).

⁹¹ Apud. KE, p. 57. Moser credita este exemplo a E. Sosa.

⁹² Se aceitarmos que a informação externa pode estar, ela também, apoiada em um regresso infinito e, daí, que a informação externa que torna este novo regresso plausível estivesse igualmente apoiada em um regresso e assim por diante, então teríamos um novo nível de regresso. Mas, se aceitamos de saída, como Moser o faz, a plausibilidade do primeiro regresso (Moser, como vimos, ataca a tese do regresso apenas por que ela requer informação adicional), porque não aceitar este segundo regresso?

se apoiar em algum outro tipo de evidência (que, como já podemos imaginar, será postulada como sendo não-proposicional).

O infinitismo é, pois, incapaz de, apenas por apelo ao regresso, fornecer base evidencial a uma proposição. Devemos, pois, passar ao próximo candidato.

II.3) *Tese da Probabilidade Circular*: a probabilidade evidencial de uma proposição deriva de sua relação inferencial com uma base de evidência que consiste em uma proposição ou em um conjunto de proposições que tem sua probabilidade evidencial dada apenas pelo fato de ser um membro de um círculo inferencial de proposições.

Moser propõe um argumento bastante simples para a tese da probabilidade circular. Deixaremos que o próprio Moser o exponha: “como pode uma proposição, p , que depende para sua probabilidade evidencial de outra proposição, q , tornar q evidencialmente provável? Em outras palavras, se p carece de probabilidade separado de q , como pode q derivar sua probabilidade de p ? Afinal, p é, ela mesma, *não*-provável quando separada de q . (...) Como pode um círculo inferencial fechado de proposições fornecer a base para a probabilidade evidencial? (...) Do ponto de vista do fornecimento de probabilidade evidencial para uma pessoa, um círculo inferencial fechado é tão efetivo quanto qualquer outro. A Tese da Probabilidade Circular, ao menos, não identifica qualquer diferença relevante. Mas, obviamente, *nem todo* círculo inferencial de proposições fechado fornece probabilidade evidencial para uma pessoa. Considere tal círculo envolvendo apenas proposições retiradas de um romance de ficção científica. É duvidoso, pois, que um círculo inferencial fechado seja suficiente para fornecer probabilidade evidencial.”⁹³

Isto nos leva àquela que, segundo Moser, é a derradeira alternativa para quem pretende defender a existência de uma base evidencial com caráter proposicional, o *coerentismo de probabilidades*.

II.4) *Coerentismo de probabilidades*⁹⁴: a probabilidade evidencial de uma proposição deriva de sua relação

⁹³ KE, p. 61.

⁹⁴ Isto caracteriza as teorias *coerentistas*, como a que analisaremos no próximo capítulo.

inferencial com uma base de evidência que consiste em uma proposição ou conjunto de proposições que tem sua probabilidade evidencial dada apenas pelo fato de sua participação em um sistema amplo de proposições interconectadas.⁹⁵

Esta última tese acomoda um grupo de teorias que se constitui no principal concorrente do fundacionismo, dentre as teorias internalistas da justificação, de modo genérico, o *coerentismo* (uma teoria deste gênero será nosso objeto no capítulo seguinte).

O argumento utilizado por Moser contra este grupo de teorias é bastante conhecido; trata-se do *argumento do isolamento*, que consiste em questionar a relação entre o conceito de coerência e o de justificação (o que inclui a possibilidade de uma proposição, por pertencer a um grupo coerente de proposições, fornecer base evidencial para uma outra proposição). De outro modo: por que devemos esperar que a mera coerência seja capaz de garantir um *status* privilegiado a uma proposição? Como Moser bem lembra, podemos conceber sistemas coesos compostos apenas por crenças falsas. Assim, sustenta ele, coerência sozinha é incapaz de fornecer probabilidade evidencial⁹⁶.

De forma geral, “como pode uma proposição ela mesma, sendo o conteúdo conceptual ou predicacional possível de um estado doxástico, conferir probabilidade evidencial para alguma proposição para alguém? Se *alguma* proposição, por si mesma, confere tal probabilidade para uma pessoa, então *qualquer* proposição o faz; porque proposições, por elas mesmas, não diferem em sua capacidade de efetivamente conferir probabilidade evidencial para alguém. Mas é claro que é falso que todas as proposições confirmam probabilidade evidencial para alguma

⁹⁵ KE, p. 54.

⁹⁶ id, p. 63-44. Este nos parece um argumento muito fraco; os coerentistas têm apresentado abordagens que tornam factível - pelo menos à primeira vista - a possibilidade de estarmos justificados sem o apelo, em última análise, a algum tipo de fundamento. A nosso ver não há aqui, um argumento efetivo contra o coerentismo. É correto afirmar que o argumento do isolamento mostra que coerência, sozinha, não garante justificação. O coerentista, porém, não exigirá apenas coerência. Exigirá coerência entre proposições *verdadeiras* (ou aceitas com o objetivo de atingir a verdade). Moser precisa, então, mostrar que coerência *mais* verdade são incapazes de fornecer probabilidade evidencial para uma proposição, algo que ele não faz.

proposição de alguma pessoa.”⁹⁷ Assim, conclui Moser, o conteúdo proposicional de uma proposição deve ser tornado provável, em última instância, não por uma proposição, mas por algum tipo de elemento de caráter *não*-proposicional.

3.3.2.1 Candidatos a Fornecedores-de-Probabilidade Não-Proposicional

O passo seguinte consiste em identificar tal base não-proposicional a fornecer probabilidade evidencial às proposições. São três os candidatos:

- 1) O *Externalismo Radical*, que pode ser descrito nos seguintes termos:

“Para alguma proposição, P, a probabilidade evidencial não-proposicional de P para uma pessoa, S, deriva da relação inferencial de P com uma base evidencial que consiste, pelo menos em parte, de fatos ou itens que existem independentemente dos - e não estão representados em - estados psicológicos de S e em seus conteúdos.”⁹⁸

- 2) O *Externalismo Moderado*, assim caracterizado:

“Para qualquer proposição, P, se P tem probabilidade evidencial não-proposicional para S, essa probabilidade deriva da relação inferencial de P para com uma base de evidência constituída apenas pelos estados psicológicos não-doxásticos de S (...), mas sem que S tenha que estar ciente de estar nesses estados ou do conteúdo desses estados.”⁹⁹

- 3) Por fim, o *internalismo*, que Moser apresenta do seguinte modo:

⁹⁷ id, p. 63-4.

⁹⁸ id, p. 69-70.

⁹⁹ *ibid.*

“Para qualquer proposição, P, se P tem probabilidade evidencial não-proposicional para S, essa probabilidade deriva da relação inferencial de P para com uma base de evidências que consiste apenas nos estados psicológicos não-doxásticos de S, dos quais ele está ciente, ou nos conteúdos desses estados, dos quais ele está igualmente ciente.”¹⁰⁰

Moser ataca o externalismo radical (cujos representantes mais proeminentes são as teorias confiabilistas de tipo causal¹⁰¹ (*causal-reliability theories*)) com dois argumentos bastante distintos: o primeiro, a partir da própria estrutura dessa posição; o segundo, olhando para o seu alcance teórico.

O primeiro argumento é, a nosso ver¹⁰², o já discutido argumento da meta-incoerência (em 2.3.2). Relembrando, o argumento da meta-incoerência sustenta que é paradoxal que uma crença seja produzida por um processo de produção de crenças confiável e que ela seja, simultaneamente, injustificada, dadas as evidências disponíveis para o sujeito epistêmico. Dado um processo confiável de formação de crenças, F, “nada na evidência empírica presente para mim indica ou torna provável a afirmação de que F existe e é causalmente responsável pela minha crença de que P. Assim, F é uma base inadequada para a probabilidade evidencial ocorrente de que P, mesmo que de fato F seja a causa transmissora-de-verdade (*truth conducive*) dessa crença”¹⁰³.

O segundo argumento contra o externalismo radical consiste em afirmar que ele nos limita a chance de desafiarmos o ceticismo de tipo humeano, enquanto pressupõe exatamente aquilo que esse ataca: que possam existir crenças evidencialmente prováveis sobre a existência de objetos independentes de nossa mente. A crença de que uma proposição possa ser justificada para alguém já pressupõe a existência de processos de

¹⁰⁰ *ibid.*

¹⁰¹ E aí podemos agrupar autores como D. Armstrong, F. Dretske e A. Goldman (o Goldman dos primeiros ensaios, pelo menos, já que ele abandona as teorias causais em favor de uma abordagem confiabilista).

¹⁰² Moser, todavia, não refere-se de modo explícito ao argumento.

¹⁰³ Cf. *id.*, p. 72 ss. Ou seja, Moser exige que, mais do que uma relação causal, aquilo que tenhamos seja uma *explicação* de um eventual conteúdo subjetivo (a noção de explicação será apresentada logo adiante, em 3.3.3.1).

formação de crenças que dependem, por sua vez, da existência de entidades independentes de nossa mente.

O primeiro argumento contra o externalismo radical - que a nosso ver é, dos dois propostos, o único que realmente é efetivo - se estende, em última análise, também ao moderado (e neste grupo Moser inclui autores como Marshall Swain e William Alston)¹⁰⁴. A análise das pretensões do externalismo moderado, todavia, nos levará a uma distinção importante. Retomando a definição, o externalismo moderado concede que a evidência para P seja derivada de estados psicológicos de S, mas dispensa S de ciência em relação a tais estados (ou seja, de possuir crenças sobre estes estados). Esta dispensa pode, porém, conduzir a resultados indesejáveis, como o problema da meta-incoerência. A evidência produzida *via* tais estados psicológicos - mesmo que tal evidência seja *acessível* - poderá sempre se chocar com a evidência *atual, ocorrente* para S. Para Moser, pois, a única evidência que pode adequadamente sustentar uma crença de S é a evidência *atualmente disponível* para S, e não aquela a que ele *poderia* acessar. A evidência atualmente disponível para S, para a proposição P, é aquela evidência que ele pode utilizar porque a *considera* capaz de sustentar P; para tal, S deve ter crenças de segunda ordem sobre estas evidências, crenças sobre a força destas evidências. A exigência por crenças de segunda ordem é, como vimos, cara ao internalista. E, a nosso ver, um externalista só poderá obter sucesso se conseguir oferecer uma explicação adequada sobre a função destas crenças na obtenção de justificação.

Passemos, agora, ao Internalismo. A tese internalista pode, a princípio, apresentar-se sob duas modalidades (que serão posteriormente unificadas, como veremos):

Internalismo Moderado. Para qualquer proposição, P, se P tem probabilidade evidencial não-proposicional para S, essa probabilidade deriva da relação inferencial de P com uma base de evidências que consiste apenas nos estados psicológicos não-doxásticos de S de cujos conteúdos ele

¹⁰⁴ cremos que qualquer concessão ao externalismo, em qualquer grau, permitirá que o argumento de Moser se instale. Qualquer tese que dispense o sujeito epistêmico de acesso àquilo que justifica suas crenças levará o internalista ao ataque, por golpeá-lo exatamente naquilo que lhe é mais caro: as crenças de segunda ordem.

está *ciente*, sem que ele precise estar ciente de encontrar-se nesses estados.

Internalismo Radical. Para qualquer proposição, P, se P tem probabilidade evidencial não-proposicional para S, essa probabilidade deriva da relação inferencial de P com uma base de evidências que consiste apenas nos estados psicológicos não-doxásticos de S dos quais ele tem *ciência* de encontrar-se.¹⁰⁵

Antes de qualquer passo adiante, retornemos, pois, à noção de *ciência* (*awareness*), utilizada repetidas vezes na discussão anterior. *Estar ciente* deve remeter, na teoria sob discussão, a algo de anterior ao conceito (e, daí, anterior à proposição). Podemos, certamente, ter ciência de eventos psicológicos que envolvem conceitos ou proposições. É necessário¹⁰⁶, sustenta Moser, que possamos falar de ciência em sentido não-conceptual, ciência de conteúdos de estados psicológicos que não envolvam proposições. *Estar ciente*, no sentido não-conceptual, consiste, pois, em sofrer uma *atração direta da atenção* (*direct attention attraction*), sem uma predicação¹⁰⁷ sobre o conteúdo de um estado psicológico. O autor chega a distinguir a atração direta do ato de, por exemplo, enfocar um objeto, o que, segundo ele, já envolve alguma conceptualização, enquanto envolve certo tipo de categorização. Atração direta consiste em “ser psicologicamente diretamente “afetado” por certo conteúdo de modo tal que uma pessoa está psicologicamente relacionada (*presented*) com tais conteúdos”¹⁰⁸.

¹⁰⁵ id, p. 77-78 (grifo nosso).

¹⁰⁶ Necessário porque, como mostramos anteriormente, Moser sustenta que é impossível sustentar qualquer tese que defenda a existência de uma base evidencial com caráter proposicional.

¹⁰⁷ Este requisito permitirá que Moser realize a conexão entre a base não-proposicional e as evidências (com caráter proposicional).

¹⁰⁸ id, p. 82. As aspas internas são do autor. Moser lembra que a noção de *presentation* aparece em vários ensaios fundacionalistas; Russell a utiliza, como ele bem lembra, para esclarecer a noção de conhecimento por familiaridade (*acquaintance*). Mas ele faz questão de distinguir seu uso da noção daquele de Russell, enquanto este permitia que alguém tivesse familiaridade com objetos mesmo na ausência de ciência atual, e parecia entender, adicionalmente, que o relacionamento com um objeto supõe atenção seletiva.

3.3.3 Produtores-De-Probabilidade Incondicionais Mínimos

Acompanhamos, anteriormente, a eliminação dos concorrentes da tese da base evidencial não-proposicional. Se aceitarmos os argumentos utilizados, e na ausência de outras teses alternativas, devemos aceitar que a base evidencial é não-proposicional. Apenas o componente pré-conceptual de uma experiência pode servir como um *produtor-de-probabilidade incondicional mínimo*, ou seja, como indicador de verdade de uma proposição, sem depender de mais nada. A questão a ser respondida, porém, é a de como uma experiência não-conceptual, sendo não-conceptual, pode tornar uma proposição provável em algum grau?

A tese do conteúdo não conceptual não é original. Ela é utilizada por teorias da ciência cognitiva¹⁰⁹. Ela é fundamental, para Moser, por duas razões: primeira, como vimos, ela fornece a base teórica para a tese da base de probabilidade evidencial não-proposicional, resolvendo, a seu ver o problema da relação de base; segundo, como veremos, ela permitirá “a naturalização de uma parte importante da teoria da justificação”.

Devemos distinguir, numa experiência não-conceptual, três diferentes elementos: o conteúdo *objetivo*¹¹⁰ da experiência, o conteúdo *subjetivo* da experiência e o mero *estado* de experienciar ou estar ciente. É o elemento *subjetivo* - e não o objetivo - da experiência não-conceptual que constitui um produtor-de-probabilidade, e uma pessoa sempre tem ciência (*awareness*) desse conteúdo, mesmo que não tenha ciência da experiência em si¹¹¹.

Podemos, agora, voltar à questão posta acima, afirmando que “o conteúdo subjetivo não conceptual de alguém pode tornar uma proposição, P, evidencialmente provável em alguma medida devido ao fato de esse conteúdo poder *ser explicado para essa pessoa* por P, no sentido de que P é uma parte essencial de uma explicação para esse alguém do porquê esses conteúdos existem, ou equivalentemente, do porquê esses conteúdos ocorrem como ocorrem”¹¹².

¹⁰⁹ Veja, por exemplo, EVANS, G. *The Varieties of Reference*. Oxford: Oxford UP, 1984.

¹¹⁰ O conteúdo objetivo da experiência se identifica com aquilo que existe independentemente da experiência e que provoca essa experiência (não importando o que efetivamente esteja a provocar a experiência).

¹¹¹ Uma estratégia bem conhecida do empirismo moderno.

¹¹² KE, p. 91-92.

3.3.3.1 As Noções de Explicação e de Compreensibilidade

Moser considera a noção de explicação (*explanation*) como uma noção não-epistêmica, enquanto não requer conceitos epistêmicos, tais como os de conhecimento, justificação ou base evidencial. A noção de explicação requer apenas a noção de responder a porquês relativos a um conteúdo subjetivo qualquer. O conceito central aqui será o conceito de *compreensibilidade* (*understandability*).

Para que possamos dizer que uma pessoa *compreende* uma proposição quando ela possui crenças sobre as condições de verdade da proposição, estas crenças precisam, no máximo, ser verdadeiras¹¹³ (e, dispensando a noção de justificação, ficamos com uma noção não-epistêmica).

Uma proposição explica um conteúdo subjetivo quando ela, em alguma medida, explica porque o conteúdo subjetivo se dá. A proposição ‘há um livro azul diante de mim’ explica certo conteúdo subjetivo porque ela fornece uma razão para o aparecimento deste conteúdo subjetivo¹¹⁴. Note que a noção de explicação, no sentido aqui utilizado, não pode ser confundida com a de *dar* uma explicação, uma noção bem mais forte do que a que está em questão, enquanto requer que alguém tenha uma explicação em mente. A noção de explicação, da qual falamos aqui, requer apenas “que a pessoa entenda uma proposição que seja, e que tal proposição pode ser usada por alguém como uma explicação para um seu conteúdo subjetivo”¹¹⁵.

Completamos, deste modo, a primeira linha-mestra necessária para o esclarecimento da noção de justificação em Moser: aquela que liga justificação e compreensibilidade, através das noções de probabilidade e

¹¹³ Um adversário poderia questionar sobre as razões da dispensa da noção de justificação. Moser, com razão, lembra que se a noção de explicação tivesse caráter epistêmico, então cairíamos num círculo vicioso. Por outro lado, ele não oferece um bom argumento para que aceitemos o caráter não-epistêmico da noção de explicação.

¹¹⁴ Um coerentista (como Keith Lehrer, com quem dialogaremos a seguir) poderia argumentar que há outras crenças às quais, necessariamente, remetemo-nos quando explicamos um conteúdo subjetivo, crenças, por exemplo, sobre a adequação da proposição como explicação do conteúdo subjetivo.

¹¹⁵ *id.*, p. 96. Note, porém que essa noção é apresentada no excerto de modo flagrantemente circular. Apesar disso Moser não chega a nos propor uma definição adequada da noção.

de explicação. Isto, porém, não é ainda o suficiente para o estabelecimento de um conceito de justificação adequado.

3.3.3.2 As Noções de Melhor Explicação e de Infração¹¹⁶

A noção de explicação - apesar de útil para que possamos compreender como um conteúdo subjetivo não-proposicional pode tornar provável, em algum grau, uma proposição, ainda não é forte o suficiente para que possamos estabelecer um conceito adequado de justificação. Para tal, temos que dar um passo mais adiante, introduzindo o conceito relativo de *melhor explicação*. Tal conceito será essencial para lidarmos com a concorrência de diferentes explicações para um mesmo conteúdo subjetivo. Antes, porém, vamos apresentar duas noções necessárias para a definição do conceito de melhor explicação.

A primeira destas noções é a de *entidade gratuita* (*gratuitous entity*): uma entidade é gratuita se, dada uma explicação E de um conteúdo subjetivo C, E postula um item que não aparece ele mesmo em C. Em outras palavras, quanto menor o número de entidades gratuitas na explicação que E fornece a C, maior a simplicidade da explicação. A boa e velha navalha.

A segunda noção é a de *especificidade informacional*, compreendida do seguinte modo: uma proposição P é *mais informacionalmente específica* do que outra, Q, se e só se P implica logicamente Q, mas Q não implica logicamente P.¹¹⁷

Podemos, agora, então, apresentar a noção:

“Uma proposição, P, é *não-decisivamente uma melhor explicação* de um conteúdo subjetivo C do que é uma outra proposição, Q, se e só se (i) P explica C, e (ii) enquanto não postula mais entidades gratuitas ou tipos de

¹¹⁶ Utilizamos “infringir” para traduzir *to contravene*.

¹¹⁷ Essas noções não nos parecerão estranhas se lembrarmos da noção de *elegância* em lógica e em matemática, ou da Navalha de Ockham. A indicação de que a mais específica deve implicar a menos específica fica clara se pensarmos que uma proposição, P, é mais específica que (P $\vee$ Q).

entidades gratuitas do que Q postula, P responde a mais porquês não-disjuntivos sobre C do que Q responde.”¹¹⁸

Deve ficar claro o passo aqui: o de apresentar uma definição de critérios mínimos que permitam um primeiro descarte de possíveis candidatos a proposições justificadas referentes a um determinado evento. Devemos notar, também, que temos aqui uma definição ainda muito débil: ser uma ‘melhor explicação’, de modo não-decisivo, não garante o status de justificada a uma proposição, devido a razões que ficarão claras posteriormente.

O passo seguinte para a construção de um conceito de justificação procura captar uma intuição comum a teorias com caráter evidencialista: a de que a justificação de uma crença é passível de ser eliminada ou derrotada num momento futuro, devido ao acréscimo de novas evidências¹¹⁹. Moser começa a assimilar tal intuição através da noção de “uma proposição ser *infringida (contravened)* como uma explicação para uma pessoa”¹²⁰.

Uma taxionomia dos possíveis tipos de competição entre proposições em relação a um conteúdo subjetivo não-proposicional apresentará duas variedades de competição: aquela a que denominaremos *infração indireta* e a denominada *infração direta*. Temos assim:

1- *Infração Direta*: um primeiro tipo de competição é aquela em que um competidor simplesmente mostra-se inepto a desempenhar aquilo que dele se espera. Podemos facilmente imaginar tal caso como um caso no qual uma proposição, P, que serve como explicação de um conteúdo subjetivo, C, sofre infração porque todas as entidades postas por E para explicar C são gratuitas, ou seja, não aparecem elas mesmas em C. Moser

¹¹⁸ KE, p. 99. A inclusão de “não-disjuntivos” nos permite escapar da armadilha armada pelas proposições disjuntivas, que permitiria que uma explicação de C respondesse também a um número virtualmente infinito de questões sobre C. Note, também, que não foi requerido que todas as questões sobre C tenham sido respondidas; esta a razão da denominação “não-decisiva”, dada a tal explicação.

¹¹⁹ Veremos a preocupação com a futura evidência sendo levada em conta nas teorias de Lehrer e Klein, que serão apresentadas adiante.

¹²⁰ KE, p. 101. O leitor poderá perceber que a suposição de que a justificação pode ser perdida através do acréscimo de novas evidências será absorvida na teoria de modo paulatino; o primeiro passo consiste exatamente em explicar a competição entre diferentes explicações para um mesmo conteúdo subjetivo.

mostra que, por exemplo, uma explicação que poderia ter sofrido infração direta seria a teoria atômica, já que, sendo inobserváveis até recentemente, os átomos seriam entidades gratuitas na explicação. Para evitar isto, uma defesa da explicação deveria: i) através de experiências, mostrar que átomos não são entidades gratuitas; ii) apelar para uma futura situação que nos permitiria provar que átomos não são entidades gratuitas ou iii) apelar para a afirmação de que a teoria atômica é parte de uma teoria mais ampla e que não é ela mesma gratuita.

2- *Infração Indireta*: podemos imaginar um caso em que duas proposições competem entre si ao posto de explicação de um conteúdo subjetivo. Podemos igualmente supor que as duas (ou mais) proposições não sofrem infração direta (ou seja, elas não possuem apenas entidades gratuitas em relação ao conteúdo subjetivo). Qual das duas deve ser declarada como, em relação à outra, a melhor explicação? É exatamente para estabelecer tais critérios de desempate que Moser prevê a noção de infração indireta, assim definida:

“Uma proposição, P , é *indiretamente infringida* para S como uma explicação para ele dos seus conteúdos subjetivos não-conceptuais, $C = df.$ (i) existe para S uma explicação, E , desses conteúdos que implica (a) que no caso presente C e C^* não são, ambos, objetivamente verídicos (i.e., representativos de conteúdos objetivos), ou (b) que para S , na maioria dos casos, conteúdos do tipo C e do tipo C^* não são ambos objetivamente verídicos quando ocorrem simultaneamente, ou (c) que $\sim P$, ou (d) que certa fonte de informações, I , é uma fornecedora de verdades, na maioria dos casos relativos a conteúdos do tipo C e I afirma, pelo menos por implicação, que $\sim P$, e (ii) E é uma explicação decisivamente melhor¹²¹ de C e C^* do que é qualquer outra explicação contrária que S tenha.”¹²²

Sendo que C^* é um outro conteúdo subjetivo de S , que será denominado de *negativamente relevante* para C , enquanto é capaz de

¹²¹ Uma explicação *decisivamente melhor* é aquela que responde a todas as questões relativas a um conteúdo C . Confira adiante em 3.5.1.

¹²² KE, p 105.

sustentar uma outra explicação que, de algum modo, enfraquece a explicação que uma proposição fornecia para C.

Veja que é a cláusula (ii) é que determina o vencedor da competição entre as duas explicações (e a cláusula é pouco esclarecedora, alguém pode alegar). A cláusula (i), todavia, determina o modo como esta competição pode se dar.

Um exemplo pode ser esclarecedor: uma proposição P pode explicar um conteúdo subjetivo não-proposicional que consiste em um aparente livro azul. P sofrerá infração, porém, se não explicar também um outro elemento de um conteúdo subjetivo, C*, que consiste em uma aparente máquina de produzir hologramas em atividade; ou seja: existe, para o observador hipotético do exemplo, uma proposição P ('existe ali um livro azul'), que explica um conteúdo subjetivo C (o aparente livro azul). Existe, porém, uma outra explicação, E ('máquinas de produzir hologramas em funcionamento produzem objetos que apenas *parecem* ter três dimensões'), que nos diz que C e C* (a aparente máquina de hologramas) não ocorrem objetivamente ao mesmo tempo. Logo, P sofre infração indireta, já que E explica melhor do que P a presença dos dois conteúdos subjetivos, C e C*, já que (i)(a) é satisfeita e (ii) também o é (vamos conceder).

Podemos, agora, esclarecer como um conteúdo subjetivo não-proposicional torna provável (em algum grau) uma proposição: isto se dá quando uma explicação é a *melhor explicação* para este conteúdo subjetivo. E Moser construirá, a partir disto, uma noção que capta a maior força desta proposição, em relação aos seus concorrentes, para um sujeito epistêmico; trata-se da noção de *produtor-de-probabilidade incondicional mínimo*, assim proposta:

"Conteúdos subjetivos não-conceptuais, C, são ocorrentemente um *produtor-de-probabilidade incondicional mínimo* para uma proposição, P, para uma pessoa, S = df. (i) C se apresenta para S, (ii) P é uma explicação de C para S, e (iii) S não tem nenhum infrator não-infringido¹²³, seja ele direto ou indireto, de P como uma explicação de C."¹²⁴

¹²³ Não é estranha a idéia de que um elemento o qual, de algum modo, solapa a justificação (ou a probabilidade) de uma proposição possa ele também vir a ter essa sua

Duas notas devem ser feitas sobre o caráter dos produtores-de-probabilidade mínimos e incondicionais: a primeira, mostra-nos que, sendo os conteúdos subjetivos relativos sempre a um indivíduo, os produtores-de-probabilidade mínimos a eles ligados são sempre postos *na perspectiva* desse indivíduo¹²⁵.

A segunda observação atenua a primeira: apesar dos produtores-de-probabilidade incondicionais mínimos serem relativos a um sujeito, eles não dependem de qualquer crença desse sujeito sobre o caráter de tais proposições (e, daí, o sujeito não precisa ter conhecimento nem crença justificada sobre as mesmas)¹²⁶.

Apoiado no conceito de produtor-de-probabilidade incondicional mínimo, Moser tenta, então, apresentar uma concepção de internalismo que unificaria as duas concepções apresentadas anteriormente (em 3.3.2.1), de internalismo moderado e radical; trata-se do que podemos chamar de *Internalismo Percepcionista (awareness internalism)*¹²⁷, que será a discutido nas seções seguintes.

3.3.4- Produtores-de-Probabilidade Mínimos Derivados

Se, por um lado, é passível de discussão a existência de uma base não-evidencial para nossas crenças, parece evidente aceitarmos que algumas

capacidade enfraquecida ou eliminada por uma outra proposição. Um conteúdo ‘não-infringido’ (Moser utiliza aqui *uncontravened*; optamos, por isso, utilizar o mesmo verbo, em português, que utilizamos para traduzir *to contravene*) é, então, um conteúdo que não sofreu esse ataque ou que a ele sobreviveu.

¹²⁴ KE, p. 106.

¹²⁵ Mais um motivo para não aceitarmos os produtores-de-probabilidade incondicionais mínimos como suficientes para sustentar um modelo de justificação aceitável.

¹²⁶ Aqui, Moser tenta livrar-se de um ataque bastante sério feito aos internalistas em geral: o de que eles não conseguem escapar à necessidade de recorrer a crenças de segunda ordem (crenças sobre crenças); não cabe dissertar sobre a forma do argumento aqui. Cabe notar, porém, que Moser tenta, desde já, escapar ao ataque.

¹²⁷ KE, p. 109. Não nos parece, porém, que a exigência de ciência posta pelo internalismo radical seja satisfeita aqui. Parece-nos algo bastante distinto *estar ciente da base evidencial que dá evidência a uma proposição e entender uma proposição que está de algum modo ligada a um conteúdo subjetivo*. Ou seja, a nosso ver, o Internalismo Percepcionista proposto por Moser não atinge aquela que parece ser a exigência do internalista radical: possuir conhecimento de segunda ordem.

(ou muitas) de nossas proposições não são tornadas prováveis por apelo a algum conteúdo não-proposicional, como no caso anterior, mas sim por outras proposições. Será o caso de, então, assimilarmos à teoria esse tipo de exigência, o que será feito através do conceito de *produtor-de-probabilidade derivado* (*derivative probability-maker*).

É claro que - dada a noção de cadeia de crenças - produtores-de-probabilidade derivados vão se referir, em última análise, aos já vistos produtores-de-probabilidade incondicionais¹²⁸; assim sendo, nossa definição deverá mostrar como esse confere probabilidade ao primeiro:

“Uma proposição, *P*, que é objeto da crença ou aceitação de *S*, é ocorrentemente um *produtor-de-probabilidade proposicional mínimo básico* para uma proposição, *Q*, para *S* = *df.* (i) *P* está dado na consciência de *S*, (ii) existe um produtor-de-probabilidade incondicional mínimo para *P* para *S*, (iii) *S* compreende *Q*, (iv) *P* implica logicamente *Q*, ou *P* ou explica ou é explicado por *Q*; (v) se *P* é disjuntivo e explica *Q*, então *P* não explica *Q* somente porque *Q* é explicado por um disjuntivo não-essencial para que *P* tenha um produtor-de-probabilidade incondicional ou, se *P* é disjuntivo e explicado por *Q*, então *Q* não explica *P* somente porque *Q* explica um disjuntivo não-essencial para que *P* tenha um produtor-de-probabilidade incondicional, e (vi) *S* não sofre infração não-infringida em relação a (iv).”¹²⁹

A cláusula (ii) acima deixa claro que um produtor-de-probabilidade básico, *P*, vai estar sempre, em última análise, apoiado em um incondicional, ou seja, aí implícito, pelo conteúdo não-conceptual de uma experiência (deixando explícito o caráter fundacionista da teoria); a cláusula (iv) mostra que os modos de produção de probabilidade evidencial não precisam se dar através da dedução válida, somente; a cláusula (v) garante que a transmissão da probabilidade evidencial se dá, digamos, de um modo não essencial; e (vi) garante que aquilo que poderia destruir a transferência da probabilidade é, ele mesmo, destruído.

¹²⁸ O que garante o papel da experiência para a formação de probabilidade e, o que é mais interessante, preserva-nos de um regresso infinito.

¹²⁹ KE, p. 113. Note que a cláusula (iv) permite que uma proposição forneça base para uma outra não apenas através da implicação lógica.

Ao produtor-de-probabilidade que cai sob a definição acima, Moser denomina *básico*, enquanto diretamente apoiado no produtor de probabilidade incondicional mínimo¹³⁰. Nem todos os produtores-de-probabilidade precisam ser, porém, básicos: não é difícil aceitar que algumas proposições não estejam imediatamente baseadas em produtores-de-probabilidade incondicionais, mas sim em outra proposição (permitindo-nos formar uma cadeia de crenças que, porém, sempre estarão em última análise baseadas numa experiência). A esse produtor-de-probabilidade, chamaremos de *não-básico*, definindo-o do seguinte modo (análogo ao da definição dos demais produtores-de-probabilidade):

“Uma proposição, P , que é objeto da crença ou aceitação de S , é ocorrentemente um *produtor-de-probabilidade proposicional mínimo não-básico* para uma proposição, Q , para $S = df.$ (i) P está dado na consciência de S , (ii) existe um produtor-de-probabilidade proposicional mínimo para P para S que, em última análise, depende (para que seja um produtor-de-probabilidade) de, ou é idêntico a, um produtor-de-probabilidade proposicional mínimo básico para S ; (iii) S compreende Q , (iv) P implica logicamente Q , ou P ou explica ou é explicado por Q ; (v) se P é disjuntivo e explica Q , então P não explica Q somente porque Q é explicado por um disjuntivo não-essencial para que P tenha um produtor-de-probabilidade incondicional, ou, se P é disjuntivo e explicado por Q , então Q não explica P somente porque Q explica um disjuntivo não-essencial para que P tenha um produtor-de-probabilidade incondicional, e (vi) S não sofre infração não-infringida em relação a (iv).”¹³¹

3.4 Razões Epistêmicas e Justificação

Apresentamos acima aquilo que Moser chama de *razões epistêmicas mínimas*, ou seja, algo que torna uma proposição provável *em algum grau* (os produtores-de-probabilidade). A questão a ser respondida agora é

¹³⁰ Não é difícil detectar o caminho seguido pelo autor: primeiro, estabeleceu a conexão entre o conteúdo subjetivo e a explicação; agora, estabelece a conexão entre a explicação e uma proposição nela apoiada; a seguir, estabelecerá a conexão entre as demais proposições.

¹³¹ KE, p. 115.

a seguinte: qual o grau de probabilidade necessário para que uma proposição seja considerada não apenas provável em algum grau, mas *justificada*?

Moser coloca a questão do seguinte modo: “Claramente uma proposição está epistemicamente justificada para alguém só se ela é evidencialmente mais provável do que sua contrária para essa pessoa. Mas esse lugar-comum nos põe duas importantes questões: i) quando uma proposição é evidencialmente mais provável que sua contrária para uma pessoa? E ii) pode uma proposição ser provável o suficiente para satisfazer a condição de justificação para o conhecimento proposicional?”¹³² Responder a essas questões será nossa próxima tarefa.

3.4.1 Probabilidade Incondicional Vencedora

A primeira noção que utilizaremos para responder às questões postas acima é a de uma proposição ser mais provável, para *S*, que sua contrária, relativamente, porém, *apenas aos seus conteúdos subjetivos*. Nesse caso, *S* tem um produtor-de-probabilidade incondicional *sobrepujante* (*overbalancing*), noção que definiremos do seguinte modo:

“Os conteúdos subjetivos não-conceptuais *C* de *S* são, ocorrentemente, um *produtor-de-probabilidade incondicional sobrepujante* para uma proposição, *P*, para *S*, desde que *C*, ocorrentemente, torne *P* evidencialmente mais provável do que $\sim P$ para *S* = *df.* (i) *C* está dado na consciência de *S*, (ii) *S* compreende proposições contrárias a *P*, incluindo $\sim P$, (iii) *P* é decisivamente uma melhor explicação de *C* para *S* do que é cada proposição contrária que *S* compreende, incluindo $\sim P$, e (iv) não há nenhuma infração não-infringida em relação a (iii).”¹³³

Temos, em (iv), uma afirmação digna de nota: mesmo que uma proposição seja uma melhor explicação do que suas concorrentes, ela pode ser infringida por uma outra proposição; é exigido, então, que, ou

¹³² KE, p. 126.

¹³³ id., p. 127.

não exista tal concorrente, ou que, caso exista, que ele seja, por sua vez, infringido por uma outra proposição.

Para esclarecer essa definição temos que, agora, apresentar um novo conceito: o de *ser decisivamente uma melhor explicação* (já que dispúnhamos, apenas, em 3.3.3.2, da noção de ser não-decisivamente uma melhor explicação), que será posto do seguinte modo:

“Uma proposição, P, é *decisivamente uma melhor explicação* de conteúdos subjetivos C do que é uma outra proposição, Q, se e só se (i) P explica C, e (ii) ou (a) P responde a todas as perguntas postas para a explicação de C explicadas por Q, mas utiliza menos entidades gratuitas e menos tipos de entidades gratuitas do que Q, ou (b) enquanto utiliza não mais entidades gratuitas ou tipos de entidades gratuitas do que Q, P responde a todas as perguntas necessárias para a explicação de C e ainda outras, ou (c) P e Q respondem as mesmas questões para a explicação de C, utilizando a mesma quantidade de entidades gratuitas, mas P é informacionalmente mais específica do que Q.”¹³⁴

Moser reúne, aqui, todos os testes que foi capaz de prever, testes que pretendem garantir que uma explicação é melhor do que suas eventuais concorrentes; uma melhor explicação é capaz de explicar um conteúdo subjetivo, de modo mais específico ou com menor número de entidades gratuitas ou possui uma maior capacidade explicativa do que seus concorrentes.

Resta, para esclarecer a noção de produtor-de-probabilidade sobrepujante, reformar agora a noção de *infração indireta* (que antes se aplicava apenas aos produtores-de-probabilidade) apresentada em 3.3.3.2. A nova noção de infração indireta (reformada para assimilar a noção de ‘ser decisivamente uma melhor explicação’) é definida por Moser do seguinte modo:

¹³⁴ id., p. 128. A noção de *entidade gratuita* é dada em 3.3.3.2, assim como a de *especificidade*.

“Uma proposição, *P*, sofre *infração indireta* para *S* como uma explicação decisivamente melhor para ele de seus conteúdos subjetivos não-conceptuais *C* do que qualquer outra proposição que ele compreenda = *df.* (i) os conteúdos *C** de *S* são (uma parte de) conteúdos subjetivos de *S* que são negativamente relevantes para *C*, (ii) *P* não explica *C** de um modo decisivamente melhor do que qualquer proposição contrária compreendida por *S*, e (iii) *P* não desempenha um papel essencial em uma explicação de *C* e *C** para *S* que seja uma explicação decisivamente melhor do que qualquer proposição que *S* compreenda, no sentido de que, para cada uma dessas explicações para *S* que implique *P*, a proposição de que *P* não responde mais a questões sobre *C* e *C** do que aquelas respondidas quando *P* é omitida.”¹³⁵

3.4.2- A Insuficiência da Probabilidade Sobrepujante

As cláusulas (ii) e (iii) da definição de produtor-de-probabilidade sobrepujante limitam a classe dos competidores àqueles que mantêm uma relação *lógica* com a proposição em questão. O problema em restringir os competidores *apenas* às proposições contrárias consiste em não considerar os inúmeros factíveis e intuitivamente aceitáveis casos em que temos a competição entre proposições que não são logicamente relacionadas. Para ficarmos apenas num exemplo, já utilizado anteriormente, a proposição que afirma que ‘há um livro azul sobre a mesa’ não é contrária à proposição de que ‘temos ali um holograma de um livro azul’, apesar de ambas competirem como explicação para um conteúdo subjetivo.¹³⁶

Temos, por isso, que apresentar um novo conceito de produtor-de-probabilidade, que possa sustentar de modo mais adequado uma definição aceitável de justificação. Este será o conceito de *produtor-de-probabilidade evidencial máximo*.

¹³⁵ KE, p. 131. A noção de *negativamente relevante* é dada em 3.3.3.2.

¹³⁶ Moser chama a esses de *competidores probabilísticos* (*probabilistic competitors*).

3.4.3- Produtores-de-Probabilidade Evidencial Máximos

Moser denomina o produtor-de-probabilidade que é uma razão justificadora para P (enquanto torna P justificável), de Produtor-de-Probabilidade Evidencial *Máximo* (*maximal*), assim definido:

“Conteúdos não-conceptuais subjetivos C são ocorrentemente um *produtor-de-probabilidade incondicional máximo* para uma proposição, P, para uma pessoa, S, desde que C torna P *evidencialmente mais provável do que não apenas seus (compreendidos) contrários, mas também do que todos seus competidores probabilísticos* para S = *df.* (i) C está dado para S, (ii) S compreende alguma proposição contrária à P, incluindo $\sim P$, (iii) P é decisivamente uma melhor explicação de C para S do que qualquer uma das proposições contrárias que S compreende e do que qualquer competidor probabilístico para S, e (iv) não há nenhuma infração não-infringida em relação a (iii).”¹³⁷

A definição acima não contém nenhuma noção nova e requer apenas a revisão do conceito de *infração indireta*, a fim de assimilar a idéia de *competidor probabilístico*, não prevista anteriormente (mas que é, entretanto, um conceito bastante simples: um competidor probabilístico de uma proposição consiste em qualquer outra proposição que, mesmo sem ser contrária à primeira, é capaz de eliminar a justificação que S possuía para tal proposição - tal qual no exemplo do livro azul, anteriormente apresentado). A nova definição é apresentada do seguinte modo:

“Uma proposição, P, sofre infração indireta para S, como uma explicação para ele de seus conteúdos subjetivos C que é decisivamente melhor do que qualquer proposição contrária que ele compreenda e do que qualquer competidor probabilístico para S = *df.* (i) os conteúdos C* de S são uma parte dos conteúdos subjetivos de S que são negativamente relevantes para C, (ii) P não explica C* decisivamente melhor do que o faz qualquer proposição

¹³⁷KE, p. 136-7.

contrária que seja compreendida por *S* e do que qualquer competidor probabilístico para *S*, e (iii) *P* não desempenha um papel em uma explicação de *C* e *C** para *S* que seja decisivamente melhor do que a explicação dada por qualquer proposição contrária compreendida por *S* e por qualquer competidor probabilístico para *S* (no sentido de que, para qualquer uma dessas explicações para *S* que implique *P*, a proposição de que *P* responde a nenhuma questão sobre *C* e *C** além daquelas respondidas quando *P* é omitida).”¹³⁸

Assim como já realizado com os produtores-de-probabilidade mínimos, não é difícil imaginar que aqui também exista a possibilidade de termos crenças baseadas *direta e indiretamente* nos produtores-de-probabilidade incondicionais, por isso, comecemos pelo primeiro caso:

“Uma proposição, *P*, que é um objeto da crença ou aceitação de *S*, é ocorrentemente um *produtor-de-probabilidade proposicional máximo básico* para uma proposição, *Q*, para *S* = *df.* (i) *P* é dado na consciência de *S*, (ii) existe um produtor-de-probabilidade incondicional máximo para *P* para *S*, (iii) *S* compreende *Q*, (iv) ou (a) *P* implica logicamente *Q*, ou (b) *P* explica *Q* decisivamente melhor do que qualquer proposição contrária compreendida por *S* e do que qualquer competidor probabilístico para *S* (sendo que *S* compreende alguma proposição contrária a *P*, incluindo $\sim P$), ou (c) *P* é explicado por *Q* decisivamente melhor do que por qualquer proposição contrária e do que qualquer competidor probabilístico para *S* (sendo que *S* compreende alguma proposição contrária a *Q*, incluindo $\sim Q$), (v) se *P* é disjuntiva e explica *Q*, então *P* não explica *Q* somente porque *Q* é explicada por um disjuntivo não-essencial para que *P* tenha um produtor-de-probabilidade incondicional, ou se *P* é disjuntivo e explicado por *Q*, então *Q* não explica *P* somente porque *Q* explica um disjuntivo não-essencial para que *P* tenha um produtor-de-

¹³⁸ *id.*, p. 137.

probabilidade incondicional, e (vi) *S* não sofre nenhuma infração não infringida em relação à (iv).”¹³⁹

Seguindo um passo adiante, podemos também apresentar o produtor-de-probabilidade máximo que sustenta uma outra proposição, sem estar diretamente em contato com um produtor-de-probabilidade incondicional:

“Uma proposição, *P*, que é um objeto da crença ou aceitação de *S*, é ocorrentemente um *produtor-de-probabilidade proposicional máximo não-básico* para uma proposição, *Q*, para *S* = *df.* (i) *P* é dado na consciência de *S*, (ii) existe um produtor-de-probabilidade proposicional máximo para *P* para *S* que, em última análise, depende (para ser um produtor-de-probabilidade máximo) de - ou é idêntico a - um produtor-de-probabilidade proposicional máximo básico para *S*, (iii) *S* compreende *Q*, (iv) ou (a) *P* implica logicamente *Q*, ou (b) *P* explica *Q* decisivamente melhor do que qualquer proposição contrária ou competidor probabilístico para *S* (sendo que *S* compreende alguma proposição contrária a *P*, incluindo $\sim P$), ou (c) *P* é explicado por *Q* de um modo decisivamente melhor do que por qualquer competidor probabilístico ou proposição contrária a *Q* compreendida por *S* (sendo que *S* compreende alguma proposição contrária a *Q*, incluindo $\sim Q$), (v) se *P* é disjuntiva e explica *Q*, então *P* não explica *Q* somente porque *Q* é explicada por um disjuncto não essencial para que *P* tenha um produtor-de-probabilidade, ou se *P* é disjuntiva e explicada por *Q*, então *Q* não explica *P* somente porque *Q* explica um disjuncto não essencial para que *P* tenha um produtor-de-probabilidade, e (vi) não há nenhuma infração não-infringida em relação a (iv).”¹⁴⁰

¹³⁹ KE, p.139.

¹⁴⁰ id., p. 140.

E com isso concluir: estar justificado, para Moser, consiste em possuir, para uma crença, um produtor-de-probabilidade proposicional máximo, seja ele básico ou não-básico¹⁴¹.

3.4.4 Algumas Considerações Sobre o Conceito De Justificação

Esclarecemos, acima, o modo como se estabelece o modelo de justificação em *Knowledge and Evidence*. É necessário, porém, que esclareçamos algumas distinções e conceitos adicionais, que nos darão uma visão mais exata do como, efetivamente, Moser compreende essa noção.

3.4.4.1 ‘Estar Atualmente Justificado’ e ‘Tornar Justificável’

Moser aponta para a distinção - a seu ver freqüentemente negligenciada - entre um produtor-de-probabilidade que torna uma proposição *atualmente justificada para S*, e um produtor-de-probabilidade que torna uma proposição *meramente justificável para S*. Ele faz questão de ressaltar que seu tratamento primeiro define a noção de ‘justificabilidade’ e depois, a partir dessa, é que define a de justificação. E aponta uma razão para isso: estar atualmente justificado implica associar, de algum modo, uma proposição e um produtor-de-probabilidade máximo. Caso isso não seja considerado, corremos o risco de termos proposições justificadas, mas sem que *S* tenha nenhuma consciência sobre elas. Moser prefere chamar proposições desse tipo de *justificáveis*.

Isso nos impõe uma tarefa: esclarecer o tipo de relação necessária entre uma proposição e um produtor-de-probabilidade para que uma proposição torne-se *atualmente justificada*. Isso será feito pela análise da seguinte definição:

“S ocorrentemente satisfaz uma relação de associação entre E e P = *df.*”

¹⁴¹ O leitor poderá perceber que, apesar das diferenças entre as duas definições, a definição de justificação aqui reconstruída e aquelas que serão propostas nos próximos capítulos, compartilham de uma mesma intuição: justificação de uma proposição consiste numa certa ‘resistência’ frente à informação adicional.

(i) *S* tem consciência *de re* do suporte que *E* dá a *P*, e (ii) como um resultado normal dessa consciência, *S* está num estado disposicional por meio do qual, se ele focalizar sua atenção somente em sua evidência para *P* (enquanto todo o resto continua o mesmo), ele focalizará sua atenção sobre *E*.¹⁴²

Moser entende essa relação (entre *E* e *P*) como sendo não-epistêmica, ou seja, não envolvendo ela mesma conhecimento ou crença justificada¹⁴³ (pretendendo, com isso, evitar o regresso infinito que decorreria da posição contrária). Essa relação deve ser compreendida em termos de *explicação*, no sentido já visto anteriormente. E como a noção de explicação não implica também a idéia de *dar* uma explicação, não é necessário que, para que *P* esteja justificada, *S* *mostre* aquilo que, para *S* justifica *P*. Basta que *S* estabeleça essa relação, e mais, tal relação não necessita sequer ser ocorrente: é requerido apenas que tenha existido um evento ocorrente de associação que tenha resultado em um estado de atração direta.¹⁴⁴

Para, de modo ainda melhor, esclarecer as noções de ‘estar justificado’ e de ‘ser justificável’, podemos apontar para uma outra distinção: aquela entre justificação *proposicional* e justificação *doxástica*. O primeiro tipo se obtém se e somente se uma proposição é evidencialmente mais provável do que suas contrárias compreendidas (pelo sujeito epistêmico) e do que seus competidores probabilísticos para alguém, em relação à evidência total dessa pessoa. Já a justificação doxástica é dada se e somente se essas três condições são satisfeitas: (i) uma proposição, *P*, tem justificação proposicional para alguém, (ii) esse

¹⁴² KE, p. 141.

¹⁴³ Duas observações importantes: i) isso contraria a visão popular sobre o fundacionismo, a qual afirma que ele necessariamente apela para crenças auto-justificadas; ii) temos aqui, novamente, uma tentativa de explicar do problema do regresso de segunda ordem, ou seja, do regresso que se instala quando requeremos crença justificada sobre a relação entre crenças e, daí, crença justificada sobre esta crença justificada, e assim por diante.

¹⁴⁴ O que é bastante permissivo: podemos, então, conceder conhecimento a crianças e, talvez, até a animais superiores se considerarmos que eles apresentam alguma forma de linguagem.

alguém acredita em P, e (iii) esse alguém acredita que P é baseada em evidência que dá justificação proposicional para P¹⁴⁵.

Justificação proposicional torna uma proposição *justificável*, mas não *justificada*. Conhecimento proposicional, para Moser, requer justificação doxástica no sentido posto acima. Isso implica que, para que S tenha conhecimento proposicional, S *deve estar justificado* em acreditar nessa proposição, ou seja, para que S tenha conhecimento proposicional, é requerido que “a crença de que P seja apropriadamente relacionada às, ou baseada nas, razões justificadoras de S para P”.¹⁴⁶

Não respondemos ainda, porém, à questão mais relevante: como deve a crença de alguém estar baseada numa razão justificadora? Teremos que responder a isso em dois momentos: primeiro, explicando como se dá essa relação de base entre proposições e produtores-de-probabilidade incondicionais; e, em seguida, explicando a relação entre proposições.

Para a primeira parte temos:

“A crença ou aceitação de P para S é baseada em suas razões não-proposicionais justificadoras, X, que consistem nos conteúdos experienciais subjetivos não-conceptuais de S = *df.* A aceitação ou crença em P por S é causalmente sustentada de um modo normal (nondeviant) pelo seu experienciar X e por seu associar X e P.”¹⁴⁷

E, para a relação de base entre proposições, temos:

¹⁴⁵ Moser não exige, porém, que essa crença sobre a relação evidencial esteja justificada. Não exige sequer que S acredite que essa relação está justificada: basta apenas que ele acredite na relação.

¹⁴⁶ Id., p. 156. O leitor pode notar que aqui temos uma tentativa de resposta ao problema de Gettier, ou seja, uma tentativa de evitar que alguém creia em algo pelos motivos errados (o que parece ser o aspecto central do problema). Ao exigir justificação doxástica como uma condição necessária para o conhecimento, Moser realiza dois movimentos: primeiro, coloca-se em uma posição fortemente anti-externalista (ao exigir que o sujeito epistêmico creia na relação entre a proposição em questão e a base evidencial para a mesma); segundo, como é típico aos internalistas, faz uma exigência de alto nível para o sujeito conhecedor: de novo, que ele acredite na relação entre a proposição e a base evidencial.

¹⁴⁷ KE, p. 157.

“A crença ou aceitação de P para S é baseada em suas razões proposicionais justificadoras, $Q = df.$ A aceitação ou crença de S para P é causalmente sustentada de um modo normal pelo seu experienciar X e por seu associar X e P.”¹⁴⁸

Nessa definição, a noção de *sustentação causal* não se refere à origem da crença, mas sim ao fato de que continua a acreditar ou a aceitar P, porque S a tem associado a uma evidência, que lhe dá suporte.

3.4.4.2 Alguns Princípios Derivados

Moser tece, ainda, algumas considerações relevantes sobre o caráter da justificação através dos produtores-de-probabilidade, que podemos apontar através dos princípios que seguem:

O primeiro que podemos estabelecer é o da *irreflexibilidade*¹⁴⁹ da *Justificação*. Esse princípio deriva da irreflexibilidade (ou seja da não auto-justificação) dos produtores-de-probabilidade: o incondicional é irreflexivo enquanto ele não é justificado *de modo algum*, como já vimos, por ser não-conceptual. Os derivados (básicos e não-básicos) são igualmente irreflexivos porque eles sempre vão depender, pelo menos em última análise, dos incondicionais.

O segundo é o da *assimetria*, ou seja, não é o caso que, se X é um produtor-de-probabilidade para P, então P o é também para X.

O terceiro pode ser denominado ‘princípio da *intransitividade*’, que vai afirmar que, se X é um produtor-de-probabilidade máximo, que torna P justificável, e P faz o mesmo papel para Q, não pode ser daí implicado que X torna Q justificável.¹⁵⁰

O princípio seguinte é o da *transmissibilidade através da implicação*, ou seja, se existe um produtor-de-probabilidade máximo para P e P implica Q, então P torna Q justificável¹⁵¹ para S.¹⁵²

¹⁴⁸ *Ibid.*

¹⁴⁹ Onde ‘reflexivo’ significa aqui ‘capazes de se auto-justificarem’.

¹⁵⁰ Peter Klein assumirá, como mostraremos no capítulo 5, tese semelhante.

¹⁵¹ ‘justificável’, e não ‘atualmente justificada’.

3.5 Retornando à Definição de Conhecimento Proposicional

Temos, a esta altura, elementos suficientes para retornar, com mais clareza, à definição de conhecimento proposicional apresentada no começo desse capítulo. Façamos, então, esse movimento.

3.5.1 O Problema de Gettier e a Noção de Explicação

Moser compartilha a idéia de que o problema de Gettier pode ser evitado por uma teoria do conhecimento na qual se requeira algum tipo de *explicação* sobre como se dá a justificação, num tempo t , de um sujeito epistêmico, S , para uma proposição qualquer. Robert Shope¹⁵³, por exemplo, sugeria que uma solução de tal tipo poderia evitar o problema de Gettier apontando para a existência de falsidades desempenhando algum papel na justificação de S . Como já podemos supor, Moser apelará para uma estratégia alternativa. Vamos ilustrá-la enfrentando um dos contra-exemplos de tipo-Gettier.

Vamos tomar um contra-exemplo clássico (Sr. Nogot) para nos servir de adversário:

“(I) Suponha que uma pessoa, S , saiba a seguinte proposição verdadeira, M : Sr. Jones, o qual S sempre teve razões para considerar confiável e de quem não tem nenhuma razão para desconfiar no presente, disse a S , seu colega de escritório que P : Ele, Jones, tem um Ford. Suponha também que Jones tenha dito P a S somente devido ao estado de hipnose em que Jones se encontra, e que P é verdadeira somente porque, sem que o próprio Jones o saiba, ele acaba de ganhar um Ford na loteria. Suponha ainda que S deduz de M sua generalização existencial, Q : existe alguém, que S sempre considerou confiável e do qual não tem nenhuma razão para desconfiar agora, que disse a S , seu colega de escritório, que

¹⁵² Moser prevê, porém, um possível ataque a esse princípio: casos em que S tenha um produtor-de-probabilidade sobrepujante que implique que P *não* implica Q . A saída para esse ataque consiste em se requerer que (a) a implicação não sofra infração não-infringida para S e (b) que S compreenda a proposição implicada.

¹⁵³ Cf. SHOPE, 1983, cap. 7.

ele possui um Ford. *S*, então, sabe que *Q*, já que deduziu corretamente *Q* de *M*, que ele também conhece. Mas, suponha também que, baseado em seu conhecimento de que *Q*, *S* acredite em *R*: alguém no escritório tem um Ford. Sob essas condições, *S* tem uma crença verdadeira justificada de que *R*, conhece suas evidências para *R*, mas não sabe que *R*.”¹⁵⁴

Contra um contra-exemplo desse tipo, afirma Moser, o que precisamos “(...) é uma explicação sobre o exato papel desempenhado pelas falsidades (...). Tal explicação irá especificar por que a presença de falsidades impede conhecimento em certos casos e não em outros”.¹⁵⁵

3.5.1.2 Resistência-à-Verdade

A noção de resistência-à-verdade (*truth-resistant*) não nos parecerá estranha. Ela implica a possibilidade, já conhecida, de que, dada uma explicação epistêmica de uma proposição, *P*, essa possa vir a perder sua justificação quando colocada frente a um novo dado¹⁵⁶. A noção de resistência-à-verdade é, então, uma requisição de que isso não venha a ocorrer ou, pelo menos, que, caso isso ocorra, a justificação venha a ser restaurada de um modo a ser visto adiante. Vejamos a definição de resistência-à-verdade:

TR. A evidência justificadora *E*, de *S*, para *P* é resistente-à-verdade se e só se para qualquer proposição verdadeira, *T*, que, quando conjugada à *E*, causa infração à justificação de *P* para *S* baseada em *E*, existe uma proposição verdadeira, *T'*, que, quando conjugada à *E* & *T*, restaura a justificação de *P* para *S*, de um modo tal que *S* está atualmente justificada em acreditar em *P*.¹⁵⁷

¹⁵⁴ KE, p. 237. Essa é uma versão do modelo original de K. Lehrer.

¹⁵⁵ KE, p. 241.

¹⁵⁶ Devemos notar que essa noção é muito semelhante à de infração. A diferença entre ambas consiste no local em que ocorrem. Infração se dá sempre para com uma evidência que *S* possui atualmente. Aqui, a ameaça vem na forma de uma nova informação, dada após *P* já estar justificada para *S*.

¹⁵⁷ KE, p. 245. TR nos dá a quarta condição da análise do conhecimento feita por Moser. Também é importante salientar que a proposição que restaura a justificação da proposição original não precisa ser justificável ela mesma pelas evidências à disposição de *S* e que a

E podemos, dada esta, voltar à definição de conhecimento proposicional (já esclarecida) apresentada no começo desse capítulo, para testá-la:

PK. Uma pessoa *S* tem conhecimento proposicional de que *P* se e somente se: *P* é verdadeiro; *S* tem evidência justificadora (*justifying evidence*) E para *P* que é resistente-à-verdade (*truth-resistant*) no sentido especificado por TR; e *S* acredita em, ou aceita (*assents*), *P* com base em *E*.¹⁵⁸

Tomemos, como primeiro adversário, o exemplo (I) apresentado na seção anterior. Para Moser, no exemplo, *S* sabe a seguinte proposição:

(i) Mr. Jones, o qual *S* sempre considerou confiável e do qual *S* não tem boas razões para desconfiar no presente, disse a *S*, seu colega de escritório, que ele, Jones, possui um Ford.

Baseada em (i), *S* deduz a seguinte generalização existencial verdadeira:

(ii) Existe alguém, o qual *S* sempre considerou confiável e para o qual *S* não tem boas razões para desconfiar no presente, disse a *S*, seu colega de escritório, que ele, Jones, possui um Ford.

Da qual infere (iii), na qual está também justificado em crer:

(iii) Alguém no escritório possui um Ford.

Mas, *S* não sabe que (iii) porque Jones proferiu (i) unicamente devido ao seu estado de hipnose. Se adicionarmos, então, a seguinte proposição:

(a) Jones afirmou a *S* possuir um Ford somente porque estava hipnotizado.

Essa proposição tornará (i) improvável, ou seja, (a) somada à totalidade da evidência de *S* para (i) solapa a justificação de *S* para essa crença, destruindo a justificação de (ii) e (iii) a qual, em última análise, dependia da de (i).

Enfrentemos, agora, um dos exemplos originais de Gettier:

proposição que provoca a infração precisa ser apenas *logicamente* passível de estar justificada para *S*.

¹⁵⁸ KE, p. 247.

(G2) *Com novo emprego e dez moedas no bolso*: Smith tem forte evidência para a seguinte conjunção, *d* 'Jones será indicado para o emprego e tem dez moedas no bolso', da qual deduz a proposição, *e* 'O homem que será indicado para o emprego tem dez moedas no bolso'. Acontece que, sem que Smith o saiba, ele é que será o indicado para o emprego e, coincidentemente, ele tem dez moedas no seu bolso.

Nosso problema começa quando Smith aceita (justificadamente) a proposição falsa de que (i) 'Jones será indicado para o emprego'. Mas também temos uma proposição verdadeira que causa infração à proposição acima, a saber, a de que 'Smith será indicado para o emprego'. E, novamente, não temos uma proposição que restaure a justificação recém perdida. Logo, a análise de PK demonstra a falha da justificação de Smith para (i), e daí o contra-exemplo não se instala.

Terminamos, assim, nossa apresentação da teoria do conhecimento proposta por Paul Moser e a reconstrução de sua resposta ao Problema de Gettier; isso ofereceu a oportunidade de apresentarmos uma teoria da justificação de caráter fundacionista que, nesse caso, conforme o desejo do próprio autor, traz-nos a grande vantagem de naturalizar uma boa parte da discussão epistemológica (enquanto o problema efetivo da aquisição de crenças passa a ser algo não tratável em nível conceptual, mas empírico) sem, entretanto, naturalizar *toda* a epistemologia (enquanto o problema da justificação das proposições que explicam os conteúdos subjetivos continua a ser um problema a ser enfrentado dentro do campo conceptual, não empírico).

Mais, Moser oferece-nos uma refinada explicação do como os dados de nossos sentidos podem sustentar nosso conhecimento (ou, mais modestamente, fornecer-nos crença justificada) sobre o mundo exterior. Nesse sentido tal explicação está a anos-luz, digamos, da explicação de Locke¹⁵⁹.

Resta-nos apenas uma última avaliação da teoria proposta: o teste frente a contra-exemplos de tipo-Gettier. E nos ocuparemos disto agora.

¹⁵⁹ Richard Rorty, no *A Filosofia e o Espelho da Natureza* (Lisboa: Dom Quixote, 1988, p. 115 ss.), acusa Locke de confundir Explicação e Justificação. Independentemente da validade da crítica, Moser, apesar de fiel ao projeto empirista, não está a ela sujeito.

3.6 Derrotando PK

Encerrada a reconstrução da teoria, cabe-nos, agora, testá-la. Para isto utilizaremos alguns contra-exemplos de tipo-Gettier, que poderão apontar para possíveis fraquezas da definição proposta.

3.6.1 Mr. Nogot

Vejamos o primeiro contra-exemplo, Mr. Nogot:

“Mr. Nogot (versão original): Um funcionário no escritório de S, Mr. Nogot, deu a este, S, evidência *e* que justifica a crença de S em ‘Mr. Nogot, que trabalha no escritório, possui um Ford’, da qual S deduz *p*: ‘Alguém no escritório possui um Ford’. Mas, sem que S o desconfie, Mr. Nogot está mentindo e *p* só é verdadeira porque outra pessoa no escritório, Mr. Havit, tem um Ford.”¹⁶⁰

A versão original de Mr. Nogot é facilmente derrotada: aqui temos uma crença verdadeira (‘Mr. Nogot, de fato, *não* possui um Ford’) que, quando em conjunção com a evidência (‘Mr. Nogot possui um Ford’), sofre infração, sem que, por sua vez, exista nenhum enunciado adicional que, ao causar infração a este infrator, restaure a evidência necessária para a justificação da crença.

3.6.2 PK e Tom Grabit

O mesmo procedimento nos permitirá derrotar o contra-exemplo de Tom Grabit:

“Tom Grabit: S acredita que seu vizinho, Tom Grabit, roubou um livro na livraria, enquanto S viu Tom fazendo isto. Porém, sem que S o saiba, Tom tem um irmão gêmeo idêntico, que estava na livraria no momento do roubo.”¹⁶¹

¹⁶⁰ In: SHOPE, 1983, p. 4. Shope cita também diversas variações desse contra-exemplo clássico (confira, por exemplo, às páginas 24, 25, 62, 63, 68, 107, 145 e 165).

¹⁶¹ SHOPE, 1983, p. 49. Existem igualmente inúmeras versões desenvolvidas a partir do modelo apresentado acima. Algumas delas podem ser conferidas no próprio ensaio de Shope, às páginas 53 e 71.

O contra-exemplo se instala quando S acredita que viu Tom Grabit na livraria roubando um livro. Porém, há um enunciado verdadeiro que causa infração a esta crença: o próprio enunciado ‘Tom Grabit possui um irmão gêmeo que estava na livraria no momento do roubo’. E isso bloqueia a marcha desse caso.

3.6.3 O Líder Dos Direitos Civis

Este contra-exemplo, também conhecido como *do jornal*, foi apresentado pela primeira vez por Gilbert Harman em 1968, e traz à discussão aquelas situações em que S pode estar justificado em relação a uma crença vindo a perder, porém, esta justificação quando levamos em conta a comunidade na qual ele se insere. Eis o contra-exemplo, na versão de Shope:

“*O Jornal*: S acredita no assassinato de um famoso líder dos direitos civis, após ter lido uma matéria em um jornal geralmente confiável. A matéria foi escrita por um jornalista que foi testemunha ocular do fato. Sem que S o saiba, as pessoas de sua comunidade não sabem o que pensar, enquanto elas possuem a informação adicional fornecida por novas notícias que apontam para o contrário da crença de S. Estas outras notícias, porém, foram divulgadas apenas devido a uma insuspeita conspiração por parte das outras testemunhas, que visam evitar uma crise racial.”¹⁶²

Podemos perceber que, neste contra-exemplo, temos um problema diferente daquele apresentado com o contra-exemplo anterior, a saber: a justificação de S não é solapada pelo acréscimo de nova informação verdadeira, como no caso de Tom Grabit, mas sim por outros enunciados que são, de fato, baseados em informação falsa (a de que o líder dos direitos civis *não* foi assassinado), os quais, mesmo assim, aparentemente fazem com que o sujeito epistêmico perca sua justificação (o que nos parece uma situação, no mínimo, perturbadora).

¹⁶² Id., p. 33-4. Variações podem ser conferidas também nas páginas 229, 230 e 232.

Vamos agora proceder a uma análise cuidadosa do confronto entre PK e esse contra-exemplo. A crença em questão aqui será chamada de p ('o líder dos direitos civis foi assassinado'), e é sustentada pela seguinte evidência, e: 'um jornalista normalmente confiável informou que p'. Nossa tarefa agora consiste em verificar se e é resistente-à-verdade: a resposta aqui é *não*: há uma outra crença, verdadeira, que infringe a justificação de e para S, a saber, a crença f, 'todos os outros jornalistas, baseados em testemunhas oculares, afirmam que o líder dos direitos civis está vivo'.

Bem, segundo PK, S não sabe que p já que a evidência e para p não é resistente-à-verdade. Mas note que um problema aqui se instala: apesar da informação adicional, f, ser de fato verdadeira e, apesar da evidência que imediatamente sustenta f ser verdadeira ('as testemunhas afirmaram que de fato não houve assassinato algum'), existe um outro enunciado, verdadeiro ('as outras testemunhas estão todas mentindo'), que infringe a justificação que essa evidência fornecia para f. Ou seja, PK não nos fornece ferramentas para um tratamento adequado de algo que acabamos de descobrir relevante: *a ancestralidade da evidência adicional* (e não apenas da evidência que sustenta a crença em disputa). PK parece subestimar um dos muitos disfarces utilizados pelos contra-exemplos. Parece não supor que o veneno letal que um contra-exemplo traz consigo pode não estar aparente, como neste caso, do líder dos direitos civis, onde a evidência é verdadeira, mas pode ser derrotada por um outro enunciado, igualmente verdadeiro (e aqui se escondia o golpe letal, do qual Moser não se deu conta).

Isto nos ensina uma dura lição: enquanto esperamos um duro ataque frontal, os contra-exemplos atacam de modo indireto. É esta plasticidade que torna o problema de Gettier um desafio de grau extremo. Veremos, adiante, como se comportam as demais teorias frente a exemplos deste tipo.

4 – COERÊNCIA E CONHECIMENTO

No capítulo anterior, discutimos a versão de fundacionismo proposta por Paul Moser. Neste capítulo, será a vez de analisarmos a teoria do conhecimento proposta por Keith Lehrer, em seu *Theory of Knowledge*¹⁶³ (TK, doravante). Cabe, porém, antes de mais nada, justificar a presença de tal teoria aqui; e, para isso, duas respostas são possíveis: a primeira, grosseira, apela simplesmente para a relevância de tal autor no quadro da discussão; a segunda, por sua vez, apela para o caráter da teoria defendida por Lehrer: uma teoria do conhecimento centrada, como veremos, em uma definição *coerentista*¹⁶⁴ de justificação, o que o

¹⁶³ LEHRER, Keith. *Theory of Knowledge*. Boulder: Westview Press, 1990. (TK de agora em diante)

¹⁶⁴ Para desde já evitar futuros mal-entendidos, é preciso notar que a teoria que será apresentada a seguir é chamada de ‘coerentista’ num sentido bastante restrito (aquele que se aplica às teorias da justificação), que não denota nenhuma relação com outras teorias da coerência, como certas teorias da verdade, por exemplo. Uma abordagem rápida - mas bastante precisa - sobre teorias da coerência em geral, pode ser obtida no verbete ‘coherentism’, redigido pelo próprio K. Lehrer para o volume editado por J. Dancy e E. Sosa, *A Companion to Epistemology* (Oxford: Blackwell Publishers Ltd, 1996). Sob a mesma entrada pode ser encontrado um verbete igualmente interessante, escrito por

situa como representante de um dos conjuntos de teorias mais significativos no atual contexto da disputa.

Como vimos, anteriormente, o coerentismo constitui um grupo de teorias da justificação com caráter internalista e que oferece uma resposta alternativa ao problema do regresso epistêmico. O coerentista - contra o fundacionista - descarta a possibilidade de existência de crenças com *status* epistemicamente diferenciado e, com isso, a idéia de que a justificação de uma crença se dê através de uma cadeia de crenças ancorada em tais crenças especiais. Justificação, antes de mais nada, é uma qualidade do *sistema de crenças* como um todo.

Veremos, neste capítulo, como a intuição básica de que coerência de um sistema de crença é necessária para a justificação se materializa em uma teoria da justificação e, mais adiante, do conhecimento. Para tal, seguiremos o procedimento já utilizado no capítulo anterior - e que se repetirá no próximo capítulo - o da reconstrução da definição de conhecimento proposta pelo autor, para, em seguida, analisá-la, comentá-la e testá-la. Noções de fundo, como a própria noção de coerência, serão discutidas ao longo do capítulo.

4.1 Definição de Conhecimento Proposicional: DK

Em sua publicação mais conhecida, a já mencionada *Theory of Knowledge*, Keith Lehrer propõe a seguinte definição de conhecimento proposicional:

“DK. *S* sabe que *p* se e somente se (i) *S* aceita *p*, (ii) é verdade que *p*, (iii) *S* está completamente justificado em aceitar que *p*, e (iv) *S* está completamente justificado em aceitar que *p* de um modo que não é derrotado (*defeated*) por nenhum enunciado falso.”¹⁶⁵

Como pode ser facilmente notado, DK consiste em uma reformulação da antiga definição de conhecimento proposicional¹⁶⁶, a

Michael R. DePaul para o *The Cambridge Dictionary of Philosophy* (AUDI, Robert (Ed.). Cambridge: Cambridge University Press, 1996.).

¹⁶⁵ TK, p. 147.

¹⁶⁶ Laurence Bonjour, outro coerentista de destaque, tem pretensões mais modestas: além de não pretender construir uma teoria do *conhecimento*, mas sim apenas uma da *justificação*, Bonjour crê - ao contrário de Lehrer, como veremos - que “coerência não é a

definição tripartite¹⁶⁷; primeiro, ela requisita certo tipo específico de justificação (justificação completa) e, depois, adiciona uma quarta condição, que apela à eliminação de falsidades indesejáveis no processo de justificação da crença. Mas o real caráter da definição - inclusive a suposição coerentista - só se mostrará após uma reconstrução mais detalhada.

4.2 Aceitação

Diferentemente do previsto na definição tripartite, Lehrer utiliza um conceito distinto do de crença, o conceito de *aceitação*; para ele, aceitação consiste em um tipo especial de crença: aquela em que se crê com o intuito de obter a verdade e evitar o erro¹⁶⁸. As razões para tal distinção são apresentadas pelo próprio autor:

“Há um tipo especial de requisito de aceitação para o conhecimento. Consiste em aceitar algo com o propósito de obter a verdade e evitar o erro, com respeito àquilo que alguém aceita. Mais precisamente, o propósito é aceitar que *p* se e somente se *p*. Algumas vezes nós acreditamos em coisas as quais não aceitaríamos, considerando-se esse objetivo epistêmico. Podemos acreditar em algo antes para atingir a felicidade do que a verdade (...) É a aceitação de algo tendo em vista a busca da verdade que é a condição requerida para o conhecimento.”¹⁶⁹

Tal conceito, como veremos, desempenhará papel central no arcabouço da teoria.

única base para a justificação” (cf. BONJOUR, Laurence. *The Structure of Empirical Knowledge*. Cambridge: Harvard University Press, 1985.)

¹⁶⁷ Que apresentamos no primeiro capítulo deste ensaio.

¹⁶⁸ O leitor pode perceber uma certa confusão terminológica no uso dos conceitos de crença e aceitação nas teorias de Moser e de Lehrer; para aquele, ‘crença’ é uma versão qualificada de ‘aceitação’; aqui, como veremos, ‘aceitação’ é que será algo mais sofisticado do que ‘crença’.

¹⁶⁹ TK, p. 11. Confira também p. 32-38. Este excerto é também revelador da posição do sujeito em relação à nova informação: a de agente ativo no julgamento do novo dado. Já em 1988 Lehrer assumia que “esta avaliação ou certificação da nova informação é uma atividade metamental. A mente que certifica a nova informação é uma espécie de metamente; o conhecimento daí resultante é uma espécie de metaconhecimento” (cf. LEHRER K. “Metaknowledge: Undefeated Justification”. *Synthese*, 74, 1988, p. 330)

4.2.1 Aceitação e Coerência

O que podemos entender por 'coerência'? Tal termo tem sido utilizado em diferentes sentidos ao longo da história da filosofia, incluindo aí as discussões epistemológicas. Lehrer o utiliza de um modo bastante singular, que carece de apresentação. Antes, porém, veremos os concorrentes da concepção defendida por nosso autor.

4.2.1.1 Coerência e Implicação

Uma primeira hipótese para entendermos o conceito de coerência consiste em o entendermos como uma relação *lógica* entre as crenças. Dois problemas podem ser identificados em tal proposta: primeiro, uma explicação sobre a coerência em tais termos deveria anexar uma explicação (que seria *ad hoc*) sobre como podem existir, em nosso sistema de crenças, crenças que, se não são incompatíveis, não estão conectadas logicamente.

O segundo problema revela mais sobre o interesse do epistemólogo no conceito de justificação: como pode a noção de coerência como implicação sustentar uma teoria da justificação? Colocando a questão de outro modo, como pode a mera conexão entre as crenças garantir justificação? Se temos uma crença justificada, e se aceitamos o princípio da transmissibilidade da justificação através da implicação, podemos aceitar que teremos as outras crenças do sistema justificadas. Mas como pode a noção de coerência como implicação esclarecer a justificação desta primeira crença? Além disso, podemos imaginar um sistema de crenças logicamente implicadas, mas falsas. Os fãs de Star Trek são indivíduos com sistemas de crenças deste gênero.

4.2.1.2 Coerência como Explicação

Uma concepção alternativa de coerência poderia entendê-la como a participação de uma crença em um sistema amplo que se constituiria como uma explicação de algo¹⁷⁰. Justificação, neste caso, seria o resultado

¹⁷⁰ Dois dos mais importantes defensores de teorias explanatórias são Wilfrid Sellars (*Science, Perception and Reality*. Londres: Routledge e Kegan Paul, 1963) e Gilbert Harman (*Change in View*. Cambridge: MIT, 1986).

da capacidade explicativa deste sistema de crença (e da sua capacidade de ser uma *melhor* explicação do que outros sistemas de crença¹⁷¹); uma crença estaria justificada quando a) fizesse parte deste sistema de explicação, ou b) fosse por ele explicado.

Lehrer defende, contra a concepção de coerência como explicação, que podemos ter crença completamente justificada sem que tal justificação dependa da capacidade explicativa da crença. Ele propõe um exemplo para ilustrar tais casos:

“Uma pessoa deduz do Teorema de Pitágoras e das condições de um dado local que o rato está a dois metros da coruja, apesar de não possuir explicação para tal. A crença está completamente justificada, mas a justificação da crença não depende de relações de explicação. É suficiente que a pessoa saiba o teorema, saiba a distância até o poleiro e sua altura, e deduza a conclusão. Ele está, então, completamente justificado em sua crença de que a coruja está a dois metros do rato, mesmo que ele não tenha idéia de como explicá-lo nem idéia alguma sobre como explicar qualquer outra coisa nos termos de tal crença.”¹⁷²

Apesar de não depender de uma relação de explicação, a crença "pode não ser nem explicada nem explicativa, mas está justificada enquanto está em coerência, de algum modo que não depende da função explicativa, com outras crenças em um sistema de crenças".¹⁷³

Este é, a nosso ver, o argumento mais sólido que Lehrer pode oferecer para sustentar a necessidade de uma noção alternativa de coerência. Tal concepção será oferecida tendo por base o que podemos chamar de uma concepção *epistêmica* de coerência, em que um sistema é coerente não devido às suas relações lógicas¹⁷⁴ nem à sua capacidade

¹⁷¹ Vimos, no capítulo anterior, o desenvolvimento de uma análise da noção de *melhor explicação*.

¹⁷² TK, p. 105.

¹⁷³ *Ibid.*

¹⁷⁴ É claro que considerações sobre as relações lógicas entre crenças são relevantes para aceitarmos um sistema como coerente; não é necessário, porém, que este seja o critério último de avaliação. A inexistência de contradições, por exemplo, pode ser tomado como um indicativo do sucesso em nosso objetivo de atingir a verdade e evitar a falsidade, ou

explicativa, mas enquanto as crenças de tal sistema convergem para o objetivo comum de obter a verdade e evitar a falsidade. A noção de coerência em *Theory of Knowledge* será, pois, uma noção baseada no conceito de *sistema de aceitação*, que será discutido a seguir.

4.2.2 O Sistema de Aceitação

É através da noção de aceitação que poderemos compreender o papel da coerência na teoria de Lehrer. E o primeiro passo para isso consiste na reconstrução de um outro conceito central para DK: o de *sistema de aceitação*.

Como vimos, Lehrer afirma que devemos considerar, como condição para o conhecimento, a aceitação em vistas da obtenção de verdade e da eliminação do erro¹⁷⁵. A pergunta que segue a essa afirmação é a do como decidir sobre o que devemos aceitar. A resposta vem rápida: só apelando para outras crenças já aceitas anteriormente¹⁷⁶.

Essa resposta não deixa de ser chocante se comparada à resposta dos fundacionistas à mesma questão. Por que não sustentar, de algum modo, o edifício do conhecimento em algum tipo de crença auto-justificada (ou que não necessite de justificação)? Novamente, o próprio autor responderá:

“Por que começar subjetivamente, com a aceitação? Não porque nós tenhamos alguma garantia de verdade nesse domínio. Nós nos enganamos sobre as características dos nossos estados mentais tal qual erramos sobre o mundo externo. Entretanto, nossa capacidade de observar com precisão o mundo externo é mais refinada do que a nossa capacidade de observar o mundo interno das sensações e dos pensamentos. Nós começamos com o que aceitamos por falta de uma outra alternativa. Alguém poderia

seja, os requisitos quanto à lógica podem estar subordinados aos requisitos de caráter epistêmico.

¹⁷⁵ O sujeito epistêmico deve, pois, possuir crenças de segunda ordem – como já vimos, o traço característico das teorias internalistas.

¹⁷⁶ E aqui Lehrer choca-se frontalmente com Moser; para Moser, em última análise, as razões para crer são não-proposicionais. Para Lehrer, ao contrário, elas podem ser *apenas* outras proposições.

protestar afirmando que devemos começar com a experiência, com a impressão dos sentidos. A estimulação de nossos sentidos, entretanto, antes de responder à questão sobre o que devemos aceitar, a torna ainda mais radical. Nossos sentidos podem nos dar base para alguma concepção ou crença sobre o que acontece em nossa vizinhança sensorial. Como podemos decidir, entretanto, se o que é sugerido a nós pelos sentidos é verdadeiro e apurado, em vez de falso e ilusório? Nós temos que consultar informações sobre o assunto. O que é essa informação? É o que tínhamos já aceito em vistas da verdade. É o nosso sistema de fundo (*background system*) de informações aceitas. A valoração em relação à verdade de todas as nossas crenças, sejam aquelas de nossos sentidos, da memória, do raciocínio, do testemunho e outros, deve estar baseada no nosso sistema de aceitação (*acceptance system*), o qual contém nossa concepção do mundo e o nosso acesso a ele. Não há saída do círculo daquilo que aceitamos. Aceitação é o combustível da máquina.”¹⁷⁷

¹⁷⁷ TK, p. 112-3. Este excerto revela muito da dívida para com uma certa intuição - que talvez encontre sua primeira fonte de inspiração nos idealistas do final do século passado, como Bradley e Bosanquet passando, no século XX, por defensores em posições aparentemente antagônicas como Quine e Neurath - oposta ao empirismo clássico, que serviu como inspiração aos os diversos tipos de coerentismos, incluindo aí teorias da verdade coerentistas e outros coerentismos em geral; mas considerações históricas não devem nos distrair neste momento. Também no verbete já citado do *A Companion to Epistemology*, Lehrer apresenta uma distinção básica entre tipos de coerentismo (em justificação): de um lado, as teorias *fracas*, que afirmam que “o modo pelo qual uma crença está em coerência com nosso sistema de crenças de fundo (*background system of beliefs*) é um determinante da justificação” (grifo nosso); do outro, as teorias *fortes*, que nos afirmam que “justificação é *somente* uma questão do *como* uma crença entra em coerência com um sistema de crenças”. Ele propõe ainda uma distinção complementar, que completa o quadro: a distinção entre teorias *positivas*, segundo as quais “se uma crença é coerente com um sistema de crenças de fundo, então esta crença está justificada” e teorias da coerência *negativas*, que vêm afirmar que “se uma crença falha em entrar em coerência com um sistema de crenças de fundo, então a crença *não* está justificada” (todos os grifos nas citações são nossos). A teoria apresentada em TK é, como ficará claro, uma teoria fraca e negativa. E afirma: “nenhuma relação entre enunciados é o bastante para [que tenhamos] justificação completa. Em adição às relações entre enunciados, algo mais deve ser adicionado como ingrediente da justificação” (TK, p. 108).

A tese que sustenta que nenhuma crença garante justificação sem apelo ao sistema de aceitação é, obviamente, incompatível com o fundacionismo. Lehrer faz questão de frisar tal diferença, propondo um mecanismo que garante que nenhuma crença será autojustificada, mesmo aquelas sobre nossos dados sensoriais; tal mecanismo consiste no *Princípio De Confiabilidade* (*Principle of Trustworthiness*), T, assim enunciado:

“T. O que eu aceito com o objetivo de aceitar algo somente no caso em que esse algo é verdadeiro, eu aceito de um modo confiável.”¹⁷⁸

T é uma crença implícita em nosso sistema de aceitação, que Lehrer destaca para - enfatizando o caráter coerentista de sua teoria - replicar a fundacionistas, de um lado, e a confiabilistas, do outro. Aqueles elementos que os fundacionistas pretendem tomar como auto-justificados (ou o que o valha) podem fazer parte do sistema de aceitação de *S*. Não porque são auto-justificados, mas apenas porque *S* possui crenças sobre eles.

O mesmo vale para crenças produzidas por 'processos confiáveis'. O princípio é posto, note-se, *na perspectiva do sujeito*¹⁷⁹, ou seja, o sujeito epistêmico é quem, com o objetivo de atingir a verdade e evitar o erro, analisa suas crenças e percebe que, em relação a tais e tais tipos de crença, em tal e tal situação, ele costuma obter mais verdades do que falsidades. Isso caracteriza bem o caráter internalista¹⁸⁰ do conceito de justificação proposto: não basta que um processo de aquisição de crenças de fato conduza à verdade (como propõem, de modo geral, os confiabilistas); é necessário que o sujeito epistêmico reconheça tal processo como confiável.

¹⁷⁸ TK, p. 122.

¹⁷⁹ Lehrer assume que "a aceitação de *T* é, talvez, o resultado de nossa natureza e universal entre os indivíduos"; segue porém afirmado que ele "não é, de modo algum, certo. Alguns princípios mais restritos podem suplantá-lo em uma pessoa reflexiva, forçando-a à conclusão de que ela é confiável em alguns domínios, mas não em outros" (confira a página 123).

¹⁸⁰ Um internalismo radical, diríamos. Um internalismo que fornece a justificação necessária para o 'metaconhecimento' (cf. o já mencionado "Metaknowledge: Undefeated Justification").

4.2.2.1 A Convivência dos Diversos Sistemas de Crença

Não é necessário - e não seria uma explicação adequada do como se organizam nossas crenças - supor que o sistema de aceitação de um sujeito epistêmico seja indivisível. Podemos identificar, num mesmo indivíduo, diversos sistemas de crenças. *Grosso modo*, num primeiro momento, podemos identificar dois sistemas (ampliaremos, como será visto, o número de subsistemas; o que nos interessa aqui, neste instante, porém, é que distingamos apenas o sistema de crenças com caráter epistêmico daquele no qual esse caráter não se dá): um primeiro que é campo do hábito, do instinto, do desejo, etc.; e um segundo que é aquele formado tendo em vista o objetivo de atingir a verdade. Esses sistemas podem, obviamente, competir entre si (e a história da Ciência é plena de exemplos desta competição, como sabemos).

Esse segundo sistema, onde as crenças são obtidas tendo em vista a verdade, funciona num patamar superior ao primeiro (epistemicamente falando), exatamente por isso: nele temos mais do que mero acréscimo de informações; nesse segundo sistema, temos a presença apenas de crenças aceitas com a finalidade já apontada: manter o verdadeiro e evitar o falso.

Ao sistema com tais características se denominará *sistema de aceitação* (*acceptance system*); eis sua definição:

“O sistema de aceitação de S em t pode ser definido como o conjunto de enunciados da forma - S aceita que p - atribuindo a S apenas aquelas coisas as quais S aceita em t com o intuito de obter a verdade e evitar o erro com respeito ao conteúdo aceito, isto é, com respeito ao conteúdo de que p .”¹⁸¹

Este objetivo que governa o sistema de aceitação - obter a verdade e evitar o erro - é o suficiente para que nos demos conta da necessidade de um conceito auxiliar; isto devido a uma razão bastante simples: imagine que S aceita uma crença que julga ser verdadeira, mas que tal crença fornece uma informação que parece incompatível com uma outra crença de seu sistema de aceitação. As duas crenças - parece razoável supor - não

¹⁸¹ TK, p. 117. Onde ‘ t ’ representa um determinado instante de tempo. Não é difícil perceber que um sistema de aceitação pode permanecer em constante transformação, através da constante inclusão de novas crenças.

poderiam conviver em tal sistema. É tal suposição que nos permitirá, agora, trazer à cena o conceito de *coerência*:

“p está em coerência com o sistema de aceitação de S em t se e somente se é mais razoável para S aceitar p do que aceitar qualquer crença competidora tendo em base o sistema de aceitação de S em t.”¹⁸²

A suposição de que as crenças podem se organizar em conjuntos coesos, nos quais as crenças não são sustentadas por uma cadeia de crenças ancoradas em algum tipo de crença diferenciada, (como vimos no capítulo anterior, por exemplo) mas sim por um sistema de mútuo suporte, nasce como uma alternativa para que seja evitado o problema do regresso ao infinito. O coerentista não crê que a justificação se dê crença-a-crença (através de uma cadeia de justificação)¹⁸³, mas sim que ela se dá através de um sistema complexo, no qual, mesmo que indiretamente, *todas* as crenças do sujeito epistêmico participarão do processo de justificação da crença em questão. A melhor imagem aqui é a de uma teia de aranha: cada um dos fios dá suporte à teia e a mantém de pé. O problema do regresso não se instala, assim, simplesmente porque não temos uma cadeia de crença que possa ser prolongada ao infinito.

A exigência por coerência não é, porém, suficiente para explicar as mudanças possíveis no sistema de aceitação de um dado sujeito epistêmico. É necessário, então, que analisemos como, segundo Lehrer, se dá a evolução¹⁸⁴ de tal sistema. E ela será explicada pelos novos conceitos

¹⁸² *Ibid.* Note também que a concepção de coerência concebida por Lehrer não supõe que uma crença seja incorporada ao sistema de crenças (e, posteriormente, poderemos dizer, justificada) tendo em vista sua relação apenas com uma crença, ou seja, estar em coerência com o sistema de aceitação significa estar em coerência com *todo* o sistema.

¹⁸³ John Pollock, em seu *Contemporary Theories of Knowledge* (Savage: Rowman & Littlefield Publishers, 1986), classifica as teorias da coerência – sob o aspecto do suporte das crenças – como *lineares* e *holísticas*, as primeiras se caracterizariam por um procedimento semelhante ao fundacionismo, substituindo apenas o fundamento por um círculo formado por um pequeno conjunto de proposições. O segundo grupo considera que a coerência deve ser entendida como uma qualidade do *conjunto* das proposições do sujeito epistêmico. A teoria aqui apresentada é, como ficará claro, holística, assim como todas as principais teorias coerentistas da justificação.

¹⁸⁴ Como, para um coerentista, todas as crenças se suportam mutuamente de algum modo, não é difícil supormos que os subsistemas de crença de um indivíduo vão estar em contínua transformação, devido à constante adição de novas crenças.

de *competição* (*competition*), de *vitória* (*beating*) e de *neutralização*¹⁸⁵, assim definidos:

c compete com p para S no sistema de aceitação de S em t se e só se é menos razoável para S aceitar que p caso assuma que c é verdadeiro do que assumindo que c é falsa, tomando por base o sistema de aceitação de S em t.¹⁸⁶

p vence c para S em t no sistema X se e somente se c compete com p por S em t e é mais razoável para S aceitar p do que aceitar c em X no instante t.¹⁸⁷

n neutraliza c como um competidor de p para S em t no sistema X se e somente se c compete com p para S em t em X, a conjunção de c e de n não compete com p para S em X em t, e é mais razoável para S aceitar a conjunção de c e n do que aceitar apenas c em base a X no instante t.¹⁸⁸

A idéia de que crenças distintas possam entrar em um processo de competição para um determinado sistema de crenças não é, obviamente, estranha; ao contrário, é algo evidentemente comum na nossa busca por informação (e por conhecimento, é claro). Como o leitor já pode ter intuído, porém, é a partir desses conceitos que Lehrer erguerá sua definição de justificação. Vamos, pois, a ela.

4.3 Justificação¹⁸⁹

Já possuímos duas informações importantes sobre a definição de justificação em TK: a primeira, que justificação, de algum modo, implica em coerência; a segunda, que, para que atribuamos o *status* de justificada a uma crença, além da coerência, temos que esperar que tal crença passe

¹⁸⁵ Moser, como vimos no capítulo anterior, fazia exigências similares.

¹⁸⁶ TK, p. 118.

¹⁸⁷ *Ibid.*

¹⁸⁸ TK, p. 148.

¹⁸⁹ Não trataremos aqui da segunda condição de DK, a de que a crença seja verdadeira, enquanto ela, em primeiro lugar, não pode ser definida a partir da discussão meramente epistemológica e, em segundo lugar, porque qualquer definição de conhecimento apresentada não nos trará nenhuma contribuição para o esclarecimento de DK. Lehrer comenta esse conceito em TK, p. 21-6, aceitando a definição de Tarski.

por algum processo de acomodação ao sistema de aceitação, o que se dará através da competição com (e da subsequente vitória ou, pelo menos, neutralização das) outras crenças do sistema de aceitação que forem com ela conflitantes. Podemos, agora, apresentar essas duas intuições (que são interrelacionadas) na forma de duas definições:

“ S está justificado em aceitar que p no instante t tendo por base o sistema X de S em t se e somente se p é coerente com X de S em t ”¹⁹⁰

S está justificado em aceitar p em t tendo por base o sistema X se e somente se todos os competidores de p são vencidos ou neutralizados por S em X em t ”¹⁹¹

Tais definições são, sozinhas, insuficientes para uma definição adequada de justificação. Mas elas são fundamentais para o próximo movimento: a formulação do conceito de *justificação pessoal*.

4.3.1 Justificação Pessoal

O passo seguinte consiste na acomodação das duas definições acima à definição de Sistema de Aceitação, o que resultará na seguinte definição de justificação - denominada por Lehrer de Justificação Pessoal (*Personal Justification*):

“ S está pessoalmente justificado em aceitar que p em t se e somente se S está justificado em aceitar que p tendo por base seu sistema de aceitação em t ”¹⁹²

Não é difícil que nos apercebamos do movimento que Lehrer executa aqui. Depois de já haver promovido uma primeira distinção no corpo total de nossas crenças, através da noção de Sistema de Aceitação, ele promove agora uma nova divisão, dessa vez dentro desse subsistema. Poderemos agora falar de crenças que pertencem ao Sistema de Aceitação

¹⁹⁰ TK, p. 148.

¹⁹¹ *Ibid.*

¹⁹² *Ibid.* As noções de coerência e de competição estão agora supostas na de justificação pessoal; o sistema de aceitação de um indivíduo, segundo Lehrer, deverá ser formado por crenças em coerência mútua e que derrotaram - ou neutralizaram - seus adversários.

e que estão justificadas e de outras, que pertencem ao mesmo sistema, mas que não estão (pessoalmente) justificadas. Mesmo considerando que aceitamos muitas crenças tendo em vista o objetivo de preservar a verdade e evitar o erro, muitas dessas crenças não se tornarão justificadas, enquanto não conseguirem cumprir os requisitos - já previstos - de vencer ou neutralizar os competidores e de estar em coerência com o sistema de fundo (no caso, o sistema de aceitação).

4.3.2 Justificação Verífica e Justificação Completa

Já temos uma primeira definição de justificação, a de justificação pessoal. Precisamos, agora, apontar para as razões que nos levam a recusar tal definição como um tratamento adequado para uma definição de justificação que sobreviva aos ataques de tipo-Gettier.

Essas razões podem ser facilmente detectadas quando nos damos conta de que a justificação pessoal não é invulnerável exatamente naquele ponto no qual se instalam os contra-exemplos de tipo-Gettier: na presença de falsidade. Nada impede que um sujeito epistêmico qualquer esteja justificado tendo por base seu sistema de aceitação que, apesar de constituído por crenças aceitas pelo sujeito com o intuito de preservar a verdade e evitar o erro, não é necessariamente isento de falsidades. Assim,

“para seguir além da justificação pessoal, para a justificação completa, nós requeremos uma noção de justificação baseada na parte do sistema de aceitação que permanece quando todos os erros são eliminados, o sistema verífico. Esse tipo de justificação é chamado de justificação verífica.”¹⁹³

Temos, agora, então, que apresentar duas novas definições, a de *sistema verífico* (*verific system*) e a de *justificação verífica*:

“Um sistema V é um sistema verífico de S em t se e somente se V é um subsistema do sistema de aceitação de S

¹⁹³ TK, p. 148.

em t e resulta da eliminação de todo enunciado da forma, S aceita que p , quando p é falso.”¹⁹⁴

A segunda definição daí decorre: é a definição de justificação baseada no sistema verífico, que será denominada *justificação verífica*, e que será definida do seguinte modo:

“ S está verificamente justificado em aceitar que p em t se e somente se S está justificado em aceitar que p tomando por base o sistema verífico de S em t .”¹⁹⁵

Lehrer combina justificação verífica à justificação pessoal, formando, assim, o conceito de *justificação completa* (*complete justification*).

“ S está completamente justificado em aceitar que p se e somente se S está pessoal e verificamente justificado em aceitar que p em t .”¹⁹⁶

Temos agora, em relação às crenças subscritas pelo sujeito epistêmico, o seguinte quadro, representado pelo gráfico abaixo:

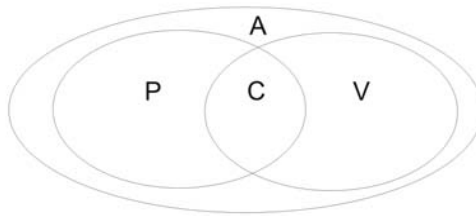


Fig. 01

¹⁹⁴ Id, p. 149. Lehrer fala muito rapidamente do sistema verífico (na verdade apenas o define). Creio que podemos entendê-lo como um sistema artificialmente criado (enquanto não existe, a meu ver, *na perspectiva do sujeito*, mas apenas na perspectiva de um observador ideal externo) para permitir o enfrentamento do problema de Gettier.

¹⁹⁵ *Ibid.*

¹⁹⁶ TK, p. 135. Note que a definição de justificação completa equívale à condição iii) da definição de conhecimento, DK.

Onde: A = Sistema de Aceitação;

V = Sistema Verífico;

P = conjunto das crenças *pessoalmente* justificadas;

C = conjunto das crenças *completamente* justificadas.

Podemos visualizar no gráfico a relação entre os quatro conjuntos, e perceber daí as possíveis posições de uma crença. Uma crença pode, por exemplo:

1) Pertencer ao sistema de aceitação, mas não ser falsa nem justificada.

2) ser aceita, ser verdadeira e, a despeito disso, carecer de justificação para S ;

3) estar pessoalmente justificada para S sem, no entanto, ser verdadeira, ou seja, pertencer a P , mas não a V (e não é difícil imaginarmos uma situação qualquer onde isso se dê);

4) ser verdadeira e estar pessoalmente justificada para S , ou seja, já podemos dizer, estar completamente justificada para S .

Não é difícil, a esta altura, que percebamos o movimento que Lehrer vem realizando: uma aproximação gradativa entre os conceitos de verdade e de justificação. Vejamos o passo seguinte.

4.3.3 A Insuficiência da Justificação Completa para uma Definição de Conhecimento

Justificação completa é, porém, insuficiente como definição - com os requisitos de aceitação e de verdade - de conhecimento proposicional. Dois exemplos demonstrarão isto. Vejamos o primeiro deles:

“Suponha que eu vejo um objeto num campo, e que ele me pareça exatamente como uma ovelha e o qual eu tomo como sendo uma ovelha. Se eu possuir razoável experiência com ovelhas, eu posso estar justificado em aceitar que eu vejo uma ovelha. Imagine também que eu

vejo, ao mesmo tempo, um outro objeto que não se assemelha a uma ovelha, apesar de ser uma, o qual eu não tomo como sendo uma. Se o objeto que eu tomei como sendo uma ovelha não for uma, então eu não sei que vejo uma ovelha, mesmo considerando que eu estou justificado em aceitar e de fato aceito que eu vejo uma. Dado que o segundo objeto que eu vejo é de fato uma ovelha, é verdadeiro que vejo uma ovelha. Eu tenho crença verdadeira justificada, mas eu não sei que eu vejo uma ovelha porque o que eu tomo como sendo uma ovelha não é uma ovelha, e a ovelha que eu vejo eu não a tomo como tal. Aqui nós não temos, no exemplo inteiro, nenhuma inferência. Esse é um caso simples de confundir uma coisa com outra. Esse é um exemplo de erro perceptual não-inferencial.”¹⁹⁷

Neste exemplo, vemos que podemos estar justificados (completamente justificados) em aceitar uma crença (como, no exemplo, a crença de que ‘vejo uma ovelha’) que não depende, para sua justificação, de nenhuma crença falsa sem, entretanto, atingir conhecimento.¹⁹⁸

O segundo exemplo é um pouco mais sofisticado; trata-se do assim conhecido exemplo do líder dos direitos civis ou, apenas, exemplo do jornal:

“Suponha que uma pessoa leia no jornal que um líder de direitos civis foi assassinado. A história foi escrita por um jornalista confiável o qual de fato foi uma testemunha ocular e que de fato transcreveu acuradamente o que viu. O leitor da história aceita-a e está completamente justificado em aceitar que o líder de direitos civis foi assassinado. Entretanto, com o objetivo de evitar uma explosão de ódio racial, todas as outras testemunhas concordaram em negar o assassinato e em afirmar que o líder dos direitos civis goza de boa saúde. Imagine, finalmente, que todos os que cercam a pessoa em questão tenham, além de ouvido a história, ouvido as repetidas

¹⁹⁷ TK, p. 137. Lehrer credita este o exemplo a Chisholm.

¹⁹⁸ E aqui Lehrer ataca uma série de teorias que procuraram resolver o problema de Gettier exatamente através do apelo à ausência de falsidades no processo de justificação das crenças. Diversas teorias que fizeram essa pressuposição estão apresentadas em SHOPE, 1983 (*op. cit.*).

negativas em relação ao assassinato e, então, não sabem o que aceitar. Podemos dizer que a única pessoa que, por acidente, não ouviu as negativas, sabe que o líder de direitos civis foi assassinado? A resposta parece ser que ela não sabe.”¹⁹⁹

O sujeito epistêmico está, aqui, em uma posição bastante interessante: ele está completamente justificado em relação a um enunciado verdadeiro (o enunciado ‘o líder dos direitos civis foi assassinado’, que está em coerência com seu sistema de aceitação (o que garante, também, justificação pessoal)) - e também está verificamente justificado, enquanto a justificação não depende de qualquer enunciado falso (depende sim da crença sobre a confiabilidade do jornal e do jornalista, e é verdade que ambos são confiáveis, inclusive nesse caso em particular). Existe, porém, um outro enunciado (‘o líder não foi assassinado’), desconhecido do sujeito epistêmico, o qual, mesmo sendo falso, venceria o enunciado original caso, dele (e do resto das informações disponíveis sobre o caso) o sujeito epistêmico tivesse ciência (destruindo assim sua justificação). Assim, o contra-exemplo mostra a insuficiência da definição de justificação completa.

É necessário que apresentemos, então, mais uma condição para que tenhamos uma definição de conhecimento adequada, e essa será a de Justificação Não-Derrotada.

4.4 Justificação Não-Derrotada

Lehrer nos propõe um jogo, através do qual poderemos compreender melhor os requisitos impostos pela nova definição de justificação (que comporá, adiante, a definição de conhecimento): o jogo da ultrajustificação. As regras são simples: dois adversários se enfrentam, o sujeito epistêmico e o cético. O primeiro tem por objetivo resistir aos ataques céticos, isso é, não ser derrotado em sua busca por conhecimento. O segundo procurará impedir isso, tendo à sua disposição uma lista com todas as crenças aceitas pelo sujeito epistêmico, marcadas segundo sua verdade ou falsidade, e, ainda, os seguintes movimentos²⁰⁰: requerer que o

¹⁹⁹ TK, p. 140.

²⁰⁰ Veremos adiante que estes movimentos aparecerão na definição de justificação "fortificada" (para resistir ao problema de Gettier), a definição de justificação não-derrotada.

sujeito epistêmico elimine todas as crenças falsas por ele aceitas e que com elas sejam eliminadas, também, tudo por ele aceito que implique logicamente esse item eliminado. Ou ainda, o cético pode requerer que tudo que o sujeito epistêmico aceita, e que é efetivamente falso, seja substituído pelo seu contrário. O cético pode, então, apresentar um competidor que deverá ser vencido ou neutralizado depois de feitas as alterações requeridas por ele.

Vamos a uma partida do jogo, utilizando um dos exemplos originais de Gettier (o sujeito epistêmico será o professor):

Professor: Alguém em minha classe possui um Ford.

Cético: substitua ‘Nogot possui um Ford’ por ‘Nogot não possui um Ford’. Ninguém na sua classe possui um Ford.

É claro que sabíamos que, nesse caso, o sujeito epistêmico perderia o jogo. O que é relevante aqui é perguntarmos por que isso acontece. Isso se dá porque o requisito cético bloqueia exatamente a passagem que permite ao contra-exemplo instalar-se, ou seja, impede que a proposição falsa ‘Nogot tem um Ford’ encontre suporte e instale-se.

Podemos pensar uma segunda partida, um pouco diferente. Nesse caso, o professor, além de estar justificado em aceitar a proposição falsa de que ‘Nogot tem um Ford’ (que é falsa), está justificado também em aceitar que ‘Havit tem um Ford’ (que é verdadeira). A partida se daria do seguinte modo:

Professor: Alguém na minha sala tem um Ford.

Cético: substitua ‘Nogot tem um Ford’ por ‘Nogot não tem um Ford’. Ninguém na sua classe possui um Ford.

Professor: é mais razoável, para mim, aceitar que alguém na minha classe possui um Ford do que aceitar que ninguém possui. (já que eu sei que, de fato, Havit possui um Ford).

A estratégia geral, de fortalecer o conceito de justificação, foi utilizada também, como vimos, por Paul Moser.

Essa segunda partida, vencida pelo professor, mostra-nos algo que consideramos desejável: que aquilo que o cético pode requerer a um sujeito epistêmico não implica perda de conhecimento num caso em que o sujeito epistêmico, de fato, a ele tem direito. Isso é desejável para qualquer teoria do conhecimento, já que essa deve, além de limitar a atribuição do título de ‘conhecimento’ apenas às crenças as quais de fato o merecerem, também atribuir esse título a todas as crenças que a ele merecerem.

Uma terceira rodada do jogo nos revelará a importância da aparentemente estranha permissão ao cético para substituir quaisquer crenças que impliquem crenças falsas. Nessa rodada, vamos supor que a inferência que sustenta ‘Alguém na minha classe possui um Ford’ foi feita não a partir da afirmação de que ‘Nogot tem um Ford’, mas sim a partir das próprias evidências. Vejamos então:

Professor: Alguém na minha classe possui um Ford.

Cético: Substitua ‘se a evidência que possuo de que Nogot possui um Ford é verdadeira, então Nogot possui um Ford’ por ‘A evidência que possuo de que Nogot possui um Ford é verdadeira, mas Nogot não possui um Ford’.
Ninguém na sua classe possui um Ford.

Note que a justa derrota do sujeito epistêmico, na partida acima, só é possível enquanto foi ao cético permitida a eliminação *do condicional*, ou seja, a eliminação da crença falsa (‘Nogot possui um Ford’) e também daquelas crenças que implicam logicamente essa crença falsa (no caso, ‘Se as evidências que possuo de que Nogot possui um Ford são verdadeiras’ - que é, por sua vez, verdadeira).

Dada a insuficiência da justificação completa, uma definição adicional deverá ser acrescida ao conjunto de definições; ela deverá satisfazer às seguintes intuições: primeira, a de atribuir o título de conhecimento a todas as crenças (e só a elas) que, de fato, o merecerem; segunda, impedir que uma crença qualquer, mesmo que do sistema verífico de $\mathcal{S}$, permita que uma crença falsa se infiltre no sistema das crenças completamente justificadas. Tal definição será a de *justificação não-derrotada* (*undefeated justification*), formulada como segue:

S está justificado em aceitar p em t de um modo não-derrotado se e somente se S está justificado em aceitar p tendo por base cada sistema que seja membro do ultra-sistema de S em t .²⁰¹

E essa definição, evidentemente, torna necessária mais uma (e última) definição, a de ultra-sistema (*ultrasystem*)

“Um sistema M é membro do ultra-sistema de S em t se e somente se ou M é o sistema de aceitação de S em t ou resulta da eliminação de um ou mais enunciados da forma ‘ S aceita q ’ quando q é falso, da substituição de um ou mais enunciados da forma ‘ S aceita que q ’ por enunciados da forma ‘ S aceita que não- q ’ quando q é falso, ou de qualquer combinação de eliminações e substituições no sistema de aceitação de S em t , com a restrição de que se q implica logicamente r , o qual é falso e também aceito, então ‘ S aceita r ’ deve ser igualmente eliminado ou substituído, assim como ‘ S aceita q ’.”²⁰²

É interessante notar a estratégia proposta: a de eliminar as falsidades do processo de justificação. Lehrer sabe, porém, que a falsidade pode contaminar um sistema de crenças de diferentes modos, e que uma teoria será tão mais poderosa quanto capaz de detectar estas falsidades. Assim, ele prevê i) a eliminação das proposições falsas e ii) de todas aquelas proposições falsas implicadas por proposições falsas. Além disso, ele prevê um teste interessante para o sistema de aceitação: que não- q seja coerente com o sistema; se não o for, já que não- q é verdadeira, o sistema não é coerente e, então, S não estará pessoalmente justificado e, daí, não estará completamente justificado (e não possuirá conhecimento).

Dados os movimentos previstos, podemos imaginar um número virtualmente infinito de sistemas membros do ultra-sistema de S . E, se o requisito para justificação não-derrotada consiste em estar justificado em aceitar p em cada sistema componente do sistema verífico, então

²⁰¹ TK, p. 149.

²⁰² *Ibid.*

podemos imaginar que p deverá estar justificada em sistemas nos quais ele, inclusive, concorre com competidores falsos.

Esta última definição garante que o ultra-sistema de S , num instante, t pode ser composto por diversos subsistemas M , e a definição anterior exige que, para que S esteja justificado em aceitar uma crença qualquer, tal crença sobreviva a todos os testes possíveis (e o número dos testes possíveis é o número dos sistemas M possíveis).

4.5 Uma Crítica Tradicional aos Coerentismos em Geral: O Argumento do Isolamento

Um dos argumentos mais conhecidos contra o coerentismo em geral consiste na afirmação da insuficiência da aceitação para garantir a adequada conexão à verdade, ou seja, a afirmação de que apenas coerência não é o bastante para garantir a justificação de uma crença, estabelecendo a desejável conexão com a verdade.²⁰³

Lehrer não enfrenta diretamente esse problema, mas propõe um dilema para mostrar como sua teoria consegue sobreviver em todas as situações possíveis. Ele chama a isso de *argumento de transformação*, que é posto do seguinte modo: suponha uma afirmação qualquer sobre o mundo exterior, que S vê uma mesa, por exemplo. Para que esse enunciado esteja pessoalmente justificado, é necessário apenas que, como vimos, os competidores estejam neutralizados ou que sejam vencidos. E o competidor, aqui, consiste exatamente no argumento do isolamento, algo da forma ‘ S está isolado do mundo externo’. Vejamos, agora, dado esse quadro, as duas situações possíveis:

i) Se, de fato, S não estiver isolado do mundo externo, então, S estará justificado pessoalmente em aceitar que, por exemplo, vê uma mesa. E como a justificação dessa crença não dependerá, em nenhuma instância, de nenhum enunciado falso, então, S obterá também justificação não-derrotada e, daí, será agraciado com o conhecimento.

²⁰³ Cf., p. ex., CHISHOLM, R., *Theory of Knowledge*, 3.ed., New Jersey: Prentice Hall, 1989, p.87-9. Moser, em seu já por nós apresentado *Knowledge and Evidence*, também apresenta o argumento do isolamento (p. 176-83), assim como Peter Klein, no artigo (em co-autoria com Ted Warfield) “What Price Coherence?”. *Analysis*, 54, 1994, p. 129-132.

ii) Mas, se S estiver realmente isolado do mundo externo, ele poderá até obter justificação, mas não justificação não-derrotada, ou seja, se de fato a crença de S de que está conectado ao mundo externo for falsa, então a crença de que vê uma mesa dependerá, para sua justificação, de uma crença falsa. O *status* de ‘conhecimento’ será negado a uma crença que de fato não o merece.

Tudo funciona como deveria funcionar. Podemos, então, com este último movimento, dar por completa nossa missão de esclarecer DK. E podemos agora, sem que se faça necessária uma longa crítica interna à teoria, submetê-la ao mais rigoroso dos testes: o confronto com os contra-exemplos de tipo-Gettier. Mesmo considerando algumas críticas a tal procedimento²⁰⁴, cremos que uma rigorosa análise interna das condições previstas em uma teoria do conhecimento qualquer é algo de indispensável para o sucesso de tal definição, e que o modo mais radical de executar tal análise é o confronto com os contra-exemplos.

4.6 Teste - e Falência - de DK

Como afirmamos anteriormente, as condições previstas em DK não são suficientes para uma definição de conhecimento proposicional. Isto pode ser demonstrado através do seguinte contra-exemplo, proposto por Paul Moser em seu *Knowledge and Evidence* e que é conhecido como *Jones sob Hipnose*.

“*Jones sob Hipnose*. Suponha que uma pessoa, S , sabe a seguinte proposição verdadeira, M : o Sr. Jones, um colega de trabalho que S sempre tomou como alguém confiável e em relação ao qual S não tem, no presente, nenhuma razão para nutrir desconfiança, disse a S que P . Ele, Jones, possui um Ford. Suponha também que Jones disse P a S somente devido ao estado de hipnose em que Jones se encontra, e que P é verdadeira unicamente porque, sem que o próprio Jones o saiba, ele ganhou um Ford na loteria no instante em que entrou no estado de hipnose. E suponha ainda que S deduz de M a generalização

²⁰⁴ Confira, por exemplo, KITCHER, Philip. “The Naturalists Return”. *The Philosophical Review*, vol. 101, nº 1, janeiro, 1992 (*Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, série 3, v. 8, n. 2, jul. - dez. 1998).

existencial Q : Há alguém, o qual S sempre considerou confiável e em relação ao qual S não tem nenhuma razão para começar a desconfiar no presente, que disse a S , seu colega de trabalho, que ele [Jones] possui um Ford. S , então, sabe que Q , desde que ele deduziu corretamente Q de M , o qual ele também sabe. Mas suponha também que, baseado em seu conhecimento de que Q , S acredita também em R : Alguém no escritório possui um Ford. Nestas condições S tem uma crença verdadeira justificada de que R , conhece sua evidência para R , mas não sabe que R .”²⁰⁵

Podemos notar aqui, em primeiro lugar, que não podemos alegar falta de coerência entre as crenças em questão e o sistema de crenças de S (e a crença R , ‘Alguém no escritório possui um Ford’, faz parte do sistema de aceitação de S). A crença em questão é também verdadeira (e assim, faz parte do sistema verífico de S) e está pessoalmente justificada para o sujeito epistêmico. Dando-se isso, temos então que esta crença, R , está completamente justificada para S (e a terceira condição de DK é devidamente cumprida). Resta-nos, como última barricada para que tentemos deter o contra-exemplo, a condição iv) de DK (que S possua, para R , justificação não-derrotada), condição essa que tenta, exatamente, bloquear qualquer participação de crenças falsas no processo de justificação de crenças. Lembremo-nos, porém, que, nesse contra-exemplo, primeiro, R é verdadeira; segundo, que não temos a presença de falsidades no processo de justificação. Terceiro, R não implica em alguma outra crença falsa. Disso tudo resulta que R está justificada de modo não-derrotado para S , o que nos põe diante de uma trágica consequência (para DK): todas as condições necessárias e suficientes previstas por DK são satisfeitas, mas, neste caso, mesmo assim, S não parece saber que R . Logo, DK sucumbe.

4.7 Observações finais

Antes de encerrarmos este capítulo devemos perguntar pelas razões do insucesso de DK. A nosso ver, elas são duas:

²⁰⁵ MOSER, Paul. *Knowledge and Evidence*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989, p. 237.

1) A condição iv) de DK é definida de modo tal que não a capacita a bloquear um dos caminhos de instalação de contra-exemplos: a presença de uma informação adicional. Muitas vezes, a informação adicional é decisiva para a avaliação do *status* da crença em questão. E Lehrer parece não ter conseguido estabelecer um meio para a avaliação desta informação adicional; ele, de fato, preocupa-se apenas em eliminar as falsidades eventualmente envolvidas na justificação da crença.

2) Relacionado ao problema anterior, podemos perceber que o saneamento do sistema de crenças do sujeito epistêmico, que se dá no ultra-sistema de S , se dá, em DK, através da relação de *implicação lógica* entre as crenças do sujeito epistêmico. Muitas vezes, porém, a informação adicional não está logicamente relacionada com as crenças do ultra-sistema de S . Em outros casos, podemos imaginar que uma crença não implique logicamente uma falsidade, mas que a *torne plausível*. DK não daria conta de tais situações.

Creemos que tais deficiências devem-se ao caráter coerentista da teoria, que exige que, antes que uma proposição possa vir a fazer parte do “jogo epistêmico” jogado por um sujeito epistêmico, ela entre em coerência com as demais crenças do sistema de aceitação deste indivíduo. No contra-exemplo anterior, porém, o problema parecia se instalar menos devido a alguma proposição *do* conjunto de crenças do sujeito epistêmico e mais devido *à falta de informações* cruciais (que não estão em coerência com as demais crenças de S), particularmente a de que Jones afirmou o que afirmou devido ao seu estado de hipnose e a de que a afirmação é verdadeira apenas devido a um golpe de sorte.

Uma definição adequada de conhecimento deve, pois, acrescentar ao elemento internalista previsto na condição de justificação²⁰⁶ uma condição de caráter externalista²⁰⁷, que suponha, por exemplo, que justificação possa ser perdida devido à existência de “eliminadores da justificação”²⁰⁸, que podem ser proposições não-subscritas pelo sujeito

²⁰⁶ E esta afirmação pressupõe, claro, uma rejeição das teorias externalistas da justificação.

²⁰⁷ Sobre o elemento externalista necessário em uma definição de conhecimento proposicional, confira FELDMAN, Richard. *Plantinga, Gettier and Warrant*. In: KVANVING, Jonathan (Ed.). *Warrant in Contemporary Epistemology - Essays in Honor of Plantinga's Theory of Knowledge*. Londres: Rowman & Littlefield, 1996.

²⁰⁸ Peter Klein – que formulou, a nosso ver, a melhor definição de conhecimento proposicional – fala de *defeaters* da justificação, que são proposições que não necessitam

epistêmico (como no caso acima), mas apenas tornadas plausíveis por proposições subscritas.

Boa parte do sucesso da teoria que veremos a seguir virá exatamente deste movimento: Peter Klein proporá a substituição das relações de implicação lógica por relações mais fracas, de mera plausibilidade.

fazer parte do conjunto das crenças subscritas pelo sujeito epistêmico (cf. KLEIN, Peter David. *Certainty: A Refutation of Scepticism*. 2ed. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1984) e KLEIN, P.; WARFIELD, T. “What Price Coherence?”. *Analysis*, 54, p. 129-1321, 1994.

5 - CONHECIMENTO E CERTEZA

Nosso objeto neste capítulo é a teoria proposta por Peter D. Klein em *Certainty: A Refutation of Scepticism*²⁰⁹ (CRS, de agora em diante). O objetivo de tal teoria não é pouco ambicioso: formular uma definição de conhecimento que dissolva o problema cético²¹⁰. Ora, apesar da já enunciada conexão entre o problema de Gettier e o problema cético, esta pesquisa não é uma investigação sobre o ceticismo. Como, então, justificar nosso interesse por tal obra (para o escopo deste ensaio, é claro)? Tal justificativa se dá enquanto, para atacar ao cético, Klein vale-se de uma definição de conhecimento que pretende também resistir aos ataques de tipo-Gettier. E mais, tal definição mostra-se, como ficará claro no capítulo final deste ensaio, como a que enfrenta o Problema de Gettier com maior propriedade.

²⁰⁹ KLEIN, Peter David. *Certainty: A Refutation of Scepticism*. 2ed., Minneapolis: University of Minnesota Press, 1984.

²¹⁰ Por uma questão de escopo, não nos ocuparemos aqui do ataque de Klein ao cético. Podemos apresentar, porém, em linhas gerais, a estrutura de tal ataque: após aceitar que o ceticismo parece surgir da aceitação de certos princípios epistêmicos universalmente aceitos, ele pretende conceder ao cético tudo o que ele o requerer, para, em seguida, depois de fortalecê-lo, destruí-lo através de uma análise detalhada do conhecimento (cf. CRS, p. 3-15)

Certainty não é um ensaio sobre teorias da justificação. A teoria lá proposta o é para, em última análise, oferecer uma solução para o ceticismo. Talvez por isso Klein não preocupe-se em oferecer uma teoria completa da justificação; de fato, como o leitor haverá de perceber, ele propõe apenas uma teoria *formal* da justificação, sem compromissos explícitos com fundacionismo ou coerentismo. A teoria se mostrará, na opinião de seu autor, aceitável para coerentistas, fundacionistas ou mesmos confiabilistas²¹¹. Mesmo assim, incompleta, a teoria se destacará pela perspicácia e sutileza, como veremos.

5.1 A Definição de Conhecimento em *CRS*

Em *CRS* o conhecimento é definido através da seguinte análise:

S sabe que *p* se e somente se:

K1 *p* é verdadeiro

K2 *S* está certo de que *p* baseado (*on the basis*) em algum enunciado, *e*

K3 *e* justifica *p* para *S*.

K4 Qualquer derrotador inicial (*initiating defeater*) da justificação de *p* através de *e* para *S* é um derrotador inicial malsucedido (*misleading initiating defeater*).²¹²

Nossa tarefa, seguindo a mesma estratégia dos capítulos anteriores, será, de agora em diante, a de esclarecer essa definição²¹³ e testá-la. E começaremos pelo conceito central da teoria, o conceito de *justificação*.

²¹¹ Klein tem defendido, mais recentemente, uma concepção *infinista* de justificação. Confira, por exemplo, "Human Knowledge and the Infinite Regress of Reasons", em TOMBERLIN, JAMES, *Philosophical Perspectives*, 13 - *Epistemology*. Oxford: Blackwell Publishers, 1999, p. 297-326)

²¹² *CRS*, p. 150.

²¹³ Como já vimos, não é necessário para nossa discussão uma definição formal do conceito de verdade; sendo assim, não vem ao caso analisarmos aqui K1. Mesmo assim, como veremos, a teoria explicitará as relações entre o conceito de justificação e o de verdade, como veremos.

5.2 K3 - Justificação²¹⁴

Klein define justificação utilizando a seguinte fórmula:

$$(x)\{J_{sx} \leftrightarrow (\exists w) [G_{sw} \& wCx \& \sim(\exists u)(O_{sux})]\}^{215},$$

ou seja, um enunciado x está justificado para S (J_{sx}) se e somente se há um enunciado w fundado²¹⁶ para S (G_{sw}), esse enunciado confirma (*confirms*) x (wCx) e não existe um enunciado, u , tal que u funcione como um supressor (*override*) de x para S (O_{sux}).

Ora, tal definição de justificação é ainda complexa. Além disso, os conceitos utilizados, como os de ‘confirmação’ e ‘supressor’, não são evidentes. Faz-se necessário, então, que passemos rapidamente a uma análise mais detalhada dos elementos constitutivos dessa teoria parcial²¹⁷ da justificação.

5.2.1 Confirmação

O conceito mais primitivo da definição de justificação proposta por Klein é o de *confirmação*. Esse conceito, sob diferentes formas e nomes, aparece em diferentes teorias da justificação e, talvez por isso, Klein não tenha se preocupado em dele apresentar uma definição formal. Essa apresentação da noção é a que temos mais próximo disso:

xCy , isto é, através das regras de confirmação é permitido inferir y de x .²¹⁸

²¹⁴ Começaremos com K3, no lugar de K2, porque é ali, como veremos, o lugar no qual aparecem os conceitos mais primitivos da teoria.

²¹⁵ CRS, p.70.

²¹⁶ Utilizamos ‘fundado’ para traduzir ‘grounded’. Não queremos aqui, porém, marcar qualquer compromisso de Klein com teorias fundacionistas da justificação, pelo menos nesse ponto.

²¹⁷ ‘Parcial’ porque, como veremos, Klein se preocupa apenas em estabelecer condições formais para a justificação, sem se preocupar com problemas tais como, por exemplo, o da organização de nossas crenças, entre outras questões que têm ocupado os teóricos da justificação em geral.

²¹⁸ CRS, p.25.

O leitor pode realmente acusá-la de pouco esclarecedora. Tentemos, então, tornar mais claro o conceito, através de um exemplo.

Suponha a seguinte situação:

w Jones é um ladrão de carros esperto e acabou de roubar um carro. Jones sabe que o melhor a fazer agora é comportar-se do modo mais semelhante possível ao modo como comportam-se os donos de carro. Jones identifica um conjunto de comportamentos típicos de donos de carros, os quais ele tem condições de repetir e que servirão como evidência adequada para a crença de que Jones possui um carro (por exemplo, dirigir e guardar o carro na garagem, possuir um certificado de posse aparentemente válido, etc).

p Jones comporta-se então desse modo: dirige o carro, guarda-o na garagem, possui um certificado de posse aparentemente válido, etc.

q Jones possui um carro.²¹⁹

Qual a relação entre esses três enunciados, w , p e q ? Tomemos primeiramente w e p . Talvez aqui ficássemos tentados a afirmar que a relação é de acarretamento (*entailment*), w acarretando p ($w \rightarrow p$). Klein se opõe fortemente a isto. Para ele²²⁰, apesar de podermos, *em alguns casos*, admitir que um conjunto de evidências, e , acarrete um enunciado, p , ($e \rightarrow p$), “muitos (senão todos) os enunciados empíricos (contingentes, n. a.) que nós tomamos ordinariamente como sendo sabíveis não estão apoiados em uma cadeia de razões na qual cada elo é acarretado por um antecedente”.²²¹ Não é difícil conceder o fracasso da exigência por uma relação de acarretamento entre a evidência e a crença sob julgamento, por razões que ficarão claras logo adiante. E, para os propósitos da teoria, será fundamental que, de fato, tal fracasso se dê, como veremos no desenrolar deste capítulo.

²¹⁹ CRS, p.33.

²²⁰ cf. CRS, p.12-15.

²²¹ CRS, p.13.

A origem dessa exigência errônea está na confusão estabelecida entre *explicar totalmente algo e saber algo*²²². No primeiro caso, temos uma derivação de *p* de um enunciado que representa um estado de coisas, *e*, e essa derivação é regida por uma lei geral (representada pelo acarretamento). Para que saibamos algo, entretanto, não é necessário que sejamos capazes de derivar *p* de *e*. Para sabermos algo, diremos, é necessário apenas que consigamos estabelecer uma outra relação (bem mais fraca que a de acarretamento) entre a crença em questão e as evidências: a relação de *confirmação*.

5.2.1.1 Confirmação, Acarretamento e Alguns Princípios Epistêmicos

Mesmo que defendamos a substituição da exigência de existência de um acarretamento entre a evidência (o antecedente) e a crença sob júdice (o conseqüente) pela exigência da existência - apenas - da relação de confirmação, não é difícil imaginar que encontraremos casos em que o acarretamento possa existir entre tais crenças. E não é igualmente difícil supor casos em que as relações entre crenças misturem acarretamentos e confirmação. Devemos agora, então, analisar alguns princípios em que estas duas relações aparecem. Tal análise revelará alguns aspectos importantes, os quais são supostos na análise do conhecimento proposta por Klein.

O primeiro de tais princípios tem provocado debates desde o artigo de Gettier²²³. É o princípio que versa sobre a possibilidade da transmissão da justificação através das deduções. Klein o formula de um modo

²²² Erro que, segundo Rorty, Locke teria cometido (confira em *A Filosofia e o Espelho da Natureza*, p. 115 e seguintes).

²²³ Gettier fazia, explicitamente, a seguinte suposição: “Eu pretendo começar observando dois pontos. Primeiro que, naquele sentido de “justificado” no qual *S* estar justificado em crer que *P* é uma condição necessária para *S* saber que *P*, é possível para uma pessoa estar justificada em crer em uma proposição que é de fato falsa. Segundo que, para qualquer proposição *P*, se *S* está justificada em crer em *P* e *P* implica *Q* e *S* deduz *Q* de *P* e aceita *Q* como um resultado desta dedução, então *S* está justificado em crer em *Q*. Tendo em mente estes dois pontos, eu pretendo, agora, apresentar dois casos nos quais as condições estabelecidas em (a) (*a definição tripartite*, N. A.) são verdadeiras para uma dada proposição, ainda que seja, ao mesmo tempo, falso que a pessoa em questão sabe tal proposição” (grifo nosso); tratamos desta questão no capítulo 1.

bastante restritivo, e o denomina *Princípio da transmissibilidade da Justificação Através do Acarretamento*, apresentando-o do seguinte modo:

(PTA) Princípio da Transmissibilidade da Justificação Através do Acarretamento:

Para quaisquer enunciados, x e y (necessariamente), se $x \rightarrow y$ e Jsx , então Jsy .²²⁴

(PTA) é uma versão de um princípio do fechamento para a justificação, sob avaliação em debates recentes²²⁵. Considerando-o plausível, nós o aceitaremos aqui. Imaginemos, agora, porém, o seguinte princípio, em que as relações de acarretamento e de confirmação aparecerão juntas:

i) (PTPC) Princípio da Transitividade Parcial da Confirmação²²⁶:

Para quaisquer enunciados, x e y e z (necessariamente) se $x \rightarrow y$ e zCx , então zCy .

O princípio acima, PTPC, é falso e isso pode ser demonstrado através de um caso como o seguinte - um esquema do caso proposto por Fred Dretske²²⁷ e reutilizado por Klein²²⁸ - no qual temos

$x \rightarrow y$ onde x representa o enunciado “aqueles animais são zebras” e y que “eles não são mulas pintadas”.

z que representa “aqueles animais *parecem* zebras”.

²²⁴ A discussão sobre tal princípio é de grande relevância para Klein, enquanto dele se segue, a seu ver, o *Princípio da Eliminação da Consequência Contrária* (“para quaisquer proposições, x e y , (necessariamente) se x e y são contrárias, então $Jsx \rightarrow Js \sim y$ ”, p. 26), que é aceitável, mas, ao contrário da expectativa do cético, não consegue fornecer base para aquilo que Klein denomina de *Ceticismo Direto* (que pode ser resumido na seguinte fórmula: “não é o caso que S pode saber que p ”, cf. p. 11). Fica claro aqui seu objetivo de fortalecer ao máximo o cético para, só após isto, destruí-lo “em seu próprio campo”.

²²⁵ Cf. DRETSKE, Fred. “Epistemic Operators”. *Journal of Philosophy* 67 (24), p. 1003-1013, 1970, e THALBERG, Irving. “Is Justification Transmissible Through Deduction?” *Philosophical Studies* 25, p. 357-364, 1974.

²²⁶ CRS, p. 31.

²²⁷ DRETSKE, 1970.

²²⁸ CRS, p. 29.

Para ele, neste caso, $\mathcal{Z}Cx$, ou seja, o enunciado “aqueles animais parecem zebras” fornece sustentação ao enunciado “aqueles animais são zebras” (apesar de não ser o caso que $z \rightarrow x$, já que é claro que os animais podem ser, por exemplo, mulas pintadas). É o caso, porém, que $\mathcal{W}\mathcal{Z}y$ (onde $\mathcal{Z}$ significa “*falha em confirmar*”), ou seja, segundo Klein, que “aqueles animais parecem zebras” não dá sustentação para que se afirme que “eles não são mulas pintadas”, o que refutaria PTPC²²⁹.

Há ainda um outro princípio que, apesar de não envolver a relação de acarretamento, pode (e, como veremos, deve) ser também falsificado por um contra-exemplo semelhante ao anterior. Trata-se do *Princípio da Transitividade da Confirmação*, que pode ser enunciado como segue:

ii) (PTC) Princípio da Transitividade da Confirmação²³⁰:
Para quaisquer x e y e z , (necessariamente) se $\mathcal{X}Cy$ e $\mathcal{Y}Cz$,
então $\mathcal{X}Cz$.

Esse princípio é igualmente falso. Imaginemos aqui o Caso do Ladrão de Carros Esperto, apresentado anteriormente. Temos ali que $\mathcal{W}Cp$ (Jones roubou um carro e sabe como deve comportar-se para não ser preso, w , e isso confirma p , que expressa o comportamento de Jones, descrito já em w) e pCq (o fato de Jones comportar-se como um dono de carro confirma a crença de que Jones possui um carro), mas temos também que $\mathcal{W}\mathcal{Z}q$.

Algo relevante surge quando nos perguntamos pelas causas da falência dos dois princípios. A resposta vem do fato de podermos ter $\mathcal{E}Cp$ sem que tenhamos $e \rightarrow p$. Ao contrário da implicação, a confirmação permite que, mesmo que tenhamos $\mathcal{E}Cp$, possa existir uma outra crença, digamos o , de tal modo que e em conjunção com o não mais dê confirmação a p . Isso aconteceu com clareza no nosso último exemplo, no qual, apesar de $\mathcal{W}CpCq$ (formando o que Klein chama de uma *cadeia (chain) de crenças*), tínhamos que $(w \& p)\mathcal{Z}q$, já que a informação contida

²²⁹ Não cremos que este seja de fato um bom contra-exemplo ao princípio. Alguém poderia alegar que o enunciado ‘aqueles animais parecem zebras’ confirma o enunciado ‘eles não são mulas pintadas’. O próprio Klein concedeu que a relação de confirmação é fraca; z não precisa sozinho dar toda a sustentação a y (como, seguindo a nomenclatura do exemplo, x não dá a z).

²³⁰ Id., p. 32.

em w (de que Jones roubou o carro) neutralizava (suprimia, já adiantando o conceito de ‘supressor’) a confirmação que p dava a q . A essa constatação, de que certas crenças de uma conjunção podem eliminar a confirmação antes existente, Klein chama de *problema das crenças conjuntivas*. E esse traz um novo conceito à teoria: o de evidência supressora.

5.2.2 Evidência Supressora

A segunda condição necessária para que x esteja justificada para S é a de que não exista um enunciado qualquer, u , tal que u (como nosso w do exemplo acima) suprima (*override*) a confirmação de x para S . Acabamos de realizar uma aproximação do conceito. Podemos apresentá-lo previamente como

x é um supressor (*override*) de y se temos $\mathcal{C}y e (e \& x) \not\subset y$.

Klein completa: “dado que e não precisa implicar p , nós podemos imaginar um enunciado, digamos o , o qual contém contra-evidências a p fortes o suficiente, de tal modo que $(\mathcal{C}o) \not\subset p$. Chamemos a essas (contra)evidências de *supressores (overrides)*. Assim, o é um supressor da evidência adequada, e , para p ”²³¹.

Mais uma distinção pode ser feita aqui, considerando duas classes possíveis de supressores:

i) *Supressores Internos*: podemos imaginar casos (como o do ladrão de carros esperto) em que o supressor (naquele caso w) está na ancestralidade das outras crenças envolvidas (lembramos que naquele caso tínhamos $w \subset p$ e $p \subset q$, mas também que $(w \& p) \not\subset q$, ou seja, quando w é colocada junto a p vemos que ele cancela (suprime) a confirmação que p dava a q).

ii) *Supressores Externos*: em muitos casos, porém, supressores são enunciados que não estão na ancestralidade das crenças em questão, ou

²³¹ CRS, p.50.

seja, temos $xCy...$ e um outro enunciado qualquer (talvez recém-inserida no sistema de crenças de S), o , tal que $(o \& x) \not\subset y$.

Nossa tarefa de definir o que sejam supressores não está ainda completa, mas já foi executada de modo suficiente a nos permitir seguir adiante. Voltaremos a falar de supressores posteriormente, após a adição de novos conceitos à discussão.

5.2.3 Fundação

A terceira condição a ser preenchida por uma proposição, p , para que esteja justificado para S , é a de que a evidência, e , que confirma p esteja fundada (*grounded*) para S . E, antes de mais nada, definamos esse novo conceito:

Definição prévia de enunciado fundado: podemos definir, com Klein, o conjunto dos enunciados fundados como “o conjunto dos enunciados disponíveis para S para servirem como razões (para outras crenças, n.a.)”²³²

Deparamo-nos aí, porém, com um novo conceito, que necessita também de esclarecimento, antes de podermos seguir adiante: o de *estar disponível para*. Esse é um conceito de extrema relevância no ensaio de Klein e para nós, nesse momento, já que aparece bastante próximo aos conceitos de ‘confirmação’ e de ‘fundação’.

Estar disponível é uma expressão que pode ser interpretada de dois diferentes modos, a saber:

i) Estar disponível pode ser interpretado como se referindo a enunciados *atualmente subscritos para ou aceitos por S* . Imagine o enunciado “Porto Alegre dista aproximadamente 700 km de Blumenau”. Esse enunciado pode ser algo com que S conscientemente concorda ou uma crença com a qual ele não se preocupa nesse instante. De qualquer modo, essa é uma informação que S possui. Em ambos os casos, porém, ele é um enunciado que está atualmente disponível para S para servir de

²³² CRS, p.49.

razão para outras crenças. Ao primeiro sentido, Klein chama de “ocorrente” (*occurent*) e ao segundo, “disposicional” (*dispositional*).

ii) Um segundo sentido de estar disponível é o que podemos chamar de *estar baseado em enunciados aceitos*. Podemos supor que tenhamos um enunciado qualquer, w , e que tenhamos wCx (ou w implica x ($w \rightarrow x$)). Mesmo que um sujeito S não tenha competência para inferir x (ou deduzir x), Klein aceita também esse enunciado como disponível para S , enquanto ele faz parte de uma *cadeia de evidências* para S . Tomando o enunciado posto acima, mesmo que um sujeito intelectualmente pouco sofisticado não consiga deduzir dali q , que “Porto Alegre e Blumenau não fazem parte do mesmo município”, podemos considerar esse enunciado como disponível para sustentar outras crenças de S .

Assim, “os enunciados disponíveis podem ser eles mesmos enunciados atualmente subscritos por S , ou podem ser elos de cadeias de enunciados ancorados nas crenças atualmente subscritas e ligadas por relações de confirmação”.²³³

Podemos, agora, voltar ao nosso ponto inicial. Falar de enunciados fundados é algo que vem em resposta à questão sobre quais enunciados podem ser utilizados como razões para confirmar crenças. Através da análise do termo *disponível*, descobrimos que podemos ter dois tipos de candidatos a enunciados fundados: enunciados atualmente subscritos por S , e enunciados de algum modo ligados a esses. Temos agora, porém, que perguntar por que *nem todos* os enunciados disponíveis para S podem servir como razões.

Essa questão pode ser resolvida quando lembramos do conceito de evidência supressora. Imagine uma cadeia de crenças tal que $e_1Ce_2Ce_3...e_nCe_{n+1}$. Todos os enunciados poderiam servir de razões para os demais, a não ser que existisse um enunciado, o , que servisse como um supressor interno da confirmação, tal que $(e_n \& o) \not\subset e_{n+b}$, tornando essa cadeia de crenças *degenerada* em e_{n+1} - em oposição às cadeias sem supressores, as *não-degeneradas* (*nondegenerates*) ou *puras*. Nesse caso, podemos logo concluir que S não tem direito a e_{n+b} , já que essa crença não está confirmada (ou melhor, devido à presença do supressor interno, ela

²³³ CRS, p.48.

perdeu sua confirmação) para S . Acabamos, assim, de encontrar uma crença que *não está fundada* para S : e_{n+1} .

Começamos aqui a nos aproximar de uma noção central para Klein: a de *ancestralidade* de uma crença. No caso anterior, foi uma análise das crenças que confirmavam e_{n+1} o que nos permitiu descobrir um supressor para a confirmação dessa mesma crença, caracterizando sua condição de crença não fundada para S (e assim, não justificada).

Antes de apresentarmos o modelo de fundação, temos que responder a mais uma pergunta: as cadeias de crenças (puras ou degeneradas) podem basear-se em que tipos de crenças para que elas não percam sua fundação?

5.2.3.1 Γ_S

Formalmente, podemos resolver esta questão através de uma distinção. Imaginemos, em primeiro lugar, um conjunto que contenha *todas* as crenças atualmente subscritas por S . A esse conjunto chamemos de B_S . Imaginemos, ainda, um segundo conjunto, na verdade um subconjunto de B_S , composto apenas por crenças x , sendo que x é um membro de B_S para o qual não exista nenhuma outra crença, z , em B_S tal que zC^*x e $x \not\subset^* z$, onde

zC^*x z é uma evidência confirmadora ancestral a x .

$x \not\subset^* z$ x não é uma evidência confirmadora ancestral a z .

A esse conjunto chamaremos Γ_S .²³⁴

²³⁴ Klein não insere $x \not\subset^* z$ na definição de Γ_S sem motivos. Ele o faz para atender aos apelos dos coerentistas, já que, posto desse modo, é possível teoricamente termos em Γ_S crenças que têm evidências confirmadoras em sua ancestralidade, estando essa crença simultaneamente na ancestralidade de sua crença confirmadora, promovendo mútua confirmação e fechando o círculo coerentista. Já que ele está, em CRS, preocupado apenas em apresentar uma definição formal do conceito de conhecimento, não é motivo para espanto esta preocupação em contentar, digamos, o máximo de consumidores em potencial. Em outro momento, entretanto, ele, em co-autoria com Ted Warfield irá atacar duramente as teorias coerentistas em geral (confira, por exemplo, “What Price Coherence?”. *Analysis*, 54, 1994, p. 129-132 e “No Help for The Coherentist”. *Analysis*, 56, 2, 1996, p. 118-121.)

Mas por que utilizar apenas Γ s para fundar cadeias de crenças? Podemos apresentar algumas razões:

i) Utilizamos Γ s e não B s para fundar cadeias a fim de evitar que o já apontado problema das crenças conjuntivas venha à tona. Tomemos uma cadeia de confirmação qualquer, $aCbCc$. Se aceitássemos, para fins de exemplo, que a está em Bs , e se admitíssemos essa cadeia como fundada para S , e se a fosse um supressor da confirmação de b para c ($(a \& b) \not\vdash c$), teríamos, então, novamente dificuldades para explicar por que c aparece confirmado para S (via $aCbCc$) quando, na verdade, não deveria estar. Utilizando Γ s, como veremos, isso não acontece.

ii) Imaginemos agora o seguinte caso: S acredita em p , em q e em $(p\&q)$, e que nem p nem q são supressores internos. Temos nesse caso, então:

- $\Gamma s: p\&q$ ²³⁵

- $Bs: (p\&q), q, p$ ²³⁶

- Cadeias puras para S : $(p\&q)CqC\dots; (p\&q)CpC\dots$ ²³⁷

- Cadeias degeneradas: nenhuma²³⁸

- Enunciados fundados para S : $(p\&q), p, q\dots$ (e qualquer enunciado sustentado pelas cadeias de confirmação postas acima).

Imaginemos agora um caso ligeiramente modificado, no qual p é um supressor de q para um outro enunciado, r , mas não para t (que não estão atualmente disponíveis). Teremos agora:

- $\Gamma s: p\&q$ ²³⁹

²³⁵ Γ s sempre é composto pela conjunção porque ela sempre está na ancestralidade confirmadora dos conjuntos, que nunca podem estar na ancestralidade daquela.

²³⁶ Que marca o conjunto das crenças atualmente disponíveis para S .

²³⁷ Onde 'C.' remete ao segundo tipo de enunciado disponível, aquele baseado em um enunciado aceito.

²³⁸ Já que não existem supressores internos.

- $Bs : (p \& q), q, p$ ²⁴⁰
- Cadeias puras para $\mathcal{S}$: $(p \& q)CpCt$ ²⁴¹, $(p \& q)Cq, (p \& q)CqC...$ ²⁴²
- Cadeias degeneradas: $(p \& q)CpCr$ ²⁴³
- Enunciados fundados para $\mathcal{S}$: $(p \& q), p, q, t$ (e qualquer enunciado sustentado pelas cadeias de confirmação puras apontadas acima).

Podemos notar, agora, que a delimitação posta por $\Gamma\mathcal{S}$ não fez $\mathcal{S}$ perder o direito de crer sobre nenhuma crença (para a qual ele tivesse legitimamente esse direito). No primeiro caso, com a ausência de supressores internos (o que só nos deixou com cadeias puras) todos os enunciados de Bs se mostraram fundados para $\mathcal{S}$. No segundo, quando tínhamos um supressor interno de uma crença, $\mathcal{S}$ continuou tendo direito sobre todas as crenças, exceto sobre essa crença (no caso, r) na qual a cadeia degenerou e, é claro, sobre as crenças que poderiam decorrer dessa cadeia degenerada.

iii) Uma outra vantagem de limitarmos as crenças que podem servir de âncora à cadeia de confirmação é mais sutil. Vamos supor que tenhamos Bs contendo p e q , e que $pC\sim r$ e qCr . Teríamos, aqui, r e $\sim r$ confirmadas por cadeias de confirmação, o que é claramente problemático.

Imaginemos que se tenha $pCqCr$, $(p \& q) \not\subset r$ e $pC\sim r$. Nesse caso, dada a ancestralidade das crenças (ou seja, definindo o modo como as cadeias podem ser estabelecidas, definindo $\Gamma\mathcal{S}$, que aqui equivale a $(p \& q)$), podemos afirmar que apenas $\sim r$ pode estar fundada para $\mathcal{S}$, já que r não pode estar confirmada para $\mathcal{S}$, dado que acabamos de descobrir que p é

²³⁹ Pelos mesmos motivos do caso anterior.

²⁴⁰ Que marca o conjunto das crenças atualmente disponíveis para $\mathcal{S}$ como no caso anterior (lembre que t e r não são crenças atualmente disponíveis para $\mathcal{S}$).

²⁴¹ Já que não existem supressores internos $((p \& q)Cr)$.

²⁴² Se p for um supressor apenas para r , então qualquer outra crença, exceto r , estará fundada por essa cadeia.

²⁴³ Já que p é um supressor da confirmação de $r((p \& q) \not\subset r)$.

um supressor da confirmação de r (apesar de pCq e de qCr , ao perguntarmos por Γs descobrimos que $(p \& q) \not\subset r$).

Aqui, o simples fato de traçarmos a ancestralidade das crenças em questão não resolveria nosso problema, já que a cadeia de crenças não apontaria para a presença do supressor interno; temos, junto com isso, que recorrer à Γs , para que possamos, assim, construir *corretamente* as cadeias de confirmação, de modo tal que os supressores de confirmação sejam devidamente identificados, evitando que tomemos por puras cadeias que efetivamente não o são.

Assim, Γs nos fornece o elemento que faltava para o desenvolvimento de um método que organize de modo automático e correto nossas cadeias de crenças. Ao exigirmos que se manifeste a ancestralidade da crença, e, especialmente, que a cadeia de confirmação dessa crença esteja fundada em Γs , forçamos os potenciais supressores a virem à tona.

E podemos, daí, responder à questão posta no fim da seção anterior: as cadeias de confirmação *não* podem se basear em qualquer uma das crenças de Bs (o conjunto das crenças atualmente disponíveis para $\mathcal{S}$), sob o risco de tomar como puras cadeias que não o são. O único modo de escapar desse risco é aceitando, como fundamentos para cadeias, *apenas o conjunto de crenças em Γs* .

Completamos nosso trabalho, e agora estamos prontos para apresentar a definição formal de fundação, que segue:

$$Gsx = df (x \in \Gamma s) \vee \{(\exists y_1, \dots, \exists y_n) [(y_1 \in \Gamma s) \& (y_1 C y_2) \& (y_2 C y_3) \& (y_{n-1} C y_n) \& (y_n = x)] \& \sim (\exists y_i)(\exists y_j)(y_j \& y_{i-1} \not\subset y_i)\}$$

onde:

$$1 < i \leq n$$

$$j < (i-1)^{244}$$

²⁴⁴ CRS, p.57.

Ou “um enunciado, digamos x , está fundado para $S(Gsx)$ se e só se ou x é um membro de Γs ou há uma cadeia não degenerada de enunciados começando com algum enunciado ancorado em Γs e acabando em x ”²⁴⁵.

Como dissemos, acabamos de chegar a uma definição meramente formal da noção de fundação, o que nos permitiria já apresentar a teoria da justificação proposta por Klein. Antes, porém, gostaríamos de realizar mais duas tarefas: criticar a definição formal apresentada por Klein e, com ele, completá-la com algumas intuições que ainda não entraram em jogo.

5.2.3.2 Refinando Γs : Confiabilidade

Klein nos permitirá agora um claro flerte com o externalismo através de uma noção cara a esse grupo de teóricos, a saber, a noção de *confiabilidade* (*reliability*), enquanto reconhece como razoável a exigência de que seja levado em conta o modo como uma crença é obtida.

Não é necessário, para ele, definir de um modo geral o que seja um modo confiável (*reliable*) de obtenção de uma crença²⁴⁶, mas apenas incorporar essa intuição à definição geral de fundação. Uma primeira tentativa de levar a cabo essa tarefa seria a de simplesmente anexar à exigência de fundação a de que a crença seja também obtida de maneira confiável. Essa tentativa mostra seu pouco fôlego, entretanto, quando nos lembramos que podemos ter crenças fundadas, porém não obtidas de maneira confiável, e vice-versa.

Um modo mais eficaz de inclusão da noção de confiabilidade nessa teoria da justificação vai mostrar-se mais sofisticado:

i) Já que desejamos permanecer apenas com as crenças obtidas de modo confiável, criemos para essas um conjunto específico, R_s .

ii) Tentemos, agora, aproximar R_s de Γs , eles não podem ser idênticos, já que, supondo um exemplo, se temos $p \in R_s$ e pCq - e, se aceitarmos que a confiabilidade se transmite via confirmação - temos

²⁴⁵ *ibid.*

²⁴⁶ O que nos parece ser uma estratégia bastante inteligente, enquanto abre caminho para conquistar a simpatia dos teóricos da justificação de matiz externalista. Confira adiante (na nota 306) uma recente concessão de Klein a esse tipo de tratamento.

também $q \in Rs$. E se qCr , então, r é fundada para S (já que $(p \& q) \in \Gamma s$) e $r \in Rs$. Entretanto, se temos $(p \& q) \notin r$, teremos, então, um retrocesso na teoria, com a volta do problema - já anteriormente sanado - das crenças conjuntivas.²⁴⁷

iii) Klein consegue a aproximação entre os dois conjuntos através da noção de *confiabilidade de uma crença dependendo essencialmente da confiabilidade de outra crença* (*belief's reliability depending essentially upon the reliability of another belief*). Essa noção vem substituir a noção mais simples de ancestralidade na confirmação, de tal modo que dizer que a confiabilidade de x depende da de y (xRy) é dizer que y está na ancestralidade confirmadora de x (yC^*x) e que se y não fosse obtido confiavelmente por S , x também não o seria.²⁴⁸

Podemos, agora, redefinir Γs (vamos chamá-lo, com Klein, de Γs^R), de modo a assimilar a noção de confiabilidade. Formalmente:

$$x \in \Gamma s^R = \text{df } x \in Rs \& \sim(\exists y) (y \in Rs \& xRy \& y \neg Rx)^{249}$$

Temos aqui uma definição formalmente muito semelhante à de Γs ; essa nova definição consegue manter as características vantajosas da anterior, acrescentando ainda àquela a noção de confiabilidade. Isso tem a vantagem de não alterar substancialmente a definição de fundação já apresentada. Diremos, agora, apenas, que “um enunciado está fundado

²⁴⁷ Relembrando, o problema consiste em i) explicar por que algumas conjunções confirmam crenças enquanto outras não o fazem; e ii) separar essas conjunções utilizáveis das que não o são (o que foi resolvido com a adoção de Γs).

²⁴⁸ cf. CRS, p.59.

²⁴⁹ Ou seja, x pertence a Γs^R se x pertence ao conjunto das crenças obtidas confiavelmente por S , se não existe uma outra crença, y , que pertença ela também a esse conjunto e, ainda, se a confiabilidade de x depende da de y (xRy), mas não o inverso ($y \neg Rx$). Note que, tal qual em Γs , igualmente a presença de $y \neg Rs$ serve para satisfazer as intuições coerentistas (cf. nota 203).

para S se ou ela está em Γ_S^R ou ela é um elo de uma cadeia pura ancorada em Γ_S^R ²⁵⁰.

Como o próprio Klein bem nota, essa definição traz ainda a grande vantagem de não ser suscetível a um problema posto a algumas teorias da justificação confiabilistas, a saber, como explicar que tenhamos algumas crenças obtidas de modo não-confiável, porém aparentemente justificadas (o novo problema do demônio maligno, apresentado no capítulo segundo). Aqui, a explicação faz-se simples: crenças desse tipo podem estar justificadas porque sua justificação não depende apenas da confiabilidade, mas pode ser igualmente obtida via relação de confirmação (a crença pode ser um elo de uma cadeia pura começando em Γ_S^R).

Podemos dar por encerrado nosso trabalho de resposta à questão proposta no início desta seção, a de definir o tipo de crença que pode servir como âncora de cadeias de confirmação. Mais do que isso, podemos dar por encerrado nosso trabalho de definir fundação. Mas não podemos considerar ainda como devidamente analisado o modelo de justificação proposto sem antes atentarmos com mais vagar para a noção de *supressor*.

5.2.4 Refinando a Noção de *Supressor*

Já falamos anteriormente (em 5.2.2) da noção de *supressor da confirmação de uma crença*. Naquele momento, apresentamos também, de modo breve, as noções de *supressor interno* e de *supressor externo*. Precisamos agora, porém, retomar essa noção para torná-la mais clara.

É interessante notar que realizaremos agora o caminho inverso: quando falamos de possíveis fundações para crenças, tratamos de restringir ao máximo o conjunto, fazendo o máximo de exigências aos candidatos. Com os supressores, faremos, com Klein, o inverso, ou seja, trataremos de relaxar ao máximo os critérios de aceitação. Essa é uma estratégia inteligente para uma teoria que, como essa, pretende ser aceita pelo mais feroz dos adversários: o cético.

²⁵⁰ *ibid.*

5.2.4.1 Possíveis Candidatos a Supressores

Retomemos o conceito de supressor interno. Relembrando, supressores internos eram enunciados tais que, dados pCq , qCr , e $(p\&q)\not\subset r$, p funciona como um supressor da evidência de q para r . Supressores internos são elos de cadeias puras (pelo menos até o ponto no qual eles provocam a degeneração da cadeia) para S e, daí, são sempre *enunciados fundados para S* (exatamente por serem elos de cadeias puras) ou, sendo mais preciso, são membros de Γ_S^R (ou de Γ_S , já que, como veremos, parece razoável não exigir que um supressor seja obtido de modo confiável), ou são cadeias puras ancoradas em enunciados fundados em crenças desse conjunto (ou de Γ_S).

Surge, aqui, porém, uma nova questão: que tipos de enunciados (apenas os fundados?) podem servir como supressores? Já temos o suficiente para uma resposta provisória: podemos admitir um grupo de enunciados não-fundados, mas que, igualmente, podem servir como supressores. Em outras palavras, podemos admitir enunciados o tais que $(o\&e)\not\subset p$, onde o não está na ancestralidade de e (senão teríamos um supressor interno).

Dada a estratégia de condescendência máxima com os candidatos a supressores, podemos admitir que, para servir como supressor, um enunciado não precisa ser obtido de modo confiável (ao contrário dos elos-âncora de cadeias). Parece razoável conceder ao cético que qualquer evidência que funcione como um supressor, posta de uma maneira fundada ou não, deva ser ela mesma derrotada antes que S tenha direito a uma outra crença, aquela que é atacada por essa evidência. Isso implica que um enunciado não necessita estar em Γ_S^R para ser um supressor (já que para isso ele teria que ser obtido de modo confiável), nem precisa, igualmente, estar fundado para S .

É fácil perceber que essa ampliação do espaço possível dos supressores para Bs não é trivial; podemos ter uma crença em Bs tal que a única cadeia de crenças a que ela se liga é uma cadeia degenerada. Ou uma crença obtida de modo não confiável (e que, assim, não estaria em Γ_S^R) e que não é confirmada por nenhum outro enunciado. Se não aceitássemos todo Bs como espaço para supressores, essas crenças não estariam disponíveis para S a fim de servir como tal.

Temos agora todo Bs como espaço para surgimento de possíveis supressores. Temos ainda, porém, que fazer mais uma concessão: vamos supor que tenhamos $pCqCr$ e $(p\&q)\neg r$, e também, porém, que S aceite q sem base em p (imaginemos novamente aquela crença aceita sem nenhuma ancestralidade). Klein afirma que, nesse caso, q não está em Γ_s (já que pCq e $q\neg p$)²⁵¹; e, se p ou q não forem obtidos confiavelmente, q não estará igualmente em Γ_s^R .

Para S , porém, qCr , dado isto, mesmo que q não esteja nem em Γ_s nem em Γ_s^R , e que q seja aceita por S sem base em nenhum outro enunciado (chamaremos enunciados assim de *enunciados autônomos* (*autonomous propositions*) para S , ou As), permitiremos a esses enunciados que ancorem cadeias de supressores e, no nosso caso, então, aceitaremos r como um supressor em potencial. Assim “devemos expandir nossa classe de enunciados supressores como segue: supressores em potencial podem ser conjunções de enunciados nos quais cada conjuncto está ou em Bs , ou é um elo de uma cadeia pura ancorada por uma conjunção de enunciados, onde cada um dos quais está em Γ_s , em As , ou em Γ_s^R ”²⁵².

Podemos agora apresentar uma definição formal:

“*u é um supressor do enunciado confirmado, x, para S [Osux] sse (1) x é confirmada para S e u, ao juntar-se a uma evidência ancestral, y_j , de x, falha em confirmar y_{j+1} , e (2) u é uma conjunção de enunciados na qual cada um dos quais está ou em Bs ou é um elo de uma cadeia pura ancorada por uma conjunção de enunciados na qual cada um desses está em Γ_s ou em Γ_s^R ou As .”*²⁵³

Aos enunciados que preenchem essas condições sem, entretanto, preencher as condições necessárias para serem evidências confirmadoras,

²⁵¹ CRS, p. 68. Essa passagem nos ensina indiretamente algo: que Klein considera Γ_s um conjunto independente da efetiva organização que um indivíduo qualquer tem em suas crenças. Um indivíduo qualquer não necessita crer que, p. ex., pCq para que q possa estar fundada para essa pessoa. Basta apenas que q cumpra os requisitos apresentados no modelo de justificação.

²⁵² *Ibid.*

²⁵³ CRS, p. 69

Klein denomina *pseudofundados* (*pseudogrounded propositions*). “Esses são como enunciados fundados porque eles estão *disponíveis* para serem utilizados por *S*, mas são *pseudofundados* porque *não* estão disponíveis para serem utilizados como enunciados confirmadores. Eles estão disponíveis para *S* apenas para serem usados como evidências supressoras”²⁵⁴.

E, retomando a definição de justificação anteriormente sugerida, nos damos conta de que nossa tarefa de torná-la clara está completa.

5.3 Certeza

É finda a reconstrução do modelo de justificação de *Certainty*. Nossa tarefa, entretanto, está longe de ser dada por completa. Enquanto nosso objetivo é o de buscar definições de conhecimento, devemos, aqui, também, complementar a teoria, o que se dará através do acréscimo de uma outra pesada exigência: a de que *S* esteja *certo*.

5.3.1 Certeza: K2 E K4

A definição de conhecimento em *Certainty*, já mencionada no começo deste capítulo, contém uma exigência explícita por certeza em K2 e outra não explícita em K4. Relembrando:

K2 *S* está certo de que *p* baseado (*on the basis*) em algum enunciado, *e*.

K4 Qualquer derrotador inicial (*initiating defeater*) da justificação de *p* por *e* para *S* é um derrotador inicial malsucedido (*misleading*).

A tarefa de esclarecimento das duas condições terá início pelo esclarecimento do conceito de certeza.

²⁵⁴ *ibid.* Os itálicos são do original.

5.3.1.1 Sobre a Certeza

Em primeiro lugar, não é difícil reconhecer que ‘certeza’ não é um termo absolutamente unívoco. Vamos, então, traçar um quadro com diferentes sentidos atribuídos ao termo.

i- certeza psicológica: o tipo de certeza que pode ser denominada de ‘psicológica’ refere-se a uma noção já conhecida, denominada por Wittgenstein como *certeza subjetiva* ²⁵⁵, definida em termos de “total ausência de dúvida”, “estar completamente convencido de...”, etc.

Como é evidente, estar ‘certo’, no sentido subjetivo, tem relação com as disposições subjetivas do sujeito. Assim, um indivíduo pode estar certo (subjetivamente) sem, aparentemente, possuir boas razões para isso (um tipo extremo de dogmático), ou não estar, mesmo tendo um quadro totalmente favorável de evidências, movido talvez por uma extrema timidez intelectual.

ii- certeza evidencial: já, quando falamos de nosso amigo dogmático acima, apontamos implicitamente para uma distinção a ser feita, contida na observação de que um sujeito pode *sentir-se certo* sem estar *intitulado à certeza*. A esse ‘estar intitulado à certeza’ (que esclareceremos a seguir) chamaremos de *certeza evidencial* ²⁵⁶.

Mais deve ser dito: vamos supor que um sujeito qualquer, *S*, crê em *p* e em $p \rightarrow q$ (isto é, no acarretamento de *p* por *q*) e aceita *modus ponens* como uma regra válida (e *p* e $p \rightarrow q$ são verdadeiras). Nesse caso, concordaríamos que *S* tem o direito de crer em *q*, e mais, que ele tem o direito de ter certeza de que *q*, e não só certeza psicológica.

Num caso mais ilustrativo, vamos supor que *S* não sabe se *modus ponens* é uma regra válida, apesar de ter desconfiança de que o seja (movido talvez por uma constante confusão que seu atrapalhado

²⁵⁵ cf. WITTGENSTEIN, L., *On Certainty*, 194 (New York: Harper & Row Publishers): “Com a palavra ‘certo’ nós expressamos convicção completa, a ausência total de dúvida e, com isso, nós procuramos convencer outras pessoas. Esta é a certeza *subjetiva*”. (itálicos do original)

²⁵⁶ Aquilo que Wittgenstein denominava de ‘objetivamente certo’ (cf. *On Certainty*, 194).

professor de Lógica faz entre essa regra e a falácia da afirmação do conseqüente). Nesse caso, *S* não tem certeza psicológica, mas podemos lhe atribuir, ao utilizar *modus ponens*, certeza evidencial.²⁵⁷

iii- certeza absoluta e certeza relativa: Alguns filósofos²⁵⁸ defendem a opinião de que ‘certeza’ é um termo *absoluto*, isto é, sem graus, tal como ‘plano’, ‘aberto’, etc, e mais, que nenhum (ou quase nenhum) enunciado pode atingir o status de ‘estar absolutamente certo’.

Klein referenda (como veremos) o uso de ‘certeza’ neste sentido absoluto. Ele não aceitaria, porém, a segunda parte da proposição do parágrafo anterior; como veremos, muitas proposições podem estar certas *em certo momento*, para um sujeito epistêmico qualquer (o que não impede que tal sujeito venha a perder tal certeza no instante seguinte). Vejamos, nas palavras do próprio autor:

“A questão, *pelo menos com respeito à certeza psicológica*, não é se há ou haverá fundação (grounds) para duvidar que *p*, mas antes se *S* tem em algum instante dado qualquer dúvida que seja (razoável ou não) sobre a certeza do enunciado *p*. Conversas sobre o Gênio Maligno ou outras ocorrências miraculosas podem *induzir* dúvidas, ou talvez imaginar esses eventos possa *produzir* dúvidas, mas isso é irrelevante com respeito a se *S* estava (ou está) certo de que *p* num instante antes desses eventos reais ou imaginários. Algo é plano se não é de modo algum curvo; não é, porém, requerido que nada possa induzir encurvamentos. *S* está absolutamente certo de que *p* se *S* não tem dúvida alguma de que *p*. Não é porém requerido que nada possa ou venha a induzir dúvidas.²⁵⁹”

²⁵⁷ Klein adota as expressões *psicológica* e *evidencial* no lugar dos Wittgensteinianos ‘subjettiva’ e ‘objetiva’ porque lhe parece que Wittgenstein aceita a implicação, no lugar da mera confirmação, como sendo a relação necessária para a formação de cadeias de crenças. Klein parece, assim, desejar que sua teoria não seja de modo algum confundida com outra que faz exigências bem diferentes das suas. (cf. CRS, p. 129-130)

²⁵⁸ cf., p. ex., UNGER, Peter. *Ignorance: a Case for Scepticism*. Nova York: Oxford University Press, 1975.

²⁵⁹ CRS, p. 133. Essa posição será de extrema relevância, como veremos, no encontro entre Klein e o cético, enquanto aqui é barrada uma armadilha cética: não importa que *possam* existir enunciados que destruam a certeza de *S* para um enunciado; importa sim, é que, *em*

Podemos, de modo similar, conceder que a noção de certeza absoluta possa ser aplicável à certeza evidencial. O quadro completo ficaria, então, assim:

- (1) Certeza evidencial absoluta;
- (2) Certeza evidencial relativa;
- (3) Certeza psicológica absoluta;
- (4) Certeza psicológica relativa.

Como ficará mais claro oportunamente, o sentido de certeza implícito em k2 e k4 é absoluto, tanto na vertente psicológica quanto na evidencial.

5.3.1.2 Seis *Desiderata* sobre a Certeza e o Conhecimento

Dado o objetivo de esclarecer o conceito de certeza, estabelecendo suas relações com o conceito de conhecimento, seis *desiderata*, listados abaixo, devem ser satisfeitos:

D1 A distinção entre certeza evidencial e psicológica deve ser clarificada e as relações entre os conceitos exploradas.

D2 O sentido absoluto de “certeza”, requerido pelo cético, deve ser explicado.

D3 O sentido relativo de “certeza” deve ser explicado.

D4 As relações entre o sentido absoluto e relativo devem ser esclarecidas.

D5 O acarretamento entre certeza absoluta e conhecimento deve ser explicitado.

dado instante, efetivamente, não existam esses enunciados (ou se existirem, que não tenham efeito, por motivos que veremos adiante). Note também que Klein está considerando certeza como um termo *absoluto*.

D6 A abordagem deve capturar corretamente nossas intuições sobre a extensão dos conceitos de conhecimento e de certeza.²⁶⁰

Veremos, ao longo do restante do capítulo, como são satisfeitos cada um dos *desiderata*.

5.3.1.3 Conhecimento Implica Certeza Absoluta

A tese de que conhecimento implica certeza absoluta não é amplamente aceita; diversos epistemólogos²⁶¹ a recusam, enquanto crêem que essa exigência conduz inexoravelmente ao ceticismo. Devemos, então, mostrar a implicação defendida e, principalmente, mostrar que, mesmo incluída essa condição, podemos, por vezes, ter conhecimento. Afirma Klein: “eu estou preparado para conceder essa implicação porque, fazendo isso e mostrando que uma explicação aceitável sobre certeza é inerente em um tratamento de tipo cancelabilista (*defeasibility*) do conhecimento, o confronto com o ceticismo será fortalecido. Ainda, se não há objeções gerais válidas para teorias da cancelabilidade (*defeasibility theories*), o cético será obrigado a aceitar essa como uma análise adequada do conhecimento(...). A questão posta é então a seguinte: são as condições necessárias e suficientes para o conhecimento preenchidas em *algum instante* (grifo nosso)?”²⁶² Veremos, adiante (em 5.4.1.2), que a referência ao tempo será fundamental para a estratégia kleiniana.

5.3.2- Uma Teoria Cancelabilista do Conhecimento e Certeza Absoluta

A teoria proposta em *Certainty* é uma teoria de tipo *cancelabilista*. Podemos, *grosso modo*, caracterizar teorias desse tipo²⁶³ como teorias em que S , para saber que p , deve cumprir exigências (conscientemente ou não) para com a(s) evidência(s) e ($e_1, e_2, e_3, \dots$) e para com as contra-evidências possíveis o ($o_1, o_2, o_3, \dots$), de modo tal a não permitir “acidentes

²⁶⁰ CRS, p. 127.

²⁶¹ Nem Moser nem Lehrer aceitavam a exigência por certeza, como vimos.

²⁶² CRS, p. 135.

²⁶³ Uma explicação mais detalhada pode ser encontrada em SHOPE, R. *The Analysis of the Knowledge*, p. 45 ss.

epistêmicos” como os engendrados por Gettier. Veremos, agora, que a análise da certeza também será fiel a tal concepção.

5.3.2.1- Certeza e Justificação

A noção de certeza será incorporada por Klein à teoria por um caminho previsível, através do conceito de justificação. Ele mesmo nos diz: “É um dos temas principais (...) que justificação não-derrotada e certeza são equivalentes (...) A teoria da cancelabilidade requer que e (a evidência, n. a.) esteja relacionada com o conjunto total da informação em algum sentido específico, de modo a tornar justificação absolutamente à prova de ataques, i. e., absolutamente não-derrotada”.²⁶⁴

Nossa tarefa agora passa, evidentemente, a ser uma tentativa de apresentar um modelo reformado de justificação no qual p possa estar certo para S , partindo do pressuposto de que “um enunciado p é certo para S com base em e se e só se não há qualquer nova informação tal que a conjunção dessa com e falhe em justificar p ”²⁶⁵.

5.3.2.1.1- Derrotadores

Suponha o seguinte caso:

S crê que (h) ‘o tanque tem $\frac{1}{4}$ de gasolina’, baseado em e_n ‘o marcador de gasolina, normalmente confiável, marca ‘ $\frac{1}{4}$ ’”.

Nesse caso, segundo a teoria da justificação já exposta, temos que:

- e_n está fundada para S (já que não existe crença alguma em sua ancestralidade, ela é obtida de modo confiável e sua confiabilidade não depende de qualquer outra crença (i.e., ela está em Γ_S^R))
- h está confirmado (já que $e_n Ch$); e,

²⁶⁴CRS, p. 141.

²⁶⁵id., p.142.

- não existe um supressor para h .

Daí, pelo exposto anteriormente, h está justificada para S , enquanto existe uma cadeia começando em ΓS^R e essa não degenera até h .

Imaginemos, porém, que possa existir um enunciado verdadeiro, d , ‘o marcador está quebrado em 1/4’. Esse enunciado não é um supressor, enquanto não está fundado nem pseudofundado para S (ou seja, ele não está sustentado por cadeia alguma começando em Bs^{266}). Temos, porém, que conceder que esse enunciado tem o poder de solapar a justificação de h . A enunciados desse tipo, Klein chama *derrotadores* (*defeaters*). Como podemos notar, esses funcionam tal qual os supressores, mas não precisam estar nem fundados nem sequer pseudofundados para S .²⁶⁷

Temos, então, que incorporar essa nova noção à teoria e torná-la imune a ataques de derrotadores, pelo menos em alguns casos, se quisermos poder atribuir o título de certa a alguma crença.

Um primeiro caminho para isso seria supor que ‘a justificação de p por e é derrotada somente no caso em que há algum enunciado verdadeiro²⁶⁸, d , tal que $(d \ \& \ e) \not\subset p$ ’²⁶⁹. Esta proposta é, porém, inadequada, num sentido que ficará claro abaixo,²⁷⁰ e que nos remeterá a uma segunda estratégia, mais complexa.

Vejamos os casos seguintes:

Caso 1: S crê em h baseado em e_n . Para h estar justificado deve existir uma cadeia pura ancorada em ΓS^R que chegue até h . Um derrotador seria um enunciado verdadeiro, d , não-fundado, tal que $(e_n \ \& \ d) \not\subset h$; porém,

²⁶⁶ Ou seja, ela não é um enunciado subscrito por S .

²⁶⁷ Note que Klein continua seu caminho de conceder ao cético tudo que for razoável. A concessão aqui consiste em permitir que não obtenhamos conhecimento devido a algum enunciado que não subscrevemos.

²⁶⁸ A solicitação de que o derrotador deva ser um enunciado verdadeiro nos parece excessivamente forte, já que ‘ser verdadeira’ não nos parece ser uma noção que possamos ter sempre à mão para aplicar a uma crença; parece-nos mais razoável e compatível com as possíveis solicitações do cético requerer aqui que o derrotador seja qualquer enunciado que não seja reconhecidamente falso.

²⁶⁹ CRS, p. 143.

²⁷⁰ Cf. CRS, p. 143.

podemos imaginar que esse enunciado seria igualmente eficiente como derrotador se tivéssemos $(e_3 \& d) \not\subset e_{n+1}$, ou seja, se ela quebrar a cadeia em *qualquer* ponto. Isto significa que um derrotador pode estar atacando um elo da cadeia que sustenta um enunciado que não esteja diretamente “em contato” com o enunciado.

Caso 2: vamos supor a mesma situação, mas imaginemos agora que não é d quem vai quebrar a cadeia mas, antes, a conjunção entre d e um outro enunciado fundado ou pseudofundado para S , g_I . Vamos criar um conjunto, Es , que contenha todos os enunciados fundados ou pseudofundados para S . Temos, então, que $g_I \in Es$ e podemos ter $(g_I \& d) \not\subset e_n$ ou ainda, $(g_I \& d \& e_n) \not\subset e_{n+1}$.²⁷¹ Nestes casos, o derrotador d , apesar de ser, em última análise, a causa da quebra da cadeia, não agiu diretamente sobre ela, mas sim através da conjunção.

Estes casos implicam na introdução de duas novas noções, as quais devemos nomear:

- ao enunciado que é a nova informação – nos dois casos, d – que é inicialmente responsável por tornar deficiente a justificação de S para garantir certeza, chamaremos de *derrotador inicial* (*initiating defeater*),

- ao enunciado através do qual o derrotador inicial age (a conjunção, no caso 2) chamaremos de *derrotador efetivo* (*effective defeater*).

Não é difícil imaginarmos que os derrotadores, nas duas formas, pode se instalar por diferentes caminhos. Tomemos os dois casos seguintes, para um aumento do refinamento:

- 1) O derrotador efetivo é posto do seguinte modo: d_1 é um derrotador inicial e temos $d_1 R d_2 \dots R d_n$ tal que $(d_n \& e_1) \not\subset e_{n+1}$ (onde R designa a noção de *tornar plausível* (*render plausible*), parente da noção de confirmação, mas mais fraca que essa, e definida por Klein do seguinte

²⁷¹ Note que temos aqui uma nova concessão ao cético: que um derrotador possa agir *através* de um outro enunciado subscrito por S , ou seja, que ele mesmo seja inofensivo, mas, em conjunção com outro enunciado, possa impedir S de atingir certeza evidencial.

modo: “um enunciado, p , é tornado plausível por e se e só se e faz p epistemicamente mais razoável do que $\sim p$ ”²⁷²).

2) Temos, agora, um derrotador inicial (d_1), mas temos, também, d_1 em conjunção com outro enunciado de E_s , g_i , para daí termos ($d_1 \& g_i$) R d_2 e ($d_2 \& g_i$) R d_3 d_n , onde d_n funciona como o derrotador efetivo.

Estes casos permitem-nos imaginar *cadeias de derrotadores*, ou *cadeias-D*. As duas formas de cadeias de derrotadores acima poderiam ser combinadas de modo a gerar tipos de cadeias em número virtualmente infinito. Nestas cadeias, não é necessário que o derrotador efetivo seja um enunciado verdadeiro; é necessário, apenas, que o derrotador inicial o seja²⁷³.

5.3.2.1.2 Derrotadores Iniciais: Genuínos e Malsucedidos

Vamos supor o seguinte caso: alguém, S , observando sua declaração de Imposto de Renda, imagina ter cometido um erro e pago, por isso, imposto em excesso. S escreve à Receita Federal, solicitando a devolução da taxa paga em excesso devido ao erro. O funcionário da receita analisa a declaração, observa que de fato ela *não* possui erros e a taxa paga é correta. Ele escreve a S , com intenção de lhe comunicar isso, mas, numa distração, envia a seguinte mensagem (e_n): “ S , sua declaração efetivamente contém erros” (ou seja, omite, por distração, o relevante “não”). Daí, S acredita em p : “a Receita me deve R\$500,00”.

Vamos supor que S está justificado em crer que p (por ter cumprido as exigências postas anteriormente). Não há supressores, já que não temos qualquer enunciado, o , tal que ($o \& e_{n+1}$) $\not\subset p$, sustentada seja por cadeias de confirmação puras ou degeneradas. A questão consiste agora, então, em perguntar se S pode estar certo em relação a p , ou seja, se existem

²⁷² CRS, p. 145. Note que temos aqui novamente uma concessão ao cético: que possam ser aceitos como derrotadores enunciados que tenham uma base racional mais fraca do que aquela dada pela relação de confirmação: a de plausibilidade.

²⁷³ Confira nota anterior, onde fizemos uma crítica que é novamente aplicável aqui. Apesar dela, essa concessão ao cético parece-nos razoável: se uma crença é tornada plausível por uma crença verdadeira (ou pelo menos aparentemente verdadeira) ela deve ser aceita como uma crença que pode ser utilizada para solapar a justificação de outra crença para S .

derrotadores efetivos da justificação. O primeiro candidato a isso é o enunciado d_n : “ S cometeu um erro ao analisar novamente sua declaração”, que é sustentado por uma cadeia-D, que tem como derrotador inicial d_1 : “o auditor da Receita disse que eu, S , cometi um erro na declaração”. Esse enunciado é verdadeiro e, daí, a S não pode ser atribuída certeza, já que há um derrotador efetivo sustentado por uma cadeia-D que começa com um enunciado verdadeiro.

É, porém, contra-intuitivo imaginar que S perca conhecimento devido a uma falha de outra pessoa, o funcionário da Receita. Isso nos leva a distinguir dois tipos de derrotadores iniciais: os *genuínos* (*genuines*) e os malsucedidos (*misleading*). Assim, no caso acima, devemos notar que “não é realmente a adição de nova informação que funciona como derrotador, mas antes a adição à Es da informação errada (*misinformation*) de que ‘o auditor crê que S cometeu um erro’”²⁷⁴.

É importante lembrar, entretanto, que podemos ter informações falsas numa cadeia-D, produzidas, porém, pela conjunção de um derrotador com um enunciado falso de Es . Assim, um derrotador só será malsucedido se, na cadeia-D, tivermos falsidades que não dependam de outros enunciados de Es . Isso é o que acontece no caso acima: a falsidade do enunciado d_n não depende de qualquer outro enunciado, daí podermos dizer que p está evidencialmente certa para S .

Podemos afirmar, então, que “a justificação de h por e para S é derrotada se e só se há um derrotador inicial genuíno da justificação de h por e para S ”²⁷⁵, que é uma definição de K4, através de K3 e incluindo K2, ambos agora já esclarecidos.

5.4 Complementando a Teoria

5.4.1 Notas Suplementares Sobre a Certeza

Apresentamos, mais acima, os seis desiderata em relação à certeza, e o como foram eles satisfeitos. Resta-nos, ainda, incluir algumas informações adicionais importantes.

²⁷⁴ CRS, p. 147.

²⁷⁵ id., p. 148.

5.4.1.1 D1 E D5: Certeza Psicológica e Certeza Evidencial

Falamos longamente, nas seções anteriores, de como a noção de certeza evidencial adentra à teoria. Klein nos fala pouco, porém, sobre a certeza psicológica. Podemos imaginar facilmente que esta desproporcionalidade se deva ao fato da teoria ser sustentada, primordialmente, pela noção de certeza evidencial e não pela de certeza psicológica.

A introdução do requerimento de que S , para saber que p , tenha também certeza psicológica em relação a p , deve, porém, ser executada com certo cuidado, já que a certeza psicológica pode ser facilmente confundida com certeza evidencial; nas palavras do próprio autor, “conhecimento também implica certeza evidencial psicológica *absoluta* (grifo nosso), mas desde que isso signifique que S não tem quaisquer dúvidas de que p (tendo em vista as evidências para p) (...) Obstáculos [a essa concessão] aparecem somente quando certeza psicológica e (certeza) evidencial são confundidas ou quando se acredita que certeza psicológica conduz ao dogmatismo”²⁷⁶.

O que nos parece ser significativo no excerto acima é a exigência de que a certeza psicológica requerida seja de tipo *absoluto*, ou seja, que S não tenha dúvidas em relação a p , dadas a evidência e , *em um dado momento*. Não é solicitado que não possam vir a surgir dúvidas (e que S deixe de saber que p), mas apenas que, num dado instante, essas dúvidas não existam²⁷⁷. Note que Klein trata a certeza psicológica de um modo, digamos, fortemente normativo: só deveríamos possuir dúvidas se existem evidências possíveis para tal dúvida. Esta é uma suposição exagerada, a nosso ver: dúvidas devem ser desqualificadas mesmo quando se baseiam em falsidades não-conhecidas ou em meras hipóteses. Posso possuir, neste sentido, certeza evidencial sem estar certo, do ponto de vista psicológico.

²⁷⁶ Cf. CRS, p. 134.

²⁷⁷ Talvez a exigência por certeza psicológica seja demasiadamente forte. Em defesa de Klein, podemos alegar que, para um sujeito psicologicamente saudável, se não há evidências contra uma crença, não há porque dela duvidar.

5.4.1.2 D2: Certeza Absoluta e o Cético

Para Klein, os requerimentos céticos quanto à certeza absoluta podem ser estabelecidos nos dois enunciados seguintes:

EC1 se p é absolutamente certo para S , então S está justificado para S e não há enunciados que ponham p em dúvida para S .

EC2 se algum enunciado, digamos i , é mais certo que p , então p não é certo.²⁷⁸

e os dois requerimentos podem ser satisfeitos por um enunciado, se ele estiver justificado de modo não-derrotado. Klein faz questão de frisar, porém, que ele não está postulando que “não há derrotadores da justificação; ou que S não pode ser induzido por A ou B a suspender a crença de que p , ou que S não pode vir a duvidar de p ”²⁷⁹, e isso por razões simples: como sabemos, *podem existir* derrotadores, desde que sejam malsucedidos; segundo, S pode suspender a crença por razões externas (pode estar dopado, por exemplo), ou pode suspendê-la por acreditar em um enunciado qualquer, falso, tal que $(f \& e) \not\vdash p$, terceiro, dúvidas podem vir a ocorrer, devido a novas crenças, falsas ou frutos de um engano ou mal-entendido (como no caso do Imposto de Renda).

Adicionalmente, já vimos que Klein não recusa a possibilidade de que possam haver razões adequadas para duvidarmos de p , em $t+1$. A sua proposta só exige que essas razões não existam, em t .

Voltemos, porém, a EC1: em que casos um enunciado é forte o suficiente para destruir a certeza de S para com p ? Com o cético, Klein aponta três possíveis caracterizações de certeza, que respondem de modos diferentes a essa questão:

Caracterização Fraca p está certa baseada na evidência e se e só se não há qualquer enunciado verdadeiro e não malsucedido, d , tal que $(d \& e) C \sim p$.

²⁷⁸ id., p. 173.

²⁷⁹ *ibid.*

Meio Termo p está certa baseada na evidência e se e só se não há qualquer enunciado verdadeiro e não malsucedido, d , tal que $(d \& e) \not\vdash p$.

Caracterização Forte p está certa baseada na evidência e se e só se não há qualquer enunciado verdadeiro e não malsucedido, d , tal que $(d \& e)$ enfraqueçam a confirmação de p .²⁸⁰

A esse enunciado d , denominamos *contra-evidência* (*counterevidence*) para p , ou seja, abrangendo todas as caracterizações postas acima, d é uma contra-evidência para p se ela torna a justificação de p mais fraca.

A questão torna-se, então, a de estabelecer de que modo podemos adicionar contra-evidências a um enunciado de tal modo que ele continue certo (ou que ele não tenha sua confirmação enfraquecida, ou que $\sim p$ não seja confirmada).

O escape da armadilha se dá através de uma artimanha bastante engenhosa: notando que, em alguns casos, a contra-evidência, ao ser posta no contexto da evidência, torna-se - ao contrário do que se poderia esperar - um reforçador da evidência. A isto denomina-se *absorção* da evidência²⁸¹. O que faz, então, um enunciado não estar certo para S é a existência de contra-evidência não-absorvida. Logo, EC1 será atendida pela teoria proposta, que previa a existência de situações em que não existisse nenhuma evidência *naquele instante enfraquecendo*²⁸² a confirmação de p . Podem, então, existir contra-evidências, mas que, no contexto do todo das evidências, são absorvidas, isto é, não funcionam efetivamente como contra-evidências naquele instante. Ou ainda, é previsto na teoria que $a \vdash p$, $(a \& c) \not\vdash p$ e que $(a \& c \& b) \vdash p$. No terceiro caso, mesmo existindo uma contra-evidência, S tem confirmação de que p , pode estar certo de que p (se não existir *outra* contra-evidência que não seja absorvida) e pode, por fim, *saber* que p .

²⁸⁰ id., p. 174. Cf. também p. 125-6.

²⁸¹ Contra-evidências podem ser mais ou menos absorvidas por e . A contra-evidência *absorvida* (*absorbed*) por e é aquela que é completamente absorvida pela evidência, em contraste com aquela que, mesmo no contexto de e , conta contra p , a que Klein chama de *não-absorvida* (*unabsorbed*). Cf. CRS p. 175-6.

²⁸² Falamos de 'enfraquecer' porque esse é o requisito mais fraco; note, então, que continuamos com o projeto de oferecer ao cético tudo o que for requerido.

E EC2? Adentramos, na análise do conteúdo deste requisito, num terreno controverso: o cético pode sempre requerer que, por exemplo, uma tautologia como $(p \vee \sim p)$ seja considerada como *necessariamente mais certa* do que p . A resposta de Klein é, à primeira vista, surpreendente: ele não concorda com o cético, enquanto “*não devem existir mais derrotadores iniciais genuínos de p do que há de $(p \vee \sim p)$* ”²⁸³.

Isso deve ser explicado. É evidente que podem existir derrotadores genuínos da justificação de p e que *não* podem existir derrotadores para a tautologia. Klein nota, porém, que o termo ‘certeza’, em seu sentido absoluto, implica na *efetiva* inexistência de derrotadores genuínos, e não à *impossibilidade lógica* da existência desses derrotadores. E, num dado instante, tanto p quanto a tautologia podem estar livres do ataque de derrotadores genuínos.

Um contra-ataque cético, porém, poderia ser assim tramado: é mais razoável apostar na verdade de p ou na de $(p \vee \sim p)$? Temos, é claro, que conceder que um apostador esperto se inclinaria a apostar na tautologia; daí não procede, porém, que a tautologia seja mais certa do que p , este é um dos casos de confusão entre certeza psicológica e certeza evidencial: esse ataque mostra apenas que a tautologia nos oferece mais ‘conforto psicológico’ do que a crença em p . Mas, como já apontamos, uma pessoa pode sentir-se psicologicamente certa em relação a uma crença por razões outras que não a base evidencial disponível para sustentar essa crença.

Considerar a tautologia como a aposta mais segura parece apenas mostrar que, seguindo a analogia, é mais fácil ganhar essa aposta. Traduzindo, é mais fácil mostrar a certeza de $(p \vee \sim p)$ do que a de p (e isso inclusive em qualquer mundo possível). Em algumas situações, a justificação de p pode vir a ser derrotada.

Devemos, novamente, fazer uma distinção entre duas noções bastante distintas: i) *estar absolutamente certo com base na evidência e* , e ii) *estar certo em mais situações do que a presente*. Para i) é exigido que exista base evidencial para justificação e que não existam derrotadores da justificação; para ii) é exigido algo totalmente diferente: que a base evidencial seja mais resistente à ataques de derrotadores. Atender a ii) não torna nossa tautologia *atualmente mais certa*. Neste sentido, tanto p quanto $(p \vee \sim p)$ podem ser ditas *absolutamente certas* para S .

²⁸³ CRS, p. 179 (itálicos do original).

5.4.2 K1: Verdade

Verdade não é um conceito longamente explorado em *Certainty*. Mas, como não é difícil supor, poderemos estabelecer uma relação entre verdade e certeza. Vejamos, nas palavras do próprio Klein:

“Note que, de acordo com minha proposta, não é logicamente possível que p seja, simultaneamente, falso e certo, porque se p está confirmada por e , e se não há nenhum derrotador inicial genuíno da confirmação²⁸⁴, então $\sim p$ não é verdadeira. Para $\sim p$, deve haver tal derrotador. Assim, se p é certa, p é verdadeira; e a primeira condição do conhecimento, K1 (p é verdadeiro), torna-se redundante. E mais, se p é tornada certa por e , então e é verdadeira. Porque $\sim e$ é um derrotador da confirmação de p por e (...) Mesmo que não seja logicamente possível para p ser certa e falsa, não é requerido que se p é certo não seja logicamente possível que p seja falsa. Assim, se p é certa baseada em e , não é o caso que atualmente e é verdadeira e p falsa, não é ainda requerido que seja impossível que e seja verdadeira e p , falsa.”²⁸⁵

Duas observações importantes devem ser feitas em relação à nota anterior: primeiro, é importante notar que é coerente com o que foi dito até agora - e é razoável - aceitar que as mesmas evidências que sustentam o enunciado p num instante t não mais a sustentem em t_1 . Segundo, deve-se notar que Klein *não* está identificando os conceitos de verdade e de certeza. Se enunciados certos para S não podem ser falsos, não é o caso que enunciados verdadeiros estejam, necessariamente, certos para ele. K1 (a exigência por verdade) é redundante apenas porque é absorvida, da perspectiva do sujeito epistêmico, pela exigência por certeza; porém, repito, isto não significa uma equivalência entre os conceitos.

Não nos ocupamos, aqui, de uma investigação cuidadosa sobre o ceticismo filosófico, em suas variadas formas. A despeito disso, temos o suficiente para uma rápida avaliação da “refutação” do ceticismo sugerida

²⁸⁴ Como vimos, um derrotador não é uma informação que faz parte do conjunto de crenças do sujeito. Logo, dada a totalidade dos eventos que poderia sustentar $\sim p$, nenhum deles ocorre.

²⁸⁵ CRS, p. 185.

por Klein; trata-se, a nosso ver, de uma refutação de uma espécie de ceticismo em particular, o ceticismo de *primeira ordem*, ou seja, o desafio direto ao conhecimento de uma proposição em particular, p, por um sujeito epistêmico S. Klein oferece uma apresentação convincente das condições para que S saiba p. Para que S saiba que p, não podem existir supressores nem derrotadores de p. E todos os méritos para a teoria, por ter explicado detalhadamente os modos como supressores e derrotadores podem nos atingir.

A teoria não consegue, porém, a nosso ver, oferecer uma resposta para outras formas de ceticismo como, por exemplo, o ceticismo de *segunda ordem*, ou seja, aquele ceticismo que se instala, *grosso modo*, através da pergunta “como você sabe”? Neste caso, há um supressor instalado, e ele precisa ser suprimido, ou seja, é necessário mostrar que ele é falso ou depende de alguma falsidade, como vimos. Ao contrário do ceticismo de primeira ordem, não basta aqui que o supressor seja falso. S Precisa saber que ele é falso. Mas Klein não nos apresenta qualquer modo de realizar esta tarefa.

5.5 Klein x Gettier

Algo mais deve ser feito antes de encerrarmos a exposição: verificar a resistência da teoria aos ataques de tipo-Gettier (o que efetivamente nos interessa aqui) e tentar responder à questão sobre se as condições necessárias para o conhecimento podem vir a ser satisfeitas em relação a alguma crença (ou seja, desafiar o cético).

5.5.1 O Problema de Gettier pode ser Resolvido?

Em CRS, Klein não chega a se defrontar com o Problema de Gettier, talvez por ter como principal objetivo a refutação do ceticismo (como indica o título do ensaio). Esse encontro, porém, vai se dar em um artigo mais recente, *Warrant, Proper Function, Reliabilism and Defeasibility*²⁸⁶,

²⁸⁶In: KVANVIG, 1996 (*op. cit.*). Nesse mesmo artigo Klein faz uma significativa emenda à teoria apresentada em CRS, que consiste em uma acomodação de uma intuição externalista, para ele não conflitante com o exposto em CRS. Vejamos isso nas palavras do próprio Klein: “Eu costumava pensar que uma teoria da cancelabilidade era obrigada a defender que conhecimento implica justificação porque no coração dessas teorias havia a

no qual confronta sua teoria do conhecimento com alguns dos contra-exemplos de tipo-Gettier. Vamos, pois, à análise desses casos.

Klein toma como adversário uma série de contra-exemplos criados por K. Lehrer e T. D. Paxson, conhecidos genericamente como *Tom Grabit*. Vamos apresentá-lo aqui em duas versões inspiradas naquelas sugeridas por R. Shope²⁸⁷:

“O irmão gêmeo de Tom: S acredita que seu vizinho, Tom Grabit, roubou um livro na livraria, já que S viu Tom fazendo isso. Mas, sem que S o saiba, Tom tem um irmão gêmeo, cleptomaniaco e idêntico a ele, que estava na livraria no momento do roubo.”

“Sra. Grabit, a louca: S acredita que seu vizinho, Tom Grabit, roubou um livro da livraria, já que S viu Tom fazendo isso. A mãe de Tom, Sra. Grabit, em estado de demência, diz a S que Tom tem um irmão gêmeo cleptomaniaco (o que é um fruto de sua imaginação

crença de que S sabe que p somente se não existem enunciados que cancelam a justificação de p para S. Mas isso não é requerido(...). Tudo que é requerido é somente que não existam evidências que se acrescentadas às crenças de S façam com que S deixe de estar justificado em crer que p. Isso não implica que p é justificada para S anteriormente ao acréscimo do derrotador no conjunto de crenças de S. Assim uma importante acomodação pode ser feita em relação ao confiabilismo (*reliabilism*, uma das posições externalistas, n, a.)”. (p.127)

De que concessão fala Klein? Tomemos um exemplo: uma pessoa, P, dispõe de um dom paranormal: o de prever eventos futuros. As crenças produzidas por esses acontecimentos paranormais mostram-se confiáveis (e daí o processo que as produz é também confiável). Mas, como P desconhece esse seu dom, ele não está justificado em crer nas crenças daí advindas. O que pretende Klein aqui é acomodar crenças desse tipo como candidatas ao *status* de conhecidas.

Para tal, ele nos lembra de que existem três situações possíveis no que toca a justificação de uma crença: “S pode estar justificado em crer que p; S pode não estar justificado em crer que p nem estar justificado em negar p; e S pode estar justificado em negar p. (...) Se o estado de crença de S que contem p é causado de um modo confiável e p não está justificado para S, presumivelmente se o contrário de p está justificado para S, então S não sabe que p.(...) Se p está fundada e nem ele nem seu contrário estão justificados, então não há qualquer derrotador quando não há qualquer enunciado verdadeiro o qual, se acrescentado às crenças de S, mova p “para muito longe” para estar justificado.” (p. 127-128). Cláudio de Almeida sustenta - corretamente, a nosso ver - que tal concessão ao externalismo é improcedente e inaceitável. Confira seu “Klein on the Defeasibility Theory”. *Crítica*, vol. 3, n. 11, Londrina, 1998).

²⁸⁷ Cf. SHOPE, 1983, p. 45 ss.

perturbada) e que ‘o irmão gêmeo de Tom estava na livraria no momento do roubo, enquanto Tom estava a milhares de milhas de distância dali’.”

No primeiro, temos um caso que nos mostra que podem existir informações que podem funcionar como, usando o conceito posto por Klein, derrotadores genuínos da crença de um sujeito epistêmico em um enunciado. No segundo caso, temos algo mais interessante: uma nova informação (chamemo-na de g : ‘a Sra. Grabit afirma sinceramente ter tido gêmeos’) que, se acrescentada ao corpo de evidências, restabelece a justificação de S para a crença de que ‘Tom Grabit roubou um livro na livraria’ - que vamos chamar de r - (perdida, no exemplo anterior), e uma outra informação (a de que ‘a Sra. Grabit está louca e devaneia sobre ter tido gêmeos’, λ) que, novamente, derrota a justificação de S para r .

Uma teoria do conhecimento qualquer, frente a situações desse tipo, deve permitir dois movimentos: primeiro, que, ao acrescentarmos uma nova informação (que funcione como um derrotador, utilizando o conceito no sentido apresentado anteriormente) ao corpo de evidências, seja demonstrado o cancelamento da justificação de S para um outro enunciado (no caso acima, r). Segundo, que a teoria possa lidar com a possibilidade de a justificação vir a ser n vezes mais restabelecida e cancelada pelo acréscimo de novas informações (que vão funcionar como derrotadores, genuínos ou malsucedidos) ao corpo de evidência.

Não é difícil, porém, constatar que não basta apenas apelar para o corpo total das evidências de S e isso por uma razão bastante simples: vamos retomar um dos casos originais de Gettier (G2, que apresentamos no capítulo primeiro deste ensaio), onde o problema se instala porque o sujeito epistêmico (no caso, Smith) efetua uma generalização existencial válida, estando justificado em acreditar no resultado da mesma, mas unicamente devido a um acidente epistêmico.

Note que, nesse caso, o simples apelo ao corpo de evidências de S não é o suficiente para derrotar esse contra-exemplo, ou seja, demonstrar que Smith efetivamente não conhece o resultado da generalização existencial. O que é necessário aí acrescentar, vai afirmar Klein, é a distinção (já vista) entre derrotadores iniciais e derrotadores efetivos. O que torna o exemplo descrito em (G2) um contra-exemplo é o fato de a generalização existencial ter sido executada sobre um enunciado falso; se

estabelecemos, então, que existe um enunciado que funciona como derrotador genuíno e que *quebra a cadeia que sustentava o enunciado existencial antes desse*, cancelamos sua justificação e dissolvemos o contra-exemplo.

Tomemos agora os dois casos de Grabit. O primeiro caso é resolvido de modo bastante simples: existe um derrotador efetivo (e genuíno) no primeiro caso (Tom *não* tem um irmão gêmeo cleptomaniaco) e também no segundo (o mesmo que no primeiro); no segundo caso, temos um derrotador inicial ('a Sra. Grabit afirma que Tom tem um irmão gêmeo cleptomaniaco') verdadeiro que torna plausível um outro derrotador (esse, o derrotador efetivo), que 'Tom tem um irmão gêmeo'. Temos também, porém, uma outra informação ('a Sra. Grabit está louca e delira sobre ter tido gêmeos'), verdadeira, que torna o derrotador inicial falso, bloqueando a ação do derrotador efetivo e impedindo que o contra-exemplo se instale.

A capacidade de bloquear a ação dos derrotadores efetivos, atacando diretamente os derrotadores iniciais, é o modo, segundo Klein, de dissolver qualquer problema de tipo-Gettier. No fim deste capítulo, testaremos esta proposta com mais cuidado (e lá *nós* escolheremos os adversários).

5.5.2 Podemos Conhecer?

Tomemos um enunciado qualquer, p. ex., p : "a mesa é marrom" (sugerido pelo próprio Klein). Não é difícil supor uma situação na qual seja o caso que não existam supressores internos de p , ou seja, em que não haja nenhuma crença subscrita por S , verdadeira ou falsa, sustentada por uma cadeia, seja ela fundada ou pseudofundada, que derrote a justificação dada por um conjunto de evidências e . e pode ser um conjunto de enunciados confiavelmente obtidos (ou elos de uma cadeia pura, como já vimos) tais como: "tenho a percepção visual de estar vendo uma mesa marrom", "as condições visuais minhas e do ambiente são adequadas"...,etc.

Resta perguntar-nos pelos derrotadores. Sabemos que eles podem existir, como, por exemplo, "A lâmpada do quarto emite luz numa frequência tal que faz os verdes se parecerem com marrons". O ponto a ser lembrado aqui é que um derrotador, por definição, deve ser

verdadeiro. A pergunta que Klein nos faz, então, é a de ‘*se pode existir uma situação em que, se existirem derrotadores, eles sejam todos falsos?*’ A resposta a tal questão é, para ele, afirmativa. E ele não usa nenhum argumento para convencer-nos disto, justificando tal opção do seguinte modo:

“...Tal qual eu não posso mostrar por um *argumento* que a mesa é marrom, eu não posso mostrar por um *argumento* que não existem derrotadores. Mas igualmente, assim como *há* um caminho para mostrar que a mesa é marrom, *há* um caminho para mostrar que não existem derrotadores iniciais. Este caminho consiste em, primeiramente, explicar cuidadosamente o que é significado quando alguém afirma que a mesa é marrom (se há alguma dúvida sobre o que isso significa) e, então, apontar para a mesa e solicitar ao leitor que direcione sua atenção para ela (e_1 , ou ligar para a loja de móveis onde a mesa foi adquirida para confirmar que a mesa marrom foi entregue (e_2), ou checar o espectroscópio (e_3); etc. Similarmente, o caminho para mostrar que não existem derrotadores iniciais genuínos da justificação do enunciado de que a mesa é marrom consiste em explicar cuidadosamente o que é entendido por um derrotador inicial genuíno e então solicitar ao leitor que se assegure se há algum derrotador inicial genuíno nesse caso particular.”²⁸⁸

O excerto acima parece inverter o ônus da prova: cabe agora ao cético apresentar um derrotador bem-sucedido. E Klein crê firmemente que isto não ocorrerá, não para todos os casos possíveis.

Mas nosso adversário aqui não é, como já indicamos anteriormente, o cético. Podemos, por hora, dar por encerrado nosso trabalho de reconstruir a teoria do conhecimento proposta por Klein e, embutida nessa, sua resposta ao problema de Gettier (e a preparação de um ataque ao cético). Passaremos, agora, a analisar dois autores que demarcam mais claramente posições tradicionais e antagônicas na discussão entre as teorias da justificação de caráter internalista, reconstruindo suas análises do conhecimento e a estrutura de suas defesas contra os ataques gettierianos: Paul Moser, e seu fundacionismo, e Keith Lehrer, com sua

²⁸⁸ CRS, p. 207-8.

teoria coerentista. Voltaremos, no último capítulo, estando o território internalista melhor demarcado, à teoria aqui proposta para compará-la com as vindouras.

5.6 Testando a Teoria

Terminados os esclarecimentos sobre a teoria, cabe agora que a testemos frente a alguns contra-exemplos. Obviamente isso não é capaz de fornecer uma comprovação da teoria, ou algo do gênero, mas pode ao menos apontar eventuais deficiências (como já fizemos com as teorias anteriores).

Mas, antes disso, relembremo-nos da definição de conhecimento enunciada no início deste capítulo:

S sabe que *p* se e somente se:

K1 *p* é verdadeiro

K2 *S* está certo de que *p* baseado (*on the basis*) em algum enunciado, *e*

K3 *e* justifica *p* para *S*.

K4 Qualquer derrotador inicial (*initiating defeater*) da justificação de *p* através de *e* para *S* é um derrotador inicial malsucedido (*misleading*).

Devemos nos lembrar, ainda, que o conceito de ‘supressor’ é bastante permissivo: um supressor efetivo (aquele que efetivamente aparece em conjunção com a crença em questão) pode até ser um enunciado falso; só o que é exigido é que ele tenha sido tornado plausível por um outro supressor, este sim verdadeiro.

Dito isto, vamos, pois, ao embate com os contra-exemplos.

5.6.1 A Análise de Klein e o Caso de Smith e as Dez Moedas

O contra-exemplo ‘Smith e as dez moedas’ pode ser facilmente dissolvido pela análise proposta; notemos que o contra-exemplo se instala quando *S* executa uma introdução de existencial (cujo resultado é verdadeiro, mas apenas por má sorte, como sabemos) a partir de um

enunciado falso (e já vimos que Klein concede esse movimento). Se encontrarmos, porém, um enunciado (um supressor genuíno) que quebre a cadeia que sustenta esse enunciado, teremos, então, a supressão da justificação que S possuía para a generalização. E esse supressor genuíno existe: é o enunciado (verdadeiro) ‘Jones de fato tem dez moedas no bolso, mas ele *não* será indicado para o emprego’. Considerando que este supressor não pode ser por sua vez tornado malsucedido pela adição de nova informação (ou seja, que ele é de fato um supressor genuíno), podemos afirmar que S não sabe o que pensa saber (enquanto a condição K4 não é satisfeita), dissolvendo o contra-exemplo.

5.6.2 Klein e Mr. Nogot

O segundo contra-exemplo pode também ser facilmente dissolvido, seguindo o mesmo roteiro: há um supressor da justificação da evidência (‘o confiável Mr. Nogot afirma possuir um Ford’) que sustenta a crença (‘Alguém no escritório possui um Ford’), e este supressor (‘de fato Mr. Nogot *não* possui um Ford’) é um supressor genuíno. Logo, K4 não é novamente satisfeita e, assim, S não tem de fato conhecimento de que ‘alguém no escritório possui um Ford’.

Vejam agora a versão mais sofisticada do contra-exemplo, a de Jones sob hipnose. Aqui o que temos é que provar que de fato S não sabe que R (‘alguém no escritório possui um Ford’), e para isso já conhecemos o caminho: apontar para a existência de um supressor genuíno da justificação da evidência que sustenta R , que é o enunciado Q (‘há no escritório alguém que foi sempre confiável e que afirma a S possuir um Ford’), o qual é, por sua vez, sustentado pelo enunciado P (‘Jones, que tem sido sempre uma fonte confiável e que é colega de escritório de S , disse a esse que ele, Jones, Possui um Ford’).

Já vimos que a dificuldade trazida por este contra-exemplo está no fato de todos os enunciados enumerados acima serem verdadeiros. Aqui, porém, isto não nos trará maiores problemas: basta apontarmos para a existência de um supressor efetivo; e este efetivamente existe: é o enunciado verdadeiro ‘Jones afirmou P unicamente devido ao estado de hipnose em que se encontrava’. Esse enunciado, em conjunção com o enunciado P não confirma Q quebrando a cadeia de justificação, ou seja,

suprimindo a justificação que S possuía para R . K4 não é satisfeita - novamente - e S , daí, não sabe que R .

5.6.3 O Caso do Líder dos Direitos Cívicos

Como já vimos, o contra-exemplo do ‘Líder dos direitos civis’ (ou ‘do jornal’) requer sempre uma dose de cuidado especial. Vimos que ele trouxe complicações sérias à análise proposta por Moser. Vejamos agora se a apresentada por Klein consegue safar-se melhor aqui.

Vamos, em primeiro lugar, recapitular o exemplo:

“Suponha que uma pessoa leia no jornal que um líder de direitos civis foi assassinado. A história foi escrita por um jornalista confiável o qual de fato foi uma testemunha ocular e que de fato transcreveu acuradamente o que viu. O leitor da história aceita-a e está completamente justificado em aceitar que o líder de direitos civis foi assassinado. Entretanto, com o objetivo de evitar uma explosão de ódio racial, todas as outras testemunhas concordaram em negar o assassinato e em afirmar que o líder dos direitos civis goza de boa saúde. Imagine, finalmente, que todos os que cercam a pessoa em questão tenham, além de ouvido a história, ouvido as repetidas negativas em relação ao assassinato e, então, não sabem o que aceitar. Podemos dizer que a única pessoa que, por acidente, não ouviu as negativas, sabe que o líder de direitos civis foi assassinado? A resposta parece ser que ela não sabe.”²⁸⁹

Em primeiro lugar, podemos notar que S está justificado em crer que p (‘o líder dos direitos civis foi assassinado’), já que possui evidência suficiente para sustentar p e esta evidência não é derrotada. Como já vimos, ao analisar este caso frente a PK, existe um outro enunciado, f (‘todos os demais jornalistas, baseados nas testemunhas, afirmaram que não houve assassinato algum’), que é verdadeiro, mas que tem a evidência que lhe sustenta (‘as testemunhas afirmam que não houve assassinato

²⁸⁹ LEHRER, K. *Theory of Knowledge*, p. 140.

algun', também verdadeira) suprimida por uma outra proposição verdadeira (m , 'as testemunhas estão mentindo').

Ora, a possibilidade de um supressor (no caso, f) da justificação de uma crença (p) vir a ser malsucedido (devido à existência do enunciado m) é algo previsto pela definição de Klein. Sendo assim, segundo a definição, S sabe que 'o líder dos direitos civis foi assassinado', porque foi restaurada a justificação de tal proposição, devido ao insucesso do supressor da justificação (o que é devido, por sua vez, à presença de um enunciado (as testemunhas estão mentindo) que, adicionada à contra-evidência, bloqueia o seu ataque). Cremos que esta aparente impropriedade da definição de Klein para o tratamento deste contra-exemplo não chega a implicar, porém, no fracasso da teoria por ele proposta. O sujeito epistêmico, neste caso, poderia ser acusado de desleixo intelectual, de não ter colhido informações de um modo adequado²⁹⁰, mas não de estar indevidamente posicionado em relação às evidências *que possui*. Talvez pudéssemos até fazer um requerimento mais pesado, para que chegássemos a um tratamento mais adequado: que S estivesse justificado em aceitar a evidência que torna o supressor malsucedido. Mas uma avaliação adequada desta proposta demandaria mais espaço do que aquele que dispomos aqui.

Terminamos, com isso, a primeira parte de nosso trabalho. O leitor pôde observar que, através de um tratamento conceptualmente preciso da questão, pudemos chegar a um critério sólido de sucesso de uma teoria: a capacidade de enfrentar com sucesso as inúmeras variações de casos tipo-Gettier. Esse critério sólido nos trouxe, por sua vez, duas grandes vantagens: em primeiro lugar, ao enfrentar os contra-exemplos, aprendemos mais sobre as características essenciais de um tratamento adequado da questão do conhecimento proposicional. Segundo, nos

²⁹⁰ E, a nosso ver, esta exigência, de que o sujeito epistêmico deva colher o máximo de informação possível em relação ao tópico em questão, deveria ser prevista em um tratamento completo e adequado do conhecimento. Se permanecemos com algum sentimento de estranheza diante da concessão de conhecimento para S acima, isso deve-se ao fato de percebermos que S não teve um comportamento epistemicamente adequado, os seja, que S pecou, não por ignorância, mas por falta de compromisso com a busca da verdade. Um tratamento adequado deveria, a nosso ver, prever uma *cláusula de responsabilidade epistêmica*, na seguinte forma geral: 'S realizou tudo aquilo que poderíamos dele esperar para a busca da verdade'. Mas isso é assunto para uma discussão posterior.

permitiu que nossa discussão fosse além do mero nível das intuições gerais. E podemos considerar que isso, em filosofia, nunca é pouca coisa.

Não temos, de fato, um vencedor nesta disputa; o fato de a teoria proposta por Klein ter se mostrado como um melhor tratamento da questão sobre o conhecimento proposicional, dentre aqueles aqui tratados, não garante que ela resista a qualquer outro caso de tipo-Gettier, que ou não levamos em conta ou que possa a vir a ser criado. Obviamente, porém, isto não invalida nem os nossos esforços aqui e muito menos a discussão sobre o problema, que prossegue acalorada. Mas o que é relevante destacar aqui é que de fato a discussão evolui, tal qual o que se deu aqui. Podemos afirmar agora, sem dúvida, que sabemos mais sobre o conhecimento proposicional do que sabíamos até Gettier nos legar a sua questão. Mas não só por isso o artigo Gettier merece o título de marco da epistemologia contemporânea. Também porque seu espectro ainda nos ronda.

PARTE III

JUSTIFICAÇÃO E VIRTUDE INTELECTUAL

Uma parte significativa da discussão posterior ao ensaio de Gettier manteve, como vimos, os pressupostos dominantes da epistemologia dos anos sessenta. De modo particular, mantinha-se a idéia (cara também para os epistemólogos modernos) de que a justificação epistêmica deve fazer referência, de algum modo, apenas a elementos *internos* e acessíveis ao agente epistêmico (e daí a alcunha de *internalismo* à tese), como evidências, razões, idéias, percepções, etc.

O internalismo dominante foi, porém, muito rapidamente desafiado por concepções alternativas do conceito de justificação. *Grosso modo*, as teorias emergentes defendiam que aquilo que justifica uma crença não precisa, necessariamente, estar dado na perspectiva do sujeito epistêmico. Assim, por exemplo, a ancestralidade causal da crença passa a ser considerada, e o *pedigree* desta ancestralidade passa a fornecer o critério para avaliação da crença (independentemente da possibilidade de acesso consciente, por parte do sujeito epistêmico, a qualquer característica dos

elementos na ancestralidade da crença). Estas teorias causais evoluíram, por sua vez, até posições confiabilistas (que analisaremos em nosso ensaio), consolidando a posição *externalista* em relação ao conceito de justificação.

O debate sobre o conceito de justificação se polarizou. Internalistas e externalistas apresentam novas teorias, com grau crescente de sofisticação; destacam as vantagens meta-epistemológicas de suas teorias; falham, porém, em apresentar argumentos capazes de desqualificar completamente, cada qual, a posição adversária. Deste modo, o debate permanece estacionado, já desde os anos oitenta, em uma guerra entre intuições distintas, igualmente poderosas: os internalistas apegados, por um lado, à tradicional tese de que uma explicação razoável da noção de justificação epistêmica *exige* a possibilidade de crença sobre a crença em questão (ou seja, reflexão), exige crenças de segunda-ordem capazes de identificar certas qualidades do conjunto de crenças que *S* dispõe, em *t*, qualidades como a coerência, ou a disponibilidade de uma fundamentação para a crença, ou a resistência à contra-evidências, etc; os externalistas, na trincheira oposta, lembram que nosso interesse último é o da obtenção da verdade e da eliminação do erro, que os requisitos internalistas são incapazes de conectar justificação à verdade e que a investigação epistemológica, ao se centrar sobre o nosso equipamento cognitivo, pode se beneficiar de uma frutuosa colaboração entre as ciências cognitivas e a reflexão filosófica.

Esta Parte III deste ensaio se ocupará de uma noção que debuta muito recentemente no cenário do debate epistemológico contemporâneo, a saber, a noção de *virtude intelectual*. Como veremos, porém, a nova noção não se mostrará unívoca. Encontraremos, dela, duas interpretações deveras distintas. Vamos nos deparar, num primeiro momento, com uma noção de virtude intelectual moldada na forja confiabilista, revelando-se como uma evolução do conceito tipicamente confiabilista de *processo confiável de formação de crenças*. Neste sentido, uma teoria da virtude intelectual deve ser entendida como um aprofundamento do programa confiabilista.

Neste primeiro momento, receberão destaque especial os trabalhos de Alvin Goldman e Ernest Sosa, nesta ordem. Goldman é conhecido por sua abordagem confiabilista do conceito de justificação. Acompanharemos, primeiramente, uma exposição do programa

confiabilista, seguida por uma análise da sua evolução nas últimas quatro décadas, evolução que culmina em sua transformação em uma teoria da virtude intelectual, sendo que uma ‘virtude intelectual’, aqui, será entendida, *grosso modo*, como uma evolução da noção de ‘processo confiável de formação de crenças’.

Nem todas as teorias da virtude intelectual, porém, compartilham deste pressuposto. No capítulo sétimo deste ensaio, analisaremos uma teoria que, muito diferentemente do confiabilismo, engendrará o conceito de virtude de um modo inspirado na teoria aristotélica das virtudes. Linda Zagzebski, seguindo o modelo sugerido pelo estagirita, não definirá virtudes apelando primordialmente para sua confiabilidade mas, antes, caracterizando-as como elementos que constituem, de modo profundo, o caráter intelectual do sujeito do conhecimento. Esta mudança de enfoque permitirá a abertura de uma linha inteiramente nova de investigação no campo epistemológico, uma linha que promete superar alguns dos principais problemas e impasses que têm caracterizado o debate epistemológico contemporâneo, dentre eles o impasse entre internalistas e externalistas. O leitor encontrará aqui uma reconstrução dos aspectos centrais da teoria, seguida por uma avaliação do seu alcance.

CAPÍTULO 6 – CONFIABILISMO E VIRTUDE INTELECTUAL

Como adiantado na Introdução deste ensaio, neste capítulo o leitor encontrará uma investigação sobre o primeiro dos dois grandes grupos das assim denominadas teorias da virtude intelectual, a saber, aquele grupo que denominaremos de teorias “confiabilistas” da virtude intelectual. Como veremos mais detalhadamente, o confiabilismo se estabelece, no final dos anos setenta, como uma das mais influentes teorias da justificação; mais especificamente, o confiabilismo se consolida como a mais importante teoria externalista da justificação e, deste modo, passa a ser o alvo de boa parte dos ataques dos defensores do internalismo. Três destes ataques serão de particular interesse, enquanto a tentativa de resposta a tais problemas (o problema da Meta-Incoerência, o Novo Problema do Demônio Maligno e o problema da generalidade) provocou a incorporação do conceito de “virtude” ao arsenal teórico confiabilista. O leitor encontrará aqui uma exposição desta evolução do confiabilismo original para uma teoria da virtude. Poderá, ainda, paralelamente, acompanhar algumas críticas a esta teoria.

6. O Confiabilismo como Alternativa ao Internalismo

6.1 Confiabilismo e Internalismo

O confiabilismo surge no debate epistemológico como uma reação ao internalismo, tanto fundacionista quanto coerentista. As razões para o rompimento com a tradição internalista podem ser localizadas já no ensaio confiabilista seminal, “What Is Justified True Belief?”²⁹¹, publicado em 1979. Neste ensaio, Alvin Goldman – o confiabilista primevo²⁹² - já atacava algumas teses centrais do internalismo. Vejamos, por exemplo, a seguinte passagem:

“(...) Muitas vezes se assume que, sempre que uma pessoa tem uma crença justificada, ela sabe que a crença é justificada e sabe qual é a justificação. Segundo essa visão, uma justificação é um argumento, uma defesa ou um conjunto de razões que podem ser dadas a favor de uma crença. Dessa forma, estuda-se a natureza da crença justificada considerando o que uma pessoa poderia *dizer* se fosse solicitada a defender ou justificar sua crença. Não faço nenhum desses tipos de pressuposição aqui. Se, quando uma crença é justificada, aquele que crê *sabe* que ela é justificada, será deixado como questão aberta. Também fica aberta a questão de se, quando a crença é justificada, aquele que crê pode *enunciar* ou *dar* uma justificação para ela. Eu nem sequer vou assumir que, quando uma crença é justificada, há alguma coisa “possuída” por aquele que crê, algo que poderia ser chamado de “justificação”.²⁹³

Pelo menos duas teses centrais do internalismo aparecem aqui sob fogo cerrado. Primeiramente, Goldman dispensa o sujeito conhecedor de qualquer tipo de crença *sobre* o processo de justificação, mesmo que

²⁹¹ GOLDMAN, Alvin I. “What Is Justified True Belief?”. In. PAPPAS, G. S. (Ed.). *Justification and Knowledge*. Dordrecht: D. Reidel, 1979, p. 1-23.

²⁹² Podemos, eventualmente, encontrar intuições que poderiam ser classificadas como confiabilistas em autores anteriores. Nenhum deles, porém, parece ter desenvolvido de modo substancial uma teoria confiabilista da justificação, antes de Goldman.

²⁹³ *Id.*, p. 2

condicionalmente²⁹⁴. Mais do que isso, ele nega a idéia de que o que confere justificação a uma crença tem que ser imediatamente *acessível*²⁹⁵ ao sujeito conhecedor.

O rompimento com estas duas pressuposições são suficientes para caracterizar um rompimento com o internalismo. Como alternativa, Goldman propõe o seu *confiabilismo histórico* (ou *genético*), inspirado nas teses seguintes:

- (T1) A tarefa do confiabilismo consiste em especificar, em termos não epistêmicos, quando uma crença é justificada.
- (T2) Esta tarefa será cumprida através da *descrição* – não da *prescrição* – dos nossos padrões comuns de justificação.
- (T3) Uma crença deve ser considerada justificada quando ela é produzida por um ou mais processos que costumam produzir mais verdades do que falsidades (ou seja, quando é produzida por um conjunto de processos *confiáveis*)
- (T4) O sujeito conhecedor é dispensado de qualquer crença de segunda ordem²⁹⁶ sobre este processo confiável.

Devemos analisar mais cuidadosamente este resumo do programa confiabilista. Em primeiro lugar, voltemos ao rompimento com o internalismo. Tradicionalmente, um internalista procurará especificar as condições para a justificação em termos do que é, por exemplo, ‘claro’, ‘evidente’ ou ‘certo’, para o sujeito epistêmico – todos termos epistêmicos, obviamente. Como (T1) indica, Goldman considera este pressuposto - tipicamente internalista - inadequado. Inspirado pelo espírito do naturalismo epistemológico²⁹⁷, ele pretende apresentar uma definição de

²⁹⁴ O internalista, em geral, como vimos, não exige crença *atual* naquilo que justifica uma crença em questão. Ele exigirá, apenas, que o sujeito conhecedor, por exemplo, *seja capaz* de acessar aquilo que justifica a crença.

²⁹⁵ Richard Feldman e Earl Conee sustentam que a acessibilidade é apenas uma das alternativas para apresentação da tese internalista. A outra consiste no que é denominado por eles de “mentalismo”, que consiste na sugestão de que o que caracteriza uma teoria como internalista é a asserção de que “justificação é determinada inteiramente por fatores mentais ocorrentes” (p.2). (FELDMAN, R. & CONEE, E. “Internalism Defended”. *American Philosophical Quarterly*, Vol. 38, N.1, Janeiro 2001, p. 1 – 17)

²⁹⁶ Crenças de segunda ordem são aquelas crenças que têm como objeto outras crenças.

²⁹⁷ Deve-se cuidar, porém, com uma aproximação entre o projeto goldmaniano e a proposta quineana de naturalização. Goldman, por exemplo, discorda da idéia quineana da absorção da epistemologia pela psicologia, assim como do suposto caráter meramente

justificação que faça apelo apenas a propriedades *naturais*, não-epistêmicas. Estas propriedades naturais se nos aparecem quando descrevemos os processos de aquisição de crença, os processos e métodos *efetivamente* utilizados pelos indivíduos para a aquisição de crenças. Isto, por sua vez, nos remete para (T2). Enquanto a tradição internalista, fortemente normativista, pretende apresentar um conjunto de requisitos que prescrevem a situação em que o sujeito epistêmico *deve* se encontrar para que esteja justificado em relação a uma crença, o confiabilismo introduzirá apenas *indiretamente* o normativismo na epistemologia – de um modo que analisaremos posteriormente.

É (T4), porém, que marca, de modo definitivo, a separação entre internalistas e confiabilistas. Como já mencionamos, o internalista, freqüentemente, define justificação se valendo de outros conceitos epistêmicos ('clareza', 'certeza', 'coerência', etc.). Seguindo uma tradição que remete pelo menos até Descartes, o internalista considera que quando uma crença (ou conjunto de crenças) possui certo tipo de qualidade especial (quando ela é 'clara', 'evidente', 'coerente', etc.), isto se mostra à razão do sujeito epistêmico. No empirismo lockeano, por exemplo, conhecimento "não é outra coisa senão *a percepção da conexão e do acordo, ou da oposição e desacordo em quaisquer das nossas idéias*"²⁹⁸. Para o internalista, seguindo tal intuição, o sujeito epistêmico sempre poderá ter acesso (na terminologia lockeana, *percepção*) àquilo que, em última análise, justifica uma crença ocorrente²⁹⁹. Mais do que a exigência de que aquilo que justifica a crença seja interno ao sujeito epistêmico (algo que o confiabilista pode aceitar), a característica que une as diversas formas de internalismo é a exigência da acessibilidade. E é esta exigência que (T4) dispensa.

descritivo da epistemologia. Uma investigação sobre as relações entre o projeto Goldmaniano e o naturalismo pode ser encontrada em DUTRA, Luiz H. "Normatividade e Investigação". *Principia* – Revista Internacional de Epistemologia, v. 1, n. 1, 1997, p. 7-55.

²⁹⁸ LOCKE, John. *Ensaio Sobre o Entendimento Humano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999, p. 719. (Livro IV, Cap. I).

²⁹⁹ Uma crença é 'ocorrente', como vimos nos capítulos anteriores, quando ela é dada, efetivamente, para o sujeito epistêmico, num dado instante. Tomemos, porém, a proposição ' $1734,6 + 789,3 = 2523,9$ '; você, provavelmente, nunca se ocupou dela anteriormente. Dada sua formação em aritmética, porém, você creia justificadamente no resultado da adição, se dela tivesse se ocupado. Esta crença *disposicional* está justificada para os que dominam as operações aritméticas. Esta justificação dispensa, certamente, a posse de crença de segunda ordem sobre a crença em questão.

(T3), por sua vez, resume a teoria da justificação confiabilista. Vamos, agora, proceder a uma exposição desta teoria da justificação, ressaltando os aspectos da sua transformação ao longo de três fases: a primeira versão, aquela que aparece em *What is Justified True Belief?*, a segunda, a de *Epistemology and Cognition*³⁰⁰, por fim, aquela que interessa de modo particular à nossa investigação, aquele confiabilismo que incorpora a noção de virtude, em *Liaison: Philosophy Meets the Cognitive and Social Sciences*³⁰¹.

6.1.1 A Primeira Fase: O Confiabilismo Histórico

Como já indicamos, o confiabilismo nasce como uma reação às teorias internalistas da justificação – ou, como Goldman as denominou, como uma reação às teorias “cartesianas” da justificação. Não se trata, certamente, do primeiro ataque ao internalismo; o próprio Goldman, dentre outros³⁰², já havia defendido uma teoria da justificação explicitamente externalista, uma teoria *causal* da justificação³⁰³. Àquela altura, Goldman imaginava que o que permitia a instalação do problema de Gettier era a falta de uma conexão causal entre o fato que torna *p* verdadeira e a crença do sujeito epistêmico em *p*. A atenção àquilo que causa a crença será um legado das teorias causais anteriores para o confiabilismo. Mas, o modo como isto será incorporado às abordagens confiabilistas da justificação mostrará um grau de sofisticação teórica muito superior – e variará significativamente ao longo da obra goldmaniana.

O já mencionado “What is Justified Belief?” se torna um marco na literatura externalista exatamente por fornecer um tratamento absolutamente novo para o papel das relações causais na discussão sobre

³⁰⁰ GOLDMAN, Alvin. *Epistemology and Cognition*. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

³⁰¹ GOLDMAN, Alvin. *Liaisons: Philosophy Meets the Cognitive and Social Sciences*. Cambridge: The MIT Press, 1991.

³⁰² Por exemplo, ARMSTRONG, D. M., *Belief, Truth and Knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press, 1973. DRETSKE, F. “Conclusive Reasons”. *The Australasian Journal of Philosophy* 49: 1-22, 1971.

³⁰³ Em “A Causal Theory of Knowing” (*The Journal of Philosophy*, 64, 12, 1967, p. 355-372). (reimpresso em PAPPAS & SWAIN (eds). *Essays on Knowledge and Justification*, New York: Cornell University Press, 1978).

o conceito de justificação. Enquanto nas versões ancestrais das teorias causais o que era necessário para o conhecimento era a existência da conexão causal entre um dado evento e a crença causada por este evento, no confiabilismo - teoria que nasce com este ensaio - será exigido, antes, que o processo causador da crença apresente o traço da *confiabilidade*, ou seja, a *tendência* para produzir mais verdades do que falsidades. Isto representará uma vantagem clara: o confiabilismo pode facilmente se desvencilhar daqueles casos em que a crença é causada por um processo como um raciocínio inválido, por exemplo. Nestes casos, evidentemente, não estaremos dispostos a considerar a crença assim produzida como justificada. A mera referência ao processo causador da crença é, porém, insuficiente para explicar as razões disto. É necessário que atentemos para as *características* do processo. Em particular, é necessário que nos demos conta da sua não-confiabilidade.

Um segundo aspecto é a necessidade de apresentarmos uma explicação para o fato de considerarmos uma crença como *mais justificada* do que outra. Isto, novamente, não pode ser explicado pela simples referência às causas das crenças. Precisamos, novamente, considerar a confiabilidade dos processos causadores, comparando-os.

6.1.1.1 O Conceito de Confiabilidade

O que significa, antes de mais nada, a noção de “processo confiável”? A resposta a esta questão será particularmente importante para nosso ensaio, já que ela nos revelará o caminho para acompanharmos a evolução do confiabilismo até a inclusão da noção de virtude, objeto último de nossa investigação. Vejamos, pois, como Goldman engendra, na sua primeira versão, o conceito.

Já foi mencionado que a confiabilidade consiste, em primeiro lugar, em uma tendência, por parte do processo que produz uma crença em questão, para a produção de verdades. Mas mais deve ser dito: primeiro, que confiabilidade pode ser medida em graus; um processo pode ser mais confiável do que outro, isto se nele a tendência para a produção de verdades é mais acentuada. Segundo, que para a justificação não é exigida confiabilidade perfeita, isto é, que a totalidade das crenças produzidas por um dado processo seja verdadeira para que as crenças sejam consideradas

justificadas. Estas são observações nada problemáticas; vejamos, porém, alguns outros pontos, não tão pacíficos assim.

Quando podemos tomar um processo como confiável? Goldman não apresenta um ponto de corte a separar os processos confiáveis dos não-confiáveis; tomemos, por exemplo, as crenças formadas pela visão. Nós consideramos a visão um processo confiável de formação de crenças quando a tomamos em certas condições como, por exemplo, as de boa iluminação e de distância adequada. Mas quantos lúmens devemos exigir para que a iluminação seja “boa”? Quantos metros para que a distância seja “adequada”? Em que momento a visão passa a ser suficientemente confiável para que as crenças dela resultante passem a ser tomadas como justificadas? A teoria é vaga neste sentido, como o próprio Goldman reconhece³⁰⁴.

O que é, efetivamente, um “processo formador de crenças”? Trata-se da descrição de um modelo (um *type*) que inclui um conjunto de dados de entrada e o dado de saída (a crença), mediados por um conjunto de eventos intervenientes a uni-los. As entradas podem ser de vários tipos: crenças (no caso dos raciocínios e da memória), percepções (no caso dos processos de percepção)³⁰⁵, estados emocionais, etc.³⁰⁶ O importante é considerar que todas estas distintas entradas geram crenças na saída, e que todos os diferentes processos são, por isso, sujeitos a uma qualificação estatística da quantidade de crenças verdadeiras na saída, para cada conjunto de dados de entrada (ou seja, estão sujeitos a uma qualificação de sua confiabilidade).

³⁰⁴ Esta vaguidade está na base do Problema da Generalidade, que será discutido mais adiante.

³⁰⁵ Goldman, de modo hesitante, restringe a extensão dos processos a eventos no interior do sistema nervoso do sujeito conhecedor. Fornece, porém, a nosso ver, uma razão excelente para tal escolha: “a justificação parece ser uma função de como o sujeito conhecedor lida com as entradas do ambiente (...) Uma crença justificada é, *grosso modo*, aquela que resulta de operações cognitivas que são, de modo geral, boas ou bem sucedidas. Mas operações “cognitivas” são mais plausivelmente entendidas como operações das faculdades cognitivas, isto é, como equipamento “processador de informações” *interno* ao organismo” (“What is Justified Belief?”, p. 12-13).

³⁰⁶ Goldman distingue os processos *dependentes de crenças* daqueles *independentes de crenças*. No primeiro caso, as entradas são crenças. Neste caso, considera ele, devemos exigir que a crenças de entrada sejam verdadeiras.

Os dados de entrada de um processo podem, por sua vez, ser dados de saída de um outro processo. Por exemplo, podemos raciocinar a partir de premissas dadas pela memória. Neste caso, a confiabilidade do último processo é insuficiente. Devemos considerar *toda* a história da formação da crença. Em outros termos, podemos descrever um processo que é, na verdade, complexo, sendo constituído por diversos sub-processos de formação de crenças. Neste caso, devemos investigar a confiabilidade de *cada um* dos sub-processos.

Isto reforça ainda mais o caráter *histórico* do confiabilismo. A justificação da crença depende da sua origem, e não apenas da sua relação, no instante t , com o conjunto de crenças do sujeito epistêmico (como é sustentado, segundo Goldman, pelas teorias tradicionais da justificação, internalistas). Daí o título de *confiabilismo histórico* atribuído por Goldman à sua teoria³⁰⁷.

Esta apresentação do confiabilismo é suficiente, por ora. Vamos, partindo dela, acompanhar dois aspectos mais diretamente relacionados ao objeto de nosso estudo neste ensaio: primeiramente, veremos como o confiabilismo histórico (a versão de *What Is Justified Belief?*) se desenvolverá na direção de um projeto epistemológico bem mais amplo do que uma mera teoria da justificação; depois disso, veremos como este mesmo projeto incorporará a noção de *virtude intelectual*.

6. 2 Epistemologia e Cognição

Enquanto “What is Justified Belief?” é um ensaio sobre a justificação epistêmica, o estudo publicado por Goldman em 1986, *Epistemology and Cognition*, tem um objetivo bem mais ambicioso, enunciado já no início de sua *Introdução*: “redirecionar e reestruturar o campo da epistemologia”.³⁰⁸ A epistemologia renovada, preocupada tanto com os aspectos individuais quanto com os aspectos sociais do conhecimento, será marcada pela cooperação intensa com as ciências – sem que, com

³⁰⁷ A epistemologia moderna e a contemporânea, pelo menos até o ensaio de Edmund Gettier, são amplamente dominadas por uma concepção internalista da justificação. Goldman lembra, porém, que a teoria platônica da reminiscência “é um bom exemplo de uma teoria genética do conhecimento” (“What is Justified Belief?”, p. 14).

³⁰⁸ GOLDMAN, Alvin. *Epistemology and Cognition*. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

isso, sejam abandonadas as pretensões normativistas tradicionalmente atribuídas à epistemologia. Seguindo o programa já estabelecido em 1979, porém, tais pretensões serão estabelecidas através do apelo à conexão entre nosso “equipamento cognitivo” e a verdade.

O “redirecionamento” dos trabalhos em epistemologia pode ser entendido, pois, num primeiro momento, como um rompimento com a tradição anti-psicologista pós-fregeana. Como vimos, já em 1979 Goldman considerava que elementos da vida psicológica do sujeito epistêmico eram relevantes: o grau de confiabilidade dos processos internos de formação de crenças determina o grau de justificação da crença em questão. O estudo empírico destes processos, então, ele conclui, é algo evidentemente relevante para a epistemologia.

O “redirecionamento” da epistemologia se dá também em outra direção, já indicada: o afastamento do internalismo. Como vimos, já em 1979 Goldman assumia que - mesmo considerando os processos formadores de crenças como *internos* ao sujeito epistêmico - o requisito de acessibilidade poderia ser dispensado. A justificação de uma crença independe da disponibilidade de crenças sobre esta crença ou de crenças sobre o processo formador desta crença.

Estas duas suposições - a dispensa do requerimento da acessibilidade e a cooperação com as ciências empíricas - já haviam sido assumidas em 1979. Fica estabelecida, pois, a continuidade do projeto confiabilista: *Epistemology and Cognition* pode ser compreendido como um desenvolvimento de teses já presentes em “What is Justified Belief?” Muitas novas teses, porém, serão incorporadas.

6.2.1 Justificação e as Regras-J

Começemos analisando o tratamento, em *Epistemology and Cognition*, do conceito de justificação. Como poderíamos esperar, a abordagem do conceito seguirá, em linhas gerais, o programa anunciado em “What is Justified Belief?”, aí incluídos o rompimento com o internalismo e o papel central da noção de confiabilidade. Há, porém, desenvolvimentos que merecem nossa atenção.

A abordagem da justificação no ensaio de 86 - e temos aqui algo de novo, em relação ao ensaio de 79 - é elaborada numa perspectiva de um

conjunto de regras. Há três razões para a preocupação com a elaboração desta estrutura: primeiramente, a noção de regra permite a explicitação do caráter normativo da justificação, pois “chamar uma crença de justificada implica que ela é uma atitude doxástica *apropriada*, uma em relação a qual o [sujeito] conhecedor tem autorização ou direito epistêmico”³⁰⁹. Em segundo lugar, a estrutura de regras fornece, de um modo que será visto, uma estrutura neutra para a classificação de diferentes intuições sobre o conceito de justificação. Em terceiro lugar, a estrutura de regras permite um “paralelo instrutivo entre avaliação epistêmica e avaliação social e moral”, o que permite maior clareza na identificação dos problemas e das consequências de uma posição assumida³¹⁰.

Vejamos como isto pode ser efetivamente realizado. Para tal, vejamos a seguinte definição de justificação, proposta por Goldman:

(P3) A crença de S em p em t é justificada se e somente se

A crença de S em p em t é permitida por um sistema correto de Regras-J, e

Esta permissão não é desqualificada [*undermined*] pelo estado cognitivo de S, em t.

Vamos nos deter em uma análise mais cuidadosa de (P3). Em primeiro lugar, podemos observar como a expectativa normativista é incorporada à definição: através da noção de “permissão”³¹¹. É importante que notemos como esta noção implica apenas em uma versão “fraca” de normativismo. Um normativismo “forte” – como o é, habitualmente, o internalista – consideraria que regras *devem* ser cumpridas³¹² (a noção de “dever” é, obviamente, mais forte do que a de “permissão”). (P3) não exige isto. Mais, (P3) não exige qualquer grau de ciência, por parte do sujeito conhecedor, das regras de justificação; basta que sua ação não seja proibida pelas regras. O caráter externalista da

³⁰⁹ *Epistemology and Cognition*, p. 59.

³¹⁰ Veremos, no capítulo sétimo, uma teoria que deriva a avaliação intelectual da avaliação moral.

³¹¹ Encontramos, aqui, uma distinção significativa entre o projeto Goldmaniano e o naturalismo, ao menos o naturalismo quineano: os aspectos prescritivos têm seu lugar garantido na epistemologia confiabilista.

³¹² Ao menos para crenças ocorrentes, ou seja, aquelas crenças dadas atualmente, num instante *t*, na consciência do sujeito conhecedor.

teoria goldmaniana fica mantido, enquanto a exigência de acessibilidade (no caso, do acesso, por parte de S, ao conjunto de Regras-J) continua sendo dispensada. As crenças de S no instante t são importantes apenas indiretamente, do modo previsto na cláusula (b)³¹³.

As intuições implícitas nesta definição já haviam sido assumidas por Goldman no ensaio de 79. Mas (P3) merece atenção por pelo menos mais uma razão. Como o leitor pode perceber, ela não nos fornece uma *explicação substancial* da justificação epistêmica (algo que Goldman se propôs a oferecer); antes, ela fornece apenas uma definição formal da justificação. Temos, então, paralelamente, que oferecer uma explicação a duas questões “substanciais”: *quais* as regras de justificação (as Regras-J) aceitáveis e *porque* estas Regras-J são aceitáveis?

Quais, pois, as Regras-J aceitáveis? Goldman não aceita que tal questão mereça *uma única* resposta. Ele assume que não existe um único sistema correto de Regras-J que possa fornecer justificação para uma crença, mas, antes, que “poderiam existir diferentes sistemas de Regras-J, e cada um deles poderia estar correto, quando julgado por um único critério de correção”³¹⁴.

Esta resposta, tomada isoladamente, poderia conduzir a uma forma danosa de relativismo, que Goldman prontamente evita. Dada a existência de um critério objetivo de correção das Regras-J (que é, efetivamente, a confiabilidade, diretamente relacionada à verdade³¹⁵), qualquer forma extremada de relativismo e de subjetivismo³¹⁶ é evitada³¹⁷.

³¹³ Discutiremos a cláusula (b) de (P3) mais adiante.

³¹⁴ *Epistemology and Cognition*, p. 70.

³¹⁵ Goldman assume compromisso com uma concepção realista do conceito de verdade. (confira, por exemplo, o capítulo 7 de *Epistemology and Cognition*).

³¹⁶ O subjetivismo é rejeitado em relação ao estabelecimento de um critério para a correção das Regras-J; ele fica mantido, porém, para a justificação: aquilo que justifica (enquanto permitido por um conjunto de Regras-J) está, exclusivamente, no âmbito do sujeito. Isto caracteriza a abordagem goldmaniana da justificação, em seus próprios termos, como uma abordagem *intrapessoal* (cf. *Epistemology and Cognition*, p. 74-80).

³¹⁷ Podemos imaginar que os métodos de aquisição de crenças elaborados por uma cultura sejam distintos dos métodos de outra cultura. Isto não implica, porém, que possamos apelar para as diferenças culturais para, assim, sustentar a correção de tais métodos. A ligação entre confiabilidade e verdade inviabiliza esta tentativa: um método pode, mesmo

Voltemos, porém, à investigação sobre o caráter das Regras-J. Poderíamos, primeiramente, postular que um conjunto aceitável de Regras-J fosse o conjunto das regras válidas de dedução. Goldman apresenta um argumento contra a utilização da Lógica como um critério para avaliação das regras de justificação,³¹⁸ como segue. Suponha que Claude acredita em uma proposição (que vamos tomar como justificada) x , e que x implica y , através de uma implicação válida, mas muito sofisticada. Claude é incapaz de perceber a validade da implicação e não dispõe de qualquer testemunho autorizado sobre sua validade. A despeito disso, ele crê em y . Se aceitamos a Lógica como critério exclusivo para a correção das Regras-J, e já que x efetivamente implica y , então devemos aceitar que y está justificada para Claude - o que é claramente contra-intuitivo.

Isto ocorre porque a Lógica, como bem lembra Goldman, é incapaz de dizer o que quer que seja sobre a *transição* de uma crença para outra; de modo particular, “ela não põe restrições sobre como a transição é feita. Ela não requer que o conhecedor entenda porque a inferência é válida, nem que veja a conexão entre premissas e a conclusão. Ela não faz restrições ao *processo* para se chegar à crença final, nem restrições à trajetória causal através da qual a crença é formada”.³¹⁹

Esta observação remonta aos postulados assumidos por Goldman em 79. A justificação de uma crença depende da sua origem causal, de quais processos causaram a crença. Assim, alguns argumentos válidos podem servir como Regras-J corretas, mas apenas se o argumento é tal que a crença na sua conclusão não é um ato epistemicamente

no interior de uma cultura, mostrar-se não-confiável, ou pode se mostrar menos confiável do que outro método.

³¹⁸ Na verdade, ele propõe dois argumentos. Um deles é, porém, pelo menos parcialmente inadequado. Ele supõe que, se um sujeito conhecedor, digamos S , crê em q e em $q \rightarrow p$, ele não necessariamente precisa crer em p , isto porque p pode ser *indesejável por outras razões*. p pode, por exemplo, ser absurdo, dadas as coisas como são. Pode implicar, por exemplo, que S não tem uma cabeça. Vamos supor, porém, que q seja, efetivamente, verdadeiro. Neste caso, poderíamos, conceder, S *deve* crer em p . Goldman lembra, porém, que nem sempre é o caso de que as premissas são verdadeiras. A observação é pertinente, mas, a nosso ver, não é capaz de sustentar a inadequação de um critério de correção para Regras-J baseado na noção de validade; mostra apenas que este não poderia ser o *único* critério. Precisariamos, pelo menos, de mais um critério, para explicar a justificação das premissas, independentemente do uso de argumentos válidos.

³¹⁹ *Epistemology and Cognition*, p. 84-5.

irresponsável. Podemos esperar isto apenas quando se trata de argumentos muito simples. Apenas estes casos podem ser caracterizados como representando “uma operação cognitiva primitiva, fundamental”³²⁰ e, por isso, podemos imaginar que os indivíduos – mesmo os ignorantes em Lógica – não crêem de modo irresponsável no resultado da dedução. Argumentos válidos muito complexos não dispõem desta qualidade, ao menos para os não-iniciados. Eles não são “óbvios” o suficiente, diria o neófito em Lógica. Eles não são psicologicamente básicos, diria Goldman.

Argumentos válidos complexos podem, porém, certamente, produzir crenças justificadas. Para isto, basta que a situação em que se encontrava Claude seja evitada, ou seja, que aquele que utiliza os argumentos efetivamente domine as regras de dedução – o que, relembramos, não era o caso de Claude.

Podemos, agora, introduzir uma distinção importante: a distinção entre *métodos* e *processos*. Um “processo” é um processo psicológico básico; um “método” é um dos “diferentes tipos de algoritmos, heurísticas ou metodologias passíveis de serem aprendidas”³²¹. Esta distinção levará Goldman a identificar dois diferentes níveis de justificação: justificação *primária* e justificação *secundária*. A primeira é objeto da *epistemologia primária*, que investiga os processos que garantem a justificação *primária*; a segunda é objeto da *epistemologia secundária*, que investiga os métodos adquiridos, que fornecem justificação *secundária*. A justificação primária é fundamental por diversas razões: primeiro, como o caso de Claude nos fez ver, um método, para conferir justificação, não precisa apenas ser correto; ele precisa, também, ser corretamente adquirido – e um método é adquirido a partir de processos. Em segundo lugar, como Goldman bem nota, porque

“questões de justificabilidade completa devem tratar não apenas da questão sobre como métodos são adquiridos quando eles *são* adquiridos, mas também porque eles *deixam* de ser adquiridos mesmo quando eles estão disponíveis. Se o conhecedor dispõe de inúmeras oportunidades para adquirir certos métodos corretos mas deixa de fazer isto, a sua posterior falha ao utilizar este

³²⁰ *Epistemology and Cognition*, p. 89.

³²¹ *Idem*, p. 93.

método pode tornar suas crenças subsequentes injustificadas. Aqui a falha na utilização dos métodos apropriados não é uma falha no nível dos métodos, mas antes uma falha no nível dos processos. Os processos são defeituosos porque eles falham em adicionar ao repertório cognitivo coisas que deveriam ser adicionadas.”³²²

Esta passagem deve ser analisada cuidadosamente. Devemos notar, em primeiro lugar, uma flutuação importante. Já observamos, anteriormente, a forma como o projeto goldmaniano se compromete com o normativismo; vimos como em (P3) ele é estabelecido em termos de *permissão*. A parte final do excerto, porém, revela algo de diferente: a noção de *dever*. Somos culpáveis se um dos processos que compõem nosso repertório cognitivo falha. Mas a falha aqui não consiste em uma falha relativa à confiabilidade, mas em uma falha na construção do aparato cognitivo (uma falha que, aparentemente, só poderia ser constatada quando comparamos o sistema cognitivo defeituoso com um sistema que nos serve de padrão); por que, pois, o sujeito conhecedor deveria ser culpável em termos da justificação da crença (já que a noção de justificação avalia apenas a confiabilidade)? Algo deveria, pois, ser adicionado para que tivéssemos um tratamento adequado da justificação (ao menos da justificação secundária, a justificação no nível dos métodos). Goldman parece não se ter dado conta disso. Voltaremos a esta questão em momento mais oportuno, mas sua relevância fica estabelecida.

A distinção entre métodos e processos torna aparente a estrutura da teoria goldmaniana: uma hierarquia sustentada, na base, por processos cognitivos básicos. No topo, os métodos, sofisticados e adquiridos. Entre os dois andares, um intermediário, composto por processos que produzem novos métodos, que permitem a aquisição de métodos ou que permitem a seleção, em cada caso, do método mais adequado; esta camada intermediária é composta pelos *processos de segunda ordem*.

A questão sobre o critério de correção para as Regras-J deve ser, agora, retomada e ampliada. Não precisamos mais, apenas, de *um* critério, mas de *três*: um critério para a avaliação de processos de primeira ordem, um para processos de segunda ordem e um para métodos.

³²² *Epistemology and Cognition*, p. 93-4.

Podemos esperar, porém, que estes critérios sejam passíveis de unificação: já adiantamos a opção de Goldman por um critério confiabilista de correção; talvez a confiabilidade possa fornecer um critério adequado também para a correção de processos de segunda ordem e de métodos.

Vamos nos restringir, neste momento, ao problema do critério para a justificação primária (Justificação P), que envolve apenas os processos (que não são adquiridos socialmente). Goldman propõe alguns candidatos:

- (C1) R é um sistema de regras derivável da lógica (e da teoria das probabilidades).
- (C1*) R é o sistema de regras que seria escolhido por alguém que acreditasse em todas as verdades lógicas (e da teoria das probabilidades), mas que ignorasse todos os fatos contingentes.
- (C2) R é o sistema de Regras-J aceito pelos participantes do dado jogo de linguagem do sujeito conhecedor (Wittgenstein).
- (C2*) R é o sistema de Regras-J aceito pelos membros da matriz disciplinar do sujeito conhecedor (Kuhn).
- (C2**) R é o sistema das Regras-J aceito pelo conjunto de pares do sujeito conhecedor (Rorty).
- (C3) A conformidade com R garantiria um conjunto coerente de crenças.
- (C4) R permite atitudes doxásticas proporcionais à força da evidência do sujeito conhecedor.
- (C5) A conformidade com R maximizaria o número total de crenças verdadeiras que um conhecedor poderia obter.³²³

(C1) e (C1*) devem ser rejeitados como critérios de correção, primeiramente devido à sua limitação. O apelo à lógica é incapaz de garantir um critério adequado para crenças provenientes da percepção ou

³²³ *Epistemology and Cognition*, p. 66.

da memória. Além disso - e mais significativamente - o caso de Claude já nos mostrou que podemos acreditar em verdades lógicas *sem* que tenhamos para isso justificação.

O segundo conjunto de candidatos, composto por (C2), (C2*) e (C2**), é inaceitável exatamente por conta daquelas razões que levaram Goldman a evitar o relativismo: ele simplesmente considera que o mero apelo à comunidade é algo muito fraco. Sendo assim, “porque devemos assumir que o que é aceito como algo capaz de conferir justificação pelos membros de uma comunidade particular é realmente capaz de conferir justificação? Não poderia tal comunidade estar errada?”.³²⁴ Este argumento nos parece ser suficiente para eliminar as formas mais simplórias de relativismo. Se ele é capaz de sozinho derrotar propostas como as de Rorty e Kuhn é algo de que não nos ocuparemos, por questões de escopo.

Porque (C3) deve ser rejeitado como candidato a critério? Goldman se vale, para uma resposta à questão, de uma estratégia bem conhecida: um sistema de crenças pode ser perfeitamente coerente e, simultaneamente, algumas ou mesmo todas as crenças do sistema podem ser falsas³²⁵. Não é difícil imaginar tal conjunto de crenças, por exemplo, na mente de um psicótico ou, num exemplo menos extremado, entre teorias científicas atualmente desacreditadas, mas que são, muito possivelmente, internamente coerentes.

Agora, (C4). Goldman denomina à tese subjacente a este candidato a critério de correção *proporcionalismo evidencial* (*evidence proportionalism*). Ele reconhece que, ao se opor a esta tese, se opõe a uma “sólida tradição sobre a natureza da justificação”³²⁶, que consiste na idéia de que “justificação consiste na adequação entre o grau de crença em uma hipótese e o peso da evidência [disponível]”³²⁷. Esta tradição é, como Goldman bem nota, incompatível com uma teoria que considera os processos de aquisição de crenças como decisivos para a justificação (já que o evidencialismo não se importa, segundo ele, com origem das

³²⁴ *Id.*, p. 68.

³²⁵ Este é o conhecido *Problema do Isolamento*.

³²⁶ *Epistemology and Cognition*, p. 89.

³²⁷ *Ibidem*.

evidências³²⁸). Além disso, ela não poderá abrir mão do requisito da acessibilidade, como o fez o confiabilismo: o sujeito conhecedor, aqui, precisa do acesso às evidências disponíveis, para ele, para que esteja justificado em crer em uma dada crença ocorrente.

Goldman propõe duas modalidades de crítica ao evidencialismo. A primeira delas consiste em um ataque à tese de que o sujeito conhecedor tem disponível uma escala para classificação das evidências. A segunda consiste na tentativa de demonstração da insuficiência da tese evidencialista.

Começemos com a segunda estratégia. Para realizá-la, Goldman procura demonstrar a possibilidade de um sujeito conhecedor, S , dispor de evidência adequada para a justificação de p , sendo que tal evidência não é, porém, utilizada para a justificação de p . Para tal, basta que S não compreenda adequadamente a relação entre a evidência disponível e a sua capacidade de sustentar a crença em p . Goldman propõe o seguinte exemplo, a título de esclarecimento. Vamos supor que um detetive investiga um crime e que ele dispõe de uma lista com sete suspeitos; vamos supor, ainda, que a evidência disponível aponte para a culpa de um dos suspeitos em particular (e suponha que as evidências apontem para isto com base em um “algoritmo para avaliação de evidências”, que indica uma chance de acerto de 85%). O detetive crê que o dado suspeito tem 85% de chances de ser o culpado, mas chega a este resultado não devido ao uso do algoritmo, mas devido a um palpite qualquer. Se isto ocorre – conclui Goldman, corretamente – o detetive não está justificado em sua crença (a despeito da evidência disponível para tal), e isto enquanto não se utilizou do método adequado para a utilização destas evidências, o algoritmo indicado acima.

Uma consideração emergirá imediatamente após a apresentação deste caso: dado que o detetive não utilizou, efetivamente, o algoritmo,

³²⁸ A suposição goldmaniana não é, a nosso ver, correta. Um evidencialista defende, *grosso modo*, que a justificação é resultado da avaliação do peso das evidências e contra-evidências atualmente disponíveis para o sujeito conhecedor. Se o sujeito conhecedor dispõe de informações sobre a origem da crença em disputa, e se estas informações desabonam a crença, isto será contado como contra-evidência – e será, certamente, considerado na avaliação. O tratamento evidencialista para a série de casos de tipo-Gettier conhecidos como *Tom Grabit* são bons exemplos de como a origem da crença pode ser relevante para o conhecimento.

poderíamos alegar que ele não está, então, justificado em crer que certo suspeito em particular é o culpado.

A tréplica de Goldman vem através do seguinte caso:

“Suponha que a educação de Gertrudes é seriamente deficiente, no que toca a matemática: ela nunca aprendeu o algoritmo da raiz quadrada. Certo dia, Gertrudes pesquisa sobre o algoritmo em uma pilha de ensaios escritos por alguém que ela sabia ser um matemático estranho, não-confiável, sem nenhuma autoridade em assuntos matemáticos. A despeito deste conhecimento prévio, ela chega à conclusão de que a Regra para Obtenção de Raízes Quadradas (a regra é assim denominada) é uma regra correta. Ela a segue e forma crenças a partir deste algoritmo. Estas crenças são crenças com a forma ‘ x é a raiz quadrada de y ’. Estas crenças estão justificadas? Claramente não, já que Gertrudes não possui fundamentos [*grounds*] adequados para crer no resultado deste algoritmo. Ela própria possui compreensão inadequada para perceber que ele funciona corretamente: ela não checkou se as respostas estavam corretas; ela não possui bons fundamentos indutivos para supor que um algoritmo aleatório é correto. Então, sua crença não está justificada; ainda que ela tenha utilizado um algoritmo correto para chegar à sua crença.”³²⁹

Com este caso, novamente, é mostrada a relevância da história da aquisição de um método para a justificação das crenças obtidas com tal método. Métodos adequados adquiridos de um modo impróprio não são capazes de conferir justificação, eis a moral da história. Podemos, pois, dispor de evidência que poderia ser tomada como adequada por *outros* indivíduos (já que produzida por um método confiável de produção de evidências), mas que, para o sujeito epistêmico em questão, são inadequadas, dada a história de aquisição do método que produziu a crença. Logo, conclui Goldman, a tese evidencialista é insuficiente.

Além de insuficiente, será ela incorreta? Goldman, como já adiantamos, considera que a tese evidencialista supõe um sujeito

³²⁹ *Epistemology and Cognition*, p.91.

conhecedor idealizado, muito diferente dos seres humanos existentes, com suas práticas cognitivas que, freqüentemente, mostram-se muito diferentes do desejado. Ele dedica dois capítulos de *Epistemology and Cognition* para mostrar, por exemplo, como nossos raciocínios indutivos e julgamentos de probabilidade³³⁰ com freqüência se afastam mesmo das regras mais básicas da Lógica e da Teoria das Probabilidades. Esta crítica não é, na verdade, original; ao contrário, ela é comum entre epistemólogos naturalistas, e Goldman parece daí importar este ataque.

Este é, porém, um ataque contundente? Apenas se for demonstrado que o padrão fixado pelo evidencialista é *inatingível*, não apenas “excessivamente alto”. Um argumento baseado em dados empíricos só é útil se ele desqualifica inteiramente uma dada norma. E tal trabalho, parece-nos, não foi realizado.

Voltemos à discussão sobre os critérios para correção de Regras-J. A estratégia goldmaniana para estabelecimento dos critérios aceitáveis se tornou, a esta altura, cristalina: ele desqualificou todos os adversários para, após isto, tomar (C5) como o único critério aceitável. Ao leitor familiarizado com a obra goldmaniana isto não causará surpresa alguma: desde o primeiro momento ela tem tomado a justificação como algo intimamente ligado à verdade. Esta concepção *verística* da justificação pode, na verdade, ser encontrada antes e fora do confiabilismo. Ela é, por exemplo, habitual na história do internalismo, que trabalha com suposições como a de que, por exemplo, um sistema de crenças coerentes nos aproxima da verdade. O confiabilismo, porém, radicaliza a tese: justificação (definida, como vimos, em termos de confiabilidade), é *definida em conexão com a verdade* (algo que não ocorre no internalismo)³³¹. Uma crença justificada é, *grosso modo*, uma crença produzida por um processo (ou método) com um bom histórico de produção de crenças *verdadeiras*.

Mas podemos aprofundar esta tese. Devemos notar que no conjunto do consequencialismo verístico³³² podemos encontrar duas subclasses: uma que remete a um critério baseado no *número* de crenças verdadeiras

³³⁰ Goldman dedica dois capítulos de *Epistemology and Cognition* a esta discussão (os capítulos 13 e 14).

³³¹ Um internalista definirá justificação sem menção ao conceito de verdade; justificação equivalerá à crença bem-fundada, à crença em um conjunto coerente, etc.

³³² *Epistemology and Cognition*, p. 103.

produzidas e outra que remete à *proporção* de produção de crenças verdadeiras. A opção assumida por Goldman já pode ser encontrada em “What is Justified Belief?”: ele escolherá o critério baseado na proporção. Em *Epistemology and Cognition* ele lembrará que

“É claro que a correção das Regras-J não é uma função apenas do número de verdades que poderiam ser produzidas. O ‘processo’ de crer em tudo que o sujeito possa imaginar, incluindo cada proposição acompanhada de sua negação, poderia produzir um conjunto de crenças verdadeiras tão grande quanto o produzido por qualquer outro processo. Um critério que requer (apenas) maximização do *número* de crenças verdadeiras seria satisfeito por uma Regra-J que permitisse tal processo. Mas, obviamente, crenças assim formadas não estão justificadas.”³³³

Um critério adequado deverá aumentar não apenas o número de crenças verdadeiras produzidas. Ele deverá aumentar a proporção das crenças verdadeiras em relação às falsas. Quando, porém, a proporção de obtenção de crenças verdadeiras deve ser considerada satisfatória? Há três respostas, como veremos.

Primeiramente, podemos responder a pergunta nos utilizando de um critério *relativo-à-fonte* (*resource-relative*); isto ocorre quando fixamos a taxa mínima de produção de verdades em uma dada frequência, tendo em vista a taxa que os humanos comumente atingem ou podem atingir. Trata-se aqui, pois, de um critério *de satisfação*. Podemos, ainda, não fixar uma taxa em particular, assumindo, alternativamente, um critério de *maximização*: um processo ou método confere justificação às crenças produzidas se o processo maximiza a frequência de verdades, dados os processos disponíveis para os seres humanos.

Por outro lado, podemos ignorar as capacidades humanas e fixar a taxa mínima de obtenção de verdades em uma dada frequência, previamente estabelecida. Esta taxa de corte pode, eventualmente, ser fixada em um nível bastante alto, negando a capacidade de conferir

³³³ *Ibidem*. Vale aqui lembrar da máxima epistêmica: nosso objetivo é o de atingir a verdade e evitar o erro.

justificação a diversos processos e métodos de produção de crenças que são usualmente utilizados pelos seres humanos. Pode, quiçá, ser fixada em 100%, titulando como justificadas apenas as crenças produzidas por processos que *sempre* produzem crenças verdadeiras. Temos, neste caso em que a taxa de corte é fixada de modo prévio e independente, um critério *independente-da-fonte* (*resource-independent*), que é, por ser fixado sem referência à fonte das crenças, *absoluto*.

Podemos, agora, apresentar o critério de justificação (no sentido absoluto):

(ARI) Um sistema R de Regras-J é correto se e somente se R autoriza certos processos psicológicos (básicos), e a instanciação destes processos resultaria em uma taxa de crenças verdadeiras que atingiria algum limiar elevado previamente especificado (maior do que .50).³³⁴

Critérios para a confiabilidade tomada em sentido relativo-à-fonte poderiam ser construídos de forma análoga à (ARI); este trabalho não é, porém, levado a cabo por Goldman, que lembra que “(ARI) é o (esquema para) critério que eu utilizarei, que tem caráter obviamente confiabilista”³³⁵. As razões para tal escolha estão relacionadas à discussão com o céptico. Quando tomamos o critério de correção em sentido absoluto, permitimos que o desafio céptico se estabeleça. Ao estabelecermos uma dada taxa de verdade de, digamos, .90, não podemos garantir que os humanos, com os métodos e processos de aquisição de crenças atualmente disponíveis, possam atingir tal taxa, para um, vários ou todos os processos ou métodos disponíveis. Os critérios relativos-à-fonte são, ao contrário, muito mais permissivos, já que podemos determinar uma taxa que nossa experiência anterior mostra ser factível.

Antes de encerrarmos esta seção, devemos observar mais alguns aspectos da noção de confiabilidade – como vimos, uma noção central na teoria da justificação defendida em *Epistemology and Cognition* – e o como esta teoria da justificação se articula com uma teoria do *conhecimento*.

³³⁴ *Epistemology and Cognition*, p. 106.

³³⁵ *Ibid.* Trata-se de um “esquema para critério” (*criterion-schema*) porque ele não oferece um critério para um limiar em particular.

Goldman não chega a engendrar uma teoria completa do conhecimento, mas sugere uma linha de desenvolvimento, ao defender a idéia de que a confiabilidade de um processo (ou método) deve excluir todos os contrafactuais que envolvam qualquer *situação alternativa relevante* relacionada à uma crença em questão, produzida por um processo em questão (e não apenas aquela possibilidade relacionada à verdade ou falsidade da crença em questão). Uma análise baseada nesta suposição sustentará que “uma crença verdadeira não é conhecimento se existe qualquer *situação alternativa relevante* na qual a proposição p seria falsa, apesar de o processo usado fazer com que S creia em p, a despeito disso”³³⁶.

Goldman nota que uma análise baseada em contrafactuais consegue lidar com situações problemáticas para análises que se preocupam apenas com a existência de contraditórios à crença em questão (uma análise que considera apenas $\sim p$ como alternativa a p), como as análises propostas por Robert Nozick³³⁷ e por Fred Dretske³³⁸. Tomemos a análise sugerida por Nozick:

- S sabe que p se e somente se (1) p é verdadeira;
- (2) S crê em p;
- (3) Se p não fosse verdadeira, S não acreditaria em p; e
- (4) Se p fosse verdadeira, S acreditaria em p.

Goldman propõe o seguinte contra-exemplo à definição: pais zelosos medem a temperatura de seu filho com um termômetro escolhido a esmo em uma gaveta repleta de termômetros; todos, exceto o escolhido, são defeituosos, mas os pais ignoram este fato. Com o único termômetro que funciona adequadamente eles formam a crença verdadeira de que seu filho não tem febre.

Considerando que os pais não estão informados sobre o funcionamento deplorável dos demais termômetros, podemos considerar que eles formaram uma crença verdadeira por sorte e, então, não *sabem*

³³⁶ *Epistemology and Cognition*, p. 46.

³³⁷ NOZICK, Robert. *Philosophical Explanations*. Cambridge: Harvard University Press, 1981.

³³⁸ DRETSKE, Fred. *Knowledge and the Flow of Information*. Cambridge: MIT Press, 1981.

que seu filho não tem febre. Nossa intuição diz isso, mas não a definição proposta por Nozick, já que as quatro condições previstas foram satisfeitas.

Alternativamente, uma análise que incorpora contrafactuais relevantes poderá alegar que há uma situação alternativa relevante na qual os pais acreditariam em *p*, apesar de *p* ser, neste caso, falsa: aquela em que os pais escolhem, a esmo, um termômetro quebrado. A existência deste contrafactual garante, segundo a proposta goldmaniana, que os pais não *sabem* que seu filho não está febril.

Requerer a inexistência de contrafactuais relevantes permite, ainda, que o confiabilismo “possa enfrentar casos de Gettier e pós-Gettier”³³⁹. Tomemos o caso conhecido como *o piromaníaco*; neste caso, o piromaníaco, depois de acender centenas de fósforos de uma caixa da marca de sua preferência, acredita que o próximo fósforo a ser riscado também entrará em combustão. Aquele par de eventos sempre presentes nos casos de tipo-Gettier, como era de se esperar, ocorre: o próximo fósforo é um dos raríssimos exemplares com defeito de fabricação e, devido ao alto teor de impurezas, não acenderia por fricção; no momento em que é friccionado, porém, ocorre, sem que o piromaníaco o saiba, um raríssimo evento de emissão de radiação solar X, que acende o fósforo. O piromaníaco possui crença verdadeira e justificada (considerando que a crença de que o fósforo acenderá foi formada por um processo confiável, indução com excelente histórico). Ele não possui, porém, conhecimento, já que existe um contrafactual relevante, aquele em que não ocorre a rara emissão de radiação solar X³⁴⁰.

6.3 Confiabilismo e Virtude

A exposição anterior permitiu ao leitor acompanhar o aumento do grau de sofisticação da teoria confiabilista da justificação, desde a formulação inicial de “What is Justified Belief?” até *Epistemology and Cognition*. Agora, no terceiro momento da parte expositiva deste capítulo, acompanharemos a incorporação da noção de *virtude* à teoria

³³⁹ *Epistemology and Cognition*, p. 46.

³⁴⁰ O Problema de Gettier é abordado muito rapidamente e sem grande entusiasmo em *Epistemology and Cognition*.

confiabilista. Este é, efetivamente, o ponto em que atingiremos nosso objeto: ao caracterizarmos o confiabilismo como uma teoria das virtudes intelectuais, nós estaremos firmando um dos pilares da discussão da qual nos ocuparemos posteriormente. O confiabilismo, caracterizado como uma teoria da virtude epistêmica com caráter fortemente consequencialista, nos fornecerá o devido contraponto a uma teoria neo-aristotélica da virtude intelectual, como a defendida por Linda Zagzebski.

A utilização da noção de ‘virtude’ na epistemologia não é, em si, algo original. Aristóteles, como é bem sabido, utilizou o conceito e a ele dedicou considerável espaço na *Ética a Nicômaco*. O surgimento da noção no discurso epistemológico contemporâneo, porém, dá-se de um modo bastante distinto, como veremos.

O mérito de ter sido o primeiro epistemólogo contemporâneo a sugerir a utilização da noção de virtude em epistemologia cabe a Ernest Sosa. Em “The Raft and the Pyramid: Coherence versus Foundations in the Theory of Knowledge”³⁴¹, com o objetivo de superar o debate fundacionismo/coerentismo, Sosa sugere que compreendamos a noção de justificação como algo ligado a *virtudes intelectuais*, algo ligado “a disposições estáveis para a aquisição de crenças, devido a sua grande contribuição no que diz respeito à obtenção da verdade”³⁴². Esta sugestão não será, todavia, desenvolvida em “The Raft and the Pyramid”, mas apenas em ensaios posteriores, de um modo intimamente conectado ao confiabilismo. Goldman subscreverá, como veremos, a noção, tal qual formulada por Sosa; por esta razão passaremos agora à análise da noção de virtude, como formulada por Ernest Sosa, para, depois, acompanhar sua recepção na obra goldmaniana.

6.3.1 Três ataques ao Confiabilismo

Como já indicado, a teoria das virtudes intelectuais surge, no final da década de 70, como uma proposta de superação dos supostos impasses das teorias coerentistas e fundacionistas. A efetiva tarefa de transformação

³⁴¹ Publicado originalmente em FRENCH, UEHLING & WETTSTEIN, *Midwest Studies in Epistemology*, vol. V – *Studies in Epistemology* (Minneapolis: University of Minnesota Press, 1980) e reimpresso em SOSA, Ernest, *Knowledge in Perspective – Selected Essays in Epistemology* (Cambridge: Cambridge University Press, 1991). Referências ao ensaio serão feitas considerando-se a versão de 1991.

³⁴² In. SOSA, E. *Knowledge in Perspective: Selected Essays in Epistemology* (*Knowledge in Perspective*, doravante). p. 189.

da mera sugestão em uma teoria substantiva foi realizada ao longo da década de 80, sendo apresentada em uma versão sofisticada em 1991, em *Reliabilism and Intellectual Virtue* e em *Intellectual Virtue in Perspective*³⁴³. Passaremos, agora, a uma reconstrução da noção de virtude ali proposta. Como veremos a seguir, Sosa utilizará a noção de virtude de modo consequencialista, relacionando-a intimamente com o confiabilismo.

O apelo à noção de virtude intelectual tem, para Sosa, dupla função: por um lado, será central para o desenvolvimento de sua teoria do *perspectivismo das virtudes*; por outro, significa um passo adiante no desenvolvimento do programa confiabilista. Mais particularmente, sob este aspecto, a introdução de tal noção permitirá a superação de três graves problemas para o confiabilismo goldmaniano: o problema da generalidade, o problema da Meta-Incoerência e o Novo Problema do Demônio Maligno, que discutiremos a seguir.

6.3.1.1 O problema da generalidade

O problema da generalidade, percebido inicialmente pelo próprio Goldman³⁴⁴, ataca diretamente o conceito, caro aos confiabilistas, de *processo formador de crença*. Tomemos, por exemplo, uma crença verdadeira, produzida por um processo de produção de crenças especificado de modo tão restrito a ponto de o número de crenças por ele produzidas ser muito pequeno. Por exemplo, imaginemos uma crença verdadeira produzida por um processo tal que, dentre seus componentes, conte com a presença, na abóbada celeste, de modo visível, do cometa Halley e da lua cheia³⁴⁵. Tal processo deve ser considerado (a despeito de

³⁴³ Trata-se, respectivamente, do oitavo e do décimo sexto dos ensaios de *Knowledge in Perspective*.

³⁴⁴ Já em “What is Justified Belief?”, Goldman observava que “relações de entrada/saída podem ser especificadas muito estreitamente ou muito amplamente, e o grau de generalidade vai, em parte, determinar o grau de confiabilidade. Um tipo de processo poderia ser selecionado de modo tão estreito que teríamos dele apenas uma instância e, daí, o tipo [de processo] seria completamente confiável ou completamente não-confiável” (p. 12).

³⁴⁵ A coincidência de eventos é, no caso em que estamos apresentando, externa. Podemos imaginar, porém, que esta coincidência de eventos se dê como uma coincidência de eventos fisicamente internos ao sujeito conhecedor.

produzir muito mais verdades do que falsidades) como um processo confiável? Se sim, devemos conceder que crenças por ele produzidas estejam justificadas (nos termos do confiabilismo goldmaniano)? Podemos facilmente sustentar que não devemos aceitar tais casos como casos de conhecimento, já que o processo produtor da crença é excessivamente restritivo e, por isso, fornece-nos um número baixo de crenças, um número insuficiente para que a confiabilidade do processo seja avaliada (num extremo, a descrição pode ser tão detalhada que o número total de crenças produzidas pelo processo assim descrito é de apenas uma crença – a versão Caso Único do Problema da Generalidade). E, por outro lado, se a descrição dos processos agrupa modelos muito genéricos, ela acaba por agrupar casos com singularidades importantes – a versão Não-Discriminação do Problema da Generalidade.³⁴⁶ Se o modelo geral é aquele denominado de “visão”, sem maiores qualificações, agrupamos indevidamente casos em que vemos objetos pequenos à distância, casos em que os vemos sob boa iluminação, etc. Estes casos têm, podemos concordar, graus de confiabilidade muito diferentes.

O problema fica completo quando consideramos que não temos indicações prévias sobre a descrição que devemos fornecer de um suposto processo formador de crenças; um interlocutor poderia – legitimamente – requerer que o processo fosse descrito de modo extremamente minucioso (já que não sabemos, de saída, o que conta para a confiabilidade do processo), caindo no problema da excessiva especificidade do processo. Um outro interlocutor, mais exigente ainda, poderia considerar que o recorte ainda é muito genérico. E, se não pudermos descrever adequadamente um processo confiável de formação de crenças, parece evidente que uma teoria baseada em tal noção se mostraria inviável.

6.3.1.2 O Novo Problema do Demônio Maligno

O Novo Problema do Demônio Maligno não é, certamente, o problema cartesiano. Como se perceberá, porém, é seu correlato. Imaginemos dois grupos de indivíduos, com faculdades mentais semelhantes. Um grupo é composto, digamos, por seres humanos como

³⁴⁶ Veja Sosa, 1991, p. 182 ss. e também *Epistemology and Cognition*, p. 49-50. Uma apresentação mais sofisticada do problema pode ser encontrada no ensaio de Richard Feldman, “Reliability and Justification” (*The Monist*, 68:2, 1985, 159-174).

nós, vivendo num ambiente como o nosso (vamos conceder que este grupo vive num ambiente tal que suas crenças sobre o mundo externo são, em larga medida, verdadeiras). O segundo grupo é composto por gêmeos do primeiro grupo, mas que vivem num ambiente manipulado por um demônio maligno *a la* Descartes. Estes indivíduos possuem, podemos imaginar, pelo menos muitos dos mesmos processos formadores de crenças que equipam seus irmãos que vivem no mundo normal. Ao contrário destes, porém, os gêmeos que vivem no mundo manipulado possuem crenças sistematicamente falsas.

A questão logo se estabelece: se os processos de formação de crença são confiáveis para o primeiro grupo, o grupo que está, digamos, na situação normal, por que deveríamos tomar como injustificadas crenças formadas pelos mesmos processos, só que nas condições menos favoráveis impostas pelo demônio?³⁴⁷

6.3.1.3 O Problema da Meta-Incoerência

O terceiro problema é o chamado problema da Meta-Incoerência. Vamos supor que uma pessoa crê em p (que o Presidente está em Nova Iorque, por exemplo), que p é derivada de uma dada habilidade de clarividência desta pessoa, que esta habilidade de clarividência é, de fato, confiável (ou seja, tende a produzir mais crenças verdadeiras do que crenças falsas) e que “(a) tal pessoa tem muitas evidências ordinárias contra ela [a habilidade de clarividência], e nenhuma em seu favor; ou (b) tal pessoa tem muitas evidências contra sua posse de tal poder de clarividência; ou (c) tal pessoa tem boas razões para acreditar que tal poder não pode ser possuído (e.g., ele poderia requerer a transmissão de alguma influência a uma velocidade maior do que a da luz); ou (d) tal

³⁴⁷ Este problema é proposto por Keith Lehrer e Stewart Cohen em “Justification, Truth and Coherence”. *Synthese*, 55 (1983): 191-207. *apud*. Sosa, Ernest. *Knowledge in Perspective - Selected Essays in Epistemology* (Cambridge: Cambridge University Press, 1991, cap. 8, p. 132. Sosa, que é um externalista, aceita que tal problema traz complicações para certas versões do externalismo, como a teoria confiabilista de A. Goldman. Para superar este (assim como o próximo) problema, Sosa propõe sua teoria da *Virtude Intelectual*. O próprio Goldman, posteriormente, se aproximará explicitamente de uma abordagem baseada na noção de virtude intelectual (cf. GOLDMAN, Alvin. *Liaison: Philosophy Meets the Cognitive and Social Sciences*. Cambridge: The MIT Press, 1991, p. 155 ss.)

pessoa não possui evidências contra ou a favor da possibilidade geral do poder, assim como contra ou a favor da proposição em que ele crê como resultado de seu poder (aquela de que o Presidente está em Nova Iorque).”³⁴⁸

Neste caso temos um choque de intuições: a suposição externalista de que tal sujeito epistêmico possui conhecimento (já que o processo que produziu a crença é, efetivamente, confiável) parece ser incompatível com as evidências que, interna e conscientemente, ele possui contra o processo produtor da crença.

O problema da Meta-Incoerência, a nosso ver, mostra com perfeição o choque entre as intuições internalistas e externalistas. Consideramos, seguindo uma longa tradição, que o que pode nos interessar, em primeiro lugar, é a posse de crenças *sobre* a confiabilidade daquilo que justifica nossas crenças (ou seja, crenças de segunda ordem). Este parece ser o tipo de conhecimento que já foi denominado por Sosa como o conhecimento “humano”³⁴⁹ (e é sobre as crenças de segunda ordem que se instala, por exemplo, o ceticismo filosoficamente mais interessante, o ceticismo de segunda ordem, o que ataca exatamente a nossa suposição de que certa forma de conexão entre crenças é adequada). Nós não queremos apenas saber; nós queremos ter o direito de afirmar que sabemos.

6.3.1.4 Respostas Goldmanianas para o Novo Problema do Demônio Maligno

Começaremos discutindo o Novo Problema do Demônio Maligno. Relembrando, ele nos apresenta um caso em que indivíduos possuem um equipamento de formação de crenças (métodos e processos) idêntico ao nosso mas vivem em um mundo alternativo, controlado por um demônio da família daquele que assombrava Descartes. Se nossos

³⁴⁸ SOSA, 1991, p. 132. Este problema foi proposto originalmente por Laurence Bonjour em “Externalist Theories of Empirical Knowledge”, em *Midwest Studies in Philosophy*, Vol. 5: *Studies in Epistemology*, ed. P. French et al. (Minneapolis: University of Minnesota Press, 1980).

³⁴⁹ Ou *conhecimento reflexivo*, que é possuído se “o julgamento ou a crença do indivíduo manifesta não apenas aquela resposta direta ao fato conhecido, mas também entendimento do seu lugar em um todo amplo que inclui sua crença ou conhecimento disso e do como isso se deu” (*Knowledge in Perspective*, p. 240)

processos são (uma concessão para fins do exemplo) confiáveis, o que dizer dos processos que equipam nossos gêmeos? Afinal, os processos são idênticos aos nossos. Mas, por outro lado, diferentemente dos nossos, tais processos produzem mais crenças falsas do que verdadeiras.

Goldman se ocupa deste problema primeiramente em *Epistemology and Cognition*. A esta altura, sua abordagem lidava com o problema apelando para a noção de *mundo normais*. A noção de “mundo normal”, que Goldman admite vaga (mas não inútil), pode ser entendida como o conjunto de mundos “consistentes com nossas crenças *gerais* sobre o mundo real”³⁵⁰. Ele sustentará, daí, que o “nosso conceito de justificação é construído contra o pano fundo de tal conjunto de *mundos normais*”³⁵¹, e que

“de acordo com nossa concepção ordinária de justificação, um sistema é correto em qualquer mundo W apenas no caso de apresentar uma taxa de produção de verdades suficientemente alta *nos mundos normais*. A correção é enrijecida para todos os mundos; mas é enrijecida como uma função da confiabilidade em mundos normais, não [em função da] confiabilidade no mundo real. A correção de regras – e, daí, a justificação – revela um chauvinismo de mundos normais.”³⁵²

Dado isto, os nossos gêmeos habitantes do mundo manipulado possuirão crenças justificadas se o mundo em que vivem fizer parte de um conjunto de mundos normais e se os processos de aquisição de crenças para eles disponíveis forem confiáveis na maior parte destes mundos. Como o mundo manipulado não é um mundo normal, os processos não devem ser considerados confiáveis e as crenças por eles produzidas não são justificadas.

³⁵⁰ *Ibid.* É importante perceber que o que é solicitado aqui não é similitude dos mundos, mas das crenças de seus indivíduos sobre os mundos. Considerando que aqueles indivíduos manipulados pelo demônio cartesiano desconhecem sua real situação, mas, apesar disso, possuem crenças sobre o mundo (mesmo que crenças falsas) semelhantes às crenças que nós temos sobre o mundo em que vivemos (concedendo que nós não vivemos em um ambiente manipulado), podemos aceitar que o mundo manipulado e o nosso mundo fazem parte de um mesmo conjunto de mundos normais.

³⁵¹ *Epistemology and Cognition*, p. 107. Grifo nosso.

³⁵² *Ibid.*

Esta solução do problema falha, porém, pelas seguintes razões (além do seu claro caráter de consideração *ad hoc*): primeiramente, como o próprio Goldman já admitia em *Epistemology and Cognition*, a noção de *mundo normal* é demasiadamente vaga. Ela não esclarece o que são *crenças gerais* sobre o mundo e não indica quais ou quantas crenças devem ser comuns para que um dado mundo faça parte de um conjunto de mundos normais. Em segundo lugar, considerando que num mesmo mundo (no nosso, ao menos) podemos encontrar indivíduos com crenças gerais muito distintas sobre o mundo, que crenças devemos considerar quando desejarmos comparar este mundo com um dado conjunto de mundos normais?

Por fim, a idéia de que o conjunto de regras de justificação correta em *todos* os mundos possíveis é determinada pela correção do conjunto de regras em um determinado conjunto de mundos normais é, como o próprio Goldman admite, chauvinista. Imagine que nosso mundo seja único no universo, num certo sentido, e que esta singularidade seja, para nós, algo que caracteriza nosso mundo, distinguindo-o significativamente dos demais. Há outros mundos que nós consideramos significativamente semelhantes entre si. O conjunto de mundos normais, neste caso, tem como membro apenas o nosso mundo. O conjunto que inclui os demais mundos tem numerosos membros. Neste caso, por que devemos pontificar sobre a confiabilidade de um processo na maioria dos mundos considerando apenas o nosso mundo?

A insuficiência da solução proposta em 86 será reconhecida pelo próprio Goldman, em seu ensaio de 1988, “Strong and Weak Justification”³⁵³, que propõe que abandonemos a abordagem baseada nos mundos normais, substituindo-a por uma nova intuição: a distinção entre dois tipos de justificação, a *forte* e a *fraca*.

Quando uma crença está justificada de modo forte ela “é uma crença (*grosso modo*) bem formada, uma crença formada (ou sustentada) por métodos, procedimentos ou processos adequados, apropriados ou convenientes”³⁵⁴. Uma crença está, por sua vez, justificada de modo *fraco*

³⁵³ GOLDMAN, Alvin. “Strong and Weak Justification”. In: TOMBERLIN, James (Ed.). *Philosophical Perspectives, 2, Epistemology, 1988*. Atascadero: Ridgeview, 1988. Reimpresso em *Liaisons – Philosophy Meets the Cognitive and Social Sciences*. Cambridge: The MIT Press. As referências bibliográficas serão a esta reimpressão.

³⁵⁴ “Strong and Weak Justification”, p. 128.

se “(1) O método *M* através do qual a crença é produzida é não-confiável (isto é, não suficientemente confiável), mas (2) *S* não acredita que *M* seja não-confiável, e (3) *S* não possui e não está disponível para ele/ela um meio confiável para descobrir que *M* não é confiável. (...) e (4) não há qualquer processo ou método que *S* *cre* confiável, o qual, se utilizado, levaria *S* a crer que *M* não é confiável”³⁵⁵.

A estratégia subjacente à definição é clara: premiar um eventual indivíduo que, apesar de se encontrar numa situação epistemicamente adversa, pode ser considerado como isento de culpa. Assim, apesar de ele possuir crença produzida por processo não-confiável, ele não é réu em qualquer acusação de desleixo intelectual: não há sequer um método que ele meramente considere confiável (mesmo que de fato não o seja) e que o levaria a descrever na confiabilidade dos processos produtores de crenças de primeira ordem.

Voltemos a visitar nossos pobres gêmeos, no mundo demoniacamente manipulado. Podemos sustentar que, dado o grau de manipulação a que eram submetidos, as condições (2), (3) e (4) previstas na definição de justificação fraca são cumpridas (supondo que o demônio manipulador não deixa rastros de sua existência e que, por outro lado, oferece a suas vítimas uma ilusão coerentemente organizada). Sendo assim, eles dispõem de justificação fraca para suas crenças (já que a condição (1) também é cumprida). Os processos que efetivamente produzem crenças (ao menos os processos independentes-de-crença) são, porém, processos não-confiáveis. Logo, os habitantes do mundo demoniacamente manipulado não possuem justificação forte para suas crenças.

A distinção entre justificação forte e fraca pode parecer, num primeiro momento, uma resposta adequada ao Novo Problema do Demônio Maligno. A distinção parece captar o curioso estado em que se encontram os habitantes do mundo demoníaco, o de condenação sem culpa: estão condenados à falsidade, mas não por erro seu. Dada a distinção entre justificação forte e fraca, eles passam a ser agraciados com justificação, o prêmio pela ausência de culpa, mas não recebem o prêmio

³⁵⁵ “Strong and Weak Justification”, p. 131-2. Goldman aceita que este conjunto de condições é necessário, mas não garante sua suficiência. Além disso, cabe notar que estamos, aqui, no nível dos métodos. Uma apresentação da noção deve ser feita para o nível dos processos (e será similar a esta).

completo, já que, a despeito de sua inocência, suas crenças são falsas e produzidas de modo inadequado.

Uma questão permanece, porém, em aberto: devemos avaliar se esta distinção não possui caráter *ad hoc*. A resposta, a nosso ver, será afirmativa, e mostraremos sua adhocidade com um teste simples: verificaremos se ela é útil quando tratamos de indivíduos em ambientes não-manipulados (um ambiente como, supostamente, o nosso).

A questão a ser posta é a seguinte: pode alguém, num ambiente não-manipulado, possuir justificação *fraca*? A resposta é negativa: num ambiente não-manipulado sempre podemos esperar que esteja disponível para o sujeito epistêmico um meio confiável para descobrir que os processos de formação de crença não são confiáveis. Afirmar o mesmo quando tratamos de *métodos* para a produção de crenças seria um pouco mais arriscado. Processos, porém, lembrando, são mecanismos para a produção de crenças psicologicamente mais básicos. Se o ambiente não é manipulado, podemos então esperar que os processos representem uma relação adequada do sujeito com o ambiente e que, por isso, sempre exista um modo de fazer com que a inadequação do processo, mais cedo ou mais tarde, se revele. De qualquer modo, o escopo da distinção justificação forte/fraca se restringe aos mundos manipulados. A única função da distinção é, então, a de oferecer uma resposta ao problema. Ela é, pois, *ad hoc*.

O acompanhamento da introdução da distinção justificação fraca/forte tem, para o escopo de nossa investigação, uma importante função exegética: a distinção, como já vimos, fornece uma resposta ao Novo Problema do Demônio Maligno que se distingue substancialmente daquela resposta sugerida em *Epistemology and Cognition*. De modo especial, a distinção vem acompanhada da idéia de que não devemos tomar a confiabilidade de modo rígido (como pressuposto pela teoria dos mundos normais, esboçada por Goldman em 1986). Retornaremos a este ponto durante a discussão sobre o problema da generalidade.

6.3.1.5 Uma Resposta Goldmaniana para o Problema da Generalidade

O problema da generalidade, como já indicamos, foi reconhecido por Goldman já em “What Is Justified Belief?” Uma resposta – mesmo

que tímida – para o problema, porém, só foi apresentada em *Epistemology and Cognition*. A resposta proposta se vale de dois pressupostos: o primeiro consiste na idéia de que a confiabilidade global pode ser compreendida de modo mais adequado como uma propensão, não como frequência; a segunda idéia é a de que podemos determinar um modelo *mínimo* de processo, que é o “modelo [*type*] *mais estreito* que é *causalmente operativo* na produção de uma instância de crença em questão”³⁵⁶.

Confiabilidade *global* é “confiabilidade para todos (ou muitos) usos do processo, não apenas o seu uso na formação da crença em questão. Confiabilidade *local* diz respeito apenas à confiabilidade do processo no contexto da crença sob avaliação.”³⁵⁷ Confiabilidade global é determinada como uma “taxa entre instâncias, então, falando de modo estrito, ela está ligada apenas a um *modelo [type]* de processo”³⁵⁸. Isso impede, segundo Goldman, que a variação Caso Único do Problema da Generalidade (aquela em que um processo é tão específico que produz, ao longo do período de funcionamento, apenas uma crença) se instale, já que isto pode ocorrer somente se “a confiabilidade global é determinada exclusivamente pelas frequências reais”³⁵⁹, o que não é o caso, já que ela é, antes, uma propensão.

Há, obviamente, muita obscuridade aqui. Primeiramente, a idéia de propensão precisa ser esclarecida; é necessário, por exemplo, que seja explicada a relação entre a propensão para a verdade e a frequência real da ocorrência de verdades. Se a propensão for determinada apenas a partir das frequências reais, então o recurso a tal noção nada mais é do que um adiamento do enfrentamento com o problema, não uma solução; se a propensão é determinada de alguma outra maneira (por exemplo, se a propensão é determinada também levando em conta a expectativa do como funcionaria o processo em situações hipotéticas), então Goldman fica a nos dever uma explicação.

No outro extremo temos o Problema da Não-Discriminação. O tratamento deste aspecto do problema é mais promissor: ele apela para a idéia do estabelecimento de um critério para a seleção do modo de

³⁵⁶ *Epistemology and Cognition*, p. 50.

³⁵⁷ *Epistemology and Cognition*, p. 45. Grifo nosso.

³⁵⁸ *Epistemology and Cognition*, p. 49.

³⁵⁹ *Epistemology and Cognition*, p. 50.

descrição dos processos de produção de crenças. O critério é simples: o processo deve ser sempre descrito usando o *modelo crítico* [*critical type*], que consiste no “modelo *mais estreito* que é *causalmente operativo* na produção do exemplar de crença em questão”³⁶⁰. O próprio Goldman nos esclarecerá:

“Para ilustrar esta idéia, suponha (para fins meramente ilustrativos) que existe um modelo de mecanismo para a formação de crenças pela percepção. O mecanismo recebe dados de entrada dos sistemas sensórios e tenta os encaixar entre vários padrões, cada padrão representando uma categoria C, por exemplo, a categoria dos cães, a categoria dos carros ou a categoria das cadeiras. Suponha que o mecanismo funciona de tal maneira que existe um valor T tal que se os dados de entrada se encaixam na categoria C para o grau T ou maior, então o mecanismo gera uma crença de que o objeto gerador do estímulo pertence à categoria C. Porém, se o valor de T é muito baixo, então quando o estímulo está altamente degradado – parcialmente obscurecido, ou visto sob condições adversas de iluminação – dados de entrada resultantes do estímulo podem levar a uma crença de que o estímulo pertence a C. Suponha que tal crença, em uma dada ocasião, é verdadeira. Devemos chamá-la de conhecimento? Certamente deveríamos desconfiar desta intenção. A nossa relutância pode ser explicada ao se apontar para a não-confiabilidade do mecanismo. Um mecanismo do tipo postulado, com um *limiar baixo* de enquadramento, tenderá a ser bastante não-confiável. Na medida em que o valor do limiar de enquadramento é incluído no modelo de processo escolhido, nós atingiremos a resposta correta neste caso de atribuição de conhecimento.

Mas perceba que o mecanismo tem muitas propriedades de enquadramento diferentes. Ele tem a propriedade de produzir uma crença quando o grau de enquadramento é $T + .1$; tem a propriedade de produzir uma crença quando o grau de enquadramento é $T + .2$; e assim por diante. É o modelo apropriado de processo sempre um que inclui a primeira destas propriedades, nomeadamente, o grau

³⁶⁰ *Epistemology and Cognition*, p. 50.

mínimo de enquadramento suficiente para a crença? Presumivelmente não. Considere um caso no qual a entrada não está degradada, e o grau efetivo de enquadramento no padrão é de, digamos, .99 (numa escala de 0 a 1). Então, presumivelmente, nós desejaremos dizer que isto é adequado para o conhecimento (se tudo o mais ocorre adequadamente). Mas, se o modelo de processo selecionado ainda incluir o valor *mínimo* T, o modelo, como um todo, pode não possuir confiabilidade suficiente.”³⁶¹

A idéia de modelo crítico tem seu apelo; ela utiliza exatamente as novas ferramentas que o confiabilismo pretende trazer para o cenário epistemológico, aquelas procedentes das ciências cognitivas. Trata-se de uma boa aposta: se os cientistas forem capazes de, de alguma maneira, estabelecer limites para o funcionamento de um dado elemento do nosso equipamento cognitivo, este elemento ficaria imune ao problema da generalidade. Imagine, por analogia, um circuito eletrônico; ele funciona apenas quando estimulado por certa faixa de entrada. Acima ou abaixo dos valores de corte o circuito simplesmente não é ativado. Se nosso aparelho cognitivo funciona, de alguma maneira, de modo semelhante, o problema da generalidade se dissolve. É claro, porém, que isto permanece como um condicional.

6.3.1.6 Uma Resposta ao Problema da Meta-Incoerência

Relembrando, no problema da Meta-Incoerência temos casos em que, de modo geral, chocam-se as evidências do sujeito S contra o processo causador de uma proposição p e o fato de p ter sido produzida por um processo efetivamente confiável. A resposta Goldmaniana padrão ao problema é previsível: vimos, na definição (P3), uma cláusula perfeitamente adequada para o tratamento do problema. Como vimos, (P3) previa que um sujeito epistêmico está justificado em crer em uma proposição se e somente se (a) a crença de S em p em t é permitida por um sistema correto de Regras-J, e (b) esta permissão não é desqualificada pelo estado cognitivo de S, em t. E, como podemos

³⁶¹ *Epistemology and Cognition*, p. 50-1.

facilmente perceber, nos casos do problema da Meta-Incoerência a condição (b) não é satisfeita.

É hora, pois, de atentarmos para (b). O “estado cognitivo” do sujeito, capaz de desqualificar uma crença, parece incluir (Goldman não é preciso neste ponto) a possibilidade da existência de crenças de ordem superior sobre a crença em questão ou sobre o processo causador da crença. Goldman reconhece que em *Epistemology and Cognition* ele “não tenta oferecer uma teoria completa da desqualificação”³⁶², mas adianta alguns modos pelos quais a desqualificação pode ocorrer:

“primeiro, a crença pode ser desqualificada quando o conhecedor crê com permissão [de um conjunto de Regras-J] que a crença não é permitida. Segundo, a crença pode ser desqualificada pela crença do conhecedor de que ela não é permitida mesmo quando a crença de ordem superior não é, ela mesma, permitida. Mas possibilidades adicionais devem ser consideradas. O sujeito conhecedor poderia não possuir o conceito de permissão para uma crença, ou ainda de regras corretas. Mas suponha que o conhecedor acredita que certas condições não são satisfeitas, quando tais condições são *de fato* necessárias para que a crença seja permitida. Este é um terceiro modo, eu penso, pelo qual a permissão para crer pode ser abalada.”³⁶³

Uma questão aqui nos parece crucial: porque devemos aceitar que uma crença de ordem superior possa, *em qualquer caso*, desqualificar a permissão para uma dada crença? Isto é claramente aceitável nos casos em que a confiabilidade do processo que gera a crença de ordem superior é, ela mesma, de grau mais elevado. Um processo mais confiável certamente deve ser capaz de cancelar a justificação disponível para uma crença obtida através de um processo menos confiável. Mas não há, a nosso ver, nada no projeto confiabilista que justifique a opção por uma gama mais ampla de casos de cancelamento da justificação. O “estado cognitivo” de um sujeito – e Goldman não esclarece o significado desta expressão – pode consistir em um conjunto de crenças com péssimo histórico de

³⁶² *Epistemology and Cognition*, p. 62.

³⁶³ *Epistemology and Cognition*, p. 62.

formação. Considerando-se apenas os postulados assumidos por Goldman, porque devemos aceitar que uma crença formada por má indução, por exemplo, possa cancelar a justificação de uma crença produzida, por exemplo, pela visão em condições favoráveis? Apenas o fato de esta crença ser, em relação a outra, de grau superior? Não nos parece que Goldman possa aceitar isto sem trincar os pressupostos mais básicos de seu projeto, sem agredir violentamente os pressupostos meta-epistemológicos que assumiu.

A questão se revela ainda mais dramática quando notamos que *qualquer* crença do estado cognitivo de um sujeito pode anular a justificação que, em t , S tem para p , como mostrou Cláudio de Almeida. Ele nota que

“será, certamente, óbvio que qualquer epistemologia defensável deve abrigar a *possibilidade* do metaconhecimento – i. e., deve abrigar a possibilidade de que uma pessoa saiba que sabe que p quando ela sabe que p . No entanto, nenhuma epistemologia para a qual a justificação epistêmica seja condição necessária para o conhecimento poderá acomodar essa possibilidade, a menos que incorpore o seguinte princípio: S está justificado ao crer que p em t somente se não é o caso de que, em t , S crê que não está justificado ao crer que p em t . Se S crê, falsamente, que não está justificado ao crer que p , então, enquanto mantém essa crença falsa, S não pode saber que sabe que p mesmo que ele, de fato, saiba que p ; pois, para saber que ele (presentemente) sabe que p , ele teria de ter uma crença que implica que ele (presentemente) está justificado ao crer que p – a saber: ‘Eu (presentemente) sei que p ’.”³⁶⁴

³⁶⁴ de ALMEIDA, Cláudio. “Uma Versão do Deontologismo Epistêmico”. In: SOUZA, Draiton G. (Org.). *Amor scientiae: festschrift em homenagem a Reinhold Aloysio Ullmann* (Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, pp121-35). Confira também de ALMEIDA, Cláudio. “What’s Moore Paradox is About”. *Philosophy and Phenomenological Research*, 2001, vol. 62, no. 1, p. 1-26. Com este argumento, ele pretende vindicar observações de Ernest Sosa, Richard Foley e Keith Lehrer contra a meta-incoerência (a purgação de elementos da vida mental do agente que sirvam de base a autocondenação) que não lhe parecem bem-defendidas em suas obras.

A noção de confiabilidade parece ser insuficiente para satisfazer as exigências para o metaconhecimento, e isto é revelado pelo problema da Meta-Incoerência. Goldman reconhece o impacto do problema, mas incorpora as armas para enfrentá-lo de um modo que nos parece ser *ad hoc*.

6.3.2 Do Confiabilismo para uma Teoria das Virtudes Intelectuais

As respostas de *Epistemology and Cognition* para os três problemas apresentados, como acabamos de ver, não são, em geral, satisfatórias. Como já indicamos anteriormente, porém, Goldman incorporará ao confiabilismo um novo conceito – o conceito de *virtude intelectual*. O leitor poderá acompanhar, agora, a reconstrução de tal conceito (conforme a proposta de Ernest Sosa), o modo como, segundo Sosa, sua teoria responderá aos três problemas e, por fim, o modo como o próprio Goldman incorporará a noção de virtude ao confiabilismo.

6.3.2.1 Sosa: as Virtudes Intelectuais e os Problemas do Confiabilismo

A noção de ‘virtude intelectual’ debuta no cenário da discussão epistemológica contemporânea em “The Raft and The Pyramid: Coherence versus Foundations in the Theory of Knowledge”³⁶⁵. Neste ensaio, Ernest Sosa sugere uma solução para um impasse no debate fundacionismo/coerentismo. O impasse pode ser resumido nestes termos: o coerentismo – representado metaforicamente pela balsa, flutuando livre de amarras – é incapaz de acomodar adequadamente as crenças perceptuais. Isto se dá porque o coerentismo toma – na visão de Sosa – a justificação como resultante das relações lógicas entre as crenças do sistema de crenças; mas as crenças perceptuais nem sempre mantêm relações com o restante do sistema de crenças³⁶⁶. O fundacionismo – a pirâmide – é capaz de acomodar adequadamente as crenças perceptuais, mas é vítima de um dilema: se pensamos sobre o “princípio epistêmico

³⁶⁵ In. FRENCH, UEHLING & WETTSTEIN (Eds.), *Midwest Studies in Philosophy – Volume V – Studies in Epistemology*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1980, p. 3-25.

³⁶⁶ Como a teoria sugerida por Keith Lehrer, discutida anteriormente.

que fornece a justificação para crermos que algo é vermelho baseados na nossa experiência visual de algo vermelho, ele é pensado como um princípio fundamental ou como uma generalização derivada?”.³⁶⁷ Se a primeira opção é correta, então teremos uma multiplicidade de “princípios fundamentais”, já que poderemos ter princípios diferentes para experiências visuais, auditivas, táteis, etc. Para a segunda opção temos outro problema: se o fundacionista sustenta que se trata de uma generalização derivada, então ele fica a nos dever uma apresentação deste princípio unificador mais profundo³⁶⁸.

O dilema não é efetivamente superado em “The Raft and the Pyramid”. Àquela altura, Sosa apenas sugere que a justificação seja estratificada em justificação *primária* e justificação *secundária* e que a justificação primária “poderia recorrer às virtudes *intelectuais*, a disposições estáveis para aquisição de crenças, devido à sua grande contribuição em favor de nossa condução até a verdade”³⁶⁹.

A efetiva introdução, por Sosa, de uma noção substancialmente desenvolvida de virtude intelectual se dará em 1985, com “Knowledge and Intellectual Virtue”³⁷⁰; o tratamento completo da noção, porém, só é apresentado em 1991, em “Reliabilism and Intellectual Virtue” e em “Intellectual Virtue in Perspective”³⁷¹. Nesses ensaios, Sosa mostra que o confiabilismo não é capaz, com as ferramentas disponíveis até então, de responder aos problemas da generalidade, da Meta-Incoerência e ao Novo Problema do Demônio Maligno, e propõe, alternativamente, um tratamento baseado na noção de virtude intelectual. Acompanharemos, primeiramente, as críticas de Sosa às respostas goldmanianas para os problemas; depois, o como elas permitirão que nos aproximemos da noção de virtude (e, daí, da teoria sosiana do perspectivismo das virtudes); por fim, as respostas sosianas para os três problemas.

Começemos com o Novo Problema do Demônio Maligno. Como vimos, a última resposta goldmaniana para o problema se utiliza das

³⁶⁷ “The Raft and the Pyramid”, p. 21.

³⁶⁸ A reconstrução de uma teoria fundacionista (a teoria fundacionista de Paul Moser) foi realizada anteriormente.

³⁶⁹ *Id.*, p. 23.

³⁷⁰ Publicado inicialmente em *The Monist*, 68, 1985, p. 224-45 e reimpresso como o capítulo 13 de *Knowledge in Perspective*.

³⁷¹ Que vêm a ser o oitavo e o décimo sexto capítulos de *Knowledge in Perspective*.

noções de *justificação forte* e de *justificação fraca*. A crítica de Sosa será dirigida a esta última noção. Como mostramos, em “Strong and Weak Justification”, Goldman sustenta que uma crença está fracamente justificada se e somente se

“[a crença] é bem formada, no sentido de ter sido formada por meio de um processo que é condutor-da-verdade no mundo possível em que ela é produzida.”³⁷²

Sosa observa que é

“(...) no máximo num sentido *muito* fraco que o sujeito que possui uma crença “fracamente justificada” é, por isso, “isento de culpa”. Isto porque não é vetado que o sujeito tome a crença como sendo muito mal-formada, enquanto se encontra em erro sobre o processo cognitivo que a produz. Isto significa dizer que S poderia aceitar B, e crer que B é o resultado de P, e crer que P é um processo epistemicamente não-confiável, enquanto, de fato, não é P que produz B, mas sim o processo P’, igualmente não-confiável. Neste caso a crença B de S poderia estar fracamente justificada, enquanto S não crê que P’ é não-confiável, e enquanto S não possuía meios disponíveis para determinar sua não-confiabilidade. Parece, porém, no mínimo forçado tomar S como epistemicamente “sem culpa” com respeito a aceitação de B em tais circunstâncias, quando S toma B como derivando de um processo P, não confiável a ponto de ser epistemicamente vicioso.”³⁷³

³⁷² “Strong and Weak Justification”, p. 56.

³⁷³ *Knowledge in Perspective*, p. 133-4. Note que aqui Sosa realiza um movimento interessante: a despeito da existência de segunda ordem – crenças sobre o processo formador da crença em questão, é a efetiva confiabilidade do processo que funciona, em última análise, como avaliador da condição epistêmica do sujeito. As crenças de segunda ordem são consideradas inadequadas porque não indicaram a não-confiabilidade do processo. Este movimento, a nosso ver, deixa Sosa mais próximo do confiabilismo original do que o próprio Goldman (dadas, por exemplo, as suas considerações sobre crenças de segunda ordem, que acompanhamos anteriormente).

No caso do Problema da Meta-Incoerência, segundo Sosa, o sujeito epistêmico é culpável por outra razão: ele não dispõe de uma perspectiva adequada em relação à crença em questão (a crença resultante do processo confiável de clarividência) e, por isso, a descarta, quando deveria aceitá-la (já que o processo que a produz é confiável). Ele não está, então, justificado em descartar a crença.

O problema com a abordagem goldmaniana, segundo Sosa, é sua incapacidade de oferecer um tratamento adequado da justificação subjetiva. Poderemos realizar tal tarefa, ele sustenta, através da incorporação da noção de virtude intelectual. No Problema da Meta-Incoerência e no Novo Problema do Demônio Maligno o ponto parece ser a inexistência de uma conexão adequada com o ambiente (no caso da Meta-Incoerência, antes um problema de informação inadequada sobre a conexão do indivíduo com o ambiente). Mas, Sosa observa, “se a causa do erro está no ambiente, ela poderia impedir o sujeito de saber aquilo em que ele crê, mesmo se sua crença fosse verdadeira, mas há um sentido no qual o sujeito permaneceria subjetivamente justificado ou seria, de algum modo, virtuoso em tal crença. É este sentido de virtude interna que parece mais significativo para que lidemos com o Novo Problema do Demônio Maligno e com a objeção da Meta-Incoerência”³⁷⁴.

Em primeiro lugar, pois, o conceito de virtude intelectual deve incorporar a relação desejada entre certas faculdades internas estáveis (uma virtude, obviamente, é uma faculdade interna do sujeito) e o ambiente. Mas que faculdades internas? Sosa é amplamente permissivo: podemos considerar uma virtude qualquer evento interno (dadas outras condições, obviamente), desde os processos psicologicamente mais básicos até os mais complexos³⁷⁵.

Temos o suficiente para a apresentação de uma definição prévia: “Vamos definir uma virtude ou faculdade intelectual como uma competência em virtude da qual alguém pode, na maioria dos casos, obter a verdade e evitar o erro em certo campo de proposições F, quando sob certas condições C”³⁷⁶. Esta definição prévia já traz novidades em

³⁷⁴ *Knowledge in Perspective*, p. 140.

³⁷⁵ Também o confiabilismo goldmaniano, como vimos, utiliza-se da idéia de uma base de processos fundamentais (que “podem ser largamente inatos”, segundo Sosa) sustentando processos derivados através do exercício dos fundamentais.

³⁷⁶ *Knowledge in Perspective*, p. 138.

relação ao confiabilismo: as idéias de campo de proposições e a idéia de um conjunto de condições no qual a competência é, efetivamente, produtora-de-verdades. Mas estas novas noções merecem, por sua vez, esclarecimento. Um tratamento mais completo é oferecido por Sosa; de alguém pode ser dito possuir uma virtude intelectual se:

“Devido a certa natureza interna (I) [inner nature] possuída pelo sujeito S, que está situado em certo ambiente (E), S estaria, provavelmente, correto no que concerne a qualquer proposição X do campo F, em relação a qual S está nas condições C. S poderia ser um humano; I poderia envolver a posse de bons olhos e de um bom sistema nervoso, incluindo um cérebro em bom estado; E poderia incluir a superfície do globo terrestre, com suas propriedades relevantes, dentro dos parâmetros de variação experimentados pelos seres humanos através dos séculos, ou pelo sujeito S, durante sua vida ou durante um período determinado dela; F poderia ser um campo de proposições especificando as cores ou formato de um objeto diante de S, dentro de certo nível de determinação e complexidade (digamos, verdicidade e quadradicidade, mas não verde-amarelicidade ou quiliagonicidade); e C poderiam ser as condições de S ver tal objeto sob boa luz, ao alcance da mão e sem nenhuma obstrução.”³⁷⁷

A estratégia que guia a formulação da noção de virtude intelectual (na obra de Sosa) está já suficientemente clara: enquanto o confiabilismo trabalhava, em última análise com o par ‘processo produtor de crença-confiabilidade’, a noção de virtude intelectual se vale de um quadro mais amplo, que inclui confiabilidade³⁷⁸, processo³⁷⁹ e contexto³⁸⁰.

³⁷⁷ *Knowledge in Perspective*, p. 139.

³⁷⁸ Sosa não utiliza a noção golmaniana de “confiabilidade”; um requisito análogo, porém, fica mantido: nas condições adequadas, o sujeito virtuoso tem mais chances de estar correto em relação à proposição em questão.

³⁷⁹ Sosa também não utiliza o termo “processo”. Ele é substituído pelo conceito mais amplo de “natureza interna”.

³⁸⁰ O que chamamos aqui de “contexto” (o termo é nosso) é representado pelo trio “ambiente”, “condições” e “campo de proposições”.

O tratamento da noção de virtude intelectual é, pois, novo e bastante distinto daquele oferecido pela tradição aristotélica³⁸¹. Uma virtude intelectual, para Sosa, não é, ela mesma, uma disposição estável, num sentido absoluto. A disposição estável é, antes, aquilo que ele denomina *base da virtude*, ou seja, a natureza interna I. Uma virtude intelectual é estável apenas num sentido *relativo*, relativo ao ambiente E. Se, na terminologia sosiana, denominamos alguém de virtuoso, devemos considerar que estamos apenas dizendo que este sujeito, *grosso modo*, tende a estar certo em relação a uma proposição num dado ambiente. E nada podemos inferir sobre sua virtuosidade em relação a outros ambientes. Aquela disposição interna que serviu adequadamente de base para uma virtude relativa a E pode não servir adequadamente como base para uma virtude relativa a um ambiente semelhante E'. Por fim, podemos também aceitar que uma mesma virtude possua diferentes bases, para diferentes indivíduos. Podemos imaginar, apenas para fins de exemplo, que dois indivíduos utilizem diferentes mecanismos cerebrais para realizar as mesmas operações matemáticas, com igual grau de sucesso. Os dois indivíduos são, a despeito das suas diferenças cognitivas, virtuosos.

6.3.2.1.1 Virtudes Intelectuais: Resposta aos Problemas do Confiabilismo

Vamos agora acompanhar as respostas da teoria sosiana das Virtudes Intelectuais para os três problemas discutidos. Começaremos com o par Novo Problema do Demônio Maligno – Problema da Meta-Incoerência.

Como vimos, a dificuldade do Novo Problema do Demônio Maligno consiste em conceder aos nossos gêmeos manipulados o devido mérito (afinal, suas crenças são adequadas, dadas as informações que

³⁸¹ Sosa admite uma “concepção estreitamente aristotélica de virtude, de acordo com a qual uma virtude é uma disposição para fazer escolhas deliberadas apropriadas”. Mas considera também a existência de “um sentido amplo de “virtude”, também grego, no qual qualquer coisa com uma função – natural ou artificial – possui virtudes. O olho tem, no fim das contas, suas virtudes, assim como uma faca” (*Knowledge in Perspective*, p. 271). De fato, ao fim do primeiro livro da *República*, o diálogo entre Sócrates e Trasímaco revela a suposição platônica; Sócrates pergunta – e Trasímaco acquiesce – “se cada coisa desempenha bem a sua função por virtude e mal pelo vício contrário” (PLATÃO, *A República*, 353 b-c). É neste sentido que Sosa utiliza o conceito.

recebem – e que, eles não o sabem, são distorcidas pelo demônio) e, simultaneamente, a eles não conceder méritos indevidos (já que, claramente, sua condição é lastimável).

Os habitantes do mundo manipulado são semelhantes a nós em um aspecto significativo: sua natureza interna é idêntica à nossa. Como foi visto, porém, um sujeito é virtuoso quando possui uma excelência *em um dado ambiente*. Daí, podemos considerar que os habitantes do mundo manipulado não são virtuosos em relação ao mundo manipulado, mas são virtuosos – assim como nós – em relação ao *nosso* mundo. Isto é o suficiente para superar o impasse em que aqui caia o confiabilista: aquele que consistia em caracterizar a situação de confiabilidade ou inconfiabilidade dos processos de aquisição de crenças dos habitantes do mundo manipulado.³⁸²

Isso é, porém, uma explicação insuficiente da condição cognitiva dos habitantes do mundo manipulado. Eles – assim como nós – podem possuir um sistema de crenças coerente, a despeito das falsidades que compõem este sistema. Isto é, sem dúvida, algo digno de mérito. A noção sosiana de virtude, porém, é incapaz de oferecer um tratamento adequado para esta espécie de mérito. A estratégia sosiana para a superação desta limitação consiste na divisão de trabalho: a utilização de dois conceitos distintos – “justificação” e “aptidão” – assim definidos:

“A “justificação” de uma crença B requer que B tenha uma base em suas relações de inferência ou coerência com outras crenças na mente do crente – como na “justificação” de uma crença derivada de princípios profundos e, por isso, “justificada”, ou a “justificação” de uma crença adotada através do reconhecimento de sua adequação aos princípios do sujeito, incluindo princípios como os sobre que crenças são permissíveis nas circunstâncias percebidas pelo sujeito.”³⁸³

³⁸² Relembrando, parecia ser inadequado considerar os processos de aquisição de crença dos habitantes do mundo manipulado como não-confiáveis, já que os mesmos processos eram considerados confiáveis no nosso mundo.

³⁸³ A definição de justificação proposta por Sosa, assim como as definições internalistas em geral, é vítima do assim chamado “problema do isolamento”. O problema se instala por conta da possibilidade de um sujeito possuir um conjunto de crenças justificadas, mas

“A “aptidão” de uma crença B relativa a um ambiente E requer que B derive do que, relativamente a E, é uma virtude intelectual, i. e., um modo de chegar à crença que produza uma preponderância apropriada da verdade sobre o erro (no campo de proposições em questão, no tipo de contexto definido por C).”³⁸⁴

Devemos notar que a noção de justificação, definida do modo acima, é aplicável ao habitante do mundo manipulado. Considerando que a ele é vedada consciência da sua lamentável situação, podemos aceitar que as crenças induzidas parecem, para ele, adequadas às informações disponíveis. Ele recebe informações dos sentidos, que julga confiáveis. Estas informações (é bem possível) não contradizem as crenças que ele dispõe sobre o mundo, sobre os seus processos de aquisição de crenças, etc. Um indivíduo zeloso pode possuir um sistema de crenças coerente, mesmo sob as garras do demônio manipulador, como já vimos. Neste caso, sob este aspecto, sua situação é louvável. Ele está, diria Sosa, justificado.

No Problema da Meta-Incoerência a situação do sujeito epistêmico é, como vimos, oposta a dos habitantes do mundo manipulado. Lá ele possui uma perspectiva epistemicamente inadequada de sua situação, da virtuosidade de seus mecanismos de aquisição de crenças. Para explicar sua situação, o binômio aptidão/justificação será novamente suficiente: as crenças provenientes do processo de clarividência são efetivamente resultados de uma virtude intelectual e, por isso, são aptas. Porém, como

falsas (como é o caso dos habitantes do mundo manipulado do Novo Problema do Demônio Maligno).

³⁸⁴ *Knowledge in Perspective*, p. 289. Confirma também os capítulos 1 e 14. Uma distinção semelhante será estabelecida por Sosa no que diz respeito ao *conhecimento*. Trata-se da distinção entre conhecimento *animal* e conhecimento *reflexivo*. Um sujeito “possui conhecimento *animal* sobre o seu ambiente, seu passado sua própria experiência se seus julgamentos e crenças sobre eles são respostas diretas a seu impacto – e. g., através da percepção ou memória – com pouco ou nenhum benefício da reflexão ou do entendimento”; ele “possui *conhecimento reflexivo* se o seu julgamento ou crença manifesta não apenas tal resposta direta ao fato conhecido, mas também compreensão do seu lugar num todo mais amplo que inclui a crença e o conhecimento disso e como eles se dão”. (*Knowledge in Perspective* – cap. 13: *Knowledge and Intellectual Virtue*, p. 240). O conhecimento reflexivo, pois, satisfaz o requisito de acessibilidade dos internalistas.

o sujeito tem crença incompatível com a existência de tal virtude, as crenças dela proveniente não estão justificadas.

A resposta sosiana para o Problema da Generalidade é, por sua vez, distinta das respostas aos problemas anteriores em um aspecto significativo: trata-se, antes, de uma tentativa de *dissolução* do problema. Sosa lembra que nosso interesse pela justificação deriva da sua tendência para

“indicar um estado do sujeito que é importante e do interesse da sua comunidade, um estado de grande interesse e importância para uma espécie social que compartilha informações. Que estado? Presumivelmente, o estado de ser uma fonte fidedigna sobre certo campo, em certa circunstância. Para que tal justificação seja alcançável e útil posteriormente, porém, o tipo de campo F e o tipo de circunstância C precisam ser projetáveis, e precisam ter alguma mínima possibilidade objetiva ao longo da vida dos membros normais da comunidade epistêmica.”³⁸⁵

Deste *desideratum* podemos facilmente derivar duas condições a serem cumpridas no momento da delimitação de um campo de proposições F e de um conjunto C de circunstâncias:

F e C devem ser generalizados de modo útil por nós do mesmo modo que pela comunidade epistêmica de S (assumindo que ele é um de nós – e, se não o for, atribuições de conhecimento deverão poder ser indexadas ou relativizadas a tais comunidades);
F e C devem ser generalizados de modo útil pelo próprio sujeito quando ele, com o próprio esforço, sobe do conhecimento animal para o conhecimento reflexivo.³⁸⁶

Este ato de generalização é considerado por Sosa como, ele mesmo, uma virtude, mais especificamente, uma virtude sobre virtudes. Tomando o segundo requisito, por exemplo, esta virtude de segunda ordem é adequada quando identifica o campo em que uma faculdade de primeira ordem – a visão, por exemplo – é efetivamente virtuosa.

³⁸⁵ *Knowledge in Perspective* – cap. 16: “Intellectual Virtue in Perspective”, p. 282.

³⁸⁶ Id., p. 284.

A dissolução do problema é, pois, realizada – mas apenas no escopo da teoria sosiana: sob determinado aspecto, podemos ser virtuosos na primeira ordem (e por isto, aptos no que diz respeito a este aspecto), mas se não somos virtuosos na segunda ordem (ou seja, se não determinamos de modo adequado o campo e as condições nos quais a faculdade de primeira ordem é, efetivamente, uma virtude), não satisfazemos aquele requisito de posse de uma perspectiva epistêmica adequada que é necessário para a justificação.

Em que consiste, porém, de modo mais preciso, tal “perspectiva adequada”? Esta é uma questão central, pois toca, por exemplo, em um dos pontos que demarcam os territórios do externalista e do internalista, a saber, o requisito de acessibilidade àquilo que justifica a crença. Se a “perspectiva epistemicamente adequada” for tomada significando crença do sujeito epistêmico na origem virtuosa de uma crença-objeto em questão, então Sosa se compromete com o internalismo, de um modo inadmissível para Goldman (que, como vimos, dispensou o requisito de acessibilidade). Se a perspectiva adequada significa alguma outra coisa, então devemos requerer, obviamente, maiores esclarecimentos.

Pois bem, o próprio Sosa é deveras obscuro em relação a este ponto. Enquanto é tratado pela comunidade dos epistemólogos como um externalista, muitas vezes parece escrever como um internalista. Em um recente ensaio (*Reflective Knowledge in the Best Circles*³⁸⁷, de 1997), por exemplo, dissertando sobre a coerência requerida de alguém que se encontra em uma perspectiva adequada em relação às suas crenças, Sosa sustenta que

“Esta concepção ampla da coerência da mente de uma pessoa envolve não apenas as relações lógicas, probabilísticas e explanatórias entre as crenças de primeira ordem da pessoa, mas também coerência entre tais crenças e as experiências sensoriais e de outras espécies que a pessoa realiza, e também coerência compreensiva entre experiências de primeira ordem, crenças e outros estados

³⁸⁷ *The Journal of Philosophy*, XCIV, n. 8, 1997. Reimpresso em STEUP, Matthias. *Knowledge, Truth and Duty – Essays on Epistemic Justification, Responsibility, and Virtue*. Oxford: Oxford UP, 2001, p.187-202. (as páginas das referências a este ensaio dizem respeito a esta reimpressão)

mentais, de um lado e crenças *sobre* estados de primeira ordem, do outro.”³⁸⁸

A seção final do excerto soar tipicamente internalista, se imaginarmos que estas crenças de segunda ordem são formadas de modo tal que incluam acesso às crenças de primeira ordem, através da introspecção. O requisito por “crenças *sobre* estados de primeira ordem” revelaria, neste caso, compromisso com a tese de acessibilidade. E, já que virtudes são qualidades internas do sujeito, a teoria sosiana satisfaria os requisitos para uma classificação entre os internalistas.

Que tipo de internalista, se este é o caso? Como vimos no excerto, aquela espécie de “coerência ampla” exigida para a perspectiva epistemicamente adequada inclui crenças advindas da percepção. Isso evita, segundo Sosa, que sua teoria seja vítima do Problema do Isolamento, que vítima teorias coerentistas que exigem, por exemplo, apenas que as crenças de um sistema estejam logicamente relacionadas entre si (o problema do isolamento mostra que um conjunto com crenças falsas pode ser logicamente coerente). O conhecimento reflexivo “requer coerência ampla, incluindo a habilidade da pessoa em colocar seu conhecimento de primeira ordem [suas crenças aptas] em perspectiva epistêmica”³⁸⁹. O conhecimento animal, porém, não exige qualquer tipo de coerência, como vimos anteriormente. Para o conhecimento animal é preciso apenas que a crença proceda de uma virtude (e sua teoria do conhecimento animal não é, pois, internalista). Sosa é, neste caso, um tipo incomum de coerentista: para o conhecimento reflexivo, sua teoria exige coerência, mas uma coerência de tipo ímpar, que inclui necessariamente crenças sobre a aptidão das crenças que compõem o conjunto de crenças do sujeito.³⁹⁰

³⁸⁸ *Reflective Knowledge in the Best Circles*, p. 195.

³⁸⁹ *Id.*, p. 196.

³⁹⁰ Esta é, por exemplo, a posição de Richard Fumerton, que em nota do seu *Sosa's Epistemology* defende que está “inclinado a pensar que devemos tomar a coerência como o requisito *central* para o conhecimento reflexivo. Conhecimento reflexivo é apenas crença verdadeira justificada na qual a justificação não contém qualquer falsidade essencial para a justificação. Justificação requer não apenas coerência, mas coerência de um tipo especial, coerência que inclui metacrenças sobre a origem da justificação. Estas metacrenças envolverão inevitavelmente crenças sobre a confiabilidade das fontes da crença e a “cláusula da ausência de falsidades essenciais” trará a confiabilidade para a teoria pela porta dos fundos, falando metaforicamente. Mas o tratamento da justificação relevante para o

O próprio Sosa, porém, não parece confortável em vestes internalistas. Em réplica a Richard Fumerton (veja a nota do final do final do parágrafo anterior), Sosa sustentará que aquele tipo de coerência exigida para que o sujeito epistêmico esteja numa perspectiva adequada em relação a uma crença não implica na existência de crenças de segunda ordem. Para tal

“Nós precisamos distinguir, primeiramente, entre crenças completamente conscientes e subconscientes; também, em segundo lugar, entre o que é e o que não é ‘passível de verbalização ou simbolização pelo crente, talvez pelo menos em notação musical; e, finalmente, também entre crença que se manifesta através de atos de aceitação episódica de uma proposição de algum modo presente para a mente de alguém, mesmo que não simbolicamente presente, e crença que é manifesta apenas de outros modos. Uma crença de que $2 + 2 = 4$ pode permanecer, subconscientemente, mesmo quando alguém está adormecido e inconsciente; em segundo lugar, alguém pode acreditar que uma pessoa tem dada aparência ou que sua voz soa de tal modo, ou alguém pode saber que, em certa situação, para evitar desastres de bicicleta ele deve deslocar seu peso de uma dada maneira, ou deve virar o guidão de certa maneira, mesmo quando ele não consegue fazer isso, naquela situação. O conhecimento completo do como dirigir bicicletas pode ser algo que uma pessoa pode não expressar simbolicamente, mas a pessoa pode ainda manifestar tal conhecimento dirigindo efetivamente uma bicicleta e enfrentando de modo bem-sucedido as situações que põem seu conhecimento à prova.

Algo similar pode ser dito dos procedimentos intelectuais. Alguém pode adquirir e sustentar crenças manifestando, assim, pelo menos em parte, sua sensibilidade em relação ao lugar destas crenças em sua rede de crenças coerentes. Mais, as crenças constituintes da perspectiva epistêmica de uma pessoa não são exceção. Guias de floresta, camponeses e marujos experientes acumulam muito saber que eles não podem formular simbolicamente. Depois de certa

conhecimento reflexivo permanecerá essencialmente coerentista em estrutura. (esta é a nota 3 de FUMERTON, Richard. “Sosa’s Epistemology”. In: VILLANUEVA, Enrique (Ed.). *Philosophical Issues, 5 – Truth and Rationality*. Atascadero: Ridgeview, 1994.

contemplação gestaltiana do ambiente ou de uma parte relevante dele, eles derivam certas inferências práticas apropriadas como, digamos, que uma tempestade está chegando, mesmo quando eles não são capazes de expressar simbolicamente o conhecimento que eles possuem, o conhecimento de que quando o mar e o céu têm tal e tal aparência, uma tempestade provavelmente vem chegando.”³⁹¹

Esta passagem é reveladora da adesão sosiana aos postulados meta-epistemológicos externalistas. Se concedemos que os velhos marujos estão justificados em suas crenças (além da mera posse de crença apta), mesmo que eles não sejam capazes de verbalizá-las, então eliminamos (ou pelo menos enfraquecemos demasiadamente) nosso compromisso com a tese da acessibilidade, algo inaceitável para um internalista. Sosa volta, pois, ao reino dos externalistas.

Uma interpretação possível do excerto seria aquela que considera que os marujos (por exemplo) *têm acesso ao que justifica a crença* (à evidência para aquilo que eles sustentam, por exemplo), mas padecem de outro mal, uma incapacidade de expressar os nexos entre evidência e conclusão. A menção de Sosa à “contemplação gestaltiana” enfraquece esta interpretação. Parece mesmo que Sosa defende que os sujeitos do excerto não padecem de mal algum, apenas devem seu conhecimento a virtudes que, como os processos confiáveis goldmanianos, são psicologicamente mais básicos e distintos da nossa reflexão. Mas isto enfraquece a noção de “conhecimento reflexivo”; precisaríamos distinguir entre aquele conhecimento reflexivo “não-proposicional” e o conhecimento reflexivo “proposicional”, veiculável, passível de ensino e aprendizagem, que os humanos têm muito valorizado. O mesmo vale para a “sensibilidade em relação ao lugar das na rede de crenças coerentes”; coerência parece ser

³⁹¹ SOSA, Ernest. “Virtue Perspectivism: A Response to Foley and Fumerton”, p. 47. In: VILLANUEVA, Enrique (Ed.). *Philosophical Issues, 5 - Truth and Rationality*. Atascadero: Ridgeview, 1994. Em um ensaio posterior, Sosa sustenta que “Se uma faculdade opera para fornecer um crença a um indivíduo e, daí, um pouco de conhecimento direto, o indivíduo deve possuir certa consciência [awareness] desta crença e de sua fonte, e da virtude da fonte tanto no geral quanto na instância específica” (SOSA, Ernest. “Three Forms of Virtue Epistemology”. In: AXTELL, Guy (Ed.). *Knowledge, Belief and Character - Readings in Virtue Epistemology*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2000, p. 38). Esta passagem - e eventuais outras semelhantes - poderia ser interpretadas do mesmo modo.

interpretada não como a manifesta percepção de que não há incoerência no sistema de crenças, percepção á qual S pode ter acesso. Antes, parece remeter àquele mesmo tipo de “contemplação gestaltiana”. Isto parece fazer com que a noção de coerência tenha um papel muito distinto daquele que ela desempenha na obra de Lehrer, por exemplo.

6.3.2.2 Confiabilismo e Perspectivismo das Virtudes

O ponto de contato entre o confiabilismo e a teoria sosiana é, como vimos, a teoria das virtudes intelectuais. Uma virtude intelectual, como vimos, incorpora um elemento de confiabilidade. O caráter consequencialista, que o próprio Goldman apontava como característico de seu confiabilismo, está implícito na noção sosiana de virtude intelectual (enquanto uma faculdade é virtuosa se tem, por consequência, a tendência para a verdade). A noção de virtude pode ser compreendida, como está claro, como uma modificação da noção de “processo confiável”.

A teoria das virtudes intelectuais é, porém, apenas parte da teoria sosiana do conhecimento. Como vimos, as virtudes intelectuais estão todas subordinadas a uma virtude superior, uma virtude necessária para que o sujeito epistêmico atinja aquela *perspectiva adequada* em relação às suas crenças de primeira ordem e, assim, para que ele esteja justificado em crer no que crê (e, quiçá, para que atinja o conhecimento reflexivo). A teoria sosiana é, pois, uma teoria do *perspectivismo das virtudes*.

As vantagens devidas à inclusão da noção de coerência na teoria (como vimos, a coerência é requisito para a perspectiva adequada) não são pequenas. Enquanto detectamos adhocidades nas respostas goldmanianas para os problemas da Meta-Incoerência e do Demônio Maligno, poupamos as respostas sosianas deste ataque. Isto porque, enquanto Goldman precisa fazer erguer - partindo do fundamento fornecido pelos processos cognitivos mais básicos - uma teoria da justificação ampla (que dê conta das crenças de primeira e de segunda ordem), Sosa pode se dar ao luxo de oferecer uma teoria da justificação e, paralelamente, uma outra teoria, da aptidão. Enquanto Goldman, devido aos compromissos meta-epistemológicos que assume, precisa construir um grande edifício, Sosa pode realizar a tarefa significativamente mais simples de erguer duas construções menores (a da justificação e a da aptidão), que se mantêm unidas pela noção de coerência.

Mas as semelhanças superam as diferenças. A apropriação da noção de virtude, pelo confiabilismo, será, como podemos esperar, muito pouco traumática. Como vimos, Sosa sugere que a noção de virtude intelectual é capaz de superar os impasses no debate coerentismo/fundacionismo. Podemos ver, agora, como a teoria sosiana articula as duas intuições: por um lado, a justificação depende da coerência interna do sujeito (como condição necessária para que o sujeito epistêmico atinja a perspectiva adequada em relação à crença), o que depende, como vimos, do uso de uma virtude de segunda ordem; por outro, a aptidão depende da existência das virtudes, que se organizam como um edifício, em que as virtudes de nível mais alto se apóiam nas virtudes mais básicas (lembrando que Goldman tomava a organização dos nossos processos e métodos de formação de crenças de modo semelhante).

6.4 A Recepção Goldmaniana da Noção de Virtude

Antes de encerrarmos este capítulo, precisamos percorrer o caminho da recepção goldmaniana da noção de virtude, nos moldes propostos por Ernest Sosa. Como vimos, a noção sosiana de virtude foi engendrada em íntima conexão com a noção de confiabilidade. Há, porém, pelo menos uma diferença significativa entre as suposições meta-epistemológicas das duas teorias: enquanto Goldman estabelece um critério para a classificação da confiabilidade de processos e métodos (o seu grau de confiabilidade), Sosa não assume tal compromisso. Por conta deste compromisso, Goldman acaba comprometido com um escalonamento dos processos e métodos de produção de crença, em termos do seu grau de confiabilidade. Uma crença produzida por um processo mais confiável é, digamos, superior a uma crença produzida por um processo mais abaixo na escala de confiabilidade.

Vimos que Goldman enfrenta a questão da cancelabilidade com a cláusula (b) de (P3); vimos que, apesar da preocupação com a questão do cancelamento da justificação ser uma questão essencial, a cláusula (b) parece não encontrar amparo no pressuposto meta-epistemológico que sustenta o escalonamento dos processos e métodos por conta de seu grau de confiabilidade assumidos pelo confiabilista. O acréscimo da cláusula (b) parece ser, pois, como vimos, *ad hoc*.

A teoria sosiana escapa do problema. Para Sosa, aquela virtude de ordem superior que permite a posse de uma perspectiva adequada em relação à crença em questão é epistemologicamente superior. Se, numa dada situação, esta virtude indica a incoerência da crença em relação ao conjunto de crenças relacionadas à questão, então isto é suficiente para o decreto: a crença não pode estar justificada. Esta virtude superior tem *sempre* prioridade sobre as virtudes inferiores. Ou seja, enquanto Goldman monta apenas uma escala de avaliação, com os processos mais confiáveis no topo, Sosa monta duas: uma para as virtudes mais básicas e outra para as virtudes de ordem superior.

Estão claras, a esta altura, as vantagens da noção de ‘virtude epistêmica’ sobre a de ‘processo confiável’, e isso será reconhecido por Goldman, que incorporará ao confiabilismo uma teoria das virtudes intelectuais. Dadas as diferenças entre as teorias, devemos esperar uma recepção cuidadosa, por parte de Goldman, da noção de virtude, nos termos sosianos. E é frustrante o modo pouco cuidadoso pelo qual, efetivamente, a incorporação da noção se dará.

A guinada do confiabilismo goldmaniano em direção a uma teoria das virtudes pode ser acompanhada no ensaio de 1992, *Epistemic Folkways and Scientific Epistemology*.³⁹² Neste ensaio, Goldman “pretende reformular e expandir sua própria concepção meta-epistemológica (articulada de modo mais completo em *Epistemology and Cognition*), mantendo muitos dos seus elementos iniciais e, ao mesmo tempo, reconfigurando outros. A discussão não está, porém, de modo algum confinada ao nível meta-epistemológico. Novas propostas substanciais serão desenvolvidas e defendidas”³⁹³.

No âmbito das questões meta-epistemológicas, a questão central do ensaio consiste em discutir o papel, na discussão epistemológica, dos nossos conceitos e princípios epistêmicos ordinários, os nossos *epistemic folkways*. Como seria de se esperar, dados os postulados meta-epistemológicos assumidos em 86, Goldman considera que é dever da epistemologia sempre *partir* da nossa epistemologia de senso comum

³⁹² Que vem a ser o capítulo nono de GOLDMAN, Alvin. *Liaison: Philosophy Meets the Cognitive and Social Sciences*. Cambridge: The MIT Press, 1992.

³⁹³ *Liaison*, p. 155.

mas, “mantendo a continuidade”, sua segunda tarefa deve ser a de “reformular ou transcender” esta epistemologia ingênua. A primeira tarefa da epistemologia consiste em oferecer uma descrição dos conceitos epistemológicos vulgares. A segunda, na “formulação de um conjunto de normas epistêmicas mais adequado, sólido ou sistemático, um conjunto que de certo(s) modo(s) transcenda nosso repertório epistêmico vulgar”³⁹⁴. As duas tarefas, a *descritiva* e a *normativa* deverão ser realizadas com o auxílio das ciências cognitivas.

No âmbito da primeira tarefa Goldman inclui a compreensão da noção de “justificação”. Ele proporá, para tal, uma abordagem do conceito que

“(...) participa da tradição confiabilista, mas se separa, num dado momento, de outras versões de confiabilismo. Minha abordagem tem a mesma idéia central da teoria das *virtudes intelectuais* de Ernest Sosa, mas incorpora alguns elementos distintos que potencializam seus resultados.

A tese básica consiste, *grasso modo*, em identificar o conceito de crença justificada com o conceito de crença obtida pelo exercício de virtudes (excelências) intelectuais. Crenças adquiridas (ou mantidas) através de uma cadeia de processos psicológicos “virtuosos” se qualificam como justificadas; aquelas adquiridas parcialmente através de “vícios” cognitivos são rebaixadas ao grupo das injustificadas [unjustified]. Esta é, como disse, a tese *geral*. Para explicá-la mais detalhadamente, eu preciso dizer algumas coisas sobre a psicologia do avaliador epistêmico, do possuidor e do detrator do conceito em questão (...).

A hipótese que eu gostaria de estabelecer é a de que o avaliador epistêmico tem um conjunto ou lista de virtudes e vícios cognitivos mentalmente armazenado. Quando convidado a avaliar um caso real ou hipotético de crença, o avaliador observa o processo pelo qual a crença foi produzida e o compara à lista de virtudes e vícios. Se o processo é composto apenas por virtudes, a crença é classificada como justificada. Se os processos são compostos parcialmente por vícios, a crença é categorizada como injustificada. Se um cenário de formação de crenças é descrito de modo tal que as características do processo

³⁹⁴ *Liaison*, p. 156.

não encontram correlação com a lista de virtudes e vícios, então a crença não pode ser classificada como justificada ou como injustificada, mas simplesmente como *não*-justificada [*non-justified*].”³⁹⁵

O primeiro parágrafo do excerto guiará nossa exegese da recepção goldmaniana da noção de virtude: com exceção daquilo que Goldman explicitamente mencionar, consideraremos como padrão a manutenção das suposições sosianas sobre a noção de virtude.

Os dois parágrafos seguintes marcam uma diferença significativa entre as preocupações goldmanianas e as sosianas: enquanto Sosa dedicou seus esforços à elaboração de uma definição *formal* de virtude epistêmica, Goldman considera necessário oferecer uma explicação *substancial* (conforme o espírito do programa explicitado no ensaio de 86) da noção de virtude, que será elaborada a partir das contribuições das ciências cognitivas. Cabe a elas, por exemplo, explicar como os indivíduos elaboram sua “lista interna de virtudes e vícios”, como eles representam mentalmente as virtudes e vícios que subscrevem, como eles decidem que tais e tais casos são instâncias desta ou daquela virtude, etc. Melhor dizer, então, que a existência de virtudes intelectuais passa a ser uma *hipótese* a guiar nossas tentativas de *descrição* daquele aspecto da vida psicológica dos indivíduos comuns interessado na aquisição de verdades³⁹⁶.

Esta tarefa *descritiva* da epistemologia subsidiará, por sua vez, o trabalho da epistemologia *normativa*. Tomemos, por exemplo, a questão, já discutida anteriormente, da culpabilidade do sujeito epistêmico. Quando, afinal, um indivíduo é culpável por haver falhado em crer algo que ele *deveria* crer?

Goldman sugere que, pelo menos em alguns casos em que intuitivamente reputamos o sujeito epistêmico como culpável, aparece envolvida aquela investigação sobre as próprias crenças do sujeito, envolvendo a memória. Vamos supor um caso em que um estudante de filosofia, às vésperas da colação de grau, redige seu discurso de formatura e comete uma falácia de negação do antecedente. Ele estudou lógica no

³⁹⁵ *Liaison*, p. 157.

³⁹⁶ Esta espécie de consideração não é nova, como vimos. Para ficar com apenas um exemplo, acompanhamos a tentativa goldmaniana de recurso a informações procedentes das Ciências Cognitivas para a dissolução do Problema da Generalidade.

longínquo começo de sua formação filosófica, e dentre tantas novas informações, escutou seu professor bradando o caráter falacioso da negação do antecedente. Dado o longo intervalo entre o início do curso e sua formatura, é o estudante culpável pelo erro ou se trata de um lapso não-culpável?

Goldman sugere que esta “é uma questão à qual os epistemólogos têm devotado pouca atenção, em parte porque pouco era conhecido sobre a recuperação de dados na memória até bem recentemente. Mas, agora que a ciência cognitiva tem ao menos um começo de compreensão deste fenômeno, a epistemologia normativa deve prestar cuidadosa atenção a esta pesquisa”.³⁹⁷

Fica, aqui, ainda mais claro o modo de incorporação da teoria sosiana por Goldman: como dissemos, a teoria sosiana das virtudes passa a ser, em primeiro lugar, uma hipótese a guiar a investigação das Ciências Cognitivas. E o que mais? Infelizmente Goldman nada oferece em relação a esta questão. Não sabemos, por exemplo, se ele aceitará a superioridade daquela virtude que permite que o sujeito conhecedor perceba a coerência necessária para a posse de uma perspectiva adequada em relação às suas crenças. Não sabemos se a sugestão sosiana do abandono da idéia de escalonamento dos processos segundo sua confiabilidade será também incorporada. Como vimos, estas duas noções ocupam lugar central na teoria sosiana, além de serem incompatíveis com pressupostos do confiabilismo goldmaniano. Mas Goldman não nos oferece a menor consideração sobre elas. Culpável por omissão.

6.5 Virtudes e Confiabilismo: Considerações Finais

A despeito da frustração causada pela rapidíssima aproximação entre o confiabilismo goldmaniano e a teoria sosiana das virtudes intelectuais, temos o suficiente para realizar a proposta mais geral desta primeira seção: caracterizar uma das correntes da Teoria das Virtudes em epistemologia. Vamos caracterizar esta corrente apelando a três aspectos implícitos tanto no confiabilismo goldmaniano quanto no perspectivismo das virtudes: o consequencialismo, a caracterização de

³⁹⁷ *Liaison*, p. 171.

virtude incluindo faculdades e a dispensa de crenças de segunda ordem sobre a justificação.

O carácter consequencialista das duas teorias é facilmente notado quando atentamos para o papel fundamental da noção de verdade na definição de justificação. Tanto a noção de confiabilidade quanto, mais adiante, a noção de virtude intelectual são definidas, como vimos, *em função da verdade*. Por mais nobre ou útil que consideremos uma nossa faculdade, ela não concederá justificação (ou, no caso de uma virtude intelectual, aptidão) a menos que *efetivamente* ela nos conduza à verdade.

Esta tendência para a verdade é, como vimos, independente das nossas eventuais crenças de segunda ordem sobre a virtude em questão. Isto é suficiente para que tanto Goldman quanto Sosa dispensem o sujeito epistêmico da exigência, tipicamente internalista, de acesso. As duas teorias, como foi visto, são representantes do *externalismo* em relação à justificação.

Por fim, como vimos anteriormente, a noção de virtude até aqui analisada difere fortemente da noção aristotélica de virtude, entendida como uma disposição de carácter, adquirida pelo treinamento, demonstrada pela ação e flexível, devido à aplicação da razão.

Veremos, no capítulo seguinte, que estas características serão centrais para a divisão do território das diferentes teorias da virtude intelectual. De um lado teremos teorias engendradas aos moldes consequencialistas, como a sosiana. Do outro, uma proposta teórica que se afasta do consequencialismo em favor de uma concepção de virtude inspirada na obra aristotélica. Esta guinada, dentre outras vantagens, pretende permitir a superação dos impasses entre as teorias externalistas da justificação e os internalistas. O impasse externalismo/internalismo é central no debate epistemológico contemporâneo e sua superação consistiria em um avanço significativo. O debate, hoje, marca o confronto entre intuições básicas e poderosas, assim como entre duas concepções sobre a função e o lugar da epistemologia. A resolução do impasse é, pois, central. Linda Zagzebski é a principal defensora de uma epistemologia modelada na teoria aristotélica das virtudes. Tendo como pano de fundo as teorias confiabilistas, analisaremos, a seguir, a teoria areteica zagzebskiana, avaliando o grau de sucesso obtido, dado seu ambicioso objetivo.

CAPÍTULO 7 – SOBRE CONHECER E TER UM BOM CARÁTER INTELECTUAL

O leitor pôde acompanhar, na seção anterior de nossa investigação, uma reconstrução crítica de uma teoria das virtudes intelectuais moldada na forja confiabilista. Como vimos, esta teoria revelou uma estrutura fortemente análoga ao consequencialismo ético.

Nesta última parte deste ensaio, encontraremos também uma teoria epistemológica centrada na noção de virtude intelectual. Como o leitor poderá acompanhar, porém, trata-se de uma teoria substancialmente distinta da teoria analisada anteriormente. Linda Zagzebski, em seu *Virtues of The Mind - An Inquiry into the Nature of Virtue and the Ethical Foundations of Knowledge*³⁹⁸, propõe um ambicioso redirecionamento do debate epistemológico, sugerindo que alguns dos principais problemas da epistemologia contemporânea podem ser resolvidos por uma teoria “pura” das virtudes intelectuais, ou seja, uma

³⁹⁸ ZAGZEBSKI, Linda Trinkaus. *Virtues of the Mind - An Inquiry into the Nature of Virtue and the Ethical Foundations of Knowledge*. Cambridge: Cambridge UP, 1996 (*Virtues of the Mind*, doravante).

teoria epistemológica elaborada a partir do modelo da ética aretica aristotélica³⁹⁹.

A principal tese meta-epistemológica de *Virtues of the Mind* está longe de ser correntemente considerada pelos epistemólogos contemporâneos. Trata-se da suposição de que a avaliação epistemológica é, antes de mais nada, uma subárea da avaliação ética. Sustentado esta tese, Zagzebski pretende desenvolver “uma teoria da virtude suficientemente ampla para lidar tanto com as virtudes intelectuais quanto com as morais sob uma teoria única”, e mostrar que esta teoria “pode ser utilizada para a análise de alguns dos conceitos principais da epistemologia normativa, incluindo os conceitos de conhecimento e de crença justificada”.⁴⁰⁰

A noção de virtude intelectual, como vimos no capítulo anterior, não debuta no cenário epistemológico contemporâneo em roupagem aristotélica; antes, ela surge consequencialista. Mais, Zagzebski sustentará que *todas* as teorias anteriores que utilizam a noção de virtude intelectual⁴⁰¹ acabam por se aproximar do modelo consequencialista.

³⁹⁹ O leitor não encontrará nas páginas seguintes uma reconstrução da teoria aristotélica das virtudes. Quando necessário, porém, as remissões à teoria nicomaqueica das virtudes serão tornadas explícitas. Como veremos, a teoria zagzebskiana, apesar de inspirada na ética aristotélica, guarda algumas diferenças substanciais em relação à sua fonte de inspiração. Uma avaliação da interpretação zagzebskiana da obra aristotélica está além do interesse que guia nossa investigação.

⁴⁰⁰ *Virtues of the Mind*, p. xiv. Zagzebski não imagina estar a realizar uma redução da epistemologia à ética, como criticado por Roderick Firth (FIRTH, Roderick. “Are Epistemic Concepts Reducible to Ethical Concepts?”. In. GOLDMAN & KIM (Eds.) *Values and Morals*. Dordrecht: D Reidel, 1978.). Antes, ela lembra que “meu objetivo é o de mostrar que o conceito de moral é demasiadamente estreito do modo como é habitualmente compreendido e que ele deve ser estendido até cobrir os aspectos normativos das atividades cognitivas. Eu penso neste movimento como expansionista, antes de reducionista, uma vez que ele seria mais adequadamente descrito como uma expansão do campo da avaliação moral ordinária, a fim de incluir a avaliação epistêmica, do que como redução da última à outra” (*Virtues of the Mind*, p. 255).

⁴⁰¹ Além da teoria sosiana, teorias como as sugeridas por John Greco (GRECO, J. *Putting Skeptics in their Place: Skeptical Arguments and Philosophical Inquiry*. New York: Cambridge UP, 2000), Jonathan Kvanvig, (KVANVIG, J. *The Intellectual Virtues and the Life of the Mind*. Lanham: Rowman & Littlefield, 1992), Lorraine Code (CODE, L. *Epistemic Responsibility*. Hanover: University Press of New England, 1987) e James Montmarquet (MONTMARQUET, J. *Epistemic Virtue and Doxastic Responsibility*. Lanham: Rowman & Littlefield, 1993). As teorias sugeridas por John Greco e Jonathan Kvanvig são declaradamente confiabilistas e do confiabilismo importam a estrutura

Cabe, agora, então, analisar as vantagens que podem ser obtidas através da mudança de chave proposta, o abandono do consequencialismo em favor de uma teoria “pura” das virtudes.

7.1. Teorias Baseadas em Virtude e Teorias Baseadas em Ato

A tese zagzebskiana da subordinação do debate epistemológico ao debate em ética⁴⁰² certamente soará estranha para grande parte dos epistemólogos contemporâneos. Ela só poderá ser adequadamente avaliada, porém, após a análise da teoria zagzebskiana das virtudes, algo que realizaremos posteriormente.

Podemos, por ora, utilizar uma versão mais fraca da tese; no lugar de subordinação, falemos de analogia entre os modelos de avaliação ética e os de avaliação epistêmica. Isto, segundo Zagzebski, será o suficiente para uma classificação mais adequada das teorias epistemológicas contemporâneas e dos impasses entre as teorias. O recurso a analogias com modelos teóricos utilizados no debate ético não é, em si, novidade. Como vimos, o próprio Goldman considerava o confiabilismo como uma forma de consequencialismo; e “consequencialismo” é uma noção importada da ética⁴⁰³.

7.1.1 Teorias Baseadas-em-Ato

A primeira correlação a ser estabelecida entre ética e epistemologia contemporâneas diz respeito ao objeto da avaliação. Na ética moderna o objeto de avaliação tem sido, tradicionalmente, o ato; na epistemologia, as crenças. Os epistemólogos têm discutido sobre *crenças* “justificadas”,

consequencialista. As teorias elaboradas por James Montmarquet e por Lorraine Code aproximam-se da tese zagzebskiana de que a epistemologia deve centrar suas atenções sobre o caráter do agente epistêmico, mas, ao fim das contas, que nenhum dos dois acaba por romper com o consequencialismo.

⁴⁰² Zagzebski considera que expressões como “estar justificado”, “garantido”, “bem fundado”, etc., são derivados da noção de “ação correta”, e que, daí, “a avaliação epistêmica é uma forma de avaliação moral” (Cf. *Virtues of the Mind*, p. 6-7). Veremos, posteriormente, como ela desenvolverá esta tese.

⁴⁰³ O termo “consequencialismo” parece ter sido utilizado pela primeira vez por G. E. M. Anscombe, em “Modern Moral Philosophy”. *Philosophy* 33: 1-19, 1958.

“garantidas”, “bem-fundadas” e assim por diante, e têm divergido sobre o caráter das crenças que efetivamente merecem tais títulos.

Como é sabido, há duas respostas recorrentes na literatura contemporânea para a questão das propriedades desejadas para crenças (assim como há duas espécies de respostas para a questão sobre o que torna uma ação correta): a primeira delas se preocupa com a taxa de produção de verdades, e é análoga ao consequencialismo ético (o confiabilismo pertence a esta categoria, como vimos); a segunda se preocupa com o que é permissível, do ponto de vista epistemológico, ou seja, preocupa-se com coisas como violação de regras e cumprimento de deveres e, por isso, Zagzebski classifica as teorias que se preocupam com tais questões num grupo correlacionado ao deontologismo ético. É irrelevante, para nossos objetivos neste ensaio, investigar a correção desta classificação⁴⁰⁴. Mas é relevante percebermos que os dois grupos (“deontologismos” e “consequencialismos”) são compostos por teorias baseadas-em-crença, estruturalmente similares às teorias éticas baseadas-em-ato.

A proposta zagzebskiana é, segundo a sua própria avaliação, neste sentido, original: em substituição a qualidades de crenças (a verdade ou a justificação) como primeiro objeto de avaliação, sua teoria das virtudes se ocupará primeiramente de características [*traits*] internas das *pessoas*. Os confiabilistas, por exemplo, têm se ocupado disto, alguém poderia lembrar; os confiabilistas têm se preocupado com características internas dos indivíduos, tendo, inclusive, como vimos, nomeado algumas destas características como “virtudes”.

Os confiabilistas não se ocupam, porém, *primeiramente* de virtudes. Uma virtude, segundo a proposta confiabilista, é definida, antes, em termos de sua condutividade-à-verdade. Zagzebski propõe algo bem distinto disto: “uma teoria que trate a avaliação como algo derivado do caráter do agente”.⁴⁰⁵ Ou seja, assim como no debate ético temos nas teorias da virtude uma alternativa ao consequencialismo e ao deontologismo (que têm como objeto primário de avaliação os atos), teríamos, no debate epistemológico, uma alternativa aos modelos que têm na crença seu objeto primário de avaliação (as teorias internalistas e

⁴⁰⁴ Zagzebski não identifica, por exemplo, o grupo do internalismo com o deontologismo ético; ela admite que teorias da justificação podem ser internalistas sem assumir um formato deontologista.

⁴⁰⁵ *Virtues of the Mind*, p. 16.

externalistas da justificação e as teorias do conhecimento destas derivadas).

Quais, porém, as vantagens desta mudança de orientação? Elas não são poucas: primeiramente, sustenta Zagzebski, conceitos areteicos “têm a vantagem de maior riqueza”⁴⁰⁶; por exemplo,

“a reação das pessoas comuns à impropriedade epistêmica não consiste apenas em dizer que a crença de uma pessoa é injustificada, mas em direcionar a avaliação para a pessoa mesma, denominando-a de [possuir uma] “mente estreita”, “descuidado”, “intelectualmente covarde”, “rasteiro”, “desatento”, “preconceituoso”, “rígido” ou “obtusos” (...). É claro que as crenças formadas como resultado destes defeitos são avaliadas negativamente, mas quaisquer termos para esta avaliação negativa, tais como “injustificado” ou “irracional”, falham em informar qualquer outra coisa além da avaliação negativa isolada (...). Conceitos como aqueles apresentados mais acima têm um conteúdo mais rico. Eles não são apenas termos normativos, avaliando negativamente, mas eles indicam o *modo* pelo qual o crente está a agir de modo impróprio.”⁴⁰⁷

Em segundo lugar, Zagzebski considera que se pretendemos realizar a avaliação de um ato (ou crença) julgando o ato (ou crença) segundo um conjunto de regras, acabamos por exigir conjuntos de regras mais e mais complexo, chegando, por fim, à conclusão de que não podemos oferecer um conjunto de regras capaz de permitir a avaliação de todas as ações (crenças). Ela oferece como exemplo a virtude intelectual da introspecção, lembrando que ela “é uma virtude intelectual que não é governada por regras, mas difere de modo significativo na forma que toma de uma pessoa para outra, e de uma área do conhecimento para outra”⁴⁰⁸.

⁴⁰⁶ *Virtues of the Mind*, p. 17.

⁴⁰⁷ *Virtues of the Mind*, p. 20.

⁴⁰⁸ *Virtues of the Mind*, p. 21. A impossibilidade de se oferecer um conjunto de regras capaz de oferecer uma avaliação epistêmica adequada para todas as situações e todas as crenças leva, segundo Zagzebski, à insolubilidade do Problema de Gettier, se o tentamos resolver numa perspectiva baseada-em-crença. Esta tese foi desenvolvida por ela em seu “The Inescapability of Gettier Problems”. *Philosophical Quarterly*, 44, n. 174 (jan.), p. 65-73.

Uma terceira vantagem de uma teoria de inspiração areteica é que ela é capaz de avaliar mais adequadamente certas qualidades amplamente aceitas como valiosas. A epistemologia contemporânea, sustenta Zagzebski, é “impessoal”, enquanto “foca sobre valores epistêmicos que são impessoais: o valor que consiste na posse da verdade e o valor da racionalidade e da crença justificada”⁴⁰⁹. Há, porém, ela sustenta, outro “valor epistêmico tão importante quanto estes, que é a sabedoria”⁴¹⁰, e este valor não é impessoal, já que a sabedoria deve ser desenvolvida por cada indivíduo em particular. A sabedoria, entendida como a posse harmônica das diversas virtudes, unifica as proposições conhecidas, unifica suas motivações e seus valores. A sabedoria, neste sentido, não pode ser mal utilizada; o conhecimento, certamente, pode.

Uma virtude integradora, como a sabedoria (a função da noção de sabedoria na teoria zagzebskiana será discutida posteriormente), não pode ser analisada em termos de crenças, já que ela não é uma qualidade de crenças isoladas. Uma pessoa que possui uma virtude integradora “possui atitudes de ordem superior em relação ao seu próprio caráter e à qualidade das crenças e o nível de entendimento que seu caráter produz”⁴¹¹.

Por fim, ao permitir uma avaliação do *caráter* intelectual (e moral) dos indivíduos, uma teoria areteica permite que ultrapassemos a avaliação que separa em dois pólos a noção de crença justificada (ou de ato correto), de um lado, e a de crença injustificada (ou de ato incorreto ou culpável), do outro. A “ética [e a epistemologia] das virtudes, por outro lado, permite uma gama mais ampla de níveis de avaliação e valoriza o fato de que nosso objetivo moral [e epistêmico] não é apenas o de evitar o grau mais baixo da escala de avaliação”⁴¹².

Assim, esta capacidade de fornecer um modelo de avaliação para nossa *vida* intelectual e moral (e não apenas para crenças e atos isolados) permitirá a superação do atomismo que, segundo Zagzebski, caracteriza a

⁴⁰⁹ *Virtues of the Mind*, p. 22.

⁴¹⁰ *ibid.*

⁴¹¹ *Virtues of the Mind*, p. 24. A noção de “perspectiva adequada” na teoria sosiana, pode ser considerada como uma virtude integradora. De qualquer maneira, ela é muito mais restrita do que a noção de “sabedoria”; para que alguém esteja em “perspectiva adequada” em relação a uma crença, não é necessário que esta pessoa, por exemplo, preocupe-se com o desenvolvimento de um caráter epistemicamente saudável.

⁴¹² *Virtues of the Mind*, p. 28. Uma virtude, certamente, não é algo que alguém simplesmente tem ou não tem.

epistemologia contemporânea, centrado na avaliação de *crenças*. Este atomismo não nos permite perceber, por exemplo, que

“há problemas subjacentes ao conceito de justificação que conduziram ao impasse entre internalismo e externalismo. Ao considerarmos a justificação como uma propriedade de uma crença, torna-se muito difícil julgarmos as disputas sobre este conceito se a crença é tratada como o objeto máximo da avaliação. Se, ao contrário, nós nos concentramos sobre o conceito mais profundo de virtude intelectual e tratamos a justificabilidade de uma crença como algo derivado, podemos descobrir que a justificabilidade é apenas uma dentre outras propriedades normativas das crenças e que as intuições competidoras de internalistas e externalistas requerem a análise de mais do que uma propriedade das crenças, cada uma das quais está baseada de certo modo no conceito de virtude.”⁴¹³

Ao final de nossa exposição estaremos na posição adequada para verificarmos se todas as alegadas vantagens efetivamente se realizaram. Antes, porém, devemos proceder à reconstrução da teoria.

7.2 A Teoria Geral da Virtude e do Vício

Vencida a etapa das considerações meta-epistemológicas, podemos nos dedicar efetivamente à reconstrução da teoria zagzebskiana da virtude (e, após isto, daí derivar as teorias da justificação e do conhecimento, que são o efetivo objeto de nosso interesse). Como veremos, esta reconstrução será particularmente relevante, já que as definições de justificação e de conhecimento propostas em *Virtues of the Mind* só podem ser plenamente compreendidas após o esclarecimento do conceito de virtude intelectual e de outros conceitos deste derivados. Isto fica claro, por

⁴¹³ ZAGZEBSKI, L., *Virtue Epistemology*. In. Routledge Encyclopedia of Philosophy, Version 1.0, London: Routledge, 1998.

exemplo, quando atentamos para a definição de conhecimento sugerida em *Virtues of the Mind*:

“Def: Conhecimento é um estado de crença verdadeira resultante de atos de virtude intelectual.”⁴¹⁴

Esta definição poderia ser lida de modo confiabilista. Como veremos, porém, isto seria completamente equivocado; a teoria zagzebskiana não é, certamente, uma teoria confiabilista⁴¹⁵.

Como já vimos, a originalidade da teoria sob análise, segundo sua autora, consiste em oferecer uma abordagem epistemológica baseada numa noção de virtude. Veremos, agora, como a noção de virtude é engendrada, e como ela sustentará a epistemologia zagzebskiana.

A proposta zagzebskiana, como já adiantamos, é a de uma epistemologia baseada em uma teoria “pura” das virtudes (aí incluídas as intelectuais). Numa teoria “pura” das virtudes

“o conceito de ato correto é *definido* em termos do conceito de uma virtude ou um componente de virtude tal como uma motivação. Adicionalmente, a *propriedade* de estar correto é algo que emerge das características internas das pessoas. Assim, de acordo com uma teoria pura da virtude, um ato não seria certo ou errado senão por sua relação com certas características internas pessoais.”⁴¹⁶

O confiabilismo não é, certamente, uma teoria desta espécie. A “propriedade de estar correta”, ou, analogamente, a justificação que um processo confere a uma crença, como vimos, não depende apenas de características internas da pessoa. Em última análise, depende da relação da crença com algo interno à pessoa, o processo; depende também, todavia, da relação do processo com a verdade.

Tal qual a noção confiabilista de virtude, porém, a noção de virtude suposta em *Virtues of the Mind* está ligada, como mostraremos, à noção de sucesso. Não poderia ser diferente, já que o conceito de conhecimento

⁴¹⁴ *Virtues of the Mind*, p. 271.

⁴¹⁵ Apesar de, como veremos, manter características externalistas.

⁴¹⁶ *Virtues of the Mind*, p. 79.

traz implícita tal noção (manifesta na condição de verdade). Como veremos, uma das vantagens da abordagem Zagzebskiana sobre a confiabilista consiste exatamente na apresentação de uma explicação da conexão necessária entre virtude e sucesso mais sofisticada do que a confiabilista. De qualquer modo, a despeito de qualquer tentativa de aproximação, a noção sosiana de virtude, como vimos, não se baseia no sentido mais tradicional, areteico, de virtude⁴¹⁷.

7.2.1 A Teoria da Virtude e do Vício

Cabe perguntar, agora, como Zagzebski conceberá a noção de virtude. Vamos, seguindo-a, proceder a uma reconstrução analítica do conceito. Quando falamos de virtudes, utilizando a noção em seu sentido mais popular (que remete à ética nicomaqueica aristotélica) deparamo-nos com algumas características amplamente aceitas. Em primeiro lugar, por exemplo, parece ser amplamente aceito que uma virtude é uma espécie de excelência. A excelência em atingir a verdade, diria Sosa. A excelência que nos aproxima da *eudaimonia*, preferiria um defensor de uma certa interpretação da teoria aristotélica⁴¹⁸. Zagzebski não segue qualquer das duas propostas. Ela opta, antes, por uma abordagem que interpreta a noção de virtude como *baseada-em-motivação* [*motivation-based*]. Sua teoria considera que uma virtude é uma excelência em satisfazer a motivação para produzir um determinado bem, e que este bem não deve seu valor a qualquer outra coisa mais fundamental.

Como Zagzebski reconhece, “a dificuldade para este tipo de teoria [a teoria baseada-em-motivação], é claro, é a de tornar plausível a idéia de

⁴¹⁷ Como vimos, Sosa remetia a noção de virtude por ele elaborada não à obra aristotélica, mas antes a Platão.

⁴¹⁸ Citando Zagzebski (*Virtues of the Mind*, p. 81-2): de acordo com Hursthouse [HURSTHOUSE, Rosalind. “Virtue Theory and Abortion”. *Philosophy and Public Affairs*, 20, 1991, p. 223-46] (e com Aristóteles, em muitas interpretações), a ordem dos conceitos morais fundamentais é a seguinte: o bem, no sentido da *eudaimonia*, é conceitualmente fundamental. O conceito de virtude é derivado do conceito de *eudaimonia*, e o conceito de ato correto é derivado do conceito de virtude. (...) A diferença mais importante entre teorias baseadas-na-felicidade e as baseadas-em-motivação é que as primeiras explicam o valor de uma virtude teleologicamente. Uma virtude é boa devido à sua conexão com aquilo que é bom de modo mais fundamental, nomeadamente, a *eudaimonia*” (grifo nosso).

que cada virtude é boa em um sentido fundamental, não-derivativo”⁴¹⁹, sem depender de qualquer outro bem posterior⁴²⁰. Por outro lado, ela se livra da tarefa de sustentar a noção de *eudaimonia* como um bem fundamental. De qualquer modo, uma teoria baseada-em-motivação terá que mostrar que uma motivação para uma virtude é um bem. Voltaremos a este ponto na seção seguinte.

Uma segunda característica amplamente aceita quando se fala de virtudes, segundo Zagzebski, é a de que virtudes são “estados de espírito” [*states of the soul*] - expressão que é “consistente com a prática habitual de excluir da categoria das virtudes as excelências físicas, apesar de não ser completamente despropositado falar de “virtudes físicas””⁴²¹ - que são adquiridos e desenvolvidos por uma pessoa.

Este critério - necessário mas não suficiente - para a identificação de algo como virtude tem um adversário bem conhecido: como vimos na primeira parte de nossa investigação, Sosa e Goldman denominam ‘virtude’ a faculdades naturais, como boa visão e boa audição. Este tratamento da noção de virtude é, pelo menos, incompleto, se considerarmos os pressupostos assumidos por Zagzebski, já que, como vimos, sua teoria tem parte de seu apelo ligado à idéia de que uma virtude é uma característica profunda de um indivíduo, algo que se identifica com sua personalidade.

Zagzebski não oferece um argumento absolutamente convincente contra a tese adversária. Ela simplesmente apela para o que considera o uso habitual da noção. Ela oferece, porém, dois critérios para a separação entre virtudes e faculdades naturais. O primeiro consiste na idéia de que virtude (no sentido que Zagzebski pretende atribuir à noção) é algo que é adquirido e desenvolvido ao longo do tempo, enquanto faculdades naturais são, em grande parte inatas. Este critério é, porém, insuficiente se tomado isoladamente, já que alguém poderia argumentar que faculdades naturais também podem ser desenvolvidas. O segundo critério, então, baseia-se na idéia de que uma virtude sempre possui um vício

⁴¹⁹ *Virtues of the Mind*, p. 82.

⁴²⁰ Todavia, quando apresentarmos a noção central de *ato de virtude*, veremos que esta noção é definida, em parte, em termos de sucesso na obtenção de verdades. Isso parece ser incompatível com a idéia de que a teoria zagzebskiana é baseada-em-motivação.

⁴²¹ *Virtues of the Mind*, p. 102.

correspondente⁴²². Neste sentido, por exemplo, “claustrofobia não é um vício, e não apenas porque claustrofobia é involuntária (...). Claustrofobia não é um vício porque não há uma virtude correspondente que a pessoa claustrofóbica poderia ter desenvolvido em seu lugar.”⁴²³ A posse de uma virtude é, devido à possibilidade do vício, digna de mérito. Faculdades naturais não correspondem a vício algum e, por isso, não merecem o mesmo tipo de avaliação.

Um argumento semelhante será utilizado por Zagzebski para distinguir virtudes de habilidades [*skills*]. Uma habilidade não é uma faculdade natural, já que habilidades são adquiridas. E habilidades precisam ser distintas de virtudes porque virtudes são “fisicamente anteriores a habilidades. Eu proponho que isto se deva ao fato do componente motivacional de uma virtude a definir mais do que sua efetividade externa o faz, enquanto o contrário se dá, no caso das habilidades”⁴²⁴.

Há vários modos de se distinguir virtudes de habilidades. O primeiro deles consiste em perceber que, ao contrário de uma habilidade, uma virtude não pode deixar de ser utilizada, por seu possuidor. Um jogador corrompido por um adversário interessado em certo placar pode jogar intencionalmente uma péssima partida, e isto não fará com que ele seja menos habilidoso do que é. Por outro lado, alguém que deixa de agir corajosamente em uma ocasião em que era esperado que assim o fizesse revela que a virtude da coragem não se faz presente ou que ela ainda não é madura nesta pessoa.

Outro critério para a distinção entre os dois grupos está baseado na relação entre habilidades e técnicas. Uma pessoa com uma habilidade é uma pessoa que domina um conjunto de técnicas vinculadas a esta habilidade (um jogador de futebol habilidoso é um bom exemplo). A virtude, por outro lado, não mantém esta relação com as técnicas. As dificuldades relacionadas à plena posse de uma virtude são dificuldades impostas pela nossa tendência para o vício correspondente à virtude, não dificuldades relacionadas ao domínio de técnicas.

⁴²² Ou dois, se seguirmos – como Zagzebski o faz – Aristóteles: o vício causado pela falta da virtude e o causado por seu excesso.

⁴²³ *Virtues of the Mind*, p. 102.

⁴²⁴ *Virtues of the Mind*, p. 115.

Em terceiro lugar, enquanto uma habilidade pode ser esquecida (um jogador pode, por exemplo, esquecer de certos tipos de dribles que aplicava no começo de sua carreira), uma virtude não é passível de esquecimento. Uma virtude pode ser perdida, como no caso de alguém que, por alguma razão, permite que a covardia o domine e, com isso, deixa de ser corajoso. Mas, quando pensamos como uma pessoa virtuosa, a ação que deve ser realizada para a satisfação da motivação da virtude sempre se revela.

Podemos distinguir virtudes e habilidades, ainda, considerando que pessoas que não são virtuosas podem agir como as pessoas virtuosas agem, apesar de pessoas que não possuem certa habilidade não poderem agir como as pessoas habilidosas agem. Um jogador de fim-de-semana pode fazer um belo gol de falta. Ele atingiu o objetivo que guia um cobrador de faltas habilidoso. Mas ele não atingiu o nível de um cobrador de primeira linha. Ele agiu como um excelente cobrador de faltas apenas porque ele possui, mesmo que num grau menor, a habilidade de cobrar faltas. Alguém que carece totalmente desta habilidade não faria gol algum.⁴²⁵

Em quinto lugar, podemos separar virtudes de habilidades apelando para a percepção de que, enquanto virtudes têm contrários (os vícios), habilidades têm apenas contraditórios, a ausência de habilidade.

Por fim, tomemos uma lista de habilidades como a sugerida abaixo

- Habilidades verbais: habilidades de escrever e falar;
- Habilidades de acuidade perceptual, por exemplo, habilidades para a descoberta de informações; estas são as habilidades do detetive ou do jornalista;
- Habilidades lógicas: habilidades de realizar deduções e induções; habilidade de pensar em contra-exemplos;
- Habilidades explicativas, p.ex., a habilidade de pensar em analogias esclarecedoras;

⁴²⁵ A idéia de que alguém sem uma dada virtude pode, todavia, agir virtuosamente, será central na epistemologia zagzebskiana, como veremos.

- Habilidades matemáticas e habilidades de raciocínio quantitativo;
- Habilidades de pensamento espacial, p.ex., a habilidade de pensar sobre problemas;
- Habilidades mecânicas, por exemplo, saber como operar e manipular máquinas e outros objetos físicos.

Estas qualidades certamente não são características tão profundas quanto as seguintes:

- A capacidade para reconhecer os fatos relevantes; sensibilidade aos detalhes
- Manter a mente aberta durante a coleta e avaliação de evidências
- Justiça durante a avaliação dos argumentos dos outros
- Humildade intelectual
- Perseverança intelectual, diligência, cuidado e profundidade
- Adaptabilidade do intelecto
- As virtudes dos detetives: pensar sobre explicações coerentes dos fatos
- Ser capaz de reconhecer autoridade confiável
- Análise detalhada sobre pessoas, problemas e teorias
- As virtudes para o ensino: as virtudes sociais de ser comunicativo, incluindo aí a franqueza intelectual e reconhecimento da platéia e de suas reações⁴²⁶.

⁴²⁶ *Virtues of the Mind*. p. 114. A lista não tem pretensão de ser completa.

Mesmo sem o auxílio dos critérios sugeridos, podemos facilmente classificar os dois grupos: temos, primeiramente, um conjunto de habilidades (intelectuais) e, em seguida, um grupo de virtudes. Como vimos, nosso vocabulário reserva a noção de virtude, habitualmente, para as características mais *profundas* do sujeito⁴²⁷ (uma habilidade, por exemplo, não é capaz de motivar o seu possuidor do modo que o faz uma virtude). E, neste sentido, habilidades não são profundas o suficiente; o conjunto das habilidades de um sujeito não pode ser identificado com o caráter do indivíduo.

Zagzebski sugere um último critério para a distinção entre virtudes e habilidades. Uma pessoa habilidosa é alguém que, através de sua habilidade, realiza um fim. Não faz sentido denominarmos “habilidoso” a alguém que não realiza, através da ação habilidosa, o fim que se espera de uma ação deste tipo. O cobrador de faltas habilidoso só recebe este título enquanto marca gols numa esperada proporção. Assim, “o comportamento que consiste no exercício de uma habilidade não está essencialmente conectado a algo valioso, ao contrário do que é o caso quando falamos de uma virtude. Se uma habilidade tem valor, isto se deve a elementos da situação na qual ela é exercida, extrínsecos à própria habilidade. Por outro lado, uma virtude é intrinsecamente valiosa”⁴²⁸. Uma virtude é “intrinsecamente valiosa” por conta do componente motivacional da virtude. Vamos analisar as relações entre uma virtude e sua motivação a seguir.

7.2.1.1 Virtudes e Motivação

Como vimos, habilidades e virtudes podem ser distinguidas enquanto as primeiras são definidas por conta de sua efetividade. Porém, se virtudes não forem, de algum modo efetivas em atingir um determinado fim, qual seu valor?

A resposta zagzebskiana a este desafio consiste em mudar o ponto da questão. Uma virtude não deve ser avaliada primariamente por sua efetividade, mas antes por sua *capacidade de motivação*. Um *motivo* é

⁴²⁷ Afirma Zagzebski que “uma vez que uma virtude ou um vício se desenvolve, ela se torna algo de enraizado no caráter da pessoa e se torna uma espécie de *segunda natureza* (*Virtues of the Mind*, p. 116, grifo nosso)

⁴²⁸ *Virtues of the Mind*, p. 113.

uma força interna e persistente a iniciar e direcionar nossas ações⁴²⁹. Como Zagzebski bem lembra, motivos podem ser, por exemplo, de caráter fisiológico, como a fome e a sede; mas, parece evidente, também podem ser aplicados a virtudes. Alguém considerado corajoso, por exemplo, é motivado para certas ações que têm por finalidade, por exemplo, proteger algo que, para o indivíduo virtuoso, está acima de sua própria integridade, dados os riscos implícitos em tais ações. Podemos, então,

“(...) definir uma motivação como uma tendência persistente para ser movido por um motivo de certo tipo. Eu proponho que uma virtude tem um componente de motivação que é específico para a virtude em questão. (...) Um motivo é uma emoção direcionadora-da-ação. Mesmo que uma emoção possa ser possuída sem ser sentida, uma pessoa que está inclinada a ter uma emoção a sente de tempos em tempos, e quando ela atua como um motivo, a pessoa deseja atingir certo fim. Este fim pode ser interno ou externo (...) Algumas virtudes podem não possuir um fim, como a sabedoria, mas tais virtudes não são típicas.”⁴³⁰

A relevância destas considerações se revelará plenamente quando avaliarmos a epistemologia zagzebskiana. Mas ela já se faz evidente: sua teoria baseada-em-motivação permitirá uma acomodação daquela intuição implícita à noção de conhecimento, a de que conhecimento está relacionado ao sucesso (à obtenção da verdade). Zagzebski reservará o lugar para o componente de sucesso – fundamental para uma explicação adequada do conceito de conhecimento – através da noção de motivação. Ela considera que “uma motivação virtuosa faz com que o agente procure

⁴²⁹ Uma investigação mais detalhada sobre as relações entre virtudes e motivos, acompanhada de uma defesa da tese de que motivações são indispensáveis para a virtude, pode ser encontrada em FAIRWEATHER, Abrol. *Epistemic Motivations*. In: FAIRWEATHER, A. & ZAGZEBSKI, L. *Virtue Epistemology – Essays on Epistemic Virtue and Responsibility*. Oxford: Oxford UP, 2001, pp: 63-80.

⁴³⁰ *Virtues of the Mind*, p. 132-3. Virtudes como a sabedoria são, como veremos, virtudes integradoras, ou seja, virtudes de ordem superior. Há uma pequena correção a ser feita na teoria: considerando que uma virtude, como sugerido anteriormente, exige uma *motivação para atingir um fim* (e isto aparecerá explicitamente na definição de virtude que será apresentada a seguir), não se pode dizer que “algumas virtudes podem não possuir um fim”.

agir efetivamente (...). A motivação para obter conhecimento de uma dada espécie e para agir de certo modo não conduz confiavelmente para o sucesso, apesar de confiavelmente levar o agente a fazer o máximo ao seu alcance para ser bem-sucedido⁴³¹. A motivação para o sucesso e o sucesso propriamente dito são, pois, elementos distintos. A motivação para a virtude leva o agente a coordenar sua ação, valendo-se, inclusive, de suas habilidades e faculdades naturais. O sucesso da ação virtuosamente motivada dependerá, pois, também do grau de confiabilidade das faculdades naturais e das habilidades envolvidas numa dada instância de ação.

Assim,

“Uma pessoa corajosa é boa em compreender como deve avaliar o nível de perigo em uma situação, compreende as consequências das várias linhas de ação, e sabe quais perigos podem ser enfrentados de certa maneira e quais não. Uma pessoa justa compreende o que a justiça exige e é boa em perceber os detalhes que, em cada situação, são relevantes para a aplicação dos direitos e dos deveres. Uma pessoa compassiva compreende o nível de necessidade das pessoas a sua volta e pode prever os efeitos das várias formas de expressão da compaixão sobre pessoas com diferentes personalidades. Virtude, resumindo, envolve conhecimento e compreensão do mundo na circunstância de aplicação, tanto em geral quanto no caso particular. Isso não quer dizer que uma virtude seja incompatível com qualquer crença falsa sobre a situação. Mas uma pessoa virtuosa não pode estar sistematicamente errada em seus julgamentos sobre o mundo enquanto eles se aplicam sobre seus sentimentos e escolhas.”⁴³²

Investigaremos, mais adiante, como isto se aplica às virtudes intelectuais, nosso objeto de investigação. Por ora, podemos encerrar esta primeira seção com uma definição geral de virtude, devidamente esclarecida:

“Uma virtude pode ser definida como uma excelência profunda e adquirida de uma pessoa, envolvendo uma

⁴³¹ *Id.*, p. 133.

⁴³² *Id.*, p. 134.

motivação característica para produzir certo fim desejado e sucesso confiável em realizar este fim.”⁴³³

7.3 As Virtudes Intelectuais

Esta é, antes de mais nada, uma investigação epistemológica. Enquanto tal, nosso interesse por virtudes se dirige, primordialmente, àquelas virtudes “intelectuais”. Como é sabido, já Aristóteles distinguia as virtudes em dois tipos, com naturezas diferentes, as virtudes morais e as intelectuais⁴³⁴, concentrado sua investigação no primeiro grupo. Este se tornou, inclusive, o procedimento padrão: as virtudes se dividem em dois grupos, e é ao grupo das virtudes morais que se dedica o grosso das atenções.

Zagzebski, porém, optará por um caminho alternativo: as virtudes intelectuais não são um tipo distinto de virtude. Segundo ela,

“as características que alegadamente distinguem os dois tipos de virtudes não são capazes de sustentar tal divisão, e as virtudes intelectuais devem ser tratadas como um subconjunto das virtudes morais, no sentido aristotélico desta noção. (...) Eu argumentarei que uma virtude intelectual não difere de certas virtudes morais mais do que uma virtude moral difere de outra virtude moral, que os processos relacionados aos dois tipos de virtudes não funcionam independentemente, e que a tentativa de analisá-las em dois campos distintos da filosofia acaba por distorcer fortemente a natureza de ambas. Virtudes intelectuais são mais bem compreendidas como formas de virtudes morais.”⁴³⁵

Relembrando, segundo Zagzebski, Aristóteles sustentava, *grosso modo*, sua distinção entre virtudes morais e intelectuais na idéia de que a alma é dividida em duas partes e que cada uma destas partes é comandada de um modo diferente, por cada um dos grupos de

⁴³³ *Virtues of the Mind*, p. 137.

⁴³⁴ Como pode ser conferido no Livro I, II e VI da *Ética a Nicômacos*.

⁴³⁵ *Virtues of the Mind*, p. 139.

virtudes⁴³⁶. Assim, algumas virtudes estão relacionadas às paixões e outras ao intelecto.

Zagzebski considera, porém, que esta distinção é deveras problemática. Ela não explica, por exemplo, o fato de que o exercício de certas virtudes intelectuais exige que certos desejos e emoções sejam controlados. Este é o caso, por exemplo, da virtude de não ser preconceituoso, que exige, para seu exercício, a superação de sentimentos que podem ser muito fortes; é o caso também da virtude de ser aberto a novas idéias, que exige a superação dos sentimentos desagradáveis envolvidos na descoberta de que uma idéia anteriormente defendida estava errada. Nos dois exemplos, a virtude só pode ser exercida através da supressão ou do redirecionamento de desejos e sentimentos.

Um argumento auxiliar para a sustentação da separação das virtudes em duas espécies é sugerido por Aristóteles na ética nicomaqueica⁴³⁷. Ele se baseia na idéia de que virtudes intelectuais são passíveis de ensino, enquanto as morais são hábitos adquiridos pelo exercício. Zagzebski, porém, imagina que “os estágios do aprendizado das virtudes intelectuais são exatamente paralelos aos estágios de aprendizagem das virtudes morais, como descritos por Aristóteles”⁴³⁸ (ou seja, a imitação das pessoas virtuosas e a gradativa formação de hábitos em relação a certos sentimentos ou ações, acompanhada pela gradual superação da *akrasia* – a fraqueza da vontade sobre as inclinações contrárias à virtude). Como vimos anteriormente, porém, o desenvolvimento de virtudes intelectuais também implica na superação da *akrasia*.⁴³⁹ E, certamente, inclui a

⁴³⁶ Zagzebski, comentando uma passagem da *Ética a Eudemo*, observa que não devemos “tomar a tese sobre as partes da alma como uma tese ontológica forte”; ela segue: “Apesar disto, a divisão aristotélica da alma em uma parte que pensa (racional) e uma que sente (não-racional ou parcialmente racional) implica mais do que do que meramente observar que pensar é uma coisa e sentir, outra. (...) As diversas reflexões aristotélicas sobre o pensar e o sentir indicam que ele acreditava que pensar e sentir são estruturalmente muito diferentes, e que esta diferença pode explicar a diferença entre as virtudes morais e as intelectuais” (*Virtues of the Mind*, p. 141-2).

⁴³⁷ ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos*. Brasília: Editora UnB, 2001, trad. Mário da Gama Kury, 1103a14-20.

⁴³⁸ *Virtues of the Mind*, p. 150.

⁴³⁹ Uma abordagem da *akrasia* intelectual pode ser encontrada em HOOKWAY, Christopher. “Epistemic Akrasia and Epistemic Virtue” (*In*. FAIRWEATHER, A. & ZAGZEBSKI, L. (Eds.) *Virtue Epistemology – Essays on Epistemic Virtue and Responsibility*. Oxford: Oxford University Press, 2001, p. 178-198).

imitação e a formação de hábitos (e o desenvolvimento de habilidades) relacionados a cada virtude particular.

Assim, se por um lado “ninguém ofereceu razões adequadas para que aceitemos que as virtudes intelectuais e as morais diferem [entre si] mais do que uma virtude moral difere da outra”⁴⁴⁰, por outro lado devemos considerar que “existem conexões tanto lógicas quanto causais entre as virtudes morais e as intelectuais”⁴⁴¹. Por exemplo, a virtude moral da honestidade, entendida como o compromisso com o pronunciamento de verdades, por sua relação com a verdade se conecta a virtudes intelectuais, como aquelas relacionadas à descoberta da verdade. O vício moral do orgulho pode inibir o exercício de virtudes intelectuais, como a abertura a opiniões divergentes. As virtudes morais da paciência e da perseverança, por outro lado, facilitam a aquisição de virtudes intelectuais, etc.

Por fim, apesar de virtudes intelectuais não serem, por natureza, distintas das morais, elas podem ser separadas didaticamente em grupos distintos. Isto pode ser feito, como adiantamos anteriormente, quando observamos o componente de motivação característico de certas virtudes. Veremos isto a seguir.

7.3.1 Os Componentes das Virtudes Intelectuais

Como vimos, uma virtude particular pode ser definida, primordialmente, por seu componente motivacional. As virtudes intelectuais, se não são tipos distintos de virtudes, podem ser classificadas em um grupo particular enquanto, para todas elas, o componente motivacional está ligado à motivação geral para o conhecimento ou, de modo mais específico, à “motivação para obter contato cognitivo com a realidade”⁴⁴².

⁴⁴⁰ *Virtues of the Mind*, p. 158.

⁴⁴¹ *ibid.*

⁴⁴² *Virtues of the Mind*, p. 167. Zagzebski considera, porém, que “apesar de todas as virtudes intelectuais possuírem uma componente motivacional que a direciona para o contato cognitivo com a realidade, algumas delas podem se direcionar mais para o entendimento [understanding], ou talvez para outros estados epistêmicos que aumentam a qualidade do estado de conhecimento, tal como a certeza, do que para a posse da verdade *per se*. Poucas virtudes eminentes tais como a originalidade intelectual ou a inventividade estão relacionadas não apenas à motivação para que o agente obtenha conhecimento, mas à

A motivação para o “contato cognitivo com a realidade” aponta para uma conexão com o externalismo em geral e, em particular, com o confiabilismo. Um processo confiável é um processo, como vimos, que nos permite, na maioria dos casos, contato com a realidade. Esta conexão não deve, porém, levar a uma aproximação exagerada entre os dois projetos: a noção zagzebskiana de virtude aponta para algo *anterior* à posse de processos confiáveis. As motivações virtuosas

“levam o agente a guiar seus processos de formação de crença de certas maneiras. Elas o tornam receptivo a processos conhecidos, por sua comunidade epistêmica, como sendo condutores à verdade, e o motivam a usá-los, mesmo que isto signifique a superação de uma tendência contrária. (...) A pesquisa contemporânea em epistemologia tem se concentrado extensivamente sobre o conceito um processo de formação de crenças condutor-à-verdade, assim como em muitos casos específicos destes processos. Eu não tenho intenção alguma de reproduzir ou substituir este trabalho aqui. Meu propósito é o de mostrar que a motivação para o conhecimento conduz uma pessoa a seguir regras e processos formadores de crenças que são condutores-à-verdade e cuja condutividade-à-verdade ela é capaz de descobrir e usar através da posse de virtude intelectual.”⁴⁴³

O excerto acima nos leva à identificação de um elemento internalista na teoria zagzebskiana. Enquanto ela mantém a noção de processo confiável, ela subordina tal noção a uma hierarquicamente superior – a noção de virtude – que permite acesso à confiabilidade (algo que um externalista como Goldman, como foi visto, dispensava). Mas voltaremos a este ponto mais adiante.

A suposição de que uma virtude deve ser condutora-à-verdade traz outras implicações. Virtudes como a criatividade e a originalidade, por exemplo, não são confiavelmente condutoras-à-verdade, no sentido habitual, confiabilista, do termo. A proporção de crenças falsas produzidas por tais virtudes supera, em muito, a de crenças verdadeiras.

motivação para aumentar o conhecimento para a espécie humana” (*ibid.*). De qualquer maneira, todas estas virtudes podem ser relacionadas à motivação geral da obtenção de conhecimento.

⁴⁴³ *Virtues of the Mind*, p. 176.

Elas, porém, alega Zagzebski, são condutoras-à-verdade em um outro sentido: elas são “condição necessária para o avanço do conhecimento em uma área”.⁴⁴⁴

Mas há um ponto ainda mais importante: uma virtude intelectual não precisa ser condutora-à-verdade *para uma pessoa em particular, num dado instante particular*. Já que virtudes são adquiridas gradualmente, através do hábito, é possível que um comportamento não seja condutor-à-verdade para alguém, durante certo período de tempo (é possível que, mesmo para alguém já maduro no que diz respeito ao exercício de uma virtude, uma virtude não seja condutora-à-verdade por um período). Se aquilo que motiva a ação, porém, é uma motivação virtuosa, o comportamento do agente deverá ser condutor-à-verdade, considerando-se um período de tempo mais amplo⁴⁴⁵. Virtude é, como vimos, uma noção ligada à noção de sucesso.

A teoria zagzebskiana, neste ponto, revela uma vantagem sobre o confiabilismo: o confiabilismo simplesmente não valora processos que, mesmo confiáveis para outros, não são confiáveis para o sujeito da avaliação. Isto é um problema se considerarmos que pelo menos parte de nosso aprendizado intelectual consiste na aquisição de habilidades que, por vezes, só revelam sua confiabilidade após um longo período de treinamento. Antes de atingir a maturidade, mesmo considerando sua aplicação no treinamento, o pupilo não merece alguma avaliação positiva? Parece-nos que sim. Mas, para o confiabilista, a despeito de sua tentativa de imitar seu modelo virtuoso, o aprendiz não passa de alguém com processos não-confiáveis de formação de crenças.

Esta deficiência permitiu também, como vimos, que o Novo Problema do Gênio Maligno atacasse o confiabilismo. O problema mostrou que é contra-intuitivo considerar alguns processos como confiáveis para um grupo de pessoas (as que vivem em nosso mundo) e - os mesmo processos - como não-confiáveis para outras pessoas (as que vivem no mundo manipulado pelo gênio maligno). Os dois grupos seriam valorados (considerando que estão virtuosamente motivados para

⁴⁴⁴ *Virtues of the Mind*, p. 182.

⁴⁴⁵ Zagzebski considera aqui que uma virtude deve ser condutora-à-verdade para seu possuidor (cf. *Virtues of the Mind*, p. 186), mesmo que tenhamos que avaliar o exercício da virtude num prazo mais longo. Que prazo deve ser este, porém? A teoria é vítima, neste ponto, de um ataque semelhante ao Problema da Generalidade que vítima o confiabilismo.

a ação) do mesmo modo pela teoria zagzebskiana: os dois grupos agem corretamente (mas o segundo grupo não realiza *atos de virtude* – uma noção que será introduzida mais adiante).

Um aprendiz não é virtuoso, mas pode *agir*, mesmo que esporadicamente, de modo similar ao modo como agem as pessoas virtuosas. Zagzebski reserva três conceitos para a avaliação destas ações:

Um *ato correto* é o que uma pessoa virtuosamente motivada e que tem a compreensão da situação particular que uma pessoa virtuosa teria, poderia fazer em circunstâncias semelhantes.

Um *ato errado* é o que uma pessoa que é virtuosamente motivada e que tem a compreensão da situação particular que uma pessoa virtuosa teria, não faria em circunstâncias semelhantes.

Um *dever moral* é o que uma pessoa que é virtuosamente motivada e que tem a compreensão da situação particular que uma pessoa virtuosa teria, faria em circunstâncias semelhantes.

Estas definições serão importantes para nossa exposição porque, como já pode ser imaginado, elas sustentarão a definição zagzebskiana de justificação, como veremos mais adiante. Antes de tratarmos do conceito de justificação, porém, devemos analisar mais adequadamente as definições apresentadas. Há, ali, pelo menos um elemento não esclarecido; o que significa possuir o “entendimento da situação particular que uma pessoa virtuosa teria”? Zagzebski apresenta uma explicação desta intuição apelando à noção de *phronesis*. Como veremos, esta será uma noção central quando aproximarmos a teoria zagzebskiana das teses gerais do internalismo e do externalismo.

7.3.1.1. O Papel da *Phronesis*

Phronesis, ou sabedoria prática⁴⁴⁶, é uma noção central na ética nicomaqueica, sendo definida por Aristóteles como “uma qualidade

⁴⁴⁶ Na versão brasileira de Mário da Gama Kury, “discernimento”.

racional que leva à verdade no tocante às ações relacionadas com os bens humanos⁴⁴⁷. Ela é considerada por Aristóteles como uma virtude, uma virtude intelectual que regula as demais virtudes e que permite que estas atinjam seu fim⁴⁴⁸.

Seguindo Aristóteles, Zagzebski considera que o “bom julgamento não pode ser sempre reduzido à obediência a um procedimento de decisão passível de especificação antes da situação em que ocorre a ação”⁴⁴⁹. De um modo mais preciso, uma virtude como *phronesis* se mostra necessária pelas seguintes razões: Primeiramente, ela é a virtude que permite a determinação do meio-termo entre os extremos de excesso e deficiência, meio-termo que caracteriza uma virtude em particular. Em segundo lugar, ela permite resolver os conflitos entre virtudes, naqueles casos em que mais do que uma virtude legisla sobre uma ação. Por exemplo, numa determinada situação a humildade e a coragem intelectual podem fornecer diferentes instruções para a ação. Num caso como este, saber como agir “não é uma simples questão de possuir a combinação das virtudes em questão”⁴⁵⁰; é preciso uma virtude que promova o equilíbrio entre as virtudes.

Temos, então, uma virtude de ordem superior⁴⁵¹, que coordena as demais virtudes. Esta virtude é aprendida pela imitação do comportamento das pessoas virtuosas da comunidade⁴⁵² e, como as demais virtudes, é adquirida gradativamente.

⁴⁴⁷ ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos*, 1140b5-6.

⁴⁴⁸ Sir David Ross afirma que “A *sabedoria prática* consiste no poder da boa deliberação, não acerca do modo como tais coisas particulares devem ser feitas, ou os estados particulares, tais como a saúde e a riqueza, devem ser produzidos (...), mas acerca das “coisas boas para si próprio”. (...) Assim, o homem dotado de *sageza prática* deve conhecer, desde o início, o que são as coisas “boas para o homem”. De acordo com o ponto de vista de Aristóteles, deve conhecer a conclusão a que ele próprio chegou no livro X [da *Ética a Nicômacos*], a saber, que a melhor coisa para o homem é a vida de contemplação, e a *deliberar sobre os meios pelas quais esta pode ser atingida*” (ROSS, Sir David. *Aristóteles*. Lisboa: Dom Quixote, 1987, p. 222, grifo nosso).

⁴⁴⁹ *Virtues of the Mind*, p. 220.

⁴⁵⁰ *Virtues of the Mind*, p. 223.

⁴⁵¹ Vale lembrar que, como vimos, Sosa também considera a existência de algo semelhante, aquela qualidade que garante a coerência do indivíduo que tem uma perspectiva adequada sobre suas crenças.

⁴⁵² O que permite que se explicita a base social da noção de ato correto (e, daí, como veremos, da noção de justificação). Se a correção de um ato depende, pelo em parte, da

7.3.2 A Noção de Justificação

Se a *phronesis* regula tanto as virtudes morais quanto as virtudes intelectuais e se, como vimos, não há linha divisória entre virtudes morais e intelectuais, podemos, então, derivar das definições anteriormente apresentadas suas contrapartes no campo epistemológico. Um ato correto, por exemplo, tem como contraparte a crença justificada, e assim por diante. Temos, assim:

Uma *crença justificada* é o que uma pessoa que é motivada por virtude intelectual, e que tem a compreensão de sua situação cognitiva que uma pessoa virtuosa teria, poderia acreditar em circunstâncias semelhantes.

Uma *crença injustificada* é o que uma pessoa que é motivada por virtude intelectual, e que tem a compreensão de sua situação cognitiva que uma pessoa virtuosa teria, não acreditaria em circunstâncias semelhantes.

Uma crença de *dever epistêmico* é o que uma pessoa que é motivada por virtude intelectual, e que tem a compreensão de sua situação cognitiva que uma pessoa virtuosa teria, acreditaria em circunstâncias semelhantes.⁴⁵³

Devemos notar que a definição de crença justificada (e, paralelamente, a de ato correto) estabelece o nível mais básico de avaliação. Não é exigido, ali, que o agente *seja virtuoso*, mas apenas que ele aja, em relação àquela crença, como agiria uma pessoa virtuosa (*phronesis* inclusa), e que ele esteja motivado por um motivo que é motivo para uma virtude. Ele não precisa ser virtuoso, mas ele precisa ter aquele tipo de compreensão que teria uma pessoa com *phronesis*. Isto revela o caráter *internalista* da teoria da justificação zagzebskiana; crenças de segunda ordem sobre uma crença em questão são indispensáveis para a justificação desta crença. Veremos, agora, como Zagzebski passa da noção de justificação para a de conhecimento.

phronesis, e se esta depende da existência, na comunidade, de indivíduos que possuam a virtude e sirvam, por isso, como modelo para os demais, então a saúde moral (e, como veremos, a saúde intelectual) dos indivíduos depende da saúde da comunidade como um todo.

⁴⁵³ *Virtues of the Mind*, p. 241.

7.4 A Definição de Conhecimento

Estamos, a esta altura, prontos para a análise da definição Zagzebskiana de conhecimento. Do exposto em seções anteriores, podemos esperar que a definição de conhecimento seja capaz de iluminar nossa compreensão do conceito de conhecimento, e não apenas de responder a contra-exemplos (neste caso, os contra-exemplos de tipo-Gettier). Como Zagzebski bem nota, “a questão original, “o que é *x*?”, *não* é uma questão que se refere a contra-exemplos. Esta é uma razão pela qual a definição “crença verdadeira não-acidental” não é satisfatória. (...) Objeção através de contra-exemplo é a forma mais fraca de ataque que uma teoria pode sofrer. Mesmo quando a objeção é bem sucedida, isto mostra apenas que a teoria falha em atingir acuidade completa”⁴⁵⁴.

É verdade que esperamos que uma definição de conhecimento seja iluminadora. É inadequado, porém, desqualificar o ataque dos contra-exemplos. Contra-exemplos são os grandes adversários de uma teoria filosófica, e o sucesso frente os contra-exemplos de tipo-Gettier é o maior desafio de uma teoria do conhecimento, após o ensaio de Edmund Gettier, em 1963⁴⁵⁵. Varrer a sujeira para baixo do tapete não faz com que ela desapareça.

De qualquer modo, Zagzebski admite, ao menos, que uma teoria não deve ser *fácilmente* derrotada por contra-exemplos. Ela considera que, mesmo se levando em conta que ainda não foi desenvolvida plenamente, sua teoria é imune a contra-exemplos de tipo-Gettier. Mas discutiremos isto em um momento mais oportuno. Por ora, ocupemo-nos com a definição zagzebskiana de conhecimento.

“Conhecimento” é definido por Zagzebski como

“Def 1: Conhecimento é o estado de contato cognitivo com a realidade resultante de atos de virtude intelectual.”⁴⁵⁶

ou, de modo alternativo,

⁴⁵⁴ *Virtues of the Mind*, p. 265-6.

⁴⁵⁵ Agradeço a Cláudio de Almeida por ressaltar este ponto.

⁴⁵⁶ *Virtues of the Mind*, p. 270.

“Def 2: Conhecimento é um estado de crença verdadeira resultante de atos de virtude intelectual.”⁴⁵⁷

A segunda definição segue o hábito de definir conhecimento como crença verdadeira justificada *mais x*; a primeira, por outro lado, “pode ser preferível por não se comprometer com questões como o objeto do conhecimento, a natureza da verdade e a existência de proposições. (...) Ela também permite uma interpretação mais ampla do conhecimento, já que o conhecimento pode incluir outro tipo de contato cognitivo com estruturas da realidade que não o proposicional”.⁴⁵⁸

Um olhar atento sobre as duas definições, porém, revelará outros elementos; particularmente, ele revela um elemento não analisado em nossa exposição: a noção de *ato de virtude*. Como veremos a seguir, esta noção é engendrada de forma *sui generis* por Zagzebski, e revelará algumas características importantes da teoria.

7.4.1 Virtudes e Atos de Virtudes

Como vimos, a definição de virtude reserva lugar para um elemento de sucesso. Vimos, também, que a conexão entre virtude e sucesso é explicada em termos de confiabilidade, a confiabilidade em atingir o fim ligado à motivação da virtude. Esta confiabilidade nos indica, apenas, que o agente virtuoso é bem sucedido muito frequentemente; ela, certamente, não nos garante que ele será bem sucedido em cada ato (ou crença) em particular, mesmo que sua ação seja correta (ou que sua crença esteja justificada).

Nosso interesse pelo conhecimento nos mostra, porém, que estamos interessados no sucesso em relação a um ato (ou crença) específico. Quando analisamos o conhecimento, nós procuramos separá-lo das

⁴⁵⁷ *Virtues of the Mind*, p. 271.

⁴⁵⁸ *ibid.* Há dois problemas aqui: primeiro, se a teoria zagzebskiana é baseada em motivação, porque devemos aceitar uma definição que, além da motivação, exige a verdade? Há, evidentemente, uma distinção significativa entre estar motivado para buscar a verdade e atingir, efetivamente, a verdade. Em segundo lugar, como podemos distinguir um ato virtuoso de um ato de virtude? Um indivíduo num mundo manipulado, como o mundo descrito no Novo Problema do Demônio Maligno, nunca poderá descobrir que seus atos não são atos de virtude. A distinção entre ato virtuoso e ato de virtude parece ser, pois, como sugere Cláudio de Almeida, *ad hoc*.

crenças verdadeiras obtidas de modo acidental e das crenças meramente justificadas (mas possivelmente falsas). A primeira parte da tarefa é relativamente simples; a segunda, porém, é desafiadora (como bem o sabem os que defendem teorias internalistas da justificação).

A estratégia zagzebskiana para conectar o elemento de mérito à verdade passa pela formulação de um novo conceito, o conceito de *ato de virtude*, assim definido:

“Um *ato de virtude intelectual A* é um ato que se origina do componente motivacional de *A*, é algo que uma pessoa com a virtude *A* (provavelmente) faria nas mesmas circunstâncias, é bem-sucedido em atingir o fim da motivação de *A*, e é tal que o agente adquire uma crença verdadeira (contato cognitivo com a realidade) devido a estes elementos do ato.”⁴⁵⁹

Esta definição, como podemos facilmente perceber, é derivada da definição de ato correto. Ela preserva o elemento de mérito daquela definição e a ele adiciona o elemento de sucesso (o contato cognitivo com a realidade).

A relação entre um *ato de virtude* e a *virtude* propriamente dita é, no mínimo, curiosa: um ato pode ser virtuosamente motivado e o agente pode ser alguém que é virtuoso em alto grau. Apesar disso, já que a virtude garante apenas a confiabilidade em atingir seu fim, o agente pode ser mal-sucedido. Seu ato é correto, conforme a definição anteriormente proposta. O agente é virtuoso. O ato não é, porém, um ato de virtude (já que não foi bem-sucedido). Isto parece se chocar com nossa prática lingüística cotidiana. Quando consideramos alguém como sendo corajoso (ou seja, que esta pessoa possui a virtude da coragem), consideramos que todos os atos que esta pessoa realiza (desde que superada a *akrasia*) em circunstâncias em que a coragem se faz necessária são atos corajosos. Não apenas os atos bem-sucedidos.

Esta objeção pode ser superada se lembramos que a avaliação daquelas situações em que alguém se comporta de modo virtuoso pode ser realizada através das noções de “ação correta” e de “crença justificada”,

⁴⁵⁹ *Virtues of the Mind*, p. 248.

e se atentamos para o fato de que nossa experiência lingüística cotidiana também suporta o uso da noção de ação virtuosa como sugerida por Zagzebski. Por exemplo, podemos imaginar que o resultado de um julgamento não seja, em um dado caso, considerado pelas pessoas como sendo “um ato de justiça”. Isto pode ocorrer mesmo nos casos em que o júri é motivado pelo desejo de emitir um veredicto justo. O júri pode, por exemplo, ser levado a descartar certas evidências porque, digamos, foram obtidas de uma forma considerada inaceitável pelo procedimento jurídico estabelecido (uma gravação, obtida clandestinamente, em que o réu confessa o crime, por exemplo). Neste caso, o júri continua virtuoso (e as pessoas provavelmente não condenariam o júri), mas a ação não seria considerada uma ação virtuosa.

A definição de *ato de virtude* permite que reformulemos a segunda definição de conhecimento, do modo que segue

Def 3: Conhecimento é um estado de crença resultante de atos de virtude intelectual.

Assim como na definição de crença justificada, as definições de conhecimento sugeridas não exigem que o agente seja, efetivamente, virtuoso. Como consideramos anteriormente, basta que ele seja movido pela motivação típica de uma virtude. E, para o conhecimento, este ato deve ser bem sucedido (o que não é exigido para a justificação).

Ao importar da noção de justificação a exigência da motivação para a verdade, a definição de conhecimento importa também aquele elemento que classificamos anteriormente como “internalista”. A exigência de que o agente seja virtuosamente motivado permite que incorporemos, como vimos, as virtudes integradoras, como *phronesis*. A definição zagzebskiana está, pois, “intimamente ligada à posse de um bom caráter intelectual”⁴⁶⁰. Uma pessoa que é “cognitivamente integrada tem atitudes de ordem superior positivas em relação ao seu próprio caráter intelectual e à qualidade dos seus estados epistêmicos. Ela não apenas sabe, como ela está em posição de saber que sabe. Adicionalmente, sua estrutura de

⁴⁶⁰ *Virtues of the Mind*, p. 275.

crenças é coerente, e ela está ciente desta coerência. Mais, ela percebe os valores relativos das diferentes verdades ou aspectos da realidade com que ela se relaciona”.⁴⁶¹

Esta é uma característica que satisfaz, em grande medida, aos anseios internalistas. Como sabemos, porém, os internalistas não estão sozinhos no cenário do debate. O externalismo tem grande parte do seu apelo vinculado à sua capacidade de oferecer uma explicação da nossa relação cognitiva mais básica com o ambiente (pelo menos em caráter condicional, como vimos). A teoria das virtudes recém-exposta é capaz de satisfazer as intuições externalistas? John Greco, por exemplo, considera que não. Ele observa que, “em primeiro lugar, os atos de virtude de tipo-Zagzebski não são necessários para o conhecimento, porque uma pessoa com um caráter cognitivo confiável pode ter conhecimento sem eles. Em segundo lugar, os atos de virtude de tipo-Zagzebski não são suficientes para o conhecimento, porque uma pessoa sem um caráter cognitivo confiável não pode obter conhecimento com eles”⁴⁶².

A segunda parte da crítica nos parece equivocada. Como vimos, Zagzebski embute na noção de virtude um elemento de confiabilidade. Logo, uma pessoa que realiza atos de virtude é uma pessoa que é confiável⁴⁶³, no que diz respeito à obtenção do fim da virtude. Atos de virtude são, pois, suficientes para o conhecimento.

Tomemos, porém, a primeira parte da crítica. Vamos supor que um indivíduo possua certa qualidade altamente confiável, e que, a despeito da confiabilidade, ele ou não possui crenças de segunda ordem sobre a confiabilidade de tal qualidade ou é desleixado em relação ao seu caráter intelectual. Ele não é, nestes casos, virtuoso, nem sequer está justificado (no sentido zagzebskiano) em suas crenças, já que ele não está virtuosamente motivado. Ele não pode, por isto, realizar atos de virtude e, assim, segundo a definição zagzebskiana, ele não pode atingir o conhecimento. Mas, a despeito disto, ele é confiável e, por isso -

⁴⁶¹ *ibid.*

⁴⁶² GRECO, John. “Two Kind of Intellectual Virtue”. *Philosophy and Phenomenological Research*, Vol. XV, No 1, janeiro de 2000, p. 179-184.

⁴⁶³ Uma pessoa que realiza atos de virtude não precisa, como vimos, ser virtuosa; ela precisa, porém, estar virtuosamente motivada e precisa agir como uma pessoa virtuosa agiria. Uma pessoa virtuosa agiria de modo confiável. Uma pessoa virtuosamente motivada, daí, agiria de forma equivalente.

concederia o confiabilista - pode conhecer. Esta situação é muito plausível se pensarmos em casos que envolvem crenças formadas diretamente pela percepção. Nestes casos, o sujeito epistêmico não precisa ser virtuoso, no sentido zagzebskiano, mas precisa ser confiável.

A resposta zagzebskiana se apóia na idéia de que um ato de virtude não envolve, sempre, uma avaliação de segunda ordem da confiabilidade do processo produtor de crenças. O sujeito epistêmico “*por vezes é cético sobre seus sentidos, por vezes duvida da sua memória, como nos casos em que ela é fraca e ele possui boa evidência contrária (...). Mas nós podemos assumir que, na maior parte do tempo, ela não duvida ou mesmo reflexivamente considera suas crenças perceptuais e da memória. Ela não o faz porque ela mantém uma pressuposição da verdade em tais casos, pelo menos até ela ter razões para pensar o contrário*”.⁴⁶⁴

Tal consideração, porém, é insuficiente. A parte final do excerto revela que Zagzebski está a considerar que *algum* julgamento de segunda-ordem sobre a confiabilidade está implícito. Mas um confiabilista não exige sequer isto. Podemos possuir conhecimento sem, em momento algum, qualquer julgamento de segunda-ordem. Não duvidar dos sentidos pode ser uma ação correta, em muitas situações. Mas parece difícil conciliar a motivação para a verdade e a ausência total de atividade crítica em relação à confiabilidade dos próprios sentidos.

Zagzebski considera, porém, que há um problema em relação ao objeto de avaliação do confiabilista. O problema consiste na confusão entre o valor que podemos atribuir a uma faculdade confiável e a justificação da crença obtida. Segundo ela, “há uma tendência para transferir o valor evidente do mecanismo confiável ao produto deste mecanismo, a crença. Esta tendência pode ser natural e é compreensível, mas eu não a vejo como justificada”⁴⁶⁵; adicionalmente, sustenta ela que “o valor da verdade obtida por um processo confiável, na ausência de qualquer percepção consciente da conexão entre o comportamento do agente e a verdade que ele adquire não é melhor do que o valor de um palpite feliz”⁴⁶⁶. Esta é uma afirmação demasiadamente forte, a nosso ver. Ela revela, po-

⁴⁶⁴ *Virtues of the Mind*, p. 279-80.

⁴⁶⁵ *Virtues of the Mind*, p. 304. Zagzebski retoma este ponto em “From Reliabilism to Virtue Epistemology. In: AXTELL, Guy. *Knowledge, Belief and Character – Readings in Virtue Epistemology*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2000, p. 113- 121.

⁴⁶⁶ *ibid.*

rém, a íntima relação entre as suposições subjacentes à teoria zagzebskiana e o internalismo, algo que vimos destacando já anteriormente.

Zagzebski imagina, porém, que sua

“definição de conhecimento em termos de atos de virtude intelectual pode ser interpretada de um modo mais externalista do que pretendi (...). Isto pode ser feito modificando-se o elemento de motivação no meu tratamento da virtude, tornando-o mais fraco e afastado da percepção consciente e do controle, apesar de eu não imaginar que o elemento internalista possa ser inteiramente eliminado. (...) Em outro sentido, minha teoria pode também ser adaptada para uma visão puramente internalista, ao se mover o conceito de virtude intelectual na direção oposta.”⁴⁶⁷

Esta flexibilidade é uma vantagem, a nosso ver, apenas em um sentido: algumas virtudes talvez possam ser menos exigentes em relação à ação de virtudes de ordem superior para que o sujeito atinja o fim da virtude (numa versão atenuada da tese aristotélica da separação das virtudes em dois grupos, podemos imaginar que as virtudes intelectuais exijam um maior controle do intelecto do que as morais). Neste sentido, a teoria permitiria que crenças de segunda ordem fossem dispensadas, em relação a certas virtudes. A existência de virtudes que poderiam, para seu exercício, dispensar *sempre* a existência de crenças de segunda ordem é algo que parece se chocar com a suposição sobre o caráter profundo das virtudes, assumidas por Zagzebski e aqui analisadas no começo desta segunda seção.

A idéia de que o conceito de virtude pode ser interpretado de dois modos, um “internalista” e outro “externalista”, todavia, não é de valia alguma para a superação do debate entre internalistas e externalistas; isto devido à simples razão de que as duas interpretações, assim como as teses gerais internalistas e externalistas, são conflitantes. Uma das interpretações não pode ser harmonizada com a outra. A teoria não contribui, neste sentido, para a superação do impasse entre internalistas e externalistas.

⁴⁶⁷ *Virtues of the Mind*, p. 330.

7.5 *Arete* e Epistemologia: Considerações Finais

Ao fim de nossa exposição, chegamos a uma definição de conhecimento derivada da noção de virtude, através do conceito de ato de virtude. Do conceito de virtude derivamos, igualmente, outros conceitos que nos permitem uma avaliação detalhada da vida moral e – o que nos interessa aqui em particular – intelectual dos agentes epistêmicos.

Vamos, agora, testar tal definição em dois campos de provas. O primeiro consiste numa avaliação do comportamento da teoria frente ao Problema de Gettier. O segundo, numa comparação entre as alegadas vantagens da teoria (apresentadas no início desta investigação) e o que a teoria efetivamente é capaz de nos oferecer.

7.5.1 O Problema de Gettier

O Problema de Gettier representa, como vimos, um desafio para todas as teorias do conhecimento surgidas após 1963. Relembrando, um dos contra-exemplos sugere que um indivíduo S possui justificação para a crença de que seu vizinho, Smith, possui um Ford. Ele deduz validamente daí que *Smith possui um Ford ou Brown está em Barcelona*. A segunda parte da disjunção foi escolhida aleatoriamente. Já que a primeira parte do disjuncto estava justificada, porém, Gettier aceita que a disjunção inteira está justificada. Ocorre que o primeiro disjuncto, apesar de justificado, é falso, enquanto o segundo, apesar de aleatoriamente escolhido é, sem que S o saiba, verdadeiro. Neste caso, S acredita justificadamente na disjunção, que é verdadeira. Ela é verdadeira, porém, não pelas razões que fazem com que S creia na sua verdade. S crê em uma proposição verdadeira por mera sorte. Por isso, conclui Gettier, ele possui crença verdadeira justificada, mas não possui conhecimento.

Note que, no caso acima, S fez tudo que estava a seu alcance para atingir a verdade (lembre-se de que ele obteve justificação para a crença de que seu vizinho possui um Ford). Ele é, por um lado, pois, digno de avaliação positiva. Por outro lado, esta avaliação positiva não pode incluir a noção de conhecimento, já que somos intuitivamente conduzidos a aceitar que ele *não conhece* a crença disjuntiva resultante.

Tratemos do caso utilizando a teoria das virtudes zagzebskiana. A crença de que Smith possui um Ford está justificada para S, já que S está

virtuosamente motivado ao nela crer e se comporta como um indivíduo virtuoso se comportaria. Podemos conceder que a disjunção deduzida desta crença também esteja justificada, pelas mesmas razões. E a crença é verdadeira. Aparentemente, a definição não sobrevive aos casos sugeridos por Gettier.

Não é o caso, porém. O Problema de Gettier muitas vezes se instala devido à ocorrência de dois incidentes: a falsidade da crença justificada e a verdade da crença derivada da crença justificada. A crença derivada pode ser obtida de modo adequado, virtuoso. Por ser verdadeira, este *último* ato é um ato correto que leva à verdade, ou seja, é um ato de virtude. O ato anterior é correto, mas *não é um ato de virtude*, já que não leva à verdade. E, já que conhecimento foi definido como verdade obtida através de atos de virtude intelectual, a definição não permite que seja atribuído conhecimento para S, em relação à disjunção, apesar da posse de crença verdadeira justificada.

Vamos, agora, pensar num caso que envolva justificação obtida por um processo confiável, em termos confiabilistas. Vamos imaginar que S passeia pelo campo e contempla um belo exemplar de ipê-amarelo, sua árvore predileta. Tal percepção, obtida através do seu confiável equipamento de visão - funcionando a boa distância e sob iluminação adequada - sustenta a crença justificada para S de que vê um ipê-amarelo. Sem que S o saiba, porém, a região está repleta de ipês de plástico - um artifício da prefeitura local para o desenvolvimento do turismo. A despeito de S estar observando o que é, de fato, o único ipê-amarelo real da região, sua ignorância em relação à existência das falsas árvores é suficiente para que identifiquemos um elemento de sorte relacionado à sua crença - verdadeira e justificada - de que vê um ipê-amarelo; a sorte, porém, nunca acompanha o conhecimento.⁴⁶⁸

Neste caso, S utiliza sua faculdade natural de visão, vamos supor, para satisfazer a motivação de uma virtude qualquer. Ele, através do uso da visão, realiza o que parece ser um ato de virtude, um ato que o leva a obter contato cognitivo com a realidade. Mas, a despeito do ato ser, ao menos aparentemente, um ato de virtude, ele não gera conhecimento, neste caso. A definição zagzebskiana, aparentemente, não supera este contra-exemplo.

⁴⁶⁸ Esta é uma versão nacionalista do popular *caso do celeiro falso*.

“Aparentemente” porque Zagzebski, discutindo um caso semelhante, faz uma observação sutil: ao contrário de nossa avaliação, o ato correto de formar a crença baseando-a na boa visão não é, neste caso, um ato de virtude. Ela sustenta que

“não podemos inferir do fato de que [a pessoa] M obtém alguma coisa S devido à sua característica V que ele obtém cada propriedade de S devido à sua característica V. (...) [uma pessoa] pode ser capaz de chegar a uma dada crença devido aos seus atos e motivos virtuosos, e a crença pode ser verdadeira, mas isto não quer dizer que ela atingiu a verdade devido a seus atos e motivos virtuosos. Pode não haver mais conexão entre suas virtudes e a verdade da crença do que há entre [o] olhar atento e [o ipê].”⁴⁶⁹

Esta consideração, na verdade, não introduz um novo elemento na teoria. Ela se deriva diretamente da parte final da definição de ato de virtude, apresentada anteriormente, que lembra que a verdade da crença deve ser atingida *devido* a atos de virtude. No caso sob análise, a crença verdadeira foi obtida não devido a atos de virtude, mas devido à sorte. Isto garante que o ato realizado (ainda que correto) não seja classificado como um ato de virtude, o que permite que não atribuamos conhecimento à crença de S de que vê um ipê amarelo (a despeito da verdade da crença). Este caso, todavia, parece revelar o caráter *ad hoc* da definição de ato de virtude. Zagzebski exige a conexão entre virtude e verdade (conexão que se manifesta na definição de ato de virtude), mas não é capaz de explicar como esta conexão se dá.⁴⁷⁰

Mesmo concedendo o uso da distinção ato virtuoso/ato de virtude, a resistência diante dos ataques destes contra-exemplos não garante, certamente, que a definição zagzebskiana seja imune a todos os contra-exemplos possíveis. Ela mostra, porém, que a definição não é, de modo algum, ingênua. É o bastante para uma teoria que pretende inaugurar um novo tipo de abordagem, havemos de conceder.

Chegamos ao fim deste capítulo com uma teoria substancialmente desenvolvida e resistente – pelo menos a princípio – a contra-exemplos de

⁴⁶⁹ *Virtues of the Mind*, p. 297.

⁴⁷⁰ Agradeço a Cláudio de Almeida por esta observação.

tipo-Gettier. Isto é, porém, pouco, considerando as ambições de sua autora. Mas há, certamente, mais a ser dito. Como vimos, a teoria foi bem-sucedida em sua tarefa de derivar um tratamento para as noções de crença justificada e de conhecimento da noção de virtude intelectual (derivada de uma noção geral de virtude), oferecendo, ainda, uma visão ampla da avaliação da nossa vida intelectual (e não apenas de nossas crenças).

Este aumento de amplitude, esperava Zagzebski, permitiria uma superação do debate entre internalistas e externalistas, isto porque sua teoria seria capaz de absorver elementos tanto internalistas quanto externalistas. Todavia, mostramos que a teoria desenvolvida é internalista, a despeito de incorporar noções tipicamente externalistas, como a de confiabilidade. Isto não é o suficiente, porém, para permitir a superação da guerra de intuições que caracteriza o debate internalismo/externalismo, já que as *intuições* externalistas não foram incorporadas pela teoria, como vimos⁴⁷¹.

Não temos, assim, uma contribuição efetiva para a resolução do problema de Gettier nem do debate internalismo/externalismo. Isso, a nosso ver, porque uma teoria que abandona a crença como unidade básica da epistemologia terá dificuldades para explicar uma qualidade que se refere exatamente a crenças (nossas questões se referem ao conhecimento de p, de z, etc.). A mera posse de um caráter virtuoso não garante conhecimento, como vimos (como vimos, Zagzebski teve que recorrer a um artifício *ad hoc* para conectar virtude e conhecimento). Parece admirável que alguém possua um caráter virtuoso; todavia, este parece ser um outro tipo de questão.

⁴⁷¹ Vejamos, por exemplo, a crítica William Alston à teoria: “um problema premente diz respeito à questão de como esta abordagem trata das crenças que não são “de modo algum voluntárias”. (...) crenças da memória e da percepção são exemplos evidentes. Devemos pensar nas pessoas que estão a receber percepções como estando *motivadas* para formar as crenças que formam? Poderia parecer que motivação, ligada à virtude ou seja lá a que for, não tem nada a ver com a questão. Como, então, nesta abordagem, estas crenças podem estar justificadas?” (ALSTON, William. “Virtue and Knowledge”. *Philosophy and Phenomenological Research*, VOL. LX, No. 1, Janeiro de 2000.)

Referências Bibliográficas

ALMEDER, Robert, "Defasibility and Scepticism". *Australasian Journal of Philosophy*, 51, 3, 1973, p.238-244.

_____. "Defining Justification and Naturalizing Epistemology", *Philosophy and Phenomenological Research*, LIV, 2, p. 669-81 , 1994.

de ALMEIDA, Cláudio de. "Klein on the Defeasibility Theory". *Crítica*, vol. 2, n. 9, Londrina, 1998.

_____. "What's Moore Paradox is About". *Philosophy and Phenomenological Research*, 2001, vol. 62, no. 1, p. 1-26.

_____. "Uma Versão do Deontologismo Epistêmico". In. SOUZA, Draiton G. (Org.). *Amor scientiae: festschrift em homenagem a Reinhold Aloysio Ullmann*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, pp121-35.

ALSTON. Willian P. *Epistemic Justification - Essays in the Theory of Knowledge*. Ithaca: Cornell University Press. 1989.

_____. "Virtue and Knowledge". *Philosophy and Phenomenological Research*, VOL. LX, No. 1, Janeiro de 2000.

ANSCOMBE, G. E. M. *Modern Moral Philosophy*, *Philosophy* 33: 1-19, 1958.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos*. Brasília: Editora UnB, 2001, trad. Mário da Gama Kury.

ARMSTRONG, David. M. *Belief, Truth and Knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press, 1973.

AUDI, Robert. *Belief, Justification, and Knowledge*. California: Wadsworth Publishing Company, 1988.

_____. (Ed.). *The Cambridge Dictionary of Philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

_____. *Epistemology*. New York: Routledge, 1998.

AUSTIN, David. (ED.). *Philosophical Analysis - A Defense by Exemple*. Doordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1987.

AXTELL, Guy (Ed.) *Knowledge, Belief and Character - Readings in Virtue Epistemology*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2000.

BENDER, John (Ed.). *The Current State of The Coherence Theory: Critical Essays on the Epistemic Theories of Keith Lehrer and Lawrence Bonjour with Replies*. Doordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1989.

BONJOUR, Laurence, "Externalist Theories of Empirical Knowledge", In. FRENCH, P. (Ed.) *Midwest Studies in Philosophy, Vol. 5: Studies in Epistemology*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1980.

_____. *The Structure of Empirical Knowledge*. Cambridge: Harvard University Press, 1985.

BREWER, Bill. "Foundations of Perceptual Knowledge", *American Philosophical Quarterly*, 34, 1, p. 41-55, 1997.

BRUECKNER, Anthony. "The Structure of the Skeptical Argument", *Philosophy and Phenomenological Research*, LIV, 4, p. 827-837, 1994.

CHISHOLM, Roderick. *Theory of Knowledge*. 2 ed. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1977.

_____. *Theory of Knowledge*, 3 ed. New Jersey: Prentice-Hall, 1989.

CLARKE, D. S. "Does Acceptance Entail Belief?", *American Philosophical Quarterly*, 31, 2, p. 145-55, 1994.

CODE, L. *Epistemic Responsibility*. Hanover: University Press of New England, 1987.

DANCY, J.; SOSA, E. (Ed.), *A Companion to Epistemology*. Oxford: Blackwell Publishers Ltd, 1996.

DANCY, Jonathan. *Epistemologia Contemporânea*. Lisboa: Ed. 70, 1990.

DRETSKE, Fred. "Epistemic Operators". *Journal of Philosophy* 67 (24), p. 1003-1013, 1970.

_____. "Conclusive Reasons", *The Australasian Journal of Philosophy*, 49: 1-22, 1971.

_____. *Knowledge and the Flow of Information*. Cambridge: MIT Press, 1981.

_____. "Is Knowledge Closed Under Known Entailment? The Case Against Closure". In. STEUP & SOSA. *Contemporary Debates in Epistemology*. Oxford: Blackwell, 2005.

DUTRA, Luiz H., "Normatividade e Investigação". *Principia - Revista Internacional de Epistemologia*, v. 1, n. 1, 1997, p. 7-55.

ENGEL, Myla Jr. "Russellizing Russell: A Reply to His 'A Critique to Lehrer's Coherentism'", *Philosophical Studies*, Holanda, 66, p. 99-108, 1992.

EVANS, G. *The Varieties of Reference*. Oxford: Oxford University Press, 1984.

FAIRWEATHER, A. & ZAGZEBSKI, L. (Eds.) *Virtue Epistemology - Essays on Epistemic Virtue and Responsibility*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

FAIRWEATHER, Abrol. "Epistemic Motivations". In. FAIRWEATHER, A. & ZAGZEBSKI, L. *Virtue Epistemology - Essays on Epistemic Virtue and Responsibility*. Oxford: Oxford UP, 2001, pp: 63-80.

FELDMAN, R. & CONEE, E., "Internalism Defended". *American Philosophical Quarterly*, Vol. 38, N.1, Janeiro 2001, p. 1 - 17.

FELDMAN, Richard. "Reliability and Justification". *The Monist*, 68:2, 1985, 159-174.

_____. "An Alleged Defect in Gettier Counterexamples". In. MOSER & vander Nat. *Human Knowledge: Classical and Contemporary Approaches*. New York: Oxford University Press, 2 ed., 1995, p. 274-5.

_____. "Plantinga, Gettier and Warrant". In. KVANVING, Jonathan (Ed.). *Warrant in Contemporary Epistemology - Essays in Honor of Plantinga's Theory of Knowledge*. Londres: Rowman & Littlefield, 1996.

FIRTH, R. *Are epistemic Concepts Reducible to Ethical Concepts?* In. GOLDMAN & KIM (Eds.), *Value and Morals*. Doordrecht: D. Reidel Publishing Co., 1978, p. 215-229.

FRENCH, UEHLING & WETTSTEIN. (Eds.) *Midwest Studies in Philosophy, Vol. 5: Studies in Epistemology*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1980.

FUMERTON, Richard. "Sosa's Epistemology". In. VILLANUEVA, Enrique (Ed.). *Philosophical Issues, 5 - Truth and Rationality*. Atascadero: Ridgeview, 1994.

_____. *Metaepistemology and Skepticism*. Londres: Rowman & Littlefield, 1995.

FURMAN, Michael T. *Living in the Gettier Fallout*. Santa Barbara: Universidade da Califórnia, 1992. Tese de doutorado.

GETTIER, Edmund. "Is Justified True Belief Knowledge?". *Analysis*, 23, n. 6, 1963, pp 121-123. Reimpresso em MOSER, Paul. *Empirical Knowledge - Readings in Contemporary Epistemology*. Lanhan: Rowman & Littlefield. 2 ed., 1996.

GOLDMAN & KIM (Eds.) *Values and Morals*. Dordrecht: D Reidel, 1978.

GOLDMAN, Alvin, "A Causal Theory of Knowing". *The Journal of Philosophy*, 64, 12, 1967, p. 355-372.

_____. "What is Justified Belief?". In. PAPPAS, G. S. (Ed.). *Justification and Knowledge*. Dordrecht: D. Reidel, 1979, p. 1- 24.

_____. *Epistemology and Cognition*. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

_____. "Strong and Weak Justification". In. TOMBERLIN, James (Ed.). *Philosophical Perspectives, 2, Epistemology, 1988*. Atascadero: Ridgeview, 1988.

_____. "Epistemic Folkways and Scientific Epistemology". In. GOLDMAN, Alvin, *Liaisons - Philosophy Meets the Cognitive and Social Sciences*. Cambridge: The MIT Press, 1991.

_____. *Liaisons: Philosophy Meets the Cognitive and Social Sciences*. Cambridge: The MIT Press, 1991.

GRECO, John. *Putting Skeptics in their Place: Skeptical Arguments and Philosophical Inquiry*. New York: Cambridge UP, 2000.

_____. "Two Kind of Intellectual Virtue". *Philosophy and Phenomenological Research*. Vol. XV, No 1, janeiro de 2000, p. 179-184.

HAACK, Susan. *Evidence and Inquiry*. Oxford: Blackwell Publishers, 1993.

_____. *Evidencia e Investigación*. Madri: Tecnos, 1997.

HARMAN, Gilbert. *Change in View*. Cambridge: MIT, 1986.

HOOKWAY, Christopher. "Epistemic Akrasia and Epistemic Virtue". In. FAIRWEATHER, A. & ZAGZEBSKI, L. (Eds.) *Virtue Epistemology - Essays on Epistemic Virtue and Responsibility*. Oxford: Oxford University Press, 2001, p. 178-198

JAMES, William. *Pragmatismo e Outros Ensaio*s. Rio de Janeiro: Lido, 1967.

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. São Paulo: Abril Cultural, 2ª Ed., 1983.

KITCHER, Philip. "The Naturalists Return". *The Philosophical Review*, vol. 101, nº 1, janeiro, 1992, p. 53-114.

_____. "O Retorno dos Naturalistas". *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, Série 3, v. 8, n. 2, jul. - dez. 1998.

KLEIN, Peter & WARFIELD, Ted. "What Price Coherence?", *Analysis*, 54, 1994, p. 129-132.

KLEIN, Peter David. *Certainty: A Refutation of Scepticism*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2 ed., 1984.

- _____. "No Help for The Coherentist", *Analysis*, 56, 2, 1996, p. 118-121.
- _____. "A Proposed Definition of Propositional Knowledge". In: LUCEY, K. *On Knowing and the Known - Introductory Readings in Epistemology*. Prometheus Books, Nova York, 1996. P. 163-173.
- _____. "Human Knowledge and the Infinite Regress of Reasons", In: TOMBERLIN, JAMES, *Philosophical Perspectives*, 13 - *Epistemology*. Oxford: Blackwell Publishers, 1999, p. 297-326.
- KORNBLITH, Hilary. "How Internal Can You Get?", *Synthese*, 74, p. 313-27, 1988.
- _____. *Naturalizing Epistemology*. Cambridge: The MIT Press, 2 ed., 1994.
- KVANVIG, J. *The Intellectual Virtues and the Life of the Mind*. Lanham: Rowman & Littlefield, 1992.
- KVANVIG, Jonathan L. (Ed.). *Warrant in Contemporary Epistemology - Essays in Honor of Plantinga's Theory of Knowledge*. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 1996.
- LEHER, Keith & PAXSON, Thomas Jr.. "Knowledge: Undeclared Justified True Belief". In: LUCEY, K. *On Knowing and the Known - Introductory Readings in Epistemology*. Prometheus Books, Nova York, 1996. P. 151-162.
- LEHRER, K. & COHEN, S., "Justification, Truth and Coherence", *Synthese*, 55 (1983): 191-207.
- LEHRER, Keith. *Knowledge*, London: Oxford University Press, 1975, p. 338-339.
- _____. "Against Simplicity". In: AUSTIN, David. (Ed.). *Philosophical Analysis - A Defense by Example*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1987.
- _____. "Metaknowledge: Undeclared Justification". *Synthese*, 74, 1988.
- _____. *Theory of Knowledge*. Boulder: Westview Press, 1990.
- _____. "Proper Function versus Systematic Coherence". In: KVANVIG, Jonathan L. (Ed.). *Warrant in Contemporary Epistemology - Essays in*

Honor of Plantinga's Theory of Knowledge. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 1996.

LOCKE, John. *Ensaio Sobre o Entendimento Humano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

LUCEY, Keneth G. (Ed.). *On Knowing and the Known - Introductory Readings in Epistemology*. Nova York: Prometheus Books, 1996.

MONTMARQUET, James. *Epistemic Virtue and Doxastic Responsibility*. Lanham: Rowman & Littlefield, 1993.

MORAWETZ, Thomas. *Wittgenstein and Knowledge - The Importance of On Certainty*, University Of Massachusetts Press, 1978.

MOSER & vander NAT. *Human Knowledge: Classical and Contemporary Approaches*. New York: Oxford University Press, 2 ed.

MOSER, Paul K. "Ascending From Empirical Foundations", *Synthese*, 68, p. 189-203, 1986.

_____. "Propositional Knowledge", *Philosophical Studies*, 52, p.91-114, 1987.

_____. *Knowledge and Evidence*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

_____. "The Relativity of Skepticism". *Philosophy and Phenomenological Research*, LVII, 2, p. 401-406, 1997.

MOSER, Paul (Ed.). *Empirical Knowledge - Readings in Contemporary Epistemology*. Lanhan: Rowman & Littlefield. 2 ed., 1996.

MÜLLER, Felipe. *Deontologismo Epistêmico*. Tese de Doutorado: Porto Alegre, 2004.

NOZICK, Robert. *Philosophical Explanations*. Cambridge: Harvard University Press, 1981.

PAPPAS, G. & SWAIN, M. (eds). *Essays on Knowledge and Justification*, New York: Cornell University Press, 1978.

PAPPAS, G. S. (Ed.) *Justification and Knowledge*. Dordrecht: D. Reidel, 1979.

PLATÃO. *Teeteto*. Pará: Ed. Universidade do Pará, 1973.

_____. *Ménon*. Lisboa: Edições Colibri, 1993.

_____. *A República*. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

POLLOCK, John. *Contemporary Theories of Knowledge*. Savage: Rowman & Littlefield Publishers, 1986.

RAMSEY, F. P. "Knowledge". In. BRAITHWAITE, R. B. (Ed.) *The Foundation of Mathematics and Other Essays*. New York: Harcourt Brace, 1931.

RORTY, Richard. *A Filosofia e o Espelho da Natureza*. Lisboa: Dom Quixote, 1988.

ROSS, Sir David. *Aristóteles*. Lisboa: Dom Quixote, 1987

RUSSELL, Bertrand. *The Problems of Philosophy*. New York: Oxford UP, 1912.

_____. *Logic and Knowledge*. New York: Putnam, 1956.

_____. "Knowledge by Acquaintance and Knowledge by Description". In. *Mysticism and Logic*. Garden City: Doubleday, 1957.

RUSSELL, Bruce. "A Critique of Lehrer's Coherentism: The Need to Go Beyond Acceptance". *Philosophical Studies*, 66, p. 89-97, 1992.

SCHEFFLER, Israel. *Conditions of Knowledge*. Chicago: Scott, Foreman ed., 1965.

SELLARS, Wilfrid. *Science, Perception and Reality*. Londres: Routledge e Kegan Paul, 1963.

SENIOR, Thomas D. "The Prima/Ultima Facie Justification Distinction in Epistemology". *Philosophy and Phenomenological Research*, Vol. LVI, N. 3, Setembro, 1996.

SHOPE, Robert K., *The Analysis of Knowing*. Princeton: Princeton University Press, 1983.

SOSA, Ernest. "The Raft and The Pyramid: Coherence versus Foundations in the Theory of Knowledge". In. FRENCH, UEHLING & WETTSTEIN (Eds.), *Midwest Studies in Philosophy - Volume V - Studies in Epistemology*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1980, p. 3-25.

- _____. "Knowledge and Intellectual Virtue". *The Monist*, 68, 1985, p.224-45
- _____. *Knowledge in Perspective: Selected Essays in Epistemology*. Cambridge: Cambridge University press, 1991.
- _____. *Conocimiento y Virtud Intelectual*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- _____. "Virtue Perspectivism: A Response to Foley and Fumerton". In. VILLANUEVA, Enrique (Ed.). *Philosophical Issues, 5 - Truth and Rationality*. Atascadero: Ridgeview, 1994.
- _____. "Reflective Knowledge in the Best Circles". *The Journal of Philosophy*, XCIV, n. 8, 1997.
- _____. "Three Forms of Virtue Epistemology". In. AXTELL, Guy (Ed.) *Knowledge, Belief and Character - Readings in Virtue Epistemology*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2000, p. 38.
- STEUP, Matthias. *Knowledge, Truth and Duty - Essays on Epistemic Justification, Responsibility, and Virtue*. Oxford: Oxford UP, 2001
- STEUP, M.; SOSA, E. *Contemporary Debates in Epistemology*. Oxford: Blackwell, 2005.
- STURGEON, Scott. "The Gettier Problem", *Analysis*, 53, 3, p. 156-64, 1993.
- THALBERG, Irving. "Is Justification Transmissible Through Deduction?", *Philosophical Studies* 25, p. 357-364, 1974.
- TIDMAN, Paul. "Leher on a Premisse of Epistemic Cogency", *Philosophical Studies*, 67, p. 41-9, 1992.
- TOMBERLIN, JAMES, *Philosophical Perspectives, 13 - Epistemology*. Oxford: Blackwell Publishers, 1999.
- UNGER, Peter. *Ignorance: a Case for Scepticism*. Nova York: Oxford University Press, 1975.
- VILLANUEVA, Enrique (Ed.). *Philosophical Issues, 5 - Truth and Rationality*. Atascadero: Ridgeview, 1994.
- WITTGENSTEIN, L., *On Certainty*. New York: Harper & Row Publishers.

ZAGBEVSKI, Linda T. "The Inescapability of Gettier Problems". *In. The Philosophical Quarterly*. Vol. 44, No 174, jan. 1994, p. 65-73.

_____. *Virtues of the Mind - An Inquiry into the Nature of Virtue and The Ethical Foundations of Knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

_____. "Virtue Epistemology". *In. Routledge Encyclopedia of Philosophy*, Version 1.0, London: Routledge, 1998.

_____. "From Reliabilism to Virtue Epistemology". *In. AXTELL, Guy. Knowledge, Belief and Character - Readings in Virtue Epistemology*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2000, p. 113- 121.